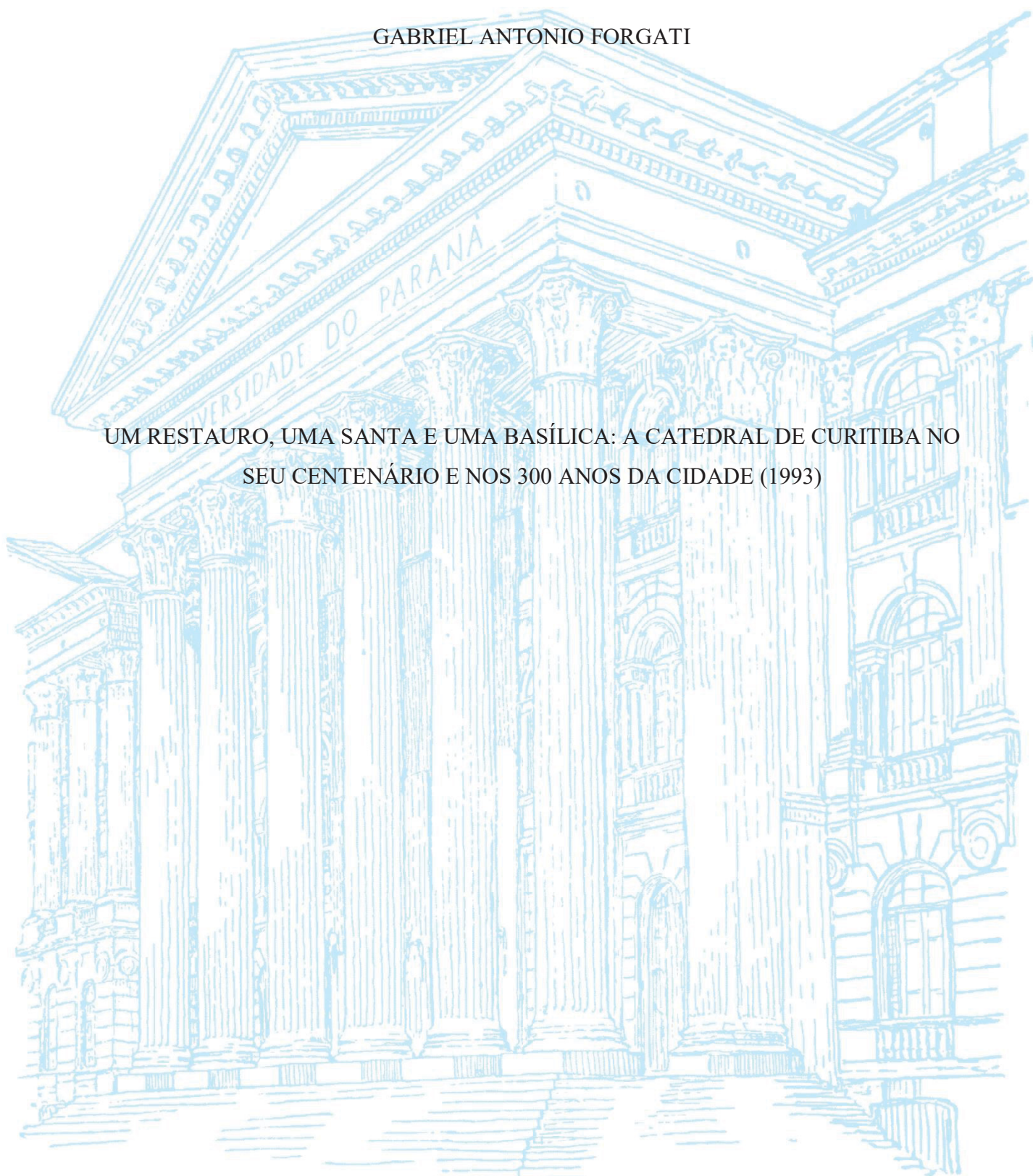


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL ANTONIO FORGATI

UM RESTAURO, UMA SANTA E UMA BASÍLICA: A CATEDRAL DE CURITIBA NO
SEU CENTENÁRIO E NOS 300 ANOS DA CIDADE (1993)



CURITIBA

2023

GABRIEL ANTONIO FORGATI

UM RESTAURO, UMA SANTA E UMA BASÍLICA: A CATEDRAL DE CURITIBA NO
SEU CENTENÁRIO E NOS 300 ANOS DA CIDADE (1993)

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em História, Linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Kaminski

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Forgati, Gabriel Antonio

Um restauro, uma santa e uma basílica : a Catedral de Curitiba no seu centenário de nos 300 anos da cidade (1993). / Gabriel Antonio Forgati. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane Kaminski.

1. Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz de Pinhais (Curitiba, PR) - História. 2. Patrimônio e preservação. 3. Curitiba - História. 4. Igrejas – Conservação e restauração. I. Kaminski, Rosane, 1967-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIEL ANTONIO FORGATI** intitulada: **Um restauro, uma santa e uma basílica: a Catedral de Curitiba no seu centenário e nos 300 anos da cidade (1993)**, sob orientação da Profa. Dra. ROSANE KAMINSKI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

30/08/2023 07:52:03.0

ROSANE KAMINSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/08/2023 18:05:07.0

GUILHERME IEGER DOBRYCHTOP

Avaliador Externo (ACESSO CURSO E COLÉGIO)

Assinatura Eletrônica

30/08/2023 09:27:20.0

ULISSES QUADROS DE MORAES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ -)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 310598

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 310598

Dedico esta dissertação à minha mãe, Ana
Maria, dona de uma bondade fora do comum.

AGRADECIMENTOS

Nunca fui bom em estar sozinho, e sou afortunado em ter uma grande e maravilhosa quantidade de pessoas ao meu redor. Em poucas linhas agradeço muito a todos que fazem parte da minha vida e que de alguma contribuíram com este trabalho:

- À minha família, indispensável na minha vida e paciente com as minhas dificuldades;
- Aos amigos e amigas, a família que adotei e cujo amor me enche de esperança;
- Aos colegas e amigos da pós-graduação, que sempre estiveram a postos para auxiliar nos textos ou simplesmente para estar junto;
- Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História, especialmente os da linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, pelos ensinamentos, gentileza e amizade;
- À professora Rosane Kaminski, de forma especial, pela gentileza exuberante, orientação assertiva e amizade querida;
- Aos professores das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, pelas contribuições, comentários e críticas;
- À equipe da Catedral Basílica de Curitiba, pelo acesso aos documentos e ajuda sempre pronta;
- À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História;
- À Universidade pública, onde encontrei o prazer da pesquisa;
- Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro;

*[...] não poderia a historiografia nos ajudar,
mesmo que minimamente, a tolerar a noite a cair?
Talvez – se, contudo, não tiver ela própria medo da história.*

(AVILA, 2018, p. 49)

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto central de análise o segundo restauro da igreja Catedral Basílica de Curitiba, ocorrido entre 1992 e 1995, no contexto de centenário de inauguração do atual templo e tricentenário da fundação de Curitiba enquanto Câmara Municipal (1993). Orbitam, ainda, ao redor dessas comemorações centrais, a concessão à Catedral, por parte da Santa Sé, do título de Basílica Menor, e a ereção de um monumento nas imediações da igreja dedicado à padroeira de Curitiba, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. A inscrição do restauro da Catedral, sua elevação à categoria de Basílica Menor e a construção do monumento à padroeira nos 300 anos da cidade são importantes para enfatizar sua figuração como um patrimônio arquitetônico de destaque na cidade de Curitiba, talvez inigualável em uma importância que foi construída e sedimentada ao longo do tempo. Em 1993, essa importância culmina e é reforçada a partir da sua inscrição enquanto uma Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP) do município, dispositivo legal que viabilizou o mencionado restauro, bem como o terceiro, que viria a ser realizado na década de 2010. Lançar luz sobre as políticas públicas do patrimônio edificado que garantiram à Catedral sua segunda restauração arquitetônica é o objetivo central da pesquisa, buscando compreender os processos e os agentes envolvidos na configuração desse templo religioso como patrimônio da municipalidade. Coordenadas por Rafael Greca de Macedo desde princípios da década de 1990, e intensificadas durante sua primeira gestão no Executivo municipal (1993-1996), as comemorações dos 300 anos de Curitiba reforçaram a visão excessivamente positiva da “cidade-modelo” a partir da realização de eventos variados e da produção e aquisição de obras de arte. Inserida numa ideia geral de herdar o momento fundacional da cidade de Curitiba, quando em 1693 a Câmara Municipal foi instalada dentro da primeira igreja construída na localidade, a Catedral recebeu atenção especial do poder público na gestão Greca, o qual foi o pivô do processo de restauração. Esta dissertação tem por finalidade, ainda, contribuir com o debate público acerca da proteção do patrimônio edificado em Curitiba no momento em que a cidade discute e aplica pela primeira vez uma política de tombamento propriamente dito, o qual envolverá expor, no meio urbano, as memórias que serão preservadas em uma cidade repleta de contradições sociais.

Palavras-chave: Catedral de Curitiba; 300 anos de Curitiba; Conservação e restauro; Patrimônio.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the analysis of the second restoration of the Cathedral Basilica of Curitiba, which took place between 1992 and 1995. The restoration occurred within the context of the centenary celebration of the current temple's inauguration and the tricentennial celebration of Curitiba's foundation as a Municipal Council (1993). Additionally, during these central commemorations, the Cathedral was granted the title of Minor Basilica by the Holy See, and a monument dedicated to the patroness of Curitiba, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, was erected near the church. The restoration of the Cathedral, its elevation to the status of Minor Basilica, and the construction of the monument to the city's patroness on its 300th anniversary all play a crucial role in emphasizing its significance as an architectural heritage in Curitiba, perhaps unmatched in an importance that was built and sedimented over time. In 1993, this significance reached its peak and was further reinforced when the Cathedral was officially inscribed as a Special Preservation Interest Unit of the municipality, a legal provision that facilitated the mentioned restoration and a third one that took place in the 2010s. The central objective of this research is to shed light on the public policies related to the preservation of the architectural heritage that ensured the Cathedral's second restoration. The study seeks to understand the processes and the actors involved in establishing this religious landmark as a municipal heritage. Coordinated by Rafael Greca de Macedo since the early 1990s, and intensified during his first term as mayor (1993-1996), the celebrations of Curitiba's 300th anniversary reinforced an excessively positive vision of the "model city" through various events and the production and acquisition of works of art. Rooted in the general idea of inheriting the foundational moment of Curitiba when the Municipal Council was installed within the first church built in the locality in 1693, the Cathedral received special attention from the public authorities during Greca's administration, becoming the pivot of the restoration process. Furthermore, this dissertation aims to contribute to the public debate on the protection of the built heritage in Curitiba, particularly as the city discusses and implements, for the first time, a policy of proper preservation, which will involve showcasing the memories preserved in a city filled with social contradictions.

Keywords: Cathedral of Curitiba; 300 years of Curitiba; Conservation and restoration; Heritage.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA.....	20
FIGURA 2 –	CORTEJO FÚNEBRE DE JOÃO GUALBERTO.....	20
FIGURA 3 –	CATEDRAL DECORADA PARA O CENTENÁRIO DO PARANÁ.....	21
FIGURA 4 –	<i>CURITIBA HOJE</i> , 31.07.1991.....	37
FIGURA 5 –	<i>CURITIBA HOJE</i> , 15.09.1991 (1).....	38
FIGURA 6 –	<i>CURITIBA HOJE</i> , 15.09.1991 (2).....	38
FIGURA 7 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 05.04.1992.....	41
FIGURA 8 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 27.03.1992.....	42
FIGURA 9 –	<i>O ESTADO DO PARANÁ</i> , 29.10.1992.....	46
FIGURA 10 –	MONTAGEM DE TAPUMES NA LATERAL DIREITA DA IGREJA	64
FIGURA 11 –	FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA.....	64
FIGURA 12 –	DETALHE DA FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA (1).....	65
FIGURA 13 –	DETALHE DA FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA (2).....	65
FIGURA 14 –	MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (1).....	66
FIGURA 15 –	MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (2).....	66
FIGURA 16 –	MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (3).....	67
FIGURA 17 –	MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (4).....	67
FIGURA 18 –	MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (5).....	68
FIGURA 19 –	RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (1).....	68
FIGURA 20 –	RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (2).....	69
FIGURA 21 –	RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (3).....	69
FIGURA 22 –	MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (1).....	70

FIGURA 23 –	MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (2).....	70
FIGURA 24 –	MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (3).....	71
FIGURA 25 –	MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (4).....	71
FIGURA 26 –	ARCOBOTANTES DA CATEDRAL.....	74
FIGURA 27 –	TELHADO SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (1).....	74
FIGURA 28 –	TELHADO SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (2).....	75
FIGURA 29 –	CALHA SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (1).....	75
FIGURA 30 –	CALHA SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (2).....	76
FIGURA 31 –	JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (1).....	76
FIGURA 32 –	JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (2).....	77
FIGURA 33 –	JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (3).....	77
FIGURA 34 –	PINTURA DANIFICA NO BARRADO INTERNO DA IGREJA.....	78
FIGURA 35 –	PINTURA DANIFICADA NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS...78	
FIGURA 36 –	LIMPEZA DO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS.....	79
FIGURA 37 –	CAPELA-MOR DA CATEDRAL.....	83
FIGURA 38 –	VISÃO INTERNA DA CATEDRAL.....	83
FIGURA 39 –	PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (1).....	84
FIGURA 40 –	PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (2).....	84
FIGURA 41 –	PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (3).....	85
FIGURA 42 –	ABERTURA DE ESTUQUE NO ÓCULO DO LANTERNIM (1).....	86
FIGURA 43 –	ABERTURA DE ESTUQUE NO ÓCULO DO LANTERNIM (2).....	87
FIGURA 44 –	ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO DO LUSTRE.....	87
FIGURA 45 –	LUSTRE REMOVIDO DO LANTERNIM.....	88
FIGURA 46 –	VISÃO EXTERNA DO LANTERNIM (1).....	88
FIGURA 47 –	ÓCULO DO LANTERNIM DESOBSTRUÍDO (1).....	89
FIGURA 48 –	ÓCULO DO LANTERNIM DESOBSTRUÍDO (2).....	89
FIGURA 49 –	VISÃO EXTERNA DO LANTERNIM (2).....	90
FIGURA 50 –	PARA-RAIOS DO LANTERNIM (1).....	90
FIGURA 51 –	PARA-RAIOS DO LANTERNIM (2).....	91
FIGURA 52 –	REINTEGRAÇÃO DE PINTURAS NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS (1).....	92

FIGURA 53 –	REINTEGRAÇÃO DE PINTURAS NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS (2).....	92
FIGURA 54 –	PREENCHIMENTO DE RACHADURAS NA ABÓBADA CENTRAL (1)	93
FIGURA 55 –	PREENCHIMENTO DE RACHADURAS NA ABÓBADA CENTRAL (2)	93
FIGURA 56 –	LIMPEZA DE PINTURAS NA ABÓBADA CENTRAL.....	94
FIGURA 57 –	ANDAIMES NA CAPELA-MOR (1).....	94
FIGURA 58 –	ANDAIMES NA CAPELA-MOR (2).....	95
FIGURA 59 –	MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (1).....	95
FIGURA 60 –	MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (2).....	96
FIGURA 61 –	CAPITEL DE COLUNA NAS SACADAS DAS TRIBUNAS.....	96
FIGURA 62 –	PERDA DE REBOCO NA ABÓBADA CENTRAL (1).....	97
FIGURA 63 –	RACHADURA NA ABÓBADA CENTRAL (1).....	97
FIGURA 64 –	LIMPEZA DE CAPITEIS.....	98
FIGURA 65 –	MANCHAS NAS PINTURAS DA CAPELA-MOR.....	98
FIGURA 66 –	RACHADURA NA ABÓBADA CENTRAL (2).....	99
FIGURA 67 –	MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (3).....	99
FIGURA 68 –	RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DA CAPELA-MOR.....	100
FIGURA 69 –	RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (1).....	100
FIGURA 70 –	RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (2).....	101
FIGURA 71 –	RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (3).....	101
FIGURA 72 –	RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (4).....	102
FIGURA 73 –	REMOÇÃO DE PINTURA NA PORTA LATERAL (1).....	102
FIGURA 74 –	REMOÇÃO DE PINTURA NA PORTA LATERAL (2).....	103
FIGURA 75 –	ELEMENTOS DECORATIVOS DANIFICADOS.....	103
FIGURA 76 –	MOLDE PARA RECOMPOSIÇÃO DE FLORÃO.....	104
FIGURA 77 –	FLORÃO DANIFICADO.....	104
FIGURA 78 –	VITRAIS REMOVIDOS PARA RESTAURO.....	105
FIGURA 79 –	LIMPEZA E REINTEGRAÇÃO DOS QUADROS DA VIA-SACRA....	105
FIGURA 80 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 04.08.1976.....	107
FIGURA 81 –	TESTE DE CORES PARA PINTURA EXTERNA.....	108
FIGURA 82 –	ANDAIMES NAS TORRES (1).....	108
FIGURA 83 –	ANDAIMES NAS TORRES (2).....	109

FIGURA 84 –	ROSAS-DOS-VENTOS DANIFICADAS (1).....	109
FIGURA 85 –	ROSAS-DOS-VENTOS DANIFICADAS (2).....	110
FIGURA 86 –	ROSAS-DOS-VENTOS EM RESTAURAÇÃO (1).....	110
FIGURA 87 –	ROSAS-DOS-VENTOS EM RESTAURAÇÃO (2).....	111
FIGURA 88 –	ROSAS-DOS-VENTOS RESTAURADAS (1).....	111
FIGURA 89 –	RECOLOCAÇÃO DE ROSA-DOS-VENTOS (1).....	112
FIGURA 90 –	RECOLOCAÇÃO DE ROSA-DOS-VENTOS (2).....	112
FIGURA 91 –	CATEDRAL DE CURITIBA EM 1890.....	113
FIGURA 92 –	PINTURA DE NOVO MOSTRADOR DO RELÓGIO.....	114
FIGURA 93 –	RECONSTRUÇÃO VIRTUAL DA ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA (1)	114
FIGURA 94 –	RECONSTRUÇÃO VIRTUAL DA ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA (2)	114
FIGURA 95 –	<i>O ESTADO DO PARANÁ</i> , 26.03.1993.....	115
FIGURA 96 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 29.03.1993.....	115
FIGURA 97 –	MONTAGEM DE PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ.....	117
FIGURA 98 –	PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ (1).....	117
FIGURA 99 –	PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ (2).....	118
FIGURA 100 –	HOTEL <i>IBIS CURITIBA BATEL</i>	139
FIGURA 101 –	HOTEL <i>IBIS CURITIBA CENTRO CÍVICO</i>	140
FIGURA 102 –	PAINEL “CENTENÁRIO DA CATEDRAL”, POTY LAZZAROTTO, 1993	156
FIGURA 103 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 21.01.1993.....	164
FIGURA 104 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 07.09.1993 (1).....	166
FIGURA 105 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 07.09.1993 (2).....	167
FIGURA 106 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 09.09.1993.....	167
FIGURA 107 –	<i>CORREIO DE NOTÍCIAS</i> , 09.09.1993.....	168
FIGURA 108 –	<i>GAZETA DO POVO</i> , 08.09.1993.....	168
FIGURA 109 –	CASAMENTO DE BENTO M. DA ROCHA NETTO E FLORA CAMARGO, 1929.....	170
FIGURA 110 –	PALÁCIO GARIBALDI (1).....	183
FIGURA 111 –	PALÁCIO GARIBALDI (2).....	183
FIGURA 112 –	LOGOMARCA DOS 300 ANOS DE CURITIBA (1993).....	189
FIGURA 113 –	LOGOMARCA DOS 330 ANOS DE CURITIBA (2023).....	189

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	PROJETOS VOLTADOS AO PATRIMÔNIO EDIFICADO APROVADOS NA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA ENTRE 1993 E 2002	144
TABELA 2 –	UNIDADES DE INTERESSE ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO (UIEPs) EM CURITIBA.....	148
TABELA 3 –	SIMULAÇÃO DE ARRECADAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DA UIEP CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA.....	149
TABELA 4 –	MEMORIAS DE IMIGRAÇÃO EM CURITIBA (1980-2019).....	178

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	ANTES DO RESTAURO.....	31
1.1	A IGREJA E A PRAÇA.....	31
1.2	A “CATEDRAL ABANDONADA”.....	36
1.3	DEFININDO RESTAURAÇÃO.....	46
1.3.1	Ruskin, Viollet-le-Duc e os restauradores.....	49
1.3.2	Teoria crítico-brandiana da restauração.....	54
1.3.3	Teoria contemporânea da restauração.....	57
2	O SEGUNDO RESTAURO DA CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA.....	61
2.1	A RESTAURAÇÃO EM IMAGENS.....	62
2.2	O RESTAURO CONTINUA NA BASÍLICA DE CURITIBA.....	118
3	A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA.....	124
3.1	PLANEJAMENTO URBANO, POLÍTICAS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA.....	125
3.1.1	O Plano Diretor de 1966.....	128
3.1.2	Proteção do patrimônio edificado.....	133
3.2	DISPOSITIVOS LEGAIS.....	137
3.2.1	A criação das Unidades de Interesse de Preservação e a Transferência de Potencial Construtivo.....	137
3.2.2	Lei Municipal de Incentivo à Cultura.....	141
3.2.3	As Unidades de Interesse Especial de Preservação.....	146
4	CURITIBA 300 ANOS E A CONSOLIDAÇÃO DA CATEDRAL COMO UM PATRIMÔNIO MUNICIPAL.....	151
4.1	“ZUM, ZUM, ZUM, PRA 300 FALTA UM”.....	153
4.2	O PREFEITO DOS 300 ANOS.....	159
4.2.1	Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz.....	163
4.3	CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA: UM PATRIMÔNIO CONSOLIDADO.....	169
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
	LISTA DE FONTES.....	197
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objeto central o segundo restauro¹ da igreja Catedral Basílica de Curitiba, ocorrido entre 1992 e 1995, no contexto de centenário de inauguração do atual templo e tricentenário da fundação de Curitiba enquanto Câmara Municipal; orbitam, ainda, ao redor das comemorações centrais, a concessão à Catedral, por parte da Santa Sé, do título de Basílica Menor e a sua inscrição enquanto uma Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP), dispositivo legal que viabilizou o mencionado restauro. Lançar luz sobre as políticas públicas do patrimônio edificado que garantiram à Catedral sua segunda restauração arquitetônica é o objetivo central, buscando compreender os processos e os agentes envolvidos na configuração desse templo religioso como patrimônio da municipalidade².

A igreja Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, popular e mais facilmente identificada como Catedral Basílica de Curitiba, é a terceira e atual sede da Paróquia Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, instituição católica fundada por volta de 1668, portanto ainda anterior à fundação da Vila de Curitiba, que se deu aos 29 de março de 1693. Antes do atual templo, existiram outros dois: a primeira capela, erguida em pau-a-pique por volta de 1654, que foi substituída em 1721 pela antiga Matriz de Curitiba, demolida a partir de 1876 para dar lugar à terceira e atual edificação, inaugurada aos 7 de setembro de 1893. Desde esse momento de inauguração até os dias atuais, a igreja Catedral Basílica passou por diversas modificações em seu complexo artístico-arquitetônico³, que inclui uma série de aprimoramentos plásticos até o ano de 1965 (adições e substituições de pinturas e vitrais, construções de altares, substituições de mobiliário, construção de um prédio anexo, trocas de pisos, etc.), três restauros (décadas de 1970, 1990 e 2010), e algumas intervenções mais recentes, como a reforma da Capela-mor em 2018 e a construção de um memorial no jardim da

¹ Restauro, ou restauração (que para fins desta dissertação serão utilizados como sinônimos, ficando o primeiro modo disponível para evitar cacofonia quando se refere a “conservação e restauração”), aqui entendido como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2019, p. 30. Uma definição ampliada e discutida será exposta no primeiro capítulo deste trabalho.

² Estou adotando como definição de patrimônio, de forma geral, aquela dada por Françoise Choay: “A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* [saber-fazer, em tradução livre] dos seres humanos. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2017, p. 11.

³ Uso o termo para me referir ao edifício arquitetônico propriamente dito e aos bens artísticos integrados a ele, como mobiliário, estatuária, vitrais, etc.

rua Barão do Serro Azul, em 2019, para marcar as comemorações do Jubileu de 350 anos da Paróquia da Catedral⁴.

A história da instituição é marcada por discursos que a vinculam à própria história do município de Curitiba. Acerca da fundação da cidade, conta-se uma “lenda”: por volta de 1650, chegou a um dos arraiais que existiam desde alguns anos ao redor do que hoje é Curitiba um paulista de nome Francisco Soares do Vale. Com ele teria vindo uma imagem mariana, de Nossa Senhora da Luz (hoje parte do acervo do Museu Paranaense), cuja devoção é de origem portuguesa, que era venerada no arraial do Atuba, às margens do rio homônimo que hoje faz limite entre o que são os municípios de Curitiba e Colombo, na Região Metropolitana. Tal imagem de Maria, então, em algum momento teria se voltado para a região que hoje é a Praça Tiradentes (onde está a Catedral), e os devotos teriam encarado isso como um desejo da santa. Segundo essa mesma lenda, os colonizadores teriam pedido ao cacique Tindiquera, da tribo dos tinguis, que lhes indicassem um local apropriado para a nova povoação. Ele teria assim feito e, onde hoje fica o marco zero de Curitiba, fincado uma vara no chão e exclamado “Coré-etuba”, que significaria “aqui, muito pinhão”. Ali os colonizadores teriam se assentado e construído uma capela por volta de 1654⁵.

Problemática sob vários aspectos e, embora não seja objeto de estudo direto desta dissertação, mas que vale uma breve consideração, essa lenda da fundação de Curitiba amalgama, numa suposta narrativa heroica (dado o alegado espírito intrépido dos primeiros colonizadores), religiosa (a mudança da povoação originária da cidade teria acontecido por intervenção duma devoção católica) e pacífica (aos povos originários coube apenas coadjuvar o processo de ocupação do território, como que o cedendo de bom grado aos colonizadores), crenças e fatos que culminaram com a criação da Câmara Municipal em 29 de março 1693, o que aconteceu dentro da primeira capela e diante daquela primeira imagem de Maria.

Repetido à exaustão por décadas, esse relato embrenha-se nas narrativas acerca da criação e trajetória de Curitiba até hoje, podendo ser entendido como o “mito fundador” da cidade, parte embrionária de sua história oficial. Tal perspectiva não pode ser encarada como

⁴ FORGATI, Gabriel. “**Estão demolindo os altares!**” O primeiro restauro da Catedral Basílica de Curitiba (1973-1977) e o projeto de um guia de visitação. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História – Memória e Imagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020, p. 25-74.

⁵ Sobre essa lenda acerca da fundação de Curitiba, um dos primeiros relatos escritos é do historiador paranista Alfredo Romário Martins em *História do Paraná* (1899). As referências consultadas por mim foram: BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **Catedral Basílica de Curitiba: uma história de progresso e devoção**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020 (no prelo), p. 9. FEDALTO, Pedro. **História da Igreja no Paraná**. Curitiba: edição do autor, 2014, p. 50. MACEDO, Rafael Greca de. **Curitiba Luz dos Pinhais**. Curitiba: Solar do Rosário, 2018, p. 41-43. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1977, p. 41-52. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1993, p. 5-9.

uma exclusividade de Curitiba, mas incluída numa esfera de observação maior, a nível de Brasil, ao passo em que se repete em diversos locais uma ideia de cordialidade e de conformação com um sentimento identitário que seja universal, tanto para as municipalidades quanto para a nação, “que produz subjetividades pautadas por mitos fundadores e por narrativas que idealizam determinadas personagens e situações, concomitante ao recalque e a exclusão de outras personagens e situações”⁶; haja visto, na lenda que remonta à origem da cidade, como coube aos indígenas – sobretudo na figura idílica de Tindiquera – coadjuvar e receber pacificamente os colonizadores luso-brasileiros, algo até entendido por alguns como um suposto milagre da santa que intermediou a mudança dos luso-brasileiros do Atuba para a Praça Tiradentes. O historiador Ruy Wachowicz expõe três “milagres” na fundação de Curitiba: 1) justamente essa mudança de assentamento, interpretado como “vontade” da santa; 2) que um conflito entre colonizadores e indígenas caingangue também se evitou por intermediação divina, auxiliada pela boa relação com os tinguís (“Em vez de luta, os intrusos foram bem recebidos. Do chefe índio para o chefe branco, não partiu o grito de guerra, mas o aceno da paz na acolhedora expressão ‘Ha Kantin’ [Vinde]”⁷); e 3) que a partir da indicação do chefe indígena do local para o assentamento dos colonizadores, ele mesmo teria ordenado a seu próprio povo que dali se retirasse rumo às “florestas do oeste”⁸. Como história oficial, esse “mito fundador” “não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo: ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio”⁹.

Além de toda essa reivindicada relação com a história da cidade, num ponto de vista estritamente religioso – mas que também é importante para se analisar sob a ótica daqueles que são crentes – a igreja Catedral é o principal templo católico para a cidade de Curitiba e mais dez municípios da Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Itaperuçu, Palmeira, Pinhais, Porto Amazonas e Rio Branco do Sul), o que constitui a Arquidiocese de Curitiba, uma das inúmeras divisões territoriais-administrativas da Igreja Católica.

O símbolo máximo de unidade dessas circunscrições eclesiais (prelazias, dioceses e arquidioceses) é a igreja Catedral, chamada muitas vezes de “igreja-mãe”, por ser, ao menos na teoria, o centro da vida litúrgica dos fiéis nesses territórios; ali que acontecem as principais

⁶ SOUZA, Mériti de. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 16 a 18 set. 2004, Coimbra. **A questão social no novo milênio**. Coimbra, Portugal, 2004, p. 10.

⁷ WACHOWICZ, *As moradas...*, op. cit., p. 8

⁸ *Ibidem*, p. 7-8.

⁹ BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 251.

celebrações religiosas, como a própria cerimônia de tomada de posse dos arcebispos. Catedral vem do grego *kathédra*, que significa “assento, cadeira”, e faz menção direta à cadeira do bispo, comumente em formato de trono, que fica na igreja Catedral, da qual esse simbolicamente preside o território confiado a ele pela Santa Sé¹⁰; apesar de muitas vezes qualquer igreja maior ou mais importante ser popularmente chamada de “catedral”, em cada um desses territórios há apenas um templo com essa prerrogativa, que lhe assegura o topo da hierarquia entre as construções religiosas dentro dos territórios eclesiásticos¹¹. Ademais, além do aspecto de jurisdição canônica, a pertinência da igreja Catedral é reforçada pelo seu alto valor espiritual:

A igreja Catedral, “pela majestade da sua construção, é a expressão daquele templo espiritual, que é edificado no interior das almas e brilha pela magnificência da graça divina, segundo aquela sentença do apóstolo S. Paulo: ‘Vós sois o templo do Deus vivo’ (2Cor 6, 16). Depois, deve considerar-se como imagem figurativa da Igreja visível de Cristo, que no orbe da terra ora, canta e adora; deve, conseqüentemente, ser retida como a imagem do seu Corpo místico, cujos membros estão conglutinados pela união na caridade, alimentada pelo orvalho dos dons celestes”. **Neste sentido, a igreja catedral deve ser considerada como o centro da vida litúrgica da diocese.**¹²

Combinando esses fatores históricos e religiosos, a Catedral e suas igrejas antecessoras foram, ao longo dos últimos mais de 350 anos, palco de diversos eventos das mais variadas necessidades, como a recepção dos voluntários da pátria no retorno da Guerra do Paraguai em 1870 (Figura 1), os funerais de João Gualberto, morto na Guerra do Contestado em 1912 (Figura 2), as comemorações do Centenário do Paraná em 1953 (Figura 3), ou ainda em parte das comemorações do tricentenário da fundação de Curitiba enquanto vila, em 1993, evento que orbita ao redor deste trabalho.

¹⁰ DOTRO, Ricardo Pascual; HELDER, Gerardo García. **Dicionário de liturgia**. Tradução Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 28.

¹¹ SANTA SÉ. **Cerimonial dos bispos**: cerimonial da Igreja. Tradução Secretariado Nacional de Liturgia de Portugal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulus, 2008, p. 29-31.

¹² Ibidem, p. 29, grifo meu.

FIGURA 1 – ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA



Antiga igreja matriz de Curitiba em 1870, no retorno dos Voluntários da Pátria após a Guerra do Paraguai. Essa igreja foi demolida a partir de 1875 para dar lugar ao atual templo.

FONTE: VOLK, Adolpho. **Foto da chegada dos Voluntários da Pátria vindos do Paraguai.** Curitiba, 1870. Coleção: Família Groff. Acervo: Centro de Documentação da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba.

FIGURA 2 – CORTEJO FÚNEBRE DE JOÃO GUALBERTO



Cortejo fúnebre do Coronel João Gualberto em direção à igreja Catedral, em 1912. Note-se o tecido preto de luto pendendo de uma das torres.

FONTE: BAHLS, **Catedral...**, op. cit., p. 122.

FIGURA 3 – CATEDRAL DECORADA PARA O CENTENÁRIO DO PARANÁ



A Catedral, decorada com o brasão (nas torres) e a bandeira (na fachada) do estado para as comemorações do centenário da emancipação política do Paraná, em 1953. Na ocasião, o Arcebispo Metropolitano de Curitiba promoveu um Congresso Eucarístico Provincial para celebrar o centenário do estado, reunindo bispos e padres de todo o Paraná.

FONTE: DESTEFANI, Cid Deren. **A cruz do alemão**. Curitiba: edição do autor, 1993, p. 15.

É curioso notar como a igreja foi palco de diversos eventos cívicos, mesmo sendo ela um edifício religioso de uma denominação específica, a católica. Isso se deve, naturalmente, aos fortes vínculos criados entre Estado e catolicismo desde os tempos coloniais, passando ao Império e adentrando a República. De todo modo, a prevalência da população católica em Curitiba é significativa: segundo o censo de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o mais próximo do recorte temporal aqui analisado, a população de católicos no Paraná era de cerca de 85%, enquanto que na capital era pouco mais de 80%. É um número expressivo, de fato. Porém, é preciso considerar aqui dois fatores: “Há de se ressaltar que o número de católicos tem diminuído em relação ao número de não católicos [1]; todavia, tem crescido em números absolutos por conta do **crescimento vegetativo** da população [2]”¹³. O primeiro fator é claro, revelando uma constante tendência de queda nos números relativos da população católica; o segundo, quanto ao crescimento vegetativo, quer se referir a um aumento de números absolutos que é autossustentável, ou seja, cresce por conta de nascimentos de crianças em famílias de tradição católica que são batizadas ainda na infância, quase que num

¹³ GIL FILHO, Sylvio Fausto. Igreja Católica Romana em Curitiba (PR): estruturas da territorialidade sob o pluralismo religioso. **RAEGA**, Curitiba, n. 7, dez. 2003, p. 103, grifo meu.

processo automático. Por mais que se denominem como tais, essa relação pode ir se descaracterizando ao longo de tempo e sendo cada vez menos assimilada quanto a viver segundo preceitos católicos no cotidiano; é o que o padre conservador Paulo Ricardo – e não é o único a fazê-lo – chama de “católicos de IBGE”¹⁴.

A narrativa fundante e homogeneizante sobre a fundação da cidade persiste pelos séculos, sendo constantemente reiterada, e alcança o objeto central de estudo desta dissertação: o segundo restauro da igreja Catedral Basílica de Curitiba, entre os anos de 1992 e 1995. Duas décadas antes disso, entre 1975 e 1977, a igreja passou pelo seu primeiro processo de restauração artístico-arquitetônica, o qual foi meu objeto de estudo na monografia de conclusão de curso no Bacharelado em História – Memória e Imagem pela Universidade Federal do Paraná; tal processo se revelou bastante conturbado e polêmico, sobretudo por uma ideia de retorno a um suporte estado “original” da igreja, o que demonstrei nunca ter existido de fato¹⁵.

Nos anos 1990, por sua vez, as motivações por trás do segundo restauro da igreja eram nebulosas, a princípio parecendo muito mais cívicas do que conservativas, o que não quer dizer que o edifício não tenha se beneficiado de uma nova restauração. O ponto central é, contudo, que 1993 foi um ano chave: Curitiba comemorava seu tricentenário de fundação enquanto Câmara Municipal, ao passo em que a Catedral comemorava seu primeiro centenário de inauguração do atual templo; ser a igreja a representação palpável que “herda” o átimo de fundação da cidade a tornou foco em diversos momentos dessas festividades. Acrescente-se a essa dupla comemoração, e estando diretamente vinculadas a ela: o fato de a Catedral ter se tornado uma Basílica Menor¹⁶ e a construção de um monumento alusivo aos 300 anos de Curitiba e centenário da Catedral, a Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. É impossível falar de centenário da Catedral sem falar dos 300 anos de Curitiba. A recíproca, porém, não é verdadeira: é possível falar dos 300 anos de Curitiba sem mencionar a Catedral por que a comemoração se espalhou pela cidade toda (ou quase toda), embora a igreja possa ser entendida como um dos principais palcos dessa comemoração; creio que essa associação ficará clara ao longo deste trabalho.

¹⁴ RICARDO, Paulo. **O “católico de IBGE”**. Blog *Christo Nihil Praeponere*. 25 set. 2021. Disponível em: <padrepauloricardo.org/episodios/o-catolico-de-ibge>. Acesso em 18 jul. 2023.

¹⁵ Cf. FORGATI, op. cit.

¹⁶ Uma basílica é uma igreja que, em razão da sua beleza artística e arquitetônica, importância histórica e/ou devoção particular, recebe esse título da Santa Sé, via Secretaria de Estado do papa; quem conferiu à Catedral o título de Basílica Menor foi o papa João Paulo II. O título obriga a igreja a manter certos serviços, como missas diárias, atendimento de confissões e um coral fixo; como privilégio lhe é permitido portar duas insígnias papais (o umbráculo e o tintinábulo), incluir as chaves pontificias no brasão de armas e ter precedência sobre outras igrejas quando da visita do papa à localidade. São chamadas de “menor” todas as basílicas ao redor do mundo com exceção de quatro, intituladas Maiores, onde o papa celebra com mais frequência: São Pedro, no Vaticano, e São João de Latrão, Santa Maria Maior e São Paulo Extramuros, em Roma.

De todo modo, todos esses fatores se congregam, de algum modo, no segundo restauro da igreja, possibilitado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, na primeira gestão de Rafael Valdomiro Greca de Macedo¹⁷, enquadrando-a como uma Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP). As UIEPs, conforme será aprofundado no terceiro capítulo desta dissertação, foram estabelecidas pelo Decreto nº 380/1993, no qual Rafael Greca concedeu a essas edificações a possibilidade de ações de conservação e restauro com base na Transferência de Potencial Construtivo (TPC), modalidade instituída pela Lei nº 6.337/1982, que inaugurou, em Curitiba, a possibilidade de restauração de imóveis de propriedade privada com recursos públicos. Quando da Lei nº 6.337/1982, o foco de ação eram as Unidades de Interesse de Preservação (UIP), instituídas pelo Decreto nº 1.547/1979, que consistem em

edificações de propriedade privada, que, em decorrência das suas características pautadas na qualidade arquitetônica, construtiva, presença na paisagem e no significado social da edificação, não podem ser reformadas, modificadas e/ou demolidas, sem a prévia autorização do Poder Público.¹⁸

A TPC aplicada nas UIPs consistia na utilização do potencial de construção do espaço remanescente do terreno onde se localiza a unidade para uma nova edificação, desde que não afetasse a edificação original e tampouco seu entorno. Na impossibilidade de construção no mesmo terreno, tal potencial poderia ser transferido para outro lote. No caso, os proprietários das UIPs se comprometem a “manter a estrutura original da edificação, porte e escala, bem como realizar as necessárias obras de restauro e conservação em sua UIP, sob pena de sanções”¹⁹. Com o advento das UIEPs em 1993,

por se tratarem de imóveis de uso público, tinham o seu potencial construtivo tratado de forma diferenciada das UIPs. Enquanto nestas, o proprietário privado poderia utilizar o potencial construtivo em outras áreas ou até comercializá-lo, naquelas, **o potencial construtivo era convertido em cotas, cujos recursos auferidos com a comercialização das mesmas eram destinados, exclusivamente, à restauração das referidas unidades.**²⁰

¹⁷ Rafael Greca (Curitiba/PR, 1956), de família abastada que há séculos tem influência social e política em Curitiba, foi prefeito pela primeira vez entre 1993 e 1996. Em 2016 foi eleito novamente (mandato 2017-2020) e em 2020 reeleito (mandato 2021-2024), sendo o único prefeito escolhido por sufrágio universal três vezes. Nos anos 1990, Greca foi eleito como herdeiro político de Jaime Lerner, arquiteto e urbanista famoso pelas ações de planejamento urbano na cidade, sobretudo nos anos 1970. Lerner também foi prefeito por três mandatos (1971-1974, 1979-1982 e 1989-1992), embora os dois primeiros tenham sido “biônicos”, isto é, indicados por prepostos da ditadura civil-militar brasileira; também foi governador do Paraná por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2002.

¹⁸ BITENCOURT, Ana Paula Mota de. **A Transferência do Direito de Construir para a conservação do patrimônio cultural:** a experiência da cidade de Curitiba. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 76.

¹⁹ Ibidem, p. 79.

²⁰ Ibidem, p. 84, grifo meu.

A Catedral Basílica se tornou uma UIEP a partir do Decreto nº 381/1993, juntamente com o Palácio Garibaldi e com o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade²¹. Dessas três primeiras edificações tornadas UIEPs, a primeira a ser beneficiada foi a Catedral Basílica, por meio do Decreto nº 425/1993, que lhe fixou uma TPC de 6.850m², ou 6.850 cotas de um metro quadrado cada, comercializadas a R\$ 200,00, totalizando, em valor de restauro, R\$ 1.370.000,00²².

Minha inquietação quanto ao objeto de pesquisa surgiu a partir do momento em que, observando o conjunto de intervenções – restaurativas ou não – para uma pesquisa mais ampliada de história e iconografia do templo, com o objetivo específico de desenvolver um roteiro de visita mediada na Catedral que realizo desde 2016, percebi as três intervenções de restauro quase que estrategicamente distanciadas vinte anos umas das outras: a primeira entre 1975 e 1977, com discussões iniciadas em 1973, a segunda entre 1992 e 1995, e a terceira entre 2010 e 2013. A primeira acabou sendo meu objeto de pesquisa no trabalho de conclusão de curso da graduação e sempre teve suas motivações muito às claras: seria a primeira intervenção de restauro pelo qual o edifício passaria em oitenta anos e, acima disso ainda, havia a necessidade de se adaptar o espaço celebrativo às novas diretrizes litúrgicas demandadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965); a terceira e mais recente, em outra chave de apreciação, acompanhei de perto como funcionário do Arquivo da Catedral entre 2012 e 2020.

Quanto à década de 1990, quais eram as motivações para o restauro, objeto deste trabalho? O templo estava deteriorado novamente como estava na década de 1970? Ou as motivações se baseiam unicamente em embelezar a construção que herda uma narrativa construída a respeito da história de Curitiba, que naquele ano comemorava seus 300 anos? Além disso, a concessão do título de Basílica Menor pela Santa Sé, no pontificado do papa João Paulo II – quase que apenas uma honraria em si mesma, isto é, que em praticamente nada modifica a edificação ou o funcionamento das atividades religiosas, servindo mais como um status para destacar certas igrejas em relação a outras – não pode ser entendida como mera benevolência ou um agraciamento papal: o título foi solicitado por Dom Pedro Fedalto, que era o Arcebispo Metropolitano à época²³; de tal solicitação, a Santa Sé pode, ou não, mediante a apresentação

²¹ Os aspectos abordados nesse parágrafo (Transferência de Potencial Construtivo, Unidade de Interesse de Preservação, Unidade de Interesse Especial de Preservação), juntamente com outros, serão aprofundados e melhor explanados no terceiro capítulo desta dissertação.

²² BITENCOURT, op. cit., p. 105.

²³ Pedro Antônio Marchetti Fedalto (Campo Largo/PR, 1926) foi Arcebispo Metropolitano de Curitiba entre 1971 e 2004. Em 2023, prestes a completar 97 anos, é um dos bispos mais velhos em idade do Brasil e o sênior do episcopado brasileiro, isto é, é o bispo mais antigo em tempo de ordenação episcopal (1966).

de documentos como o historial da igreja e fotografias, decidir de forma positiva ou negativa²⁴; acrescento, ainda, que a burocracia da Santa Sé é bastante morosa, então é muito difícil desconsiderar que a ideia de pedir ao papa que a Catedral ganhasse o título de Basílica Menor não tivesse sido gestada tempos antes. O mesmo prelado, a quem o prefeito de então, Rafael Greca, chama de “padrinho de casamento”²⁵, presidiu missa na Catedral no dia 1º de janeiro de 1993, início de governo da primeira gestão Greca na Prefeitura de Curitiba, ocasião em que o prefeito “pediu a proteção de N. Sra. da Luz para seu governo”²⁶. Rafael Greca, pelo que as fontes nos demonstraram, foi o pivô desse restauro:

No mês de março deste ano [1993], **por iniciativa do Prefeito Municipal**, em concordância com o Snr. Arcebispo, deu-se novo rumo ao processo de restauração da igreja. Os fundos agora adviriam de uma lei criada pelo prefeito: “Lei de incentivo ao solo criado”.²⁷

Na mesma ocasião, março de 1993, foi erguido um grande painel em frente à Catedral, feito para esconder os andaimes utilizados na restauração da fachada, que trazia estampado a fachada da antiga Matriz. “Tal painel era o marco inicial das comemorações dos 300 anos de Curitiba”²⁸, eventos que Greca se esforçou sobremaneira para tornar um grande acontecimento na cidade²⁹. Dentre todos esses eventos, um dos principais marcos cívicos dos 300 anos de Curitiba foi, paradoxalmente, a construção de um monumento religioso. Monumento esse entendido na acepção mais pura do termo, isto é, “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos”³⁰, e erigido em honra da padroeira da cidade, inaugurando a quarta imagem de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais³¹, feita em bronze e posta sobre uma coluna de granito na confluência das ruas Barão do Serro Azul, Nestor de Castro e

²⁴ FEDALTO, Pedro. **Reminiscências**: 90 anos de idade, 50 anos de Bispo. Curitiba: edição do autor, 2017, p. 199.

²⁵ MACEDO, op. cit., p. 46.

²⁶ ARQUIVO DOM ALBERTO JOSÉ GONÇALVES DA CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA. **Livro do Tombo n° 5**. Curitiba, 1947-2010, f. 127v.

²⁷ Ibidem, f. 127v, grifo meu.

²⁸ Ibidem, f. 127v.

²⁹ MACEDO, op. cit., p. 555-559.

³⁰ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 31.

³¹ Estou considerando como imagens “oficiais” aquelas entronizadas para o culto público de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e são elas: a primeira, da lenda da fundação de Curitiba, feita em terracota e de provável origem brasileira, hoje no acervo do Museu Paranaense; a segunda, encomendada pela Câmara Municipal para a antiga Matriz e entronizada em 1720, também em terracota, de origem portuguesa, e que hoje é parte do acervo do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba; por fim, a terceira, que se venera atualmente no altar-mor da igreja Catedral Basílica, feita em talha de madeira e proveniente de Portugal, entronizada em fins do século XIX. FORGATI, op. cit., p. 27-40.

São Francisco, a apenas alguns passos da Catedral, o qual foi inaugurado a 8 de setembro de 1993, o mesmo dia da solenidade da padroeira e feriado municipal em Curitiba; ressalte-se que tal imagem da padroeira está voltada para a Rua Barão do Serro Azul em cuja continuação, a Avenida Cândido de Abreu, encontram-se os principais prédios administrativos das esferas de poder estadual e municipal (Palácio 29 de Março, sede da Prefeitura Municipal; Palácio Iguazu, sede do Governo do Estado; Assembleia Legislativa do Paraná; Palácio da Justiça; entre vários outros).

Levanto, então, alguns questionamentos sobre a restauração da igreja Catedral Basílica entre 1992 e 1995. Qual o discurso, a narrativa, a memória coletiva construída que permitiu que políticas públicas de conservação e restauro de patrimônios edificados, no caso de Curitiba, fossem instrumentalizadas em prol de edifícios privados?³² Ou, nas palavras de Mario Ruffer, “quem ou o que legitima o discurso da produção pública do passado?”³³. No caso do prefeito da época, “é explícito que o poder pessoal exercido por Greca condiciona a escolha da memória oficial.”³⁴; de outro modo, o que será declarado como de interesse municipal e o que não será. Não se propõe aqui propriamente um choque direto com essas narrativas fundantes, ou de “tentar demonstrar a ‘verdade’ das narrativas (ou a falta dela) em tais dispositivos.”³⁵, ou ainda de fazer um papel de julgar que o que foi determinado como de importância patrimonial para Curitiba não o seja mais. O questionamento que move esta pesquisa é entender como essas narrativas operam na lógica de dotar o patrimônio escolhido de “prestígio histórico e simbólico”³⁶ para uma noção de pertencimento que seja homogênea, ignorando que não é encarado por toda a população sob o mesmo ponto de vista. Trata-se de

ver como operam discursos que se colocam como verdades estáveis e contra leituras num modo de advertência (**de inconformidade com as narrativas excludentes, de instabilidade do referente**) e de exigências (de uma inclusão simbólica e política da narrativa histórica, mas também no cenário público da tomada de decisões).³⁷

³² A Catedral Basílica, como todas as demais paróquias da Arquidiocese de Curitiba, é propriedade da Mitra da Arquidiocese de Curitiba, pessoa jurídica de direito privado.

³³ RUFER, Mario. *Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente*. **Anuario de investigación**, UAM-X, México, 2010, p. 116, tradução minha.

³⁴ CARDOSO, Fernando. *Arte, política cultural e identidade: a arte institucional em Curitiba durante o primeiro mandato Greca, 1993-1996*. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR, 22 a 25 out. 2018, Paranaguá. **Anais do IV Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**. Paranaguá/PR: UNESPAR, 2018, p. 108.

³⁵ RUFER, op. cit., p. 116, tradução minha.

³⁶ CANCLINI, Néstor García. **A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 71.

³⁷ RUFER, op. cit., p. 116, tradução minha, grifo meu.

Trata-se de problematizar um discurso universalizante, que arroga a si mesmo o papel de civismo municipal, sem considerar a pluralidade de patrimônios (materiais e imateriais) que hoje forma a sociedade, plural, também, em culturas.

Para sistematizar este trabalho, meu objetivo central consiste em expor, compreender e analisar esse segundo processo de restauração sofrido pela igreja Catedral, entre os anos de 1992 e 1995, à luz da construção da igreja como um patrimônio supostamente incontestável da cidade de Curitiba, inserida durante a primeira gestão de Rafael Greca no Executivo municipal; não pode ser perdido de vista, repito, que essa restauração figurou como parte das comemorações do centenário da igreja e do tricentenário da cidade. Esmiuçando esse objetivo, proponho, ainda, descrever o segundo processo de restauração da igreja Catedral Basílica de Curitiba por meio das fontes analisadas (jornais, fotografias e documentos eclesiais); entender como as esferas de poder (igreja e Estado) relacionaram-se nesse processo de restauro; e, por fim, problematizar o uso que tais agentes fizeram do templo enquanto patrimônio histórico, servindo, ao fundo da justificativa de civismo municipal e resgate duma história que se propôs universal, para marcar acontecimentos políticos por meio de políticas públicas determinadas.

Para organizar a dissertação, esta está dividida em quatro capítulos: no primeiro, irei expor os antecedentes da Catedral e da própria restauração, explanando como o assunto circulava, sobretudo nos jornais, e procurarei debater os conceitos não unânimes de patrimônio edificado e restauração. No segundo, farei a exposição do restauro propriamente dito utilizando, sobretudo, uma série fotográfica inédita; quando então a exposição das imagens será cotejada com a literatura pertinente. O terceiro capítulo reconstituirá a trajetória de preservação do patrimônio edificado em Curitiba, sobretudo no período entre as décadas de 1960 e 1990, desde a elaboração do Plano Diretor, passando pela instituição da Transferência do Potencial Construtivo nos anos 1980 que garantiu à Catedral seu segundo restauro em 1993. Por fim, no quarto capítulo, ampliarei a discussão sobre os temas tratados aqui à luz dos 300 anos de Curitiba e da primeira gestão Rafael Greca, bem como o uso político que foi feito da igreja nas comemorações tricentenárias, buscando problematizar a consolidação da Catedral como um patrimônio da cidade frente às políticas públicas que foram adotadas.

Diversos trabalhos sobre a igreja Catedral Basílica já foram realizados, desde temas que envolvem o complexo artístico-arquitetônico, o historial da instituição, as fontes existentes

no Arquivo, entre outros³⁸. Porém, incide sobre o ineditismo desta pesquisa tentar compreender como esse patrimônio foi formado, sobretudo na ocasião desse segundo restauro, e como foi instrumentalizado por diversos agentes para atender determinados interesses³⁹. No que diz respeito à construção de um patrimônio, me parece insuficiente apenas alegar ser a igreja uma Catedral, ou abrigar uma história que se coloca como herdeira duma ideia de municipalidade, ou ainda sua “simples sobrevivência ao tempo”⁴⁰. É premente refletir, sob uma nova concepção que difere daquela que no passado priorizou “‘a valorização estética’ ou ‘a autenticidade’”⁴¹ do patrimônio, aspectos presentes numa narrativa pública⁴², quais foram os critérios alegados para tal construção, como foi operada essa amálgama de justificativas; como, ainda que não deliberadamente e que tenham logrado êxito na conservação do patrimônio edificado da cidade, excluíram outras manifestações da pluralidade de culturas.

Para todas as perguntas que objeto e objetivos demandam, a pesquisa acadêmica se mostra como aquela que lança as bases para as discussões que promovam novos entendimentos acerca do que é patrimônio e que incluam nesse processo clareza e evidência dos fatores que estão sendo postos para categorizá-los como tal⁴³. Porém, para propor algo novo, devemos voltar ao “velho”: “Não se considera legítimo um estudo do passado que tencione obter mero saber; do abismo do esquecimento só se deve resgatar algo passado quando se tenciona vitalizar tal coisa e dar-lhe continuidade”⁴⁴; continuidade que se justifica para semear novos horizontes na ação ativa de um presente que busca não a simples atestação empírica do “que realmente aconteceu”, mas encontrar no passado um significado que lhe dê “razões para ações a serem tomadas no presente em nome de um futuro melhor do que aquilo que atualmente existe”⁴⁵.

³⁸ Cf. BAHLS, **Catedral...**, op. cit. COSTA, Odah Regina Guimarães. As fontes primárias existentes no arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 6, 1968. DESTEFANI, **A cruz...**, op. cit. FORGATI, op. cit. WACHOWICZ, **As moradas...**, op. cit.

³⁹ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, jun./ago. 2013, p. 55-56.

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2012, p. 100.

⁴¹ CANCLINI, op. cit., p. 70.

⁴² MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 71.

⁴³ GUIMARÃES, op. cit., p. 96. MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. Fontes para o patrimônio cultural. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 282.

⁴⁴ ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução Paulo Soethe. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 336.

⁴⁵ AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, jan./jun. 2018, p. 41-42.

Ademais, que se justifica na tentativa de tentar promover novas discussões públicas acerca da conservação dos patrimônios edificados, problematizando os sentidos que foram feitos deles e quais são as novas reflexões que podemos propor para essas discussões⁴⁶. Devemos propor um contato mais próximo com a esfera pública e com a população em geral, que usufrui desse patrimônio, e que de tal usufruto possa ser enxergada uma possibilidade de contato da comunidade com o conhecimento histórico produzido nas universidades. Até agora esse contato tem sido monopolizado pelo Estado:

Aprender a atuação do Estado na esfera cultural é na realidade inserir a política governamental dentro deste processo mais amplo que caracteriza o desenvolvimento brasileiro. O Estado é um elemento fundamental na **organização e dinamização** deste mercado cultural, ao mesmo tempo que nele atua através de sua política governamental.⁴⁷

Fundamental, de fato, na organização e na dinamização, como bem explicitado acima. Isso, porém, não significa protagonismo na produção de cultura. A Constituição Federal de 1988 é clara quanto ao objetivo do Estado em **fomentar** a cultura, e não em produzi-la: “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”⁴⁸.

O risco aumenta, quanto a esse papel centralizador da tomada de decisões do Estado, quando falamos do patrimônio cultural, seja ele de qual natureza for, por conta das prerrogativas constitucionais e legais que garantem ao Estado esse exercício. Independentemente de qualquer julgamento, quando a nação, o estado ou o município decidem proteger um bem cultural (quando edificado, quase sempre pela via do tombamento), estão determinando que tipo – ou tipos – de memória está sendo preservada. Por mais que a Constituição Federal e as demais legislações assegurem tal prerrogativa, esse processo não pode ser consumido passivamente pelas comunidades:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.⁴⁹

⁴⁶ BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? In: MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, op. cit., p. 89.

⁴⁷ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 84, grifo meu.

⁴⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, Art. 215.

⁴⁹ CHOAY, A **alegoria...**, op. cit., p. 12.

Algumas notas de leitura se fazem necessárias para enquadrar melhor a aplicação de alguns termos. A primeira diz respeito à uma boa parte da bibliografia utilizada que emprega conceitos de referências nacionais; como esses assuntos se repetem dentro da realidade brasileira, e que os entes federados e municípios replicam e adaptam às realidades locais, por mais que algumas citações e referências tenham como mote o plano nacional, também podem ser aplicadas, aqui, ao plano municipal. A segunda refere-se ao instrumento jurídico do tombamento, a forma mais evidente da proteção do patrimônio edificado, que será melhor discutido no segundo capítulo. Por mais que Curitiba não tivesse uma política de tombamento nos anos 1990 e ainda, via de regra, não o tenha (esse processo está em franca discussão na cidade atualmente⁵⁰), em virtude, uma vez mais, da bibliografia e da própria forma de tratamento das edificações, esse termo foi utilizado como correlato ao longo deste trabalho.

⁵⁰ Curitiba aprovou uma Lei de Tombamento apenas em 2016 (**Lei nº 14.794**, de 29 de março de 2016), que teve alterações robustas em 2020 (**Lei nº 15.665**, de 3 de julho de 2020), e que ainda encontra-se em definição, não havendo sido totalmente regulamentada e, por conseguinte, aplicada.

1 ANTES DO RESTAURO

O presente capítulo objetiva expor alguns dados históricos sobre a Catedral Basílica e a Praça Tiradentes, bem como seus papéis na dinâmica da cidade. Parte-se, a partir disso, para alguns breves relatos sobre os momentos à iminência da segunda restauração, no início da década de 1990. Por fim, para dar as diretrizes teóricas deste trabalho e introduzir o leitor no assunto central do capítulo seguinte – a restauração em si – farei uma discussão acerca das definições de restauro, sobretudo para indicar quais estou adotando aqui.

1.1 A IGREJA E A PRAÇA

Como dito anteriormente, 1993 foi um ano recheado de acontecimentos para a Catedral católica de Curitiba: foi comemorado o centenário de inauguração do atual edifício, foi conferido a ela o título de Basílica Menor, a Prefeitura a enquadrou como uma UIEP e também inaugurou um monumento dedicado à padroeira da cidade nas imediações da igreja e, além de tudo, foi palco de parte das comemorações dos 300 anos de Curitiba.

Na trajetória de cem anos do atual edifício da Catedral, desde sua inauguração em 1893 até o recorte temporal que esta pesquisa aborda, 1993, um sem número de intervenções, alterações, acréscimos e decréscimos podem ser contados, tendo agido diretamente sobre o complexo artístico-arquitetônico da igreja:

- 1) nos anos 1910, a igreja recebeu sua primeira pintura interna, com temas góticos;
- 2) na mesma época, foram construídos dois altares colaterais, nas colunas do arco cruzeiro que formam a abertura da capela-mor;
- 3) nas décadas de 1930 e 1940, a igreja recebeu a maior parte dos atributos artísticos que são vistos atualmente: o mobiliário (bancos, cátedra, púlpitos, confessionários, etc.), feito em madeira de imbuia em Curitiba; os vitrais coloridos, feitos na Casa Conrado, em São Paulo (antes os vitrais eram mais simples artisticamente); e as pinturas parietais internas, executadas pelos irmãos Carlo e Anacleto Garbaccio entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950; também foi refeita a iluminação e o sistema de som e o órgão de tubos foi eletrificado;
- 4) ainda nos anos 1940, a rua Barão do Serro Azul, que passa ao lado da igreja pelo lado esquerdo (de quem está no templo), passou por reforma urbanística e foi

alargada (dentro das diretrizes do Plano Agache⁵¹). Para tal alargamento, pelo lado direito da via, foram demolidas várias edificações – a maioria em estilo eclético, do final do século XIX e início do século XX –, entre as quais destaca-se a antiga casa dos padres, que também já tinha servido de Palácio Episcopal. Em virtude disso, foi edificado o prédio anexo entre 1947 e 1948, para servir de escritório paroquial e residência dos sacerdotes. O prédio anexo é uma construção com problemática estilística por dois fatores: 1) imitando o estilo de construção e a forma decorativa da igreja, cria um falso histórico e um falso artístico, dando a impressão de que é uma edificação concomitante ao templo; 2) criando uma volumetria excedente, modifica a percepção de simetria quando se observa a igreja frontalmente;

- 5) Em 1959 foi substituído o piso da capela-mor e da Capela do Santíssimo, e em 1965 foi substituído o piso do restante da igreja e escavada a cripta para o sepultamento dos arcebispos⁵²;
- 6) E, entre 1975 e 1977, com discussões iniciadas em 1973, teve início o primeiro processo de restauração da igreja Catedral. Esse processo, marcado por uma série de polêmicas, foi motivado pelo desejo de restauração propriamente dito – o templo completou oitenta anos em 1973 cheio de problemas de ordem estrutural e decorativa – e também pela necessidade de se adaptar o espaço celebrativo às novas diretrizes litúrgicas do Concílio Ecumênico Católico Vaticano II, concluído em 1965, a saber, principalmente, a mudança de orientação do sacerdote que, antes celebrando de costas para o povo, a partir de então o faria de frente para esse⁵³.

Assim, durante toda a história da igreja é possível observar modificações, ora mais justificadas, ora menos, mas sempre com o objetivo premente de “aprimorar” o templo, conquanto tenha essa palavra significados diferentes e bastante subjetivos. Não foi diferente para o restauro de 1993, que estava sob o grande guarda-chuva das comemorações dos 300 anos

⁵¹ O Plano Agache foi um projeto urbanístico realizado para Curitiba na década de 1940 pelo arquiteto francês Alfred Agache, através da firma Coimbra & Bueno Cia. Ltda., do Rio de Janeiro; naquela cidade, Agache havia também realizado reformas urbanas anos antes. Em Curitiba foi um plano pouco aplicado, tanto o é que acabou, em parte, demandando a elaboração do Plano Diretor de 1966. SILVEIRA, Cristiane. **Cultura Política versus Política Cultural**: os limites da Política Pública de animação da Cidade em confronto com o campo das artes visuais na Curitiba Lernista (1971-1983). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016, p. 67.

⁵² A existência das duas igrejas antecessoras (primeira capela e antiga Matriz), bem como a construção e trajetória de aprimoramentos plásticos do atual templo, foram explorados com profundidade no trabalho de conclusão de curso acima mencionado. Cf. FORGATI, op. cit.

⁵³ Esse restauro, reforço, foi meu objeto de pesquisa no mesmo trabalho mencionado na nota anterior. Cf. FORGATI, op. cit.

de Curitiba, embora posso adiantar que, dos três restauros da Catedral, esse foi o que menos desenvolveu alterações significativas no complexo artístico-arquitetônico.

É importantíssimo, além de situar a igreja no tempo, situá-la no espaço, compreender em que local a Catedral está implantada, pois isso muda a percepção da dinâmica da igreja com a cidade e vice-versa, e inclui uma visão moderna que é, na minha opinião, mais sensata, de enquadrar os patrimônios edificados no ambiente e paisagem urbana, “contrapondo-se à construção previsível e monótona da perspectiva grandiosa que enquadra e valoriza como ponto focal um único monumento, em geral ressaltando os lugares do poder político, religioso e econômico das cidades”⁵⁴. Independentemente do fato de ser uma “catedral” ou não, a igreja situada na praça mais antiga é diferente daquela situada numa praça mais recente, que é diferente daquelas dos bairros, e que são todas diferentes entre si daquelas situadas no ambiente rural, por exemplo.

Curitiba, então, surge oficialmente como núcleo de povoação do homem branco na atual Praça Tiradentes, em meados do século XVII, e foi-se desenvolvendo junto com a vila, depois cidade de Curitiba. Os historiadores Magnus Pereira e Antonio Cesar Santos, no livro comemorativo aos 300 anos da Câmara Municipal de Curitiba, condicionam a formação de uma vila numa colônia do Império Português a três passos: a construção de uma capela, a ereção do pelourinho e a instalação da câmara de vereadores⁵⁵.

O primeiro passo teria se dado por volta de 1654, logo que os faiscadores de ouro deixaram o arraial do Atuba. A capela era uma igrejazinha muito simples e de dimensões modestas. Não há registros que possam confirmar a localização dessa primeira igreja na praça – considerando, ainda, que pela incipiente organização das moradias, a praça é uma abstração, uma vez que ainda não havia um espaço claramente delimitado como tal. Ao longo das pesquisas que desenvolvo sobre a Catedral, levantei uma hipótese sistematizada no trabalho de conclusão de curso, a qual reforço, uma vez mais, de que essa primeira igreja

ficava bem ao centro da Praça Tiradentes, próximo a um calçamento mais antigo que o atual, descoberto na última reforma da praça, em 2008. Vestígios disso seriam o relato do historiador Ermelino de Leão, segundo o qual o lugar escolhido para a construção dessa capelinha seria o centro da praça, e a menção de que a sua sucessora, a antiga Matriz de Curitiba, edificada no início do século XVIII, ficaria “a nordeste” da primeira igreja.⁵⁶

⁵⁴ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 8, abr./jun. 2014, p. 95.

⁵⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **300 anos, Câmara Municipal de Curitiba (1693-1993)**. Curitiba: edição dos autores, 1993, p. 15-17.

⁵⁶ FORGATI, op. cit., p. 30.

O segundo passo, a ereção do pelourinho, símbolo do poder real, aconteceu em 4 de novembro de 1668, quando Gabriel de Lara, capitão povoador de Paranaguá, consumou o ato. “O pelourinho era uma haste de madeira ou pedra geralmente colocada no centro das praças, que marcava a presença do poder metropolitano e servia para castigar os criminosos. Em Curitiba, ele ficava na região da Praça José Borges de Macedo, atrás do atual Paço da Liberdade”⁵⁷. Ficava, portanto, na mesma praça que a capela, se considerarmos que ainda não havia a limitação dos sítios por ruas ou caminhos.

O terceiro, por fim, é a fundação da câmara municipal, essa sem marco físico a não ser a própria igreja, que é a data símbolo do evento em grande escala aqui analisado, o aniversário de Curitiba. Em 29 de março de 1693, dentro da capelinha, diante a primeira imagem de Nossa Senhora da Luz, prestando juramento ao vigário de então, Antônio de Alvarenga, as primeiras autoridades municipais tomaram posse dos cargos⁵⁸.

Independentemente de como tenha acontecido, pois o que nos importa mais é a narrativa depreendida do momento, é interessantíssimo, aqui, realizar um exercício de digressão para imaginarmos esse ato acontecendo, pois ele vai ecoar nos três séculos seguintes e chegar até 1993: **dentro da igreja**, diante do altar, dois juízes, três vereadores, um procurador e um escrivão prestam juramento ao **padre** Antônio de Alvarenga; atrás do sacerdote está a primeira imagem da padroeira, **Nossa Senhora da Luz**. Os destaques não são à toa: eles destacam o átimo fundante de Curitiba sob os auspícios da autoridade e da religiosidade católica, papel que a Catedral assume quando se torna a herdeira simbólica do fato.

A praça, então, vai acompanhando o desenvolvimento dessa incipiente vila e a evolução das três igrejas. Primeiro como Largo da Matriz, depois como Largo Dom Pedro II e, por fim e atualmente como Praça Tiradentes⁵⁹, o espaço torna-se, como não poderia deixar de ser, ambiente de convívio, sociabilidades e conflitos: “A Praça Tiradentes congregava festas cívicas, religiosas, além de servir de palco para os protestos da população, fosse contra o alto custo de vida ou contra as atitudes governamentais”⁶⁰. Isso ficou em parte demonstrado pelas Figuras 1, 2 e 3, na Introdução.

⁵⁷ Ibidem, p. 30.

⁵⁸ Ibidem, p. 31.

⁵⁹ Ao menos desde o século XVIII, a praça teve por nome “Largo da Matriz”, em referência à antiga Igreja Matriz de Curitiba, que existiu de c. 1720 a 1875, e depois à própria atual construção da Catedral, que recebeu a nova denominação apenas em 1894. No início da década de 1880, o nome foi alterado para “Largo Dom Pedro II”, em homenagem à visita do Imperador ao Paraná. Com a Proclamação da República (1889) e o desejo de superação do passado monarquista, a praça foi, enfim, renomeada como “Tiradentes”, uma homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o “mártir” da Inconfidência Mineira, uma figura que canaliza vários anseios de liberdade e republicanismo – ainda que controversos – Brasil afora.

⁶⁰ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **O verde na metrópole**: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998, p. 8.

Os aspectos de uma praça urbanizada, contudo, não são tão antigos, naturalmente. Em meados da década de 1880, o Visconde de Taunay, então presidente da Província do Paraná, chamava o Largo Dom Pedro II de “potreiro de animais, indicando o descaso da municipalidade com a principal praça da cidade”⁶¹. Mais de cem anos antes disso, a população ficou sem festa da padroeira, em 8 de setembro de 1761, por conta das vacas que dormiam dentro da antiga Matriz⁶²; pode-se presumir, então, que a praça – e, como efeito colateral, a igreja – serviram de pasto para os animais por um bom tempo. As melhorias começam a ganhar corpo a partir da gestão de Taunay nesse final do século XIX, que por conta de exercícios militares mandou traçar caminhos dentro da praça. Em vista das melhorias (calçamento, ajardinamento, iluminação pública etc.), a população começa a ter mais gosto em frequentar tais espaços:

A partir da virada do século, as praças, mais ordenadas e embelezadas, passaram a ser utilizadas pelas bandas que, com maior frequência, animavam as tardes de domingo. A matinê musical na Praça Tiradentes tornou-se acontecimento obrigatório para a população, atraindo o *footing* para esses locais.⁶³

De certa forma na contramão dos usos militares, a praça também serviu de palco para protestos, numa época em que o centro reduzido da cidade se concentrava ali. Em 1904, a população se revoltou contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que concedia terras paranaenses ao território de Santa Catarina. Em 1910, uma greve de alfaiates teve ali seu principal palco de reivindicação, e em 1913, um comício foi realizado contra a falta de pão na cidade⁶⁴. Foi nessa praça, ainda, que aconteceu uma das nossas maiores revoltas populares, a “Guerra do Pente”, que no final da década de 1950 mergulhou a cidade num conflito de dias⁶⁵.

⁶¹ Ibidem, p. 182.

⁶² WACHOWICZ, *As moradas...*, op. cit., p. 12.

⁶³ BAHLS, *O verde...*, op. cit., p. 190-191.

⁶⁴ Ibidem, p. 198, 208-209.

⁶⁵ A popularmente chamada de “Guerra do Pente” foi uma revolta acontecida em Curitiba em 1959. Em 8 de dezembro daquele ano, o subtenente Tavares, da Polícia Militar do Paraná, entrou no antigo Bazar Centenário (que funcionava ao lado da atual loja Pernambucanas) e comprou um pente. Na hora do pagamento, Tavares pediu a nota fiscal para concorrer à campanha “Seu Talão vale 1 Milhão”, que o governador Moisés Lupion criara para incentivar a arrecadação de impostos. Ahmed Najar, imigrante libânese e dono do Bazar Centenário, se recusou a emitir a nota por conta do baixo valor do produto. Tavares, então, desatou em insultos a Najar, que revidou e, junto com funcionários, atirou Tavares à rua, que quebrou a perna. Ao redor disso, diversas pessoas aderiram a um dos lados, e diversos comércios pertencentes a imigrantes sírios e libaneses foram depredados e saqueados. O conflito se estendeu, a Polícia Militar e o Exército foram acionados, controlando os revoltosos e permanecendo em vigilância por mais alguns dias. O “pente” e a nota fiscal foram o estopim de uma grande insatisfação popular com a inflação do Governo Federal de Juscelino Kubitschek e com os rumos escusos da gestão de Lupion no Paraná, sobretudo quanto à Revolta dos Posseiros (1957), bem como foi ao encontro dos sentimentos xenofóbicos com as populações árabes, muito ligadas ao comércio. Sobre isso, ver BORGES, João Bosco Oliveira. **Quando Curitiba perdeu a cabeça: uma etnografia da controvérsia em torno da “Guerra do Pente”**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

A expansão da malha viária de Curitiba também se conta a partir da Praça Tiradentes, uma vez que ali está o marco zero da cidade e ponto de origem do espalhamento da população. Nesse ainda início do século XX, a instalação do sistema de bondes elétricos condiciona a Praça Tiradentes como ponto de origem para as estações Estrada de Ferro, Quartel da Polícia, Matadouro, Iguazu e Portão⁶⁶. Essa mesma estação de bondes elétricos serviu como maquinário para o relógio da torre esquerda da Catedral, como vai aparecer no próximo capítulo.

Naturalmente que, sendo o sítio da igreja Matriz, depois Catedral, a Praça também vai abrigar todo tipo de eventos religiosos católicos, como a apoteótica posse do primeiro bispo de Curitiba em fins de setembro de 1894, ou as procissões de Corpus Christi, Semana Santa e festa da padroeira⁶⁷. Nessa reunião de aspectos envolvendo a praça e a igreja, a população interagiu de formas muito diferentes ao longo dos anos, sejam os católicos ou os não católicos, frequentadores da Catedral ou não. De todo modo, se hoje ela ainda ocupa um papel de destaque no cenário municipal, no princípio dos anos 1990 não era diferente.

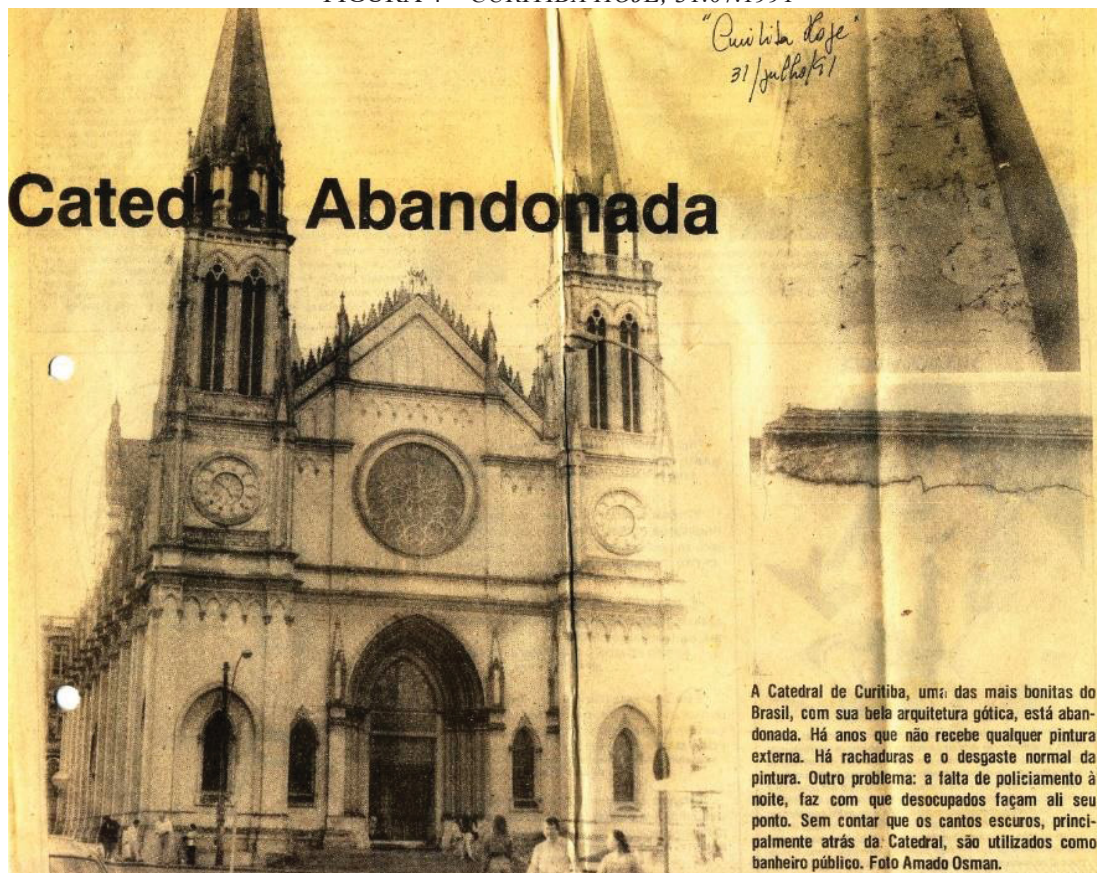
1.2 A “CATEDRAL ABANDONADA”

Com essa manchete de apelo afetivo e um pouco sensacionalista, o periódico *Curitiba Hoje* de 31 de julho de 1991 foi o primeiro da nossa série de reportagens a mencionar a necessidade de uma reforma na igreja. De uma pequena amostragem de reportagens recortadas e acervadas no Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, a maioria pertence ao jornal *Gazeta do Povo*, seguida pelo *O Estado do Paraná* e pelo semanário *Atualidade*; compõem a série, ainda, outros periódicos em apenas uma ou duas edições acervadas. Também foram utilizadas as versões digitalizadas do *Correio de Notícias*, do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁶ BAHLS, **O verde...**, op. cit., p. 110.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 184, 203-204.

FIGURA 4 – CURITIBA HOJE, 31.07.1991



Chamada de reportagem no periódico *Curitiba Hoje*, em que se lê: “A Catedral de Curitiba, uma das mais bonitas do Brasil, com sua bela arquitetura gótica, está abandonada. Há anos que não recebe qualquer pintura externa. Há rachaduras e o desgaste normal da pintura. Outro problema: a falta de policiamento à noite, faz com que desocupados façam ali seu ponto. Sem contar que os cantos escuros, principalmente atrás da Catedral, são utilizados como banheiro público. Foto Amado Osman.”

FONTE: CATEDRAL abandonada. *Curitiba Hoje*, Curitiba, 31 jul. 1991.

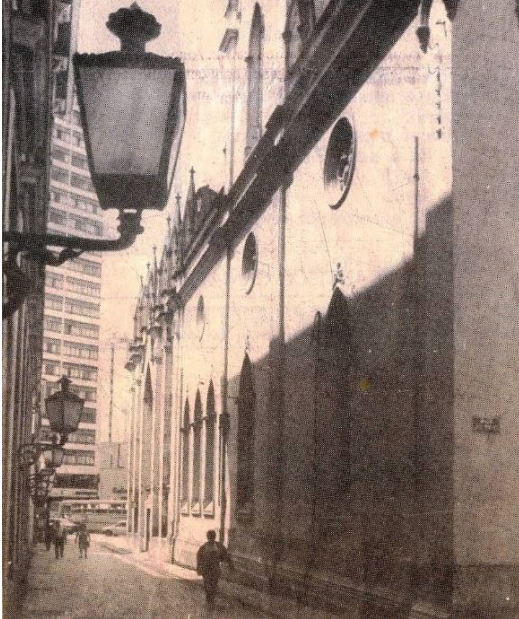
Além disso, não é possível ignorar a menção da reportagem quanto à presença dos “desocupados” ao redor da igreja, uma constante nas reportagens pelo menos desde a década de 1970⁶⁸, além da preocupação com a limpeza e asseio do templo. Nos anos 1990, a preocupação maior nesse aspecto era a Travessa Padre Júlio de Campos, uma ruela que passa atrás da Catedral. Uma reportagem bastante jocosa chamou a travessa de “mijódromo 24 horas” e “beco do mijo”, e brinca até com os apelos de modernidade da cidade, como a Rua 24 Horas e os ligeirinhos, ônibus de transporte expresso:

O uso largamente difundido, fez do Beco do Mijo – assim como as laterais da Catedral, um local de serviços de características peculiares, um templo da improvisação popular. Primeiro: é central, próximo a vários terminais de transporte, no coração da cidade. Segundo: é de graça. Terceiro: nunca está ocupado ou sempre cabe mais um, enfileirado. E quarto: acompanhando a modernidade da cidade, tem pique de ano 2000, consolidando mais uma vez a nossa vanguarda: não tem fila, é vapt, vupt, **ligeirinho**, e não fecha para o almoço e nem na madrugada, mijódromo **24 horas**. Se

⁶⁸ A CASA de todos. Ajude-a. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 24 fev. 1973. LOCAL perigoso. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 6 de abril de 1975. PEDINTE perturba acesso à Catedral. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 nov. 1976.

o hábito faz o monge, também faz a fachada da Catedral Metropolitana da Capital Ecológica – com todo respeito, afinal não fui eu que inventei, foi o povo e a voz do povo é a voz de Deus – um exemplo da revolução urbanística-sanitária e torna um apelido mais sagrado que o batismo. Não há decreto nem milagre que mude tal realidade. O padre sabe, porque tenta combater o “pecado”. Quando flagra alguém aliviando a bexiga, dá-lhe uma mijada, em sentido figurado, o que reforça ainda mais a vocação do mijódromo 24 horas. Com certeza foi ali que o prefeito Jaime Lerner se inspirou para criar a Rua 24 Horas, inaugurada com pompa na última quinta-feira. Eta população criativa essa nossa...⁶⁹

FIGURA 5 – *CURITIBA HOJE*, 15.09.1991 (1)



Fotografia da reportagem, mostrando a Travessa Padre Júlio de Campos.

FONTE: GEMAEL, Rosirene. O Mijódromo 24 horas. *Correio de Notícias*, Curitiba, 15 set. 1991.

FIGURA 6 – *CURITIBA HOJE*, 15.09.1991 (2)



Outra fotografia da reportagem, em que o fotógrafo captura o senhor espiando de trás da igreja enquanto usa o “beco do mijo”.

FONTE: Ibidem.

Essa “preocupação” com a segurança do templo não é ignorada nem quando se faz o anúncio do centenário da igreja:

PROBLEMAS SOCIAIS – Hoje localizada bem no centro da cidade a Catedral está rodeada de problemas sociais como **pedintes, prostituição noturna e pessoas que dormem nas proximidades**, além de sofrer os efeitos do tráfego intenso e da poluição do ar e sonora; mas permanece sempre povoada durante o dia, e **bem frequentada durante as missas, principalmente as dominicais**.⁷⁰

É curioso notar o verniz social de preocupação com o entorno da Catedral: a igreja é bem frequentada nas missas; então pedintes, prostitutas e pessoas em situação de rua não são um bom público pra igreja? Essa preocupação é uma tônica constante na cidade – e, de longe, não acontece só em Curitiba – de pensar e projetar os aparatos urbanos pensando em quem é o “público ideal” da urbanidade, e, nesse espírito, não há espaço para marginalizados.

⁶⁹ GEMAEL, Rosirene. O Mijódromo 24 horas. *Correio de Notícias*, Curitiba, 15 set. 1991, grifos da autora.

⁷⁰ CATEDRAL prepara a festa do centenário. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 set. 1992, grifos meus.

A reação da própria igreja, à época administrada pelo Cônego Alpheu Luiz Martins de Azambuja e Souza, frente a esses “usos profanos” e falta de segurança em geral, foi lançar uma campanha intitulada “A Catedral é de todos os homens de boa vontade”, como demonstra uma breve nota da *Gazeta do Povo* em janeiro de 1992. É curioso notar como nessa época já estava consolidada essa imagem da igreja não só como templo religioso, mas também como marco histórico da cidade:

A Catedral de Curitiba não é importante só do ponto de vista religioso, a Sé em que o arcebispo celebra a liturgia. Tem um **valor afetivo-histórico** para a cidade, para os católicos e **todos os que, de boa vontade, nela identificam ligações com os primórdios de Curitiba, projetadas na imagem da padroeira.** É o único prédio de valor arquitetônico-histórico a aparecer na Enciclopédia Britânica, dentre os curitibanos.⁷¹

Os 300 anos de Curitiba, que aqui perpassa toda a narrativa acerca do centenário da Catedral, foi inaugurado, oficialmente, com uma missa na própria igreja naquele princípio de 1992. Nos 299 anos de Curitiba, ou seja, 29 de março de 1992, uma celebração religiosa, cantada pela Camerata Antiqua de Curitiba, marcou a contagem regressiva para os 300 anos da cidade, que tinha como presidente da comissão organizadora o deputado estadual Rafael Greca de Macedo, herdeiro político de Jaime Lerner, o prefeito à época, e que seria também eleito prefeito em outubro daquele 1992.

Antes ainda da missa, contudo, às 10h, a “festa de arromba” (como chamou o jornal *Correio de Notícias*) começou “do começo”, no Parque Histórico da Vilinha. Oficialmente Parque Histórico de Curitiba, foi criado em 1972 na primeira gestão de Jaime Lerner no Executivo Municipal após pesquisa feita pelo historiador Júlio Estrela Moreira, que indicou aquele local como possível ou próximo do antigo assentamento do Atuba; portanto, foi projetado com o objetivo premente de imaginar o início da povoação de Curitiba às margens do rio Atuba⁷². Naquele ano de 1992 “o parque foi totalmente remodelado pela Prefeitura, como parte de um projeto que visa resgatar a memória de Curitiba, já que esta área é considerada o berço da história da cidade”⁷³. Lá, então, o prefeito Jaime Lerner, tal qual se faz na cidade de Atenas, na Grécia, antes dos Jogos Olímpicos, acendeu uma “pira simbólica”. Desse fogo, atletas acenderam tochas e foram, no mesmo estilo dos percursos que a tocha olímpica faz, em

⁷¹ SEGURANÇA para a Catedral: ela é de todos os homens de boa vontade... *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 jan. 1992, grifos meus.

⁷² FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Centro Cultural da Vilinha**. Disponível em: <www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/espacos-culturais/centro-cultural-da-vilinha/>. Acesso em 18 jul. 2023.

⁷³ CURITIBA chega aos 299 anos com uma “festa de arromba”. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano VIII, n. 282, 29 mar. 1992, p. 9.

cortejo até a Catedral, lá acendendo as velas do templo antes do início da celebração com o mesmo “fogo simbólico”.

Naquela mesma ocasião, durante a missa, o padre responsável pela Catedral, Cônego Alpheu, “convidou o presidente da Câmara Municipal, Horácio Rodrigues, à instalação de uma sessão especial do Legislativo Municipal, para que fosse lida a ata de fundação da Cidade de Curitiba, datada de 29 de março de 1693”. Note-se, aqui, a passagem do jornal que diz o seguinte: “Ao entrar na Catedral Metropolitana com sua esposa, o prefeito Jaime Lerner foi entusiasticamente aplaudido pela multidão”⁷⁴; Lerner é o prefeito da “cidade-modelo”, a Curitiba que ficou famosa, sobretudo a partir dos anos 1970, com suas medidas de planejamento urbano, e que estava em seu terceiro mandato, pela primeira vez eleito por sufrágio universal (mandato 1989-1992)⁷⁵.

A pira, a tocha e o fogo simbólico à moda das Olimpíadas, mas sobretudo a instalação de uma sessão da Câmara Municipal dentro da igreja Catedral, na qual é o padre que convoca a abertura da mesma sessão, como que remontando aquele 29 de março de 1693 em que propus um exercício imaginativo do momento, é um caso claro daquilo que Teixeira Coelho, em seu *Dicionário crítico de política cultural*, chama de **teatralização da cultura**:

Conceito introduzido no estudo da política cultural para designar a operação de *mise-en-scène*, ou espetacularização de um conjunto simbólico que, para o grupo ou cultura dominante, representa a essência da coletividade como um todo. As práticas e bens culturais privilegiados encontram-se repertoriados numa **lista mais ou menos fixa e essa coleção é envolta num sistema de ritos e mitos**. [...] Por trás dessa teatralização estaria o esforço de afirmar ou simular uma **origem**, substância, ato ou **princípio comum** a pedir um determinado comportamento ou relacionamento. Haveria, nesses eventos, uma encenação dos papéis e das relações sociais.⁷⁶

Depois da missa, o “fogo simbólico” ainda percorreria mais pontos, a noite chegando ao Parque Barigui “para acionar uma bateria de fogos de artifício e acender a chaminé da olaria numa pira que arderá durante todo o ano, para simbolizar, segundo o deputado Rafael Greca, presidente da comissão dos 300 Anos, ‘a luz que brilha em Curitiba e que pode iluminar todo o nosso país’”⁷⁷.

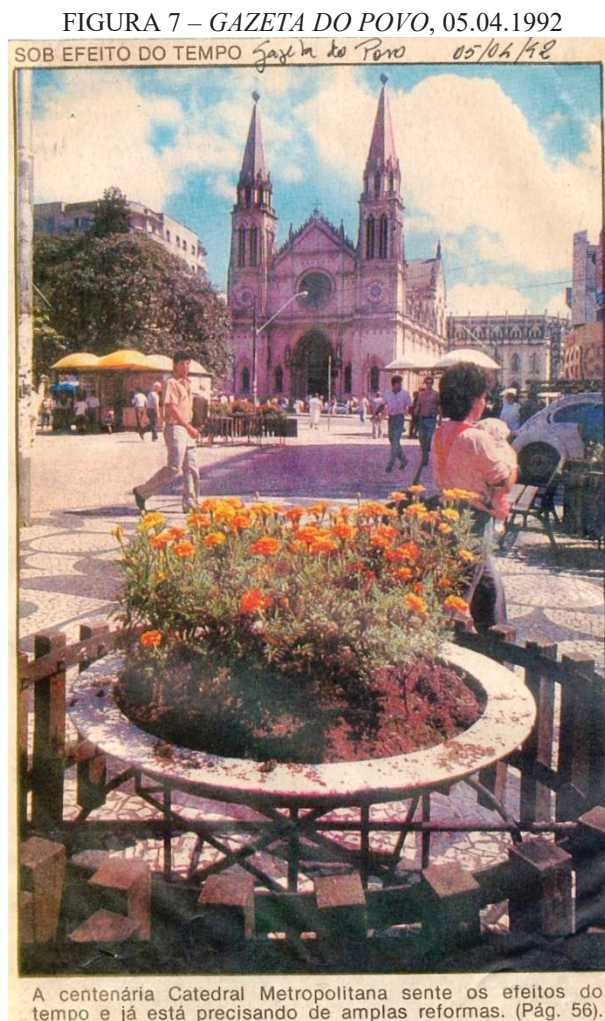
⁷⁴ UM DOMINGO de presentes para a quase tricentenária cidade. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 mar. 1992. CATEDRAL lotada para a missa pelo aniversário de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 mar. 1992.

⁷⁵ OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p. 11-15.

⁷⁶ COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 2012, p. 371, grifos meus.

⁷⁷ UM DOMINGO de presentes para a quase tricentenária cidade. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 mar. 1992.

Alguns dias depois, a mesma *Gazeta do Povo* fez uma chamada de capa na edição de domingo (Figura 7), atentando para os “efeitos do tempo” que sofria a Catedral⁷⁸. Na reportagem, um tom melancólico sugere que a igreja é apenas uma “sombra do que um dia já foi”: “Hoje a Catedral perdeu muito da sua imponência e beleza exatamente em função da falta de cuidados necessários à sua preservação”. São mencionados problemas na pintura interna e externa, no sistema elétrico, infiltrações e, ainda, as “luzes na sujeira”, se referindo a um episódio em que, segundo o Cônego Alpheu, a comissão dos 300 anos apareceu na igreja alguns dias antes do aniversário da cidade (Figura 8) pedindo as chaves para instalar uma iluminação externa na igreja, o que, de acordo com o clérigo, “ficou muito feio. [...] Primeiro iria limpar a sujeira e depois pintar o prédio. Assim como está ficou a beleza das luzes sobre a sujeira das paredes”⁷⁹.



FONTE: SOB EFEITO do tempo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 1992.

⁷⁸ SOB EFEITO do tempo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 1992.

⁷⁹ QUASE centenária, catedral de Curitiba necessita de reforma. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 1992.

FIGURA 8 – GAZETA DO POVO, 27.03.1992



FONTE: ESCALANDO a Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mar. 1992.

O fato rendeu reportagem curiosa no *Correio de Notícias*, que mal menciona o trabalho de iluminação da igreja, atentando-se mais para os murmúrios populares que a subida dos bombeiros era por conta de alguém querendo se jogar da torre da igreja⁸⁰. Novamente, revela a dinâmica da igreja em relação à cidade, nem sempre estritamente vinculada ao aspecto religioso:

Durante todo o dia de ontem, bombeiros trabalharam na torre da Catedral Metropolitana. Curiosos ficaram em frente à igreja, querendo saber o que estava acontecendo, motivados pelo boato de que alguém estava querendo se suicidar, atirando-se da torre da Catedral. Mas não era nada disso. Dois veículos e dez homens estavam trabalhando na decoração e na lavagem da fachada da igreja para o 299º aniversário de Curitiba. O mal-entendido fez com que o telefone da Catedral e do Corpo de Bombeiros não parasse durante todo o dia. **“Em Curitiba, as pessoas são muito exageradas e gostam de uma fofoca”**, disse o soldado Amaral, do Batalhão dos Combatentes do Fogo.⁸¹

Em agosto daquele ano (1992) – e aqui há um hiato significativo nas reportagens recolhidas no acervo da igreja – o assunto da reforma da Catedral atravessou o Estado e foi parar na *Folha de Londrina*: “Empresas bancam obras na Catedral de Curitiba”. A matéria traz informações bastante relevantes: primeiro, que as empresas Basf, Brahma e Globo “se reúnem para financiar um projeto de reforma e restauração da Catedral Metropolitana de Curitiba”, e

⁸⁰ UM BANHO na Catedral. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano VIII, n. 280, 27 mar. 1992, p. 1.

⁸¹ CATEDRAL é decorada para festa. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano VIII, n. 280, 27 mar. 1992, p. 9, grifo meu.

que tal projeto estaria sendo coordenado por uma agência de publicidade, a J. Otto & Associados. Ao custo de um milhão de dólares, o projeto seria apresentado em coquetel no Hotel Bourbon, em Curitiba, e que a reforma estaria com entrega garantida até o centenário do prédio, isto é, 7 de setembro de 1993⁸². Alguns dias depois, uma matéria da *Gazeta do Povo* confirma a J. Otto & Associados como idealizadora do projeto de restauração. Coordenando a campanha “Estas paredes têm olhos, ouvidos, coração e alma”, a agência buscou “apresentar a Catedral como marco de fé e da história de um povo”, encabeçando uma comissão formada pela Arquidiocese de Curitiba, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), pela Edilizia Construções Civas, e pela arquiteta responsável pela elaboração do projeto de restauro, Magali Robaina. Agora as empresas que figuram como apoiadoras são a Vasp, a Brahma, o Bamerindus, a Xerox e a Antártica, e o projeto seria lançado a 7 de setembro de 1992, “em grande estilo: com um concerto ao ar livre, na frente da Catedral, com a Orquestra Sinfônica do Paraná”. Chama a atenção, contudo, que no início da matéria vem escrito o seguinte: “A centenária Catedral Metropolitana de Curitiba, que há quase 20 anos não passa por um processo de reforma e apesar da idade, **nunca sofreu uma efetiva recuperação**”⁸³. É certo dizer que há vinte anos a igreja não passava por uma reforma, que aconteceu entre 1975 e 1977; contudo, é curioso que a matéria não considere esse processo uma “efetiva recuperação”, sendo que foi a primeira intervenção de peso que a Catedral sofreu, à época completando oito décadas de existência, e que é um processo recheado de polêmicas, com demolições e reconstruções de altares, cobertura de pinturas artísticas, mudanças de *layout* no templo, etc., mas que também lhe garantiu meios de maior durabilidade arquitetônica e artística.

A discussão sobre o segundo restauro da Catedral ganhou nova coloração com uma reportagem da revista *Paraná em Páginas* de setembro de 1992; chama de “ôba-ôba” aquela instalação de luzes na igreja e a gestão de Jaime Lerner de “embusteira”:

PREFEITURA FAZ ÔBA-ÔBA NA CATEDRAL DE CURITIBA IGNORANDO QUE O CENTENÁRIO TEMPLO PRECISA DE GRANDES REPAROS. A Administração embusteira de Jaime Lerner que se iniciou na década de 1970, quando ele foi escolhido “a dedo” por um preposto da ditadura – governador Haroldo Leon Peres [...], não respeita nem os sentimentos religiosos e utiliza de todos os caminhos, para auto-promoção. A Catedral Metropolitana de Curitiba, que está prestes a festejar o seu centenário, não ficou de fora dos movimentos de marketing e de egocentrismo de Lerner e de sua turma. Curitiba fez aniversário no recente 29 de março. Lerner foi assistir o ofício católico realizado no tradicional Templo curitibano. Não respeitou o lugar e sua “claque” promoveu palmas para ser notado no recinto que tradicionalmente não é o seu. E como parte do ôba-ôba de aniversário de Curitiba foram instaladas perto

⁸² EMPRESAS bancam obras na Catedral de Curitiba. **Folha de Londrina**, Londrina, 2 ago. 1992.

⁸³ CAMPANHA pretende recuperar Catedral em seu centenário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 1992, grifo meu.

de 8 mil lâmpadas, na parte externa da Catedral, decoração que nem ficou pronta para a data de aniversário da cidade, completando-se o serviço dias depois...⁸⁴

Prossegue, na página seguinte, criticando Greca por ter feito discurso político naquela missa de 29 de março, e chamando Lerner de oportunista por ter ido à Catedral, mas não cuidar dela; além disso, o denuncia como prefeito “escolhido ‘a dedo’ por um preposto da ditadura”, referindo-se ao fato de que, nas suas duas primeiras gestões (1971-1974 e 1979-1982) ter sido prefeito biônico, ou seja, sem voto popular, por indicação do governador do estado. Bastante inflamada, a matéria prossegue criticando novamente as luzes que foram colocadas na Catedral, e tal qual outros periódicos fizeram em outros momentos⁸⁵, denuncia a situação da rua aos fundos da igreja – aquela travessa Padre Júlio de Campos –, chamando-a também de “mictório”, e indo além nas críticas, aproveitando também o trocadilho com o ônibus “ligeirinho” e o “expresso”:

O descaso de Lerner para com a Catedral pode ser justificado pela turma do prefeito como que a continuidade de pouco caso em se tratando de Templos. Lerner permitiu, há poucos meses, que se instalasse um motel bem ao lado da Sinagoga, que é a sua Igreja, ele que é israelita. Se permitiu a consumação dessa barbaridade o que é de se esperar de sua pessoa, em se tratando da Catedral? Nos fundos da Catedral uma ruela virou mitório [sic] público, até mesmo onde se faz sexo bem “ligeirinho”... Ao lado da Sinagoga pelo menos há quartos para um “expresso”.⁸⁶

Bastante moralista, a reportagem critica Lerner, que era judeu, por ter autorizado o funcionamento de um motel ao lado da sinagoga, à época na Praça Santos Dumont, no centro da cidade. Se permitiu isso, alega o periódico, com a Catedral seu “descaso” seria ainda maior.

A restauração, aparentemente, teria começado em 5 de outubro de 1992. As fontes não me permitiram ter clareza quanto a esse início, não restando no Livro do Tombo ou outros documentos do Arquivo da Catedral nenhuma informação mais assertiva. Aparece conservado, apenas, um cronograma de obras proposto pela Edilizia Construções Civis Ltda., que iria de agosto de 1992 a setembro de 1993⁸⁷. A informação ao menos confirma a informação trazida em reportagens acima citadas quanto a essa empresa ter sido a primeira a participar do processo de restauração. Quanto ao Livro do Tombo da Catedral, ele só trará informações relevantes a

⁸⁴ PREFEITURA faz ôba-ôba na Catedral de Curitiba ignorando que o centenário templo precisa de grandes reparos. **Paraná em Páginas**, Curitiba, set. 1992.

⁸⁵ GEMAEL, Rosirene. O mijódromo 24 horas. **Correio de Notícias**, Curitiba, 15 set. 1991. SEGURANÇA para a Catedral: ela é de todos os homens de boa vontade... **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jan. 1992.

⁸⁶ LUZES NA SUJEIRA, foi como o Cônego Alpheu definiu a ornamentação da prefeitura. **Paraná em Páginas**, Curitiba, set. 1992.

⁸⁷ EDILIZIA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. **Recuperação da Catedral Metropolitana de Curitiba – Cronograma**. Curitiba, sem data. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

partir de 1993, quando da restauração a pleno vapor, o que tratarei com a atenção devida no próximo capítulo. E especificamente sobre o aniversário de cem anos da Catedral, a quantidade de fontes que consegui recolher é praticamente irrisória, limitando-se às reportagens jornalísticas.

Novamente no *Correio de Notícias*, menciona-se que na festa da padroeira – 8 de setembro – de 1992, a Arquidiocese de Curitiba aproveitava a ocasião da comemoração do seu centenário de criação (enquanto Diocese) para lançar o “Ano Centenário da Catedral Metropolitana”, em preparação à data dali um ano. A ocasião, contudo, foi bastante similar às programações correntes em outros anos, como missas, procissão e bazares beneficentes; o diferencial, do ponto de vista religioso, seria a peregrinação da imagem original da padroeira pelas paróquias da Arquidiocese. A reportagem, contudo, crava que na ocasião se daria “o início oficial das obras de restauração da igreja”⁸⁸.

Dali um mês, provavelmente já circulava um comercial solicitando doações nos canais de televisão em Curitiba: “Um publicitário garantiu que o comercial de TV da campanha para reformar a Catedral custou uma nota preta. Quase dava para tanto”⁸⁹. Logo em seguida, contudo, diz-se que apesar da Catedral estar preparada para as reformas, com tapumes e canteiro de obras, nada acontecia de fato, a despeito de uma corrente expectativa de que o templo estivesse com a restauração pronta para o seu centenário.

CRENÇA – Apesar dos tapumes já instalados em volta da Catedral de Curitiba, as obras de restauro só começam mesmo depois que a Cúria Metropolitana obtiver o dinheiro de doações pedido através de uma campanha publicitária. Por enquanto, só resta rezar para que a conta bancária da Cúria cresça e faça a Catedral estar renovada para a comemoração do seu centenário.⁹⁰

Pelo que nos indicam os jornais, esse começo das obras pode ter se dado – ainda que timidamente – em outubro de 1992 mesmo, pelo início da lavagem externa do templo (Figura 9) e uma reportagem d’*O Estado do Paraná* do final daquele ano: a matéria, com título chamativo – “Catedral de Curitiba, uma história de fé. E intrigas” – conta todo o processo de construção da igreja, os percalços do início das obras de restauração, o valor da obra, de 800 mil dólares, e a revelação do Cônego Alpheu: “Mas nós já temos um patrocinador que vai pagar as obras. Só que eu não posso dizer quem é”⁹¹; e, de fato, não o disse até hoje. Esse misterioso

⁸⁸ DIOCESE festeja padroeira e centenário da Catedral. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano IX, n. 94, 6 set. 1992, p. 15.

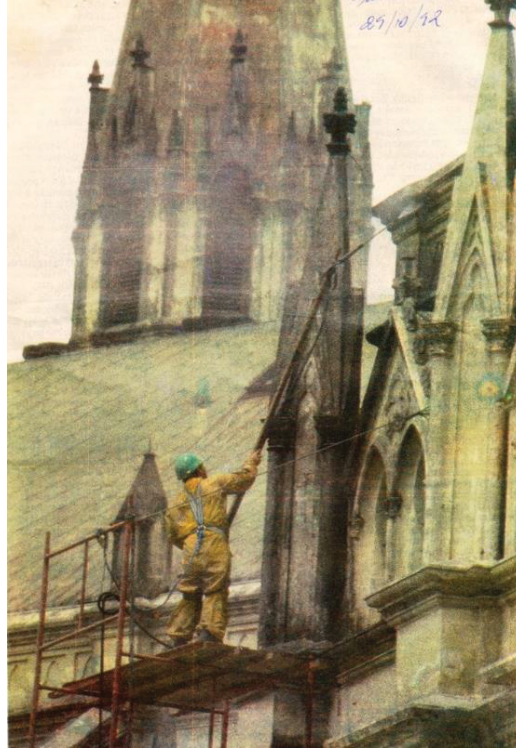
⁸⁹ JOGO rápido. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano IX, n. 120, 9 out. 1992, p. 8.

⁹⁰ SCHULMANN, Cila. Crença. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano IX, n. 127, 20 out. 1992, p. 11.

⁹¹ MUNHOZ, Aurélio. Catedral de Curitiba, uma história de fé. E intrigas. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 24 dez. 1992.

“patrocinador”, especulo, pode ser uma referência velada à Prefeitura Municipal e até mesmo o próprio Rafael Greca, que garantirá à Catedral verbas de restauração via Transferência de Potencial Construtivo, o que será melhor explorado na sequência.

FIGURA 9 – *O ESTADO DO PARANÁ*, 29.10.1992



Fotografia da reportagem d' *O Estado da Paraná* em que aparece a fachada do prédio anexo da Catedral sendo lavada.

FONTE: REFORMA. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 29 out. 1992.

1.3 DEFININDO RESTAURAÇÃO

Restauração, s. f. / 1. Ato ou efeito de restaurar; restauro / 2. Reparo de coisa que se encontra danificada ou em mau estado; restauro [...] / 5 ARQUIT Recomposição de parte de uma construção que está deteriorada / 6 Recuperação de escultura, pintura, documentos etc., parcialmente destruídos, com a utilização de técnicas variadas.⁹²

A restauração, ou restauro, da forma como entendemos atualmente – com suas inúmeras discussões, como veremos adiante –, é um conceito moderno, surgido no século XVIII, mas com discussões teórico-metodológicas mais aprofundadas a partir do século XIX. O ato de restaurar, segundo as definições expostas acima, contudo, é uma ação bastante antiga, verificada nas ações dos romanos sobre os referenciais artísticos gregos, nas descobertas do Renascimento, nas escavações de Pompeia e Herculano, etc.

⁹² DICIONÁRIO MICHAELIS ON-LINE. **Restauração**. Disponível em: <michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/restaura%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 18 jul. 2023.

Com o movimento romântico, sobretudo no século XIX, ganham força os *revivals*, ou revivalismos, movimentos de recuperação de estilos e estilemas passados, teoricamente já extintos; na época, sobretudo o gótico e o clássico. Além de defender esses estilos para a construção dos novos edifícios (neogóticos e neoclássicos), também defendiam a conservação e restauro desses exemplares, porém de maneiras diferentes. Como em outros momentos da história, esses movimentos buscavam uma superação da escola artística anterior, numa oposição entre antigo e moderno. Dessa vez, o moderno é, talvez paradoxalmente, o antigo, ou melhor, o passado:

Com procedimentos e intenções opostos, os *revivals* abandonam a noção de antigo, que implicava um julgamento de valor, e valorizam a de passado: seu campo não é o passado histórico, mas o vivido; não a história, mas a *Erlebnis* [experiência]. Não pregam um retorno ao passado, mas anunciam profeticamente o retorno do passado [...]. A atividade que promove o *revival* é a memória, mas a memória é apenas um processo de imaginação; e, como a atividade operativa que depende da imaginação é a arte, eis que os *revivals* se manifestam na arte.⁹³

Nos interessa, então, no aspecto da restauração de forma mais assertiva, a manifestação artística encontrada no estilo neogótico, principalmente em arquitetura. Em primeiríssimo lugar me é interessante por ser o estilo escolhido para a construção da Catedral de Curitiba, e na sequência por ter sido no reavivamento da arquitetura gótica que a restauração foi encontrando elaborações teóricas.

O historiador Ruy Wachowicz, em seu livro *As moradas da Senhora da Luz*, que trata das três igrejas, já mencionadas, dedicadas à padroeira de Curitiba, expõe uma certa contenda que teria havido, quando da escolha para o estilo arquitetônico da nova igreja Matriz de Curitiba, entre os defensores do estilo bizantino e aqueles que preferiam o estilo neogótico. O Presidente da Província do Paraná à época, Adolfo Lamenha Lins, tinha pressa na construção do novo templo, querendo que essa não ultrapassasse três anos⁹⁴. Encarregou, então, André Brás Chalhó Júnior, engenheiro da província, de providenciar as plantas da nova igreja, o que este teria feito no assombroso prazo de menos de quinze dias, estando tal projeto já pronto e exposto ao público no ato de lançamento e benção da pedra fundamental da igreja, em 15 de fevereiro de 1876⁹⁵. Wachowicz levanta a hipótese, corroborada pela pesquisa da historiadora Aparecida Bahls⁹⁶, de que Chalhó Júnior teria copiado o projeto de algum manual de arquitetura europeu que circulasse em Curitiba:

⁹³ ARGAN, Giulio Carlo. **A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso**. Tradução Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 395, grifos do autor.

⁹⁴ WACHOWICZ, **As moradas...**, op. cit., p. 27.

⁹⁵ Ibidem, p. 29.

⁹⁶ BAHLS, **Catedral...**, op. cit., p. 26-28.

Acontece que os engenheiros e/ou arquitetos no Brasil, em meados do século XIX, não criavam praticamente nada em assunto de arquitetura. Pode-se dizer sem margem de erro que nada se criava, tudo se copiava. Existiam manuais para os engenheiros, importados da Europa (Paris, Londres, Viena, etc.). Eram manuais com plantas completas para a construção de sobrados, residências, castelos, igrejas, etc.⁹⁷

Uma hipótese levantada por Wachowicz e por Bahls, e a qual eu adoto, é de que Chalhéo Júnior tenha utilizado um manual de posse de outro engenheiro, Francisco Antonio Monteiro Tourinho: seria o *Bauentwuerfe im Byzantinischen Style* (em tradução literal do alemão, algo como “Projetos de construção no estilo bizantino”), de autoria de Johann-Baptist Kaura, editado em Viena, na Áustria, em 1855⁹⁸; o exemplar de Monteiro Tourinho hoje encontra-se acervado no Museu Paranaense. Teria sido desse modo que Chalhéo Júnior apresentou as plantas da nova igreja num prazo recorde. A descrição do projeto foi minuciosamente publicada em extensa matéria n’*O Dezenove de Dezembro*⁹⁹, o qual não agradou governo e população, em virtude do estilo escolhido e pelo alto valor de sua execução¹⁰⁰. Foi encomendada, então, uma nova planta, de um francês de nome Alphonse Conde Des Plas, que a entregou em trinta dias, novamente sendo sugerido que tenha utilizado algum manual de arquitetura. Dessa vez, o estilo escolhido foi o gótico, ou melhor, o neogótico:

Por que o estilo escolhido por Des Plas foi o gótico? Acreditamos haver sido a influência do movimento romântico então vigente na maioria dos países da Europa ocidental. Estava na moda a volta dos valores do passado. Era uma posição de anti-classicismo. A sociedade europeia estava cansada das ideias do Renascimento. Em consequência, na arquitetura, o estilo gótico estava sendo revigorado. O ogival voltou a ter poesia, desde os pequenos campanários até as majestosas catedrais.¹⁰¹

Nova resistência foi encontrada, agora dos defensores do estilo barroco, entendido como genuína expressão da arquitetura brasileira, ao passo que a entrada do estilo gótico configuraria um estrangeirismo desnecessário¹⁰². Lamenha Lins, contudo, aceitou o projeto de Des Plas e a ele é atribuída a planta da igreja, embora diversas modificações tenham acontecido, muitas delas pela ação do arquiteto italiano Luigi Pucci, que na época fazia sucesso em São Paulo e foi chamado a Curitiba para “corrigir” a planta da igreja¹⁰³; curioso é que o projeto mais notável de Pucci, o Museu Paulista, mais popularmente conhecido como Museu do Ipiranga,

⁹⁷ WACHOWICZ, *As moradas...*, op. cit., p. 29.

⁹⁸ BAHLS, *Catedral...*, op. cit., p. 26-28. FORGATI, op. cit., p. 52. WACHOWICZ, *As moradas...*, op. cit., p. 29-37.

⁹⁹ COMUNICADO: a nova Matriz. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano XXIII, n. 1746, 7 out. 1876, p. 2-3.

¹⁰⁰ WACHOWICZ, *As moradas...*, op. cit., p. 34.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 39.

¹⁰² *Ibidem*, p. 39.

¹⁰³ BAHLS, *Catedral...*, op. cit., p. 41.

seja em estilo eclético com predominância de aspectos neoclássicos, e à época os dois neoestilos eram vistos como antagônicos.

Além de todo o tópico envolvendo a construção da Catedral de Curitiba, o gótico e o neogótico interessam por estarem diretamente envolvidos, também, à atuação de dois pensadores da restauração, contemporâneos entre si e cujas teorias se chocavam diretamente: John Ruskin e Eugène Viollet-le-Duc.

1.3.1 Ruskin, Viollet-le-Duc e os restauradores

John Ruskin (1819-1900) foi um dos ferrenhos defensores do neogótico na Inglaterra e um importante teórico da restauração, talvez o primeiro, junto com seu antagonista, o francês Viollet-le-Duc. Em 1849 ele publicou uma de suas mais importantes obras – *As sete lâmpadas da arquitetura* – em que discorre sobre os princípios da área. A lâmpada de número seis, a Memória, é o trecho que trata especificamente dos edifícios antigos, do período medieval, e sua recuperação. Preocupado com a memória e com o transcurso dos edifícios no tempo, Ruskin propõe, “primeiro, tornar a arquitetura atual, histórica; e o segundo, preservar, como a mais preciosa de todas as heranças, aquela das épocas passadas”¹⁰⁴. Considerando que esse transcurso no tempo, esse “histórico”, é imprescindível e não pode ser apagado, sua posição quanto aos processos de intervenção é, justamente, a não intervenção:

AFORISMO 31. A assim chamada Restauração é a pior forma de Destruição. Nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão: **é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura.**¹⁰⁵

Ruskin considerava que os edifícios estavam fadados à ruína, tinham um “prazo de validade”, uma vez que essa é a sequência natural do tempo; o que era permitido, segundo suas ideias, era apenas retardar esse processo. Quando a restauração fosse extremamente necessária, que se fizesse sem colocar “uma Mentira em seu lugar”¹⁰⁶; condenava, aqui, as repristinações, isto é, as reconstruções que eram feitas com vistas de devolver ares de frescor e de “novo” aos edifícios, coisa que, do outro lado do Canal da Mancha, estava sendo feita em larga escala.

¹⁰⁴ RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 55.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 79, grifo meu.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 81.

Na França, a figura central no campo da restauração do século XIX é Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), que “atuou numa época em que a restauração se estava firmando como ciência e seu papel foi de grande relevância”¹⁰⁷. Inicialmente fora do campo da restauração, mas envolvendo-se cada vez mais na primeira metade do século XIX, foi encarregado, dentre inúmeros processos, das restaurações da Igreja de Vézelay (1840), da Catedral Notre-Dame (1844) e da Abadia de Saint-Denis, em Paris (1846), e da cidade fortificada de Carcassonne (1860). Nesses exemplos, Viollet-le-Duc fez valer sua visão de restauração enquanto repriminção, não enquanto recuperação, reparação ou recomposição:

RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, **é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento [...]**. Dissemos que a palavra e o assunto são modernos e, com efeito, nenhuma civilização, nenhum povo, em tempos passados, teve a intenção de fazer restaurações como nós as compreendemos hoje.¹⁰⁸

Isso foi escrito entre 1854 e 1868 para o verbete “restauração” do *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XI au XVI siècle*, e demonstra como sua visão era diferente da de Ruskin: remontar, ou melhor dizendo, montar um estado no edifício que era idealizado e, como ele mesmo diz, talvez nunca tenha existido.

Embora a hipótese aventada a seguir não tenha encontrado, ao menos até o momento, respaldo na literatura pertinente, acredito que possa ser válida em virtude dos escritos que aqui analisamos (*A lâmpada da memória* e o verbete para o *Dictionnaire*); trata-se, porém, apenas de uma especulação, que talvez nunca seja confirmada: a de que Ruskin escreveu para Viollet-le-Duc e vice-versa, um criticando e até mesmo atacando o outro. Voltando a Ruskin:

De destruição mais arbitrária ou ignorante [do que a restauração] é inútil falar; **minhas palavras não atingirão aqueles que as cometem [12]**, e mesmo assim, ouvido ou não, não posso deixar de declarar essa verdade: que a nossa opção por preservar ou não os edifícios dos tempos passados não é uma questão de conveniência ou de simpatia. *Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos.*¹⁰⁹

E, uma vez mais, Viollet-le-Duc:

Mas o que dizer desses fanáticos, pesquisadores de alguns tesouros, que não permitem que se mexa num solo que eles negligenciaram, considerando o passado

¹⁰⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2019, p. 10.

¹⁰⁸ VIOLLET-LE-DUC, op. cit., p. 29-30, grifo meu.

¹⁰⁹ RUSKIN, op. cit., p. 82-83, itálico do autor, negrito meu. A nota 12 entre colchetes está no próprio livro, sendo uma nota de rodapé do autor para a edição de 1880, e diz o seguinte: “Não, de fato! – De palavras mais desperdiçadas do que as minhas ao longo da vida, ou pão lançado em águas mais amargas, nunca ouvi falar. Este último parágrafo do sexto capítulo é o melhor, creio, no livro, - e o mais vão”.

como uma matéria a ser explorada através de um monopólio, e declarando em alto e bom som que a humanidade só produziu obras boas de se coligir em certos períodos históricos por ele delimitados”.¹¹⁰

Se um era o destinatário do outro, reforço, talvez nunca saibamos. Mas está claro, contudo, que suas opiniões se chocavam diretamente: para Ruskin, não intervenção; para Viollet-le-Duc, máxima intervenção; para o inglês, os monumentos não são nossos e não podemos neles tocar; para o francês, não mexer no monumento é negligência. Pela sequência dos acontecimentos na história e pelo desenvolvimento das teorias da restauração, Viollet-le-Duc foi cada vez mais sendo abandonado pela repriminção ser considerada uma falsidade artística e histórica; note-se, porém, que esse uso nunca tenha sido abandonado de fato. Isso não quer dizer, porém, que Ruskin tenha sido adotado indefinidamente: sua defesa de não intervenção e aceitação passiva do transcurso do tempo nos edifícios também não é bem vista. Ambos os teóricos, contudo – e arrisco dizer, talvez justamente por sua diametral oposição –, formam o cerne das discussões teóricas e metodológicas acerca da restauração, com um objetivo de encontrar o meio-termo entre os dois extremos.

Ruskin, grande defensor dos edifícios da Idade Média e, sobretudo, do gótico, defendia, dentro de sua visão romântica, também um retorno a modos de produção mais artesanais e de melhor qualidade¹¹¹, tendo em vista a crescente industrialização britânica na era vitoriana:

De sua atividade teórica como crítico de arte, suas ideias evoluíram para o campo da política, assumindo um cunho socialista ao defender questões tão atuais como: ensino público obrigatório; nacionalização da produção e do comércio dos bens de consumo elementar, em um regime de coexistência e concorrência com a iniciativa privada; seguro-desemprego; previdência social para invalidez e velhice.¹¹²

Viollet-le-Duc, por sua vez, é importante para a consolidação da arquitetura moderna na França, com suas viagens para Itália e Grécia e suas trocas culturais com figuras importantes para o cenário intelectual da época, como o escritor Victor Hugo e o arqueólogo Arcisse de Caumont. Sua atuação, também, encontra resultado na preservação dos monumentos em França, muitos fadados ao esquecimento. Teoricamente, através de seus escritos *Entretien sur l'Architecture* (1863-1872) e o verbete para o *Dictionnaire*

¹¹⁰ VIOLLET-LE-DUC, op. cit., p. 35, grifo meu.

¹¹¹ Tanto o foi que influenciou o pensamento de William Morris no movimento *Arts and Crafts*.

¹¹² PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, op. cit., p. 15-16.

foram propostos novos caminhos para a arquitetura do período. Tiveram importância fundamental para a difusão de princípios racionais de construção e na propagação da ideia de que o verdadeiro futuro da arquitetura estaria em se estabelecer um sistema tão coerente, coeso, racional e eficiente quanto aquele da arquitetura gótica.¹¹³

A ver como se espraiaram ambas as teorias – que eram, repetindo, diametralmente opostas – chegamos à atuação de dois teóricos que tentaram conciliar as visões, estabelecendo um ponto intermediário, na virada do século XIX para o XX: os italianos Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. Suas teorias estão em discussão justamente no período em que a Catedral de Curitiba foi construída, provavelmente depois que as ideias de Ruskin e Viollet-le-Duc já estavam decantando e permeando as teorias arquitetônicas da Europa no período. A atuação de imigrantes europeus na construção da igreja, bem como a formação de brasileiros na Europa que também atuaram em sua construção, pode ser entendida como mais um fator que corrobore para a escolha do neogótico como estilo arquitetônico do novo templo.

Camillo Boito (1836-1914), arquiteto, é o principal nome da teoria do restauro na Itália do século XIX. Em transcrição da sua conferência *Os Restauradores*, feito na *Exposição de Turim* em 7 de junho de 1884, é possível verificar seu caráter conciliador entre as visões de Ruskin e Viollet-le-Duc, embora no início de sua carreira tenha adotado mais os pensamentos desse segundo. Ademais, sua teoria foi importante para a consideração de assuntos centrais no campo da restauração, como reversibilidade, distinguibilidade e mínima intervenção; esses aspectos Boito sistematizou em sete princípios fundamentais, os quais, em maior ou menor escala, foram incorporados nas chamadas Cartas Patrimoniais ao longo do século XX.

Boito dá atenção excessiva à documentação, seja ela no registro a ser feito em alguma intervenção, a lápide a ser posta quando se restaure um monumento, no reconhecimento da pesquisa histórica como imprescindível para o processo, e na remessa da documentação do processo propriamente dito à autoridade institucional competente; encontramos a aplicação de ao menos parte da sua teoria no restauro aqui analisado, tendo em vista a vasta documentação fotográfica que foi produzida na época. Também é um dos primeiros a distinguir conservação de restauração¹¹⁴, algo que será explorado com mais atenção na sequência. Nessa conferência *Os Restauradores*, Boito compara o trabalho do restaurador com a do cirurgião: todos desejam não precisar de um médico/cirurgião, mas quando é necessário, é melhor recorrer a eles do que se deixar morrer¹¹⁵. É contrastante com Ruskin, que optaria por deixar morrer o monumento,

¹¹³ KÜHL, Viollet-le-Duc e o..., op. cit., p. 17.

¹¹⁴ BOITO, Camillo. **Os Restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 37.

¹¹⁵ Ibidem, p. 57.

dando a ele apenas muletas para “aguentar um pouco mais”; é condizente com a visão romântica das ruínas, por exemplo, que incorporam novos valores estéticos e filosóficos. Mas Boito, apesar de ter iniciado sua carreira como seguidor de Viollet-le-Duc, difere dele nesse momento – chamando sua escola de “velha” – e ataca a reprimatização:

[Viollet-le-Duc] Foi também arquiteto, mas de valor contrastante, e restaurador, até há pouco elevado aos céus por todos, agora afundado no inferno por muitos pelas suas mesmas obras na antiga cidade de Carcassonne, no castelo de Pierrefonds e em outros insígnies monumentos [...]. Que diriam os senhores de um antiquário que, tendo descoberto, digamos, um novo manuscrito de Dante ou Petrarca, incompleto e em grande parte ilegível, se propusesse a completar, de sua cabeça, astutamente, sabiamente, as lacunas, de modo que não fosse mais possível distinguir o original dos acréscimos?¹¹⁶

Gustavo Giovannoni (1873-1947), outro arquiteto italiano, foi um dos responsáveis pela consolidação do urbanismo na Itália; no campo do restauro, sua primordial atuação contribuiu no sentido de enxergar a cidade e o entorno do patrimônio como parte do processo de preservação¹¹⁷. No verbete “Restauro dos Monumentos”, produzido em 1936 para a *Enciclopedia Italiana*, como dificilmente poderia deixar de ser, faz menção às visões antagônicas de Ruskin e Viollet-le-Duc, situando um meio termo na mínima intervenção que considera o monumento no transcurso do tempo:

Entre os dois conceitos antitéticos acima expostos abriu caminho uma teoria intermediária, sustentada na Itália por C. Boito e G. Giovannoni. Preconiza dar a máxima importância às obras de manutenção e consolidação, voltadas a salvar o próprio organismo da obra; limita os casos de reprimatização àqueles em que seja demonstrada a legitimidade e a utilidade, mas, mais do que com a unidade arquitetônica, preocupa-se com a salvaguarda, no monumento, de todas as obras de tempos variados que tenham um caráter artístico.¹¹⁸

É notável como nesse trecho ficou explícito o caráter conciliador de Giovannoni, sobretudo ao considerar que a unidade arquitetônica, algo defendido tanto por Ruskin quanto por Viollet-le-Duc – embora em extremos opostos – não deve ser priorizada em detrimento de outros aspectos, como o transcurso do edifício no tempo e as incorporações artísticas que a ele foram feitas ao longo dos anos; é o caso aqui estudado, da Catedral de Curitiba, muito simples (comparada com a atualidade) na sua inauguração, mas sendo aprimorada ao longo do tempo, ao passo que os processos de restauração que ela sofreu tiveram que lidar com essas adições, às vezes com mais agressividade, eliminando-os, às vezes com menos, considerando-os já parte

¹¹⁶ Ibidem, p. 58.

¹¹⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição. In: GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 12-13.

¹¹⁸ GIOVANNONI, op. cit., p. 195.

do complexo artístico-arquitetônico. Essa consideração da obra não apenas no seu momento original, seu átimo de inauguração, mas considerando todo o seu transcurso no tempo alinha-se mais à definição que aqui estou empregando.

1.3.2 Teoria crítico-brandiana da restauração

Mais um italiano, Cesare Brandi (1906-1988) é o responsável por primeiro formular uma teoria sistematizada da restauração. É ambicioso em seu propósito, chamando-o, justamente, de *Teoria da Restauração* (1963)¹¹⁹. A teoria brandiana tornou-se base para diversas correntes de pensamento, não só na Itália, nem na Europa, mas no ocidente em geral, sobretudo por propor o que é conhecido como “restauro crítico”, que é baseado em três proposições fundamentais:

- 1) “o restauro é ato crítico, dirigido ao reconhecimento da obra de arte”;
- 2) “a restauração deve privilegiar a instância estética”;
- 3) a restauração deve agir sobre a espacialidade da obra, deve ser uma intervenção na matéria destinada a dar-lhe condições ambientais suficientes para sua salvaguarda¹²⁰.

A partir disso, a teoria crítico-brandiana define a restauração, de forma bastante assertiva, como o que segue:

Ter conduzido o restauro à relação direta com o reconhecimento da obra de arte como tal torna possível agora dar a sua definição: *a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua **consistência física** e na sua **dúplice polaridade estética e histórica**, com vistas à sua transmissão para o futuro.*¹²¹

Por “consistência física” compreende-se a própria materialidade e espacialidade da obra de arte – como ela se encontra no “momento metodológico” de seu reconhecimento. A “polaridade estética” compreende o fato basilar pelo qual a obra de arte é obra de arte, produto singular diferente dos “comuns”. A “polaridade histórica” é o reconhecimento do tempo da obra de arte no momento da sua criação (produção da imagem) e no momento da sua exposição no presente (manifestação da imagem); ou seja, considera sua criação, produção e seu transcurso no tempo. A consistência física tem prioridade sobre todo o mais, uma vez que sem ela não há no que intervir e não há o que transmitir para o futuro; e, “Para que essa consistência material

¹¹⁹ BRANDI, op. cit.

¹²⁰ CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: BRANDI, op. cit., p. 11-12.

¹²¹ BRANDI, op. cit., p. 30, itálico do autor, negrito meu.

possa durar o maior tempo possível, deverão ser feitos todos os esforços e pesquisas”¹²². E, no pacto entre as instâncias estética e histórica (pacto no qual a primeira sempre deverá prevalecer sobre a segunda), Brandi postula o segundo princípio do restauro, referindo-se aos seus objetivos e meios: “*a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo*”¹²³. Esse segundo postulado, associado ao primeiro, de definição, resumem de forma bastante sagaz toda a teoria brandiana.

Em primeiro lugar, se reconhece o “restabelecimento da unidade potencial da obra de arte”. Afinal, o que é a unidade, e por que potencial? A unidade é aquela orgânico-funcional, que difere da figurativa, representacional; é a materialidade da obra de arte, o meio pelo qual a obra se manifesta visual e concretamente. É por esse motivo, por primar pela visualidade, que Brandi defende que o aspecto, a aparência, prevalece sobre a estrutura, “quando não puder ser conciliado de outra maneira”¹²⁴; ou seja, para que a visualidade da matéria da obra de arte permaneça a mais intacta e “fiel” possível, é lícito a alteração de sua estrutura. Essa referência faz sentido ao pensarmos na transposição de pinturas murais para outros espaços, ou de telas em madeira para telas de tecido, ou quando se precisa trocar o chassi de uma tela; mudam-se os suportes, permanece “o invólucro da matéria transformada em imagem”¹²⁵. Ademais, por potencial, potencialidade, entende-se que a unidade orgânico-funcional, ainda que não mais completa – como numa ruína, ou mesmo em qualquer perda de um edifício – deva ser reconhecida, potencialmente, como tal.

Para o “falso artístico” e o “falso histórico”, entendemos o já conhecido processo de repriminção, que Brandi chama de “restauração fantasiosa”:

É a mais grave heresia da restauração: é a restauração fantasiosa. Por mais que possa parecer igualmente absurdo, seria possível tentar fazer a restauração cair no lapso de tempo entre a conclusão da obra e o presente; e também isso foi feito e possui um nome. **É o restauro de repriminção, que quer abolir aquele lapso de tempo.**¹²⁶

A falsidade artística e histórica está em, além de “abolir aquele lapso de tempo”, transformar o aspecto da visualidade da imagem transformada em obra de arte em algo limpo, claro, fresco, com aspecto de novo, embelezado; no caso arquitetônico, como recém construído. Entendo nesse ponto, também, referências às adições, que fazem parte de muitos exemplares

¹²² Ibidem, p. 31.

¹²³ Ibidem, p. 33, grifo do autor.

¹²⁴ Ibidem, p. 37.

¹²⁵ Ibidem, p. 39.

¹²⁶ Ibidem, p. 60, grifo meu.

arquitetônicos com algum tempo significativo de trajetória. Brandi defende que, como a instância artística tem precedência sobre a instância histórica, a adição pode ser mantida quando não “deturpa, desnatura, ofusca, subtrai parcialmente à vista a obra de arte”¹²⁷, sendo, contudo, necessário amparo na documentação que garanta sua permanência.

Essas definições, de fato bastante teóricas, são importantes para compreender o que Brandi considera legítimo na ação prática da restauração, uma vez que está interessado em uma teoria. E, apesar de dizer que “não degradamos a prática, antes, elevamo-na ao mesmo nível da teoria”, é notável seu primado pela teoria crítica e científica do restauro, o que é, afinal de contas, o que está propondo nesse texto:

Por isso, definindo a restauração como o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte como tal, a reconhecemos naquele momento do processo crítico em que, tão só, poderá fundamentar a sua legitimidade; fora disso, qualquer intervenção sobre a obra de arte é arbitrária e injustificável. **Além do mais, retiramos para sempre a restauração do empirismo dos procedimentos e a integramos na história, como consciência crítica e científica do momento em que a intervenção de restauro se produz.**¹²⁸

Penso que, ao se retirar totalmente a restauração do empírico, (ao menos para o restauro arquitetônico) a teoria crítico-brandiana apresenta-se engessada e rígida além da medida, pois é na prática que se verifica a aplicação de uma teoria bem formulada e atenta a todas as frentes de atuação de um restauro. É, na prática – elaboração do projeto, verificação das necessidades, investigação do espaço, prospecção de pinturas, abertura de alvenarias, etc. – que acontece o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, desejando sua sobrevivência e transmissão para o futuro.

Beatriz Kühl, arquiteta brasileira estudiosa do assunto, defende que a restauração não é, exatamente, um processo engessado, mas uma linha epistemológica própria que ordena a ação de restauro, um eixo norteador formado por diversas áreas do conhecimento especializado, no qual várias respostas podem atender a diversos questionamentos:

São propostos princípios (e não regras fixas) para oferecer direcionamento à ação, que resulta em diversas possibilidades de resposta. O restauro é entendido como ato de cultura, pautado no respeito pelos aspectos documentais da obra, por sua materialidade e conformação, como transformadas pelo tempo [...], o todo sendo mediado pelas contribuições de vários campos do saber. É construção sociocultural constantemente sujeita a revisões críticas em função daquilo que é reconhecido como de interesse coletivo.¹²⁹

¹²⁷ Ibidem, p. 84.

¹²⁸ Ibidem, p. 100, grifo meu.

¹²⁹ KÜHL, Beatriz M. Patrimônio e restauração. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio:** debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 69, grifo meu.

1.3.3 Teoria contemporânea da restauração

Por fim, para encerrar este capítulo, exponho as discussões do espanhol Salvador Muñoz Viñas, que é o teórico com o qual mais me identifico na perspectiva de adotar uma definição do que é restauro – que, como espero ter demonstrado, é bastante nebulosa – não apenas pela área da especificidade técnica da coisa, do reconhecimento da obra visível e tangível e sua conseqüente intervenção. Segundo sua teoria, a despeito dos procedimentos técnicos que já foram muito debatidos aqui, o restauro é uma ação cultural e política.

Publicada em 2004 na Espanha e traduzido em 2021 para o português brasileiro, a *Teoria contemporânea da restauração*¹³⁰ de Salvador Muñoz Viñas concorre para retirar do nível dogmático os preceitos do campo tidos como universais, chamadas de “teorias clássicas”, como as noções de mínima intervenção, distinguibilidade, reversibilidade, etc.: “Nesta obra, [Muñoz Viñas] realiza uma análise profunda das teorias da restauração – as quais denomina ‘clássicas’ – de modo a atualizar à contemporaneidade o que os teóricos preconizaram e consolidaram como regras e verdades ao longo dos dois últimos séculos”¹³¹.

A proposta é, sem ser simplista ou desconsiderar os procedimentos técnicos da restauração, tratar das subjetividades que englobam o objeto do restauro, de modo que essas características integrem também as tomadas de decisões que o envolvem:

Restaurar é uma ação que não pertence ao campo das ciências duras (como queriam os positivistas) ou das artes ou da filosofia (como sugeriram alguns autores contemporâneos), mas é, sobretudo, uma **ação ética**, na medida em que só ali ela se justifica e se mantém como importante atividade humana de **trato e conservação de coisas que portam significados** a segmentos particulares da humanidade em diferentes regimes de temporalidade.¹³²

Portanto, enquanto “ação ética” voltada a “coisas que portam significados”, a restauração não pode ficar na frieza das “ciências duras”; esses significados, esses símbolos, que estão intrinsecamente ligados ao objeto de restauro não podem ser ignorados sob o pretexto de atender a uma objetividade cientificista.

O autor dá grande importância à distinção entre conservação e restauração, embora não seja categórico no sentido de engessar o assunto. Considera que esses são conceitos que frequentemente se superpõem “de maneira que nem sempre é possível distinguir as duas

¹³⁰ MUNOZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. Tradução Flávio Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

¹³¹ VELLEDA CALDAS, Karen. A Restauração em foco: entre mitos e realidades. **Vitruvius**, Resenhas Online, ano 12, n. 138.01, jun. 2013. Disponível em: <vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/ 12.138/4765>. Acesso em 18 jul. 2023.

¹³² CARSALADE, Flávio. Prefácio à edição brasileira. In: MUÑOZ VINÃS, op. cit., p. 10-11, grifos meus.

atividades”¹³³, mas que sua identificação é importante, uma vez que implicaria na especificidade de cada procedimento.

Iniciando a discussão, dá as definições mais correntes no momento: conservação como “a atividade que consiste em adotar medidas para que um bem determinado experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível”¹³⁴ – ou seja, uma hora essa capacidade e esse tempo vão se esgotar, e aí o objeto necessitará de uma restauração, o que, “de uma maneira muito simples”, é “a atividade que consiste em devolver algo a seu estado original ou autêntico”¹³⁵. Pondera, contudo, essas definições como um tanto limitadas, principalmente por considerar essa abstração de “estado original ou autêntico” contraproducente, numa visão um tanto conservadora que remete àquela teoria crítico-brandiana de “obra de arte”, um objeto único e singular. Para Muñoz Viñas, “Definitivamente, a restauração se ocupa de muitas coisas e restringi-las às obras de arte é uma simplificação excessiva”¹³⁶.

Essa distinguibilidade complexa entre conservação e restauração fica mais evidente, segundo ele, na perceptibilidade da intenção da intervenção, ou seja, para que se faz tal empreitada. Comumente se aceita e tem-se como bem vista a conservação, que visa, entre outras coisas, garantir a integridade física do objeto. A restauração, sempre mais polêmica e menos consensual, visaria trazer mudanças perceptíveis ao espectador comum, isto é, não especialista. Não julga, porém, isso exatamente como um problema: “ainda que as palavras *conservação* e *restauração* sejam empregadas de forma inexata, a inexatidão é, ao menos, constante e se baseia em um critério coerente: **descrevem conceitos precisos mediante expressões imprecisas**”¹³⁷.

Ainda que reconheça a necessidade dessas definições, os valores estéticos e os preceitos científicos não deveriam ser as únicas categorias de análise dos objetos. Novos valores deveriam aí ser incluídos, “sejam estes ideológicos, afetivos, religiosos, etc. – não sendo, portanto, inerentes ao próprio objeto nem, tampouco, cientificamente quantificáveis”¹³⁸. Entra nessa teoria contemporânea um aspecto que a diferencia do caráter tecnicista exacerbado das anteriores que é o sujeito e, portanto, a subjetividade:

A restauração não mais se definirá em função de critérios externos às pessoas (por suas técnicas, por seus instrumentos, pelos objetos sobre os quais se desenvolve a atividade), mas em função de critérios inerentes aos **sujeitos**: não se caracterizará por aspectos objetivos, mas **subjetivos**. [...] os sujeitos definidores são as pessoas

¹³³ MUNÓZ VIÑAS, op. cit., p. 25.

¹³⁴ Ibidem, p. 24.

¹³⁵ Ibidem, p. 24.

¹³⁶ Ibidem, p. 33.

¹³⁷ Ibidem, p. 27, itálico do autor, negrito meu.

¹³⁸ VELLEDA CALDAS, op. cit.

envolvidas no desenvolvimento da atividade, porque o que caracteriza a restauração é a *atitude* com a qual se desenvolve a atividade.¹³⁹

Os objetos de restauração são, quase sempre, objetos em evidência, que sofrem a maior quantidade e variados tipos de interação entre diferentes pessoas. Pensar uma igreja, por exemplo, como a Catedral Basílica de Curitiba, implica reconhecer que há todo um universo de pessoas que se relacionam de forma muito diferentes umas das outras com o mesmo objeto. Tem aquele grupo de católicos que frequenta a igreja diariamente, nas missas e outras atividades; os que vão só no domingo ou dias mais festivos; aqueles que vão quando tem algum evento maior da Arquidiocese e aqueles que nunca vão. Tem também os não católicos, que podem ir num casamento, ou levar parentes numa visita de férias. Tem o público das visitas guiadas, as escolas, os grupos de turistas. Tem, inclusive e sobretudo, o poder público. É todo um universo de relações e interpretações muito subjetivas. E por isso a restauração é um ato político, como “uma forma de expressar uma atitude em direção a esses sentimentos e ideologias”¹⁴⁰.

Voltando a conceitos mais técnicos – e eles são importantes para compreender o momento da restauração que a Catedral passou nos anos 1990, o qual será amplamente discutido no próximo capítulo – Munõz Viñas os sistematiza como segue:

- 1) **Preservação** ou conservação ambiental, como aquelas intervenções que visam interferir no meio de inserção do objeto, e não nele exatamente (controle dos parâmetros de umidade, temperatura, pressão, redução da ação de poluentes, etc.);
- 2) **Conservação** ou conservação direta, como as ações diretas sobre o bem com vistas à conservação da sua integridade física, mas que não alteram suas características perceptíveis a um espectador comum;
- 3) **Restauração**, por fim, consistiria na “atividade que aspira a devolver a um estado anterior os aspectos perceptíveis de um determinado bem”, novamente “perceptíveis” empregado para um “espectador médio em um estado normal de observação”¹⁴¹.

É muito interessante notar a aplicabilidade dos conceitos (à exceção da preservação) no restauro da Catedral Basílica aqui analisado. Embora posterior ao momento da intervenção, a teoria sistematiza percepções correntes que circulavam pelo campo desde décadas antes, ainda que de maneira difusa, justamente pelas insuficiências dos modelos anteriores¹⁴².

¹³⁹ MUNÕZ VIÑAS, op. cit., p. 45, itálico do autor, negritos meus.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 46.

¹⁴¹ Ibidem, p. 28.

¹⁴² VELLEDA CALDAS, op. cit.

No memorial descritivo das intervenções realizadas, a Albatroz – Arquitetura, Engenharia e Restauro Ltda., que assumiu a restauração da Catedral a partir de meados de maio de 1993, considera, no seu preâmbulo, aqueles valores preconizados por Brandi:

Durante nosso contato com a obra, tivemos a oportunidade de reconhecê-la mais profundamente em seus **aspectos histórico-estético**, sua **composição física** e seu real estado de conservação. [...] Ao elaborarmos estas propostas de tratamento, procuramos considerar a obra, **tanto histórica como esteticamente**, e encontrar um equilíbrio realizável entre estas duas instâncias.¹⁴³

Note-se como os trechos destacados dialogam claramente com aquela definição de restauração dada por Brandi, de reconhecer a “consistência física” e a “dúplice polaridade estética e histórica”¹⁴⁴. Ademais, contudo, o documento adere a conceitos muito mais próximos à teoria de Salvador Muñoz Viñas:

- a) “O tratamento desenvolvido até o presente momento seguiu uma linha de **conservação**, detendo o processo de degradação dos materiais construtivos”¹⁴⁵. Descreve, nesse processo, os mecanismos de limpeza mecânica, pré-fixação, limpeza química, fixação e camada de proteção das pinturas internas da igreja, justamente naquele espírito de não apresentar modificações perceptíveis ao olhar comum.
- b) “Porém, há em determinadas áreas danos que comprometem a estética da obra, e que só podem ser sanados com ações mais profundas, desenvolvidas no campo da **restauração propriamente dita**”¹⁴⁶. Aqui, por outro lado, percebe-se o trabalho de intervenção mais assertiva, tendo a vista as rachaduras e perda de reboco nas pinturas, envolvendo os procedimentos de nivelamento das lacunas, reintegração do fundo, reintegração da policromia e aplicação da camada de proteção.

Continua, ainda, um pouco nebuloso e indefinido, mas se adotarmos a noção da percepção subjetiva do restaurador, assumimos que o seu olhar de especialista garante tal diferenciação: “Esta posição é uma forma de niilismo lógico: restauração é o que os restauradores dizem que é restauração”¹⁴⁷. O que essa proposição não pode, contudo, é adotar essa visão como única, à despeito de qualquer critério lógico¹⁴⁸. No próximo capítulo, a restauração em si aparece amplamente divulgada a partir de uma gama razoável de imagens, que evidenciam os processos da restauração.

¹⁴³ ALBATROZ – ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURO LTDA. **Memorial descritivo de intervenções**. Curitiba, sem data, p. 1, grifos meus. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁴⁴ BRANDI, op. cit., p. 30.

¹⁴⁵ ALBATROZ, **Memorial descritivo de intervenções...**, op. cit., p. 12.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 14.

¹⁴⁷ MUÑOZ VIÑAS, op. cit., p. 45.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 46.

2 O SEGUNDO RESTAURO DA CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA

Segundo o que nos reportaram as informações disponíveis na imprensa periódica, o restauro teve início, de fato, no dia 5 de outubro de 1992, com projeto da arquiteta Magali Tieppo Robaina e execução da Edilizia Construções Civis. Os trabalhos foram iniciados com a lavagem externa do templo (como foi visto na Figura 9, na página 44), que perdurou até 10 de dezembro com “uma surpresa: os operários encontraram dezenas de rachaduras nas paredes e podridão nas abas laterais do telhado”¹⁴⁹. Em abril de 1993, o semanário *Atualidade*, sendo uma publicação da Arquidiocese de Curitiba, trouxe uma prestação de contas do repasse de verbas feitos via Transferência de Potencial Construtivo¹⁵⁰, o que indica que a igreja já estava recebendo recursos da Prefeitura, como será explicitado melhor no próximo capítulo, mas brevemente explicada logo abaixo. Em junho, pela primeira vez é mencionada a empresa *Albatroz*, que assumiu o restauro no mês anterior, de propriedade do arquiteto Cláudio Maiolino¹⁵¹.

Em algum momento da segunda quinzena de abril daquele ano, o Cônego Alpheu, pároco da Catedral, em carta circular não datada e não endereçada, mas que acredito que devesse servir para solicitar doações às demais paróquias e entidades de Curitiba, diz o seguinte:

A primeira etapa, cujo objetivo era a limpeza e os diagnósticos gerais para o desenvolvimento do projeto de restauro, foi efetivada no período de 01/10/92 a 15/01/93 [...]. **A etapa de restauro propriamente dito tem início no dia 01/04/93** com a reconstrução da parte estrutural do prédio e deverá se estender até o dia 31/08/93. Os recursos necessários terão cobertura pelo envolvimento de empresários na compra de cotas, conforme decretos 380 e 381 de 15/03/1993, do Sr. Prefeito Rafael Greca.¹⁵²

Do relato, percebemos a data de conclusão prevista para final de agosto, o que implica que a restauração deveria estar pronta até a data do centenário da igreja, ou seja, 7 de setembro. Uma vez mais, também, aparece o prefeito Rafael Greca como pivô do restauro.

O ano de 1993, além de todos os eventos já citados aqui, também marca o primeiro ano da primeira gestão de Greca na prefeitura de Curitiba. Em janeiro, no dia 1º, Greca já participara de uma missa na Catedral, na “qual pediu a proteção de N. Sra. da Luz para seu governo”¹⁵³. Em março, o Cônego Alpheu relatava que um novo rumo para o processo de

¹⁴⁹ MUNHOZ, Aurélio. Catedral de Curitiba, uma história de fé. E intrigas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 dez. 1992. O TEMPLO que enalteceu a religiosidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 1993, p. 18.

¹⁵⁰ RESTAURAÇÃO da Catedral de Curitiba. **Atualidade**, Curitiba, 11 a 14 abr. 1993.

¹⁵¹ CATEDRAL já tem quase toda verba de restauração. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 jun. 1993.

¹⁵² SOUZA, Alpheu Luiz Martins de Azambuja e. **Restauração da Catedral de Curitiba**. Curitiba, sem data. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁵³ ARQUIVO DOM ALBERTO..., **Livro do Tombo n° 5**, op. cit., f. 127v.

restauração se daria “por iniciativa do Prefeito Municipal”, e que os recursos financeiros viriam de uma “lei criada pelo prefeito: ‘Lei de incentivo ao solo criado’”¹⁵⁴. A “lei criada pelo prefeito” – mencionada também no trecho da carta acima destacado – a qual o relato chama de “Lei de incentivo ao solo criado”, é na verdade um decreto, ou seja, uma decisão autocrática do Executivo municipal que não passou pela Câmara legislativa. O documento exarado é o Decreto nº 380, de 15 de março de 1993, que “Dispõe sobre Unidades de Interesse Especial de Preservação - UIEP e estabelece critérios para a concessão de incentivos, visando sua restauração e manutenção, nos termos da Lei nº 6.337/82.” O decreto em si, a lei que ele menciona e outros dispositivos legais serão melhor explorados no terceiro capítulo desta dissertação.

Neste capítulo, farei a abordagem do processo de restauração propriamente dito, a partir, sobretudo, de um recorte dentro de uma série fotográfica de 338 imagens capturadas por Cláudio Maiolino, arquiteto responsável, entre 1993 e 1995, pelo segundo restauro da Catedral Basílica de Curitiba. As fotografias, no formato 10x15cm, armazenadas em três álbuns fotográficos acervados na Albatroz, empresa de Maiolino com sede no município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, foram digitalizadas por mim com a utilização de *scanner* em agosto de 2021. Quando da digitalização, as fotografias foram numeradas conforme o mês e ano inscrito no verso dessas; contudo, na ocasião de análise das imagens, foi possível constatar que nem sempre as datas anotadas no verso correspondem ao momento exato de captura da imagem; portanto, não seguirei a ordem proposta pela sequência das imagens. Uma hipótese a ser aventada é que correspondam mais ao instante da revelação do rolo fotográfico – que poderia conter imagens capturadas em diversos tempos – do que ao acontecimento do fato em si. O que nos interessa, porém, é sua capacidade eficiente de documentar a restauração, evidenciando diversas fases do processo, conforme orientaram diversos teóricos sobre o assunto e demandaram diversas Cartas Patrimoniais, evidenciando a importância da fotografia, desde muito, nos processos de restauração artístico-arquitetônica.

2.1 A RESTAURAÇÃO EM IMAGENS

Em 5 de maio, então, foi firmado o contrato entre a Mitra da Arquidiocese de Curitiba e a empresa Albatroz, com o ambicioso prazo de 180 dias para concluir as obras o que, como será demonstrado na sequência, não foi o suficiente. Em conversa informal com Maiolino¹⁵⁵,

¹⁵⁴ Ibidem, f. 127v-128.

¹⁵⁵ Apesar de diversas negociações, não foi possível a realização de uma entrevista formal com o arquiteto que esclarecesse vários aspectos do restauro.

da Albatroz, no momento de coleta dessas fotografias, este disse que a empresa foi chamada para assumir o restauro da Catedral em maio de 1993 depois que, segundo ele, a empresa anterior removeu o reboco da lateral da igreja (fachada direita, na Travessa José Bonifácio) para reparar rachaduras, exatamente aquela “surpresa” encontrada pelos operários mencionada acima.

Nas fotografias capturadas por Maiolino é possível ver a base das paredes com a estrutura de alvenaria (de pedras e tijolos) aparente, bem como a remoção dos elementos decorativos que formavam as bases das janelas (Figuras 10 a 13). Essa desagregação do reboco precisou ser corrigida com a restauração e, para tal, a equipe, se utilizando de algum tipo de massa plástica, a colocou contra o elemento e, mediante pressão, conseguiu obter um molde para imitar o estilo decorativo da seção (Figuras 14 a 18). Com o molde em mãos, foi possível refazer o escalonado do barrado da igreja com massas cimentícias (Figuras 19, 20 e 21), depois suavizado para se reintegrar ao restante do reboco da igreja e, por fim, pintado com as cores escolhidas para o restauro, “areia e camurça”, segundo os jornais¹⁵⁶: variações de bege e marrom, sendo a primeira a cor predominante, enquanto a segunda fazia detalhes como frisos, cogulhos, florões, pináculos, rendilhados, molduras, etc. No processo também foi necessário reconstituir os elementos decorativos que formavam as bases das colunas das molduras das janelas, destruídas junto com a remoção do reboco no início da restauração (Figuras 22 a 25).

¹⁵⁶ OBRAS de restauração da Catedral vão até 94. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 dez. 1993.

FIGURA 10 – MONTAGEM DE TAPUMES NA LATERAL DIREITA DA IGREJA



Fachada direita, na Travessa José Bonifácio. Note-se, à direita, a parede da igreja sem reboco na parte inferior; no centro, a montagem dos tapumes da obra; e no alto, cruzando de um lado a outro, cordões de luzes que, provavelmente, iluminaram a rua na Feira dos 300 anos, realizada em março. Nessa época ainda não havia o jardim dessa fachada da igreja, o qual foi feito nesse mesmo restauro.

FONTE: MAIOLINO, Cláudio. **Fotografia n° 1**, Álbum 1, Curitiba, maio 1993. Coleção: Restauro Catedral Curitiba 1993-1994. Acervo: Albatroz – Arquitetura, construção e restauro.

FIGURA 11 – FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA



Outra visão da desagregação de reboco na fachada direita da igreja.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 2**, Álbum 1, Curitiba, maio 1993.

FIGURA 12 – DETALHE DA FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA (1)



Perda dos elementos decorativos que formavam as bases das janelas, em formato de meias-colunas; note-se como são visíveis os tijolos.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 5**, Álbum 1, Curitiba, maio 1993.

FIGURA 13 – DETALHE DA FACHADA LATERAL DIREITA DA IGREJA (2)



Outra janela, com perda completa de elementos decorativos da base.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 6**, Álbum 1, Curitiba, maio 1993.

FIGURA 14 – MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (1)



Massa plástica, pressionada com madeira e tijolos, para fatura do molde a recompor o escalonado do barrado da igreja. Esse molde foi feito a partir da fachada posterior, na Travessa Padre Júlio de Campos.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 72**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 15 – MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (2)



Trabalhadores do restauro iniciam a remoção do molde.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 9**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 16 – MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (3)



Remoção do molde.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 10**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 17 – MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (4)



Molde para recompor o reboco da igreja.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 11**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 18 – MOLDE PARA ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (5)



Molde para recompor o reboco da igreja.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 7**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 19 – RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (1)



Com espátula em negativo do molde feito, trabalhador reconstituiu o barrado da igreja.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 10**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 20 – RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (2)



Parte do barrado da igreja reconstituído.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 11**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 21 – RECUPERAÇÃO DE ELEMENTO ESCALONADO NO BARRADO DA IGREJA (3)



Barrado da igreja recomposto conforme molde feito.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 9**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

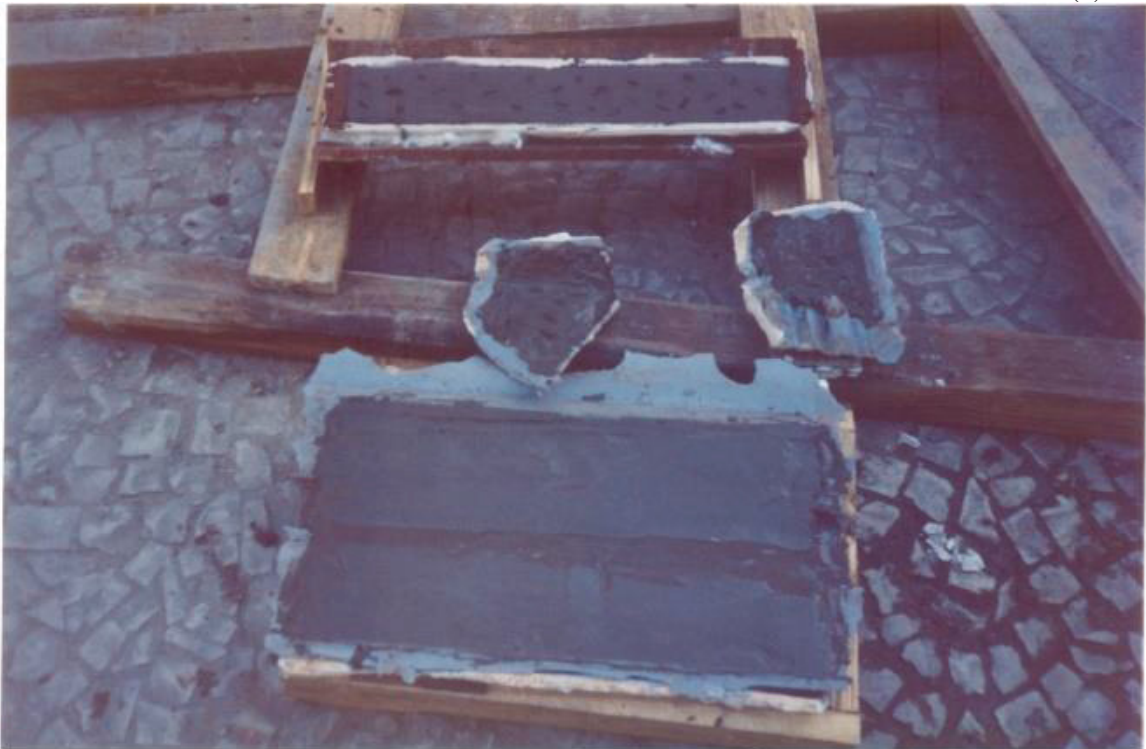
FIGURA 22 – MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (1)



Moldes de elementos decorativos preenchidos.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 1**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 23 – MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (2)



Moldes de elementos decorativos preenchidos.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 4**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 24 – MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (3)



Trabalhadora preenchendo moldes afixados diretamente na parede para recompor a base da coluna que forma a janela.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 2**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 25 – MOLDES PARA ELEMENTOS DECORATIVOS DA FACHADA EXTERNA (4)



Visão externa do molde que forma elemento decorativo na moldura da janela.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 3**, Álbum 2, Curitiba, ago. 1993.

No início dos processos de restauração, encontram-se entre as primeiríssimas necessidades a investigação das patologias do complexo espaço de atuação, a qual se nomina de “mapa de danos”. Na realidade, essa investigação deve constar, ou deveria constar, no projeto que antecede e propulsiona as obras de restauração¹⁵⁷. Contudo, muitas vezes não é possível a investigação *in loco*, sobretudo quando o exemplar carece de documentação detalhada, por ser considerada invasiva demais (descascar pinturas, remover reboco, etc.). Além disso, no nosso exemplo, o primeiro projeto e a execução de intervenções mais robustas foram realizados por atores diferentes, e incluiu-se na atuação da Albatroz esse processo de investigação.

No mesmo momento, costuma-se empreender a limpeza dos elementos componentes do edifício, para que se tenha uma visão clara das necessidades da restauração. É nesse ponto que o argumento crítico-brandiano que privilegia sobremaneira a teoria sobre a prática encontra dificuldades: quando “retiramos para sempre a restauração do empirismo dos procedimentos”¹⁵⁸ pode-se incorrer em gravíssimo risco para a intervenção de restauro. É na prática, na investigação do objeto, que se depreende objetiva e assertivamente quais os processos realmente necessários, quais os materiais empregados e quais serão utilizados para reconstituição, etc. Não se considera, nesse ponto, que a teoria não tenha seu valor, afinal uma restauração arquitetônica sempre envolverá escolhas que devem ser embasadas em teorias consistentes, mas a prática deve figurar em patamar de igual importância.

Outro ponto importante logo no início dos processos de restauração, e até mesmo no momento da elaboração do projeto, são as janelas com aberturas de prospecções estratigráficas, isto é, recortes, feitos nas paredes e estruturas de alvenaria, decupados com lâminas finas – geralmente, bisturi – para identificar camadas anteriores de pinturas¹⁵⁹. Via de regra, a Catedral teria apenas três camadas: a preparada para a inauguração da igreja, em 1893; a da primeira pintura, nos anos 1910; e a segunda pintura, de 1948 a 1952. O arquiteto Maiolino, contudo, em entrevista à *Gazeta do Povo*, afirmou ter encontrado em alguns lugares até nove repinturas:

¹⁵⁷ CAMPELLO, Cecília Barthel; LINS, Mariana; PESTANA, Fábio. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: 1º CONGRESO IBEROAMERICANO Y VIII JORNADA TECNICAS DE RESTAURACION Y CONSERVACION DO PATRIMONIO, 10 a 11 set. 2009, La Plata. **Anais**. Buenos Aires/Argentina: LEMIT, não paginado, 2009, passim.

¹⁵⁸ BRANDI, op. cit., p. 100.

¹⁵⁹ ROMÃO SILVA, Andrea Costa. Processo metodológico para leitura cromática de elementos arquitetônicos tradicionais. **Conservar Patrimônio**, Lisboa/Portugal, n. 23, p. 141-154, 2016, passim.

Internamente técnicos estão fazendo análise das diversas cores para que esse ambiente retrate futuramente aquela que exerceu maior predominância durante esse período. **De acordo com Maiolino, a Catedral, em algumas partes, recebeu até nove repinturas.** Os restauradores estão “descobrimo” essas camadas, para que em breve uma comissão composta por arquitetos, pesquisadores e historiadores estabeleçam a que irá ser utilizada. Um dos maiores problemas detectados pela equipe de profissionais que está trabalhando na obra são os ocasionados com a infiltração de água da chuva. Ela foi causadora da queda de rebocos do prédio em diversos lugares e aconteceu porque a maioria dos dutos por onde escoam estava obstruída, inclusive por rebocos que caíram. Alguns continham mais de um metro de lama e até mesmo bola e vidro de perfume encontrado. “Tudo isso impedia que a água circulasse livremente e ocasionava as infiltrações”, explicou.¹⁶⁰

A reportagem reforça o problema estrutural com as águas pluviais (calhas e dutos), com o acúmulo de sujeira e consequentes infiltrações. Tais infiltrações danificam as pinturas, sobretudo na parte superior (abóbadas) da igreja, que é feita de alvenaria na nave central e estuque nas naves laterais. A umidade que vem do solo danifica, principalmente, as pinturas internas do barrado da igreja.

Lugar comum para a Catedral “desde sempre” são esses problemas com a umidade. Sua antecessora, a antiga igreja matriz de Curitiba, viveu seus mais de cento e cinquenta anos de existência (1720-1875) passando por reformas, uma vez que, construída muito rapidamente (1714-1720)¹⁶¹ e com pouco estudo de solo para a fundação, sofreu com um terreno rico em lençóis freáticos de águas que descem do alto bairro do São Francisco e vão nutrir as bacias hidrográficas dos rios Belém e Ivo. O atual templo, ainda que com uma fundação bastante sólida, da mesma forma sofre com a umidade que “sobe” do terreno úmido e penetra pela alvenaria de pedras da sua fundação, ao passo que pela parte superior, entupimentos de calhas, vazamentos nos canos, chuvas com vento trazem água para dentro da igreja. Não é de se estranhar, então, as investigações de Maiolino e equipe enquanto os andaimes da obra eram montados (Figuras 26 a 36).

¹⁶⁰ OBRAS de restauração da Catedral vão até 94. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 dez. 1993, grifo meu.

¹⁶¹ BAHLS, **Catedral...**, op. cit., p. 13-21. FORGATI, op. cit., p. 33-35.

FIGURA 26 – ARCOBOTANTES DA CATEDRAL



Manchas de umidade e rachaduras num dos arcobotantes da igreja.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 2**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 27 – TELHADO SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (1)



Abertura entre as telhas de alumínio sobre a tribuna-mor direita.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 4**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 28 – TELHADO SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (2)



Fiação elétrica aparente ao redor de um arcobotante.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 5**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 29 – CALHA SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (1)



Acúmulo de sujidade e lama numa das calhas.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 7**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

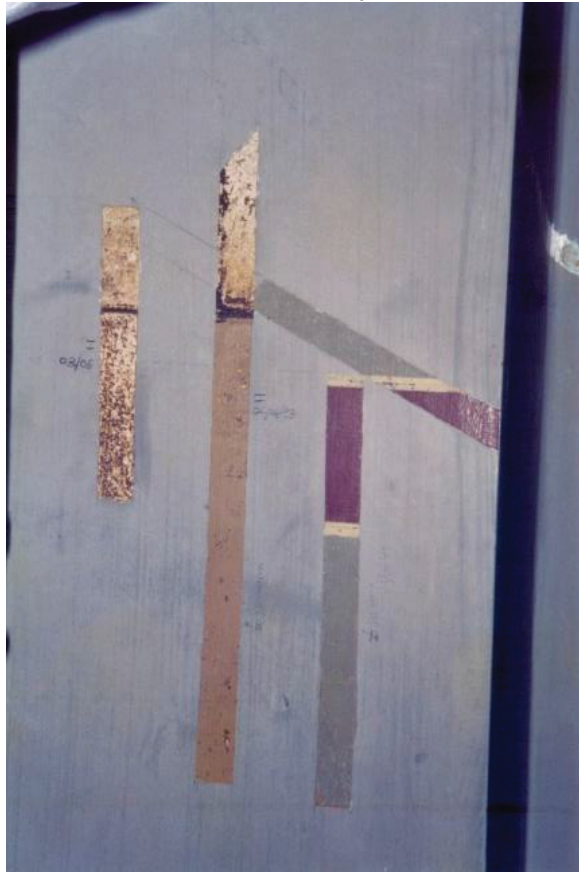
FIGURA 30 – CALHA SOBRE AS SALAS DO CONSISTÓRIO (2)



Calha enferrujada.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 8**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 31 – JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (1)



Janelas de prospecção estratigráfica mostrando, ao menos, três camadas diferentes de pinturas.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 13**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 32 – JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (2)



Janela de prospecção estratigráfica revelando pintura, provavelmente dos anos 1910, nas colunas principais.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 15**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 33 – JANELAS DE PROSPECÇÃO ESTRATIGRÁFICA (3)



Janela de prospecção estratigráfica revelando diferentes camadas de pinturas.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 48**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 34 – PINTURA DANIFICA NO BARRADO INTERNO DA IGREJA



Desagregação de camada pictórica na pintura floral do barrado da igreja.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 24**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 35 – PINTURA DANIFICADA NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS



Desagregação de camada pictórica na pintura floral do estuque das naves laterais.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 30**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 36 – LIMPEZA DO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS



Limpeza dos estuques das naves laterais.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 2**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

O uso das fotografias da restauração nos permite vislumbrar um horizonte de possibilidades ao verificarmos o andamento das obras. A importância documental desse tipo de registro é de tamanha importância a ponto de compor parte de ao menos duas das Cartas Patrimoniais mais expressivas, isto é, documentos de orientação organizados por entidades internacionais com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): a Carta de Veneza, de 1964, e a Carta do Restauro, de 1972:

Artigo 16º - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, **ilustrados com desenhos e fotografias**. [...] Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; **recomenda-se sua publicação**.¹⁶²

Artigo 8º - [...] qualquer intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito [...] e deverá ser organizado um diário de seu desenvolvimento, a que se anexará a **documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção**. Anexo B, § 5 – [...] Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, **iconográficas** e arquivísticas, etc., para obter todos os dados possíveis. **O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica**.¹⁶³

¹⁶² ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, maio 1964, grifos meus.

¹⁶³ ITALIA, Ministério da Instrução Pública. **Carta do Restauro**. Circular nº 117, 6 abr. 1972, grifos meus.

Surgida na França na primeira metade do século XIX, a fotografia ofereceu uma nova forma de representar o mundo para além daquelas já utilizadas milenarmente, como a gravura e a pintura. Desde seus primórdios, foi caro aos fotógrafos a temática da arquitetura, principalmente considerando o longo tempo de exposição que era necessário para a fixação da imagem fotográfica, mas, também, pelo grande poder documental que esse registro demonstrou possuir, sinalizando cisões e continuidades nos espaços urbanos¹⁶⁴.

Essa simpatia da fotografia pela arquitetura permitiu a apreciação, da parte de estudiosos, profissionais e leigos, de exemplares arquitetônicos e obras de arte “antes fruídas *in loco* ou ‘reinterpretadas’ por gravuristas em publicações”¹⁶⁵, possibilitando a ampliação do conhecimento da cultura material de uma dada sociedade a partir de uma história visual¹⁶⁶. Desse modo, a fotografia passou a informar “sobre determinados aspectos do passado” e conformar, “como imagem a ser perenizada”, uma nova visão de mundo¹⁶⁷, permitindo, assim, sua utilização para a preservação do patrimônio arquitetônico em duas chaves possíveis: 1) no levantamento, identificação, cadastramento e inventariação de bens imóveis, bem como na elaboração de seus projetos de conservação e/ou restauro; 2) no registro e documentação dos processos de restauração artístico-arquitetônicas, identificando a situação dos mesmos bens imóveis antes, durante e depois da intervenção¹⁶⁸.

André Rouillé, em seu texto *O verdadeiro fotográfico*, aponta a fotografia como um “paradigma industrial”, fruto das mudanças causadas pelo surgimento da “máquina”, em oposição ao “paradigma artesanal”, isto é, o desenho, que constitui uma expressão artística e não a “captura das aparências”¹⁶⁹. Ora, por muito tempo se atribuiu à fotografia a etiqueta de prova infalsificável¹⁷⁰, reduto da verdade e marca distinta das artes visuais, subjetivas, incapazes de retratar o “real” com a verossimilhança que a fotografia faria. Uma causa para essa crença de verdadeiro na fotografia, pode-se considerar, estaria relacionada à “automaticidade do registro”, em que a

¹⁶⁴ CANTUARIA, Eloane de Jesus Ramos. **Fotografia, Arquitetura e Restauro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 12.

¹⁶⁵ LIMA, Solange F. de; CARVALHO, Vânia C. de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY; LUCA, op. cit., p. 30.

¹⁶⁶ GRIECO, Bettina Zellner. **Fotografia**. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Brasília, 2015. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/50/fotografia>. Acesso em 18 jul. 2023.

¹⁶⁷ MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2008, p. 37.

¹⁶⁸ CANTUARIA, op. cit., p. 12.

¹⁶⁹ ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. Tradução Constancia Egrejas. São Paulo: Senac, 2009, p. 64.

¹⁷⁰ MAUAD, op. cit., p. 31.

fotografia-documento é encerrada em uma função de **receptividade passiva e neutra** [...], o que nos leva a considerá-la como apenas um receptáculo, o aquém da representação: **uma simples reprodução técnica, sem autor nem formas**, um perfeito banco de dados.¹⁷¹

Os excertos grifados acima denotam uma suposta visão da fotografia como mera “reprodução técnica”, sem desejos ou escolhas, como se o ato fotográfico de registro fosse impassível. O próprio Rouillé coloca que a fotografia não é espelho da realidade, plenamente confiável, simplesmente por ser uma captura mecânica e automática do mundo¹⁷². Ana Maria Mauad vem corroborar essa questão ao mencionar a fotografia como resíduo, um indício da realidade – o que Rouillé chama de “rastros” –, considerando três aspectos para compreendê-la: 1) a partir da própria natureza do ato fotográfico; 2) a partir das convenções culturais e históricas; e 3) considerando o ato fotográfico uma escolha dentre várias possíveis¹⁷³. Desse modo, desprende-se da fotografia esse compromisso imediato com o real, uma vez que dela se extraem várias leituras e dúvidas, inclusive. A análise da fotografia congrega diversas áreas do conhecimento e considera que a produção de sentido se dá pela compreensão, através do tempo, de signos culturais, contexto e local da imagem¹⁷⁴.

No caso das fotografias aqui analisadas, de início já é possível tecer alguns questionamentos, embora nem todos careçam de respostas imediatas, uma vez que a mera sugestão de dúvida já pode pôr em cheque a ideia da fotografia enquanto prova irrefutável da realidade. Entre tais questionamentos, posso elencar:

- 1) Qual a qualidade da máquina fotográfica utilizada pelo fotógrafo – o próprio arquiteto – ao documentar o processo de restauração da Catedral Basílica de Curitiba sob seu encargo? Ademais, qual a sua própria habilidade enquanto fotógrafo para fazê-lo?
- 2) De que forma essas fotografias foram armazenadas de modo que permitisse a mínima perda de qualidade (consistência do papel fotográfico, cor, nitidez, etc.)?
- 3) Qual a qualidade do *scanner* que utilizei para digitalizar essas imagens do acervo da Albatroz, uma vez que os exemplares são físicos? Essa digitalização traduz para a imagem digital a real expressão da imagem física?

Aproveito para ensejar tais questionamento com algumas fotografias (Figuras 31, 32 e 33): as três imagens mostram janelas de prospecção estratigráfica, revelando camadas de

¹⁷¹ ROUILLÉ, op. cit., p. 66, grifos meus.

¹⁷² Ibidem, p. 66.

¹⁷³ MAUAD, op. cit., p. 33.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 36.

pinturas sobrepostas umas às outras. Sobre a Figura 31: há uma primeira dificuldade em identificar sua orientação, se é na horizontal ou na vertical; num segundo momento, identificamos uma camada predominante e mais externa (branca? cinza?) sobre ao menos dois padrões anteriores, cujas colorações, novamente, não podemos afirmar com precisão. Sobre a Figura 33: uma nova série de questionamento podem ser tecidos, uma vez que a imagem revela padrões decorativos diversos entre a camada mais externa (branco com azul? branco com verde? ou será cinza, ao invés de branco?) e a mais interna (vermelho, rosa, terracota ou ainda várias outras opções possíveis).

Esses são alguns exercícios para revelar a fotografia enquanto indício, rastro, e não enquanto realidade absoluta. Não quer dizer, de modo algum, que ela seja falsa ou tenha sido propositalmente falsificada por seu autor ou sua autora, nem, tampouco, que seja inútil ao trabalho do historiador ou da historiadora “detetive”¹⁷⁵. Ao contrário, ela possibilita uma compreensão sim, de um real, mas do seu próprio real, próprio à sua natureza:

A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico de um real preexistente. Ao contrário, ela é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo conjunto de registro e de transformação, de alguma coisa do real dado; mas de modo algum assimilável ao real.¹⁷⁶

Com o uso dessas fotografias, também foi permitido encontrar pinturas já há muito recobertas: na pintura dos anos 1910, na parte de fundo da capela-mor havia uma decoração com anjos (Figura 37). Essa parede, de fundo da igreja, foi sobreposta a uma segunda nos anos 1930-1940, criando uma sala – no primeiro e no segundo pavimento – entre a parede original e essa nova levantada para abrigar o vitral da coroação de Maria (Figura 38). Em algum momento do qual se desconhece a exatidão, essa sala foi pintada de branco. No restauro aqui analisado, durante a prospecção estratigráfica, foi possível redescobrir um desses anjos que formaram a primeira pintura da igreja (Figuras 39, 40 e 41); hoje, porém, essa sala continua toda branca e os anjos, ocultos.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 35.

¹⁷⁶ ROUILLÉ, op. cit., p. 77.

FIGURA 37 – CAPELA-MOR DA CATEDRAL



Essa fotografia da capela-mor da igreja Catedral evidencia o espaço que havia atrás do altar-mor, e que foi fechado nas décadas de 1930-1940 para a instalação do vitral-mor, da coroação de Maria. Circulado, em vermelho, está o anjo descoberto no restauro aqui analisado.

FONTE: AUTOR desconhecido. **Capela-mor antes 1930-1940** (parede central da abside aberta e sem pinturas Garbaccio). Curitiba, s/d. Acervo: Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba.

FIGURA 38 – VISÃO INTERNA DA CATEDRAL



Nessa fotografia a parede de fundo da capela-mor já foi fechada e o vitral-mor da coroação de Maria já está instalado. Essa parede dá a falsa impressão de que a construção termina ali, embora exista atrás dela uma sala (sala do consistório central).

FONTE: HENKEL, Armin. **Igreja Catedral Metropolitana**, com capela e altar-mor vistos do coro na Igreja Catedral Metropolitana. Curitiba, s/d. Acervo: Centro de Documentação da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba.

FIGURA 39 – PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (1)



Andaime montado na sala do consistório central, onde se localizam as pinturas dos anjos
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 55**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 40 – PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (2)



Janela de prospecção estratigráfica na pintura da parede de fundo da igreja.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 56**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 41 – PINTURAS NA SALA DO CONSISTÓRIO CENTRAL (3)



Janela de prospecção estratigráfica na pintura da parede de fundo da igreja, revelando o anjo dos anos 1910.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 57**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

Outro ponto que foi possível observar com essas fotografias foi a reabertura do lanternim, uma abertura no vértice central do arco cruzeiro que ajuda a iluminar a igreja com luz natural, típico das arquiteturas gótica e neogótica. O lanternim é feito em cobre, e possui uma ponteira que serve também de para-raios à igreja, e foi edificado juntamente com todo o templo, no final do século XIX.

Em abril de 1909, contudo, a Companhia Aerostática do Capitão Magalhães trouxe à Curitiba a artista espanhola Maria Aída, esposa do tal capitão, e que pretendia sobrevoar Curitiba num balão, o “Granada”. Tendo como ponto de partida o Passeio Público, apenas na terceira tentativa o balão alçou voo, com o fim da breve viagem planejado para a Praça Tiradentes. E de fato o teve, embora não no centro da praça, como desejava a balonista:

Aquela praça [Tiradentes] estava já repleta de curiosos; e o **“Granada”, em descida vertiginosa, foi cair exatamente na flecha do lanternim da Catedral!** Maria Aída, com um sangue frio admirável, logo que o balão tomou aquela perigosíssima direção, deixou-se cair no telhado da igreja, de cuja posição arriscada devido a grande inclinação dos escorregadios telhões de cobre, foi retirada pelos seus auxiliares,

descendo pela clarabóia em ogiva mais próxima e percorrendo a parte interior do telhado até chegar às escadas da torre ocidental.¹⁷⁷

A flecha permaneceu quebrada e o óculo para o restante da igreja foi fechado com estuque em algum momento desconhecido e até chegou a receber um lustre. No restauro ora analisado, lustre e estuque foram removidos (sendo aquele reposicionado em outra locação), a abertura recuperada, bem como o aspecto externo do cobre que forma o elemento – já há muito em aspecto de azinhavre¹⁷⁸ –, e a flecha refeita e reativada, inclusive, como para-raios (Figuras 42 a 51).

FIGURA 42 – ABERTURA DE ESTUQUE NO ÓCULO DO LANTERNIM (1)



Estuque fechando a abertura do lanternim; o estuque recebeu, inclusive, uma pintura muito semelhante ao restante da sua locação, dando a falsa impressão de sempre ter existido.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 6**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

¹⁷⁷ BALÃO Granada. *A República*, Curitiba, 22 abr. 1909, p. 2 apud BAHLS, *Catedral...*, op. cit, p. 120, grifo meu.

¹⁷⁸ Azinhavre é o processo natural de oxidação do cobre e outras ligas metálicas que o contêm, com aspecto esverdeado. Tanto o lanternim quanto o telhado da nave central e as esferas com rosa-dos-ventos sobre as torres da Catedral Basílica de Curitiba são feitos em cobre e estão já há décadas em aspecto de azinhavre.

FIGURA 43 – ABERTURA DE ESTUQUE NO ÓCULO DO LANTERNIM (2)



A mancha circular cinza bem ao centro do estuque indica onde ficava o elemento decorativo (Figura 44) por onde passava a fiação e sustentação do lustre (Figura 45).

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 12**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 44 – ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO DO LUSTRE



Elemento decorativo, que ficava preso ao estuque que obstruía o lanternim, por onde o lustre passava.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 15**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 45 – LUSTRE REMOVIDO DO LANTERNIM



Lustre que foi removido do estuque que obstruía o lanternim. Ele é idêntico aos outros dois, e foi recolado na sequência deles sobre a nave central.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 21**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 46 – VISÃO EXTERNA DO LANTERNIM (1)



Visão externa do lanternim, com destaque para o aspecto esverdeado (azinhavre) do cobre.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 6**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 47 – ÓCULO DO LANTERNIM DESOBSTRUÍDO (1)



Abertura do lanternim desobstruída, trazendo claridade para dentro do templo.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 2**, Álbum 3, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 48 – ÓCULO DO LANTERNIM DESOBSTRUÍDO (2)



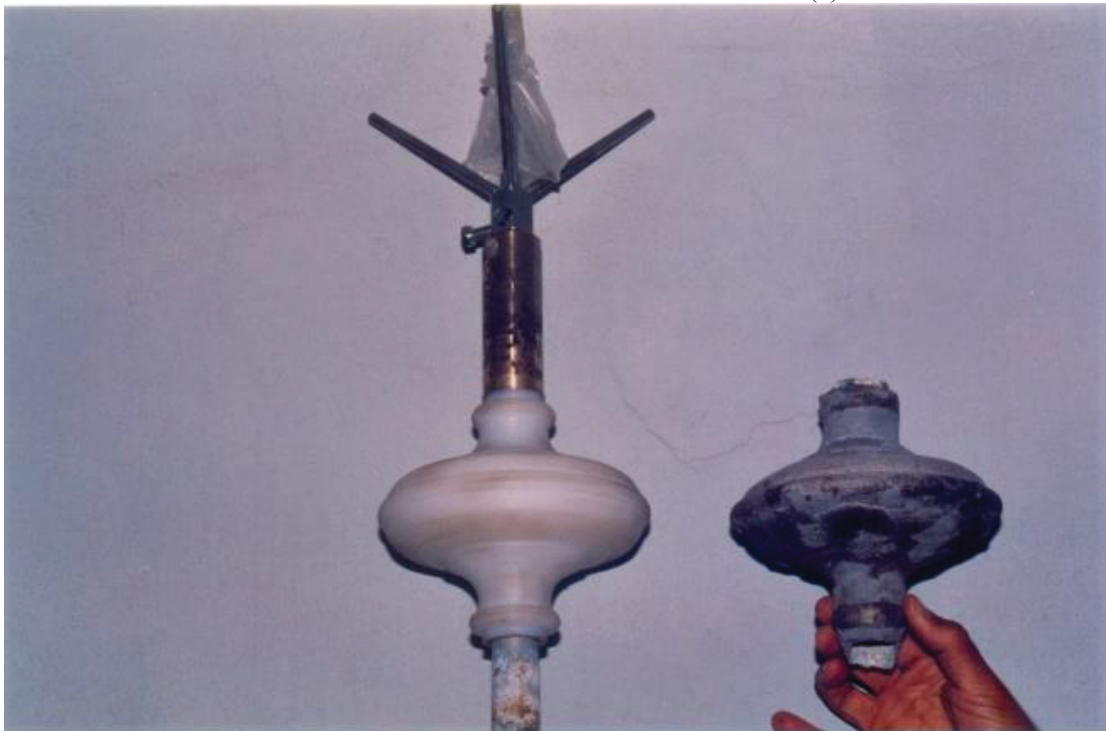
Abertura do lanternim desobstruída, vista do pavimento térreo, exatamente no centro do arco cruzeiro.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 43**, Álbum 23, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 49 – VISÃO EXTERNA DO LANTERNIM (2)



O arquiteto Cláudio Maiolino junto ao telhado do lanternim. Note-se o topo sem flecha, removida para restauro.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 23**, Álbum 3, Curitiba, mar. 1994.

FIGURA 50 – PARA-RAIOS DO LANTERNIM (1)



Elemento de proteção do para-raios danificado, junto ao restaurado.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 28**, Álbum 3, Curitiba, mar. 1994.

FIGURA 51 – PARA-RAIOS DO LANTERNIM (2)



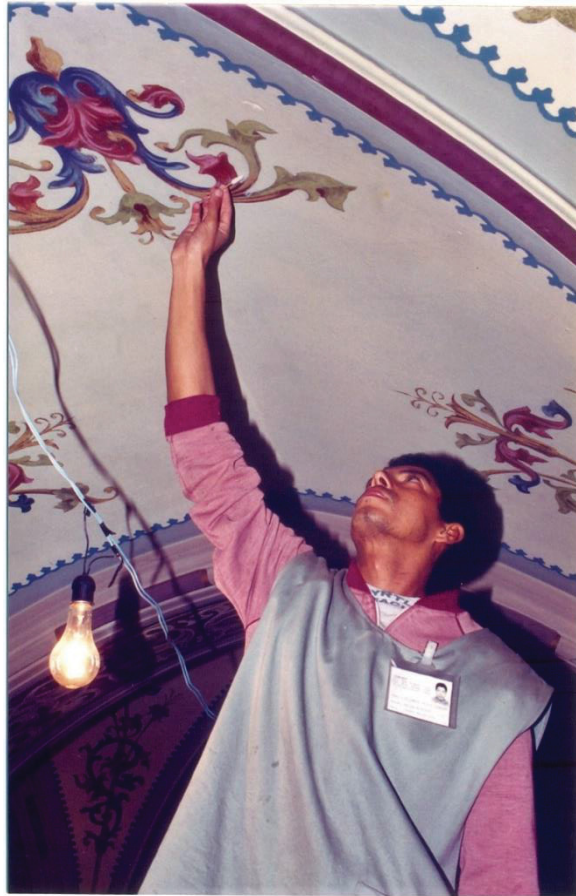
Flecha do lanternim em comparação à escala humana.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 29**, Álbum 3, Curitiba, mar. 1994.

O mencionado acima na reportagem da *Gazeta do Povo*, acerca de terem encontrado na Catedral até nove repinturas, indica para nós os processos, muitas vezes arbitrários e unilaterais, empreendidos pelas autoridades eclesiásticas no trato dos bens culturais imóveis, realizando intervenções sem o rigor necessário. Isso se dá, em parte, por conta da autoridade que é dada, canonicamente, aos padres que administram os templos católicos, e, também, por conta da falta de uma formação adequada no campo do patrimônio edificado, de uma forma geral na sociedade, a qual prejudica o entendimento desse campo como sendo de um saber específico, com diretrizes específicas, que deveriam ser adotadas ou, ao menos, orientadas por profissionais da área (arquitetos, historiadores, restauradores etc.).

No processo de restauração aqui analisado, a restauração das pinturas exigiu a consolidação da camada pictórica, bem como sua refeitura em diversos pontos, seu tratamento contra umidade, além de, naturalmente, sua limpeza, o que foi feito também nos anexos arquitetônicos como capitéis de colunas, frisos e arcos. Além disso, foi realizada remoção de camadas de pinturas nas portas, recomposição de elementos decorativos danificados, restauro dos vitrais e limpeza e retoque dos quadros da Via-Sacra (Figuras 52 a 79).

FIGURA 52 – REINTEGRAÇÃO DE PINTURAS NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS (1)



Trabalhador realizando limpeza fina, com uso de bastonete de algodão, em pintura no estuque de nave lateral.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 4**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 53 – REINTEGRAÇÃO DE PINTURAS NO ESTUQUE DAS NAVES LATERAIS (2)



Plataforma sobre andaime montada para restauração das pinturas superiores nas naves laterais.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 5**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 54 – PREENCHIMENTO DE RACHADURAS NA ABÓBADA CENTRAL (1)



Trabalhador preenchendo vão com massa plástica no esqueleto da abóbada central, para corrigir rachaduras.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 45**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 55 – PREENCHIMENTO DE RACHADURAS NA ABÓBADA CENTRAL (2)



Trabalhador preenchendo vão com massa plástica no esqueleto da abóbada central, para corrigir rachaduras.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 46**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 56 – LIMPEZA DE PINTURAS NA ABÓBADA CENTRAL



Limpeza das pinturas na abóbada central.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 61**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 57 – ANDAIMES NA CAPELA-MOR (1)



Andaimes montados na capela-mor para restauração das pinturas superiores.

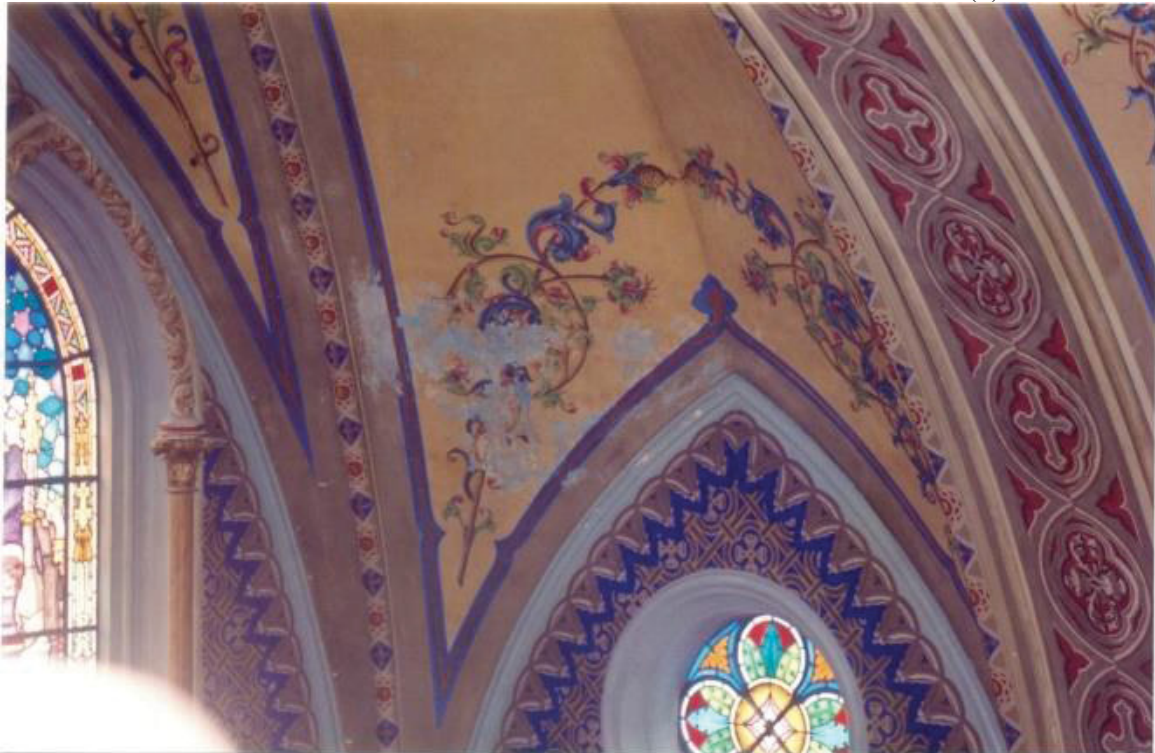
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 25**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 58 – ANDAIMES NA CAPELA-MOR (2)



Andaimes montados na capela-mor para restauração das pinturas superiores.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 41**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 59 – MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (1)



Parte da abóbada sobre o transepto esquerdo onde houve perda da camada pictórica, provavelmente em decorrência do excesso de umidade.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 46**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 60 – MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (2)



Mancha de umidade em pintura da abóbada central.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 48**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 61 – CAPITEL DE COLUNA NAS SACADAS DAS TRIBUNAS



Capitel com acúmulo de sujeira e lascas na alvenaria.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 27**, Álbum 2, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 62 – PERDA DE REBOCO NA ABÓBADA CENTRAL (1)



Desagregação de reboco e rachaduras em arco na abóbada central.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 4**, Álbum 3, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 63 – RACHADURA NA ABÓBADA CENTRAL (1)



Rachadura na abóbada central.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 6**, Álbum 3, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 64 – LIMPEZA DE CAPITEIS



Limpeza de capiteis e ornamentos nas janelas das tribunas.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 9**, Álbum 3, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 65 – MANCHAS NAS PINTURAS DA CAPELA-MOR



Manchas de escoamento de água nas paredes da capela-mor (provavelmente em decorrência de chuvas com vento, quando entra água pelas rosáceas menores)

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 10**, Álbum 3, Curitiba, jan. 1994.

FIGURA 66 – RACHADURA NA ABÓBADA CENTRAL (2)



Correção e pintura de rachadura no arco da parede de fundo da capela-mor.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 9**, Álbum 3, Curitiba, fev. 1994.

FIGURA 67 – MANCHAS NAS PINTURAS DA ABÓBADA CENTRAL (3)



Mancha de umidade na abóbada do arco cruzeiro.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 1**, Álbum 3, Curitiba, mar. 1994.

FIGURA 68 – RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DA CAPELA-MOR



Emassamento para nivelar alvenaria no barrado da capela-mor

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 1**, Álbum 3, Curitiba, set. 1994.

FIGURA 69 – RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (1)



Emassamento para nivelar alvenaria no barrado do transepto direito.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 3**, Álbum 3, Curitiba, set. 1994.

FIGURA 70 – RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (2)



Tema floral no barrado da igreja preparado para receber restauro.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 9**, Álbum 3, Curitiba, set. 1994.

FIGURA 71 – RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (3)



Consolidação a quente da camada pictórica.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 9**, Álbum 3, Curitiba, set. 1994.

FIGURA 72 – RECOMPOSIÇÃO DO BARRADO DO TRANSEPTO (4)



Diferença entre camadas de pinturas. O padrão escolhido para esse restauro foi o da direita.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 14**, Álbum 3, Curitiba, set. 1994.

FIGURA 73 – REMOÇÃO DE PINTURA NA PORTA LATERAL (1)



Remoção de pintura e exposição da madeira numa porta lateral.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 28**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 74 – REMOÇÃO DE PINTURA NA PORTA LATERAL (2)



Diferença entre a camada de pintura (inferior) e a aparência natural da madeira (superior).
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 29**, Álbum 1, Curitiba, jun. 1993.

FIGURA 75 – ELEMENTOS DECORATIVOS DANIFICADOS



Elementos decorativos (florões e cogulhos) danificados, que podiam pertencer a qualquer pináculo ao longo da igreja ou ainda aos ornamentos da fachada e das torres.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 18**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 76 – MOLDE PARA RECOMPOSIÇÃO DE FLORÃO



Florão em molde para recomposição.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 6**, Álbum 1, Curitiba, ago. 1993.

FIGURA 77 – FLORÃO DANIFICADO



Pináculo com florão danificado.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 66**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 78 – VITRAIS REMOVIDOS PARA RESTAURO



Vitrais removidos para restauro.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 58**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 79 – LIMPEZA E REINTEGRAÇÃO DOS QUADROS DA VIA-SACRA



Trabalhadoras limpando e retocando quadros da Via-Sacra.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 50**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

É curioso notar, nessa longa sequência de imagens, uma constante oposição entre aquelas fotografias que podem ter sido posadas, justamente para evidenciar o processo de restauração, sendo inclusive mais didáticas e demonstrativas (Figuras 17, 19, 24, 36, 40, 51, 52, 53, 56, 64, 68, 71, 79, 85 e 92), e aquelas fotografias mais espontâneas, tiradas no momento de uma intervenção específica e que serve, igualmente, para documentar o processo, mas revelando aspectos inusitados na imagem. Exemplifico:

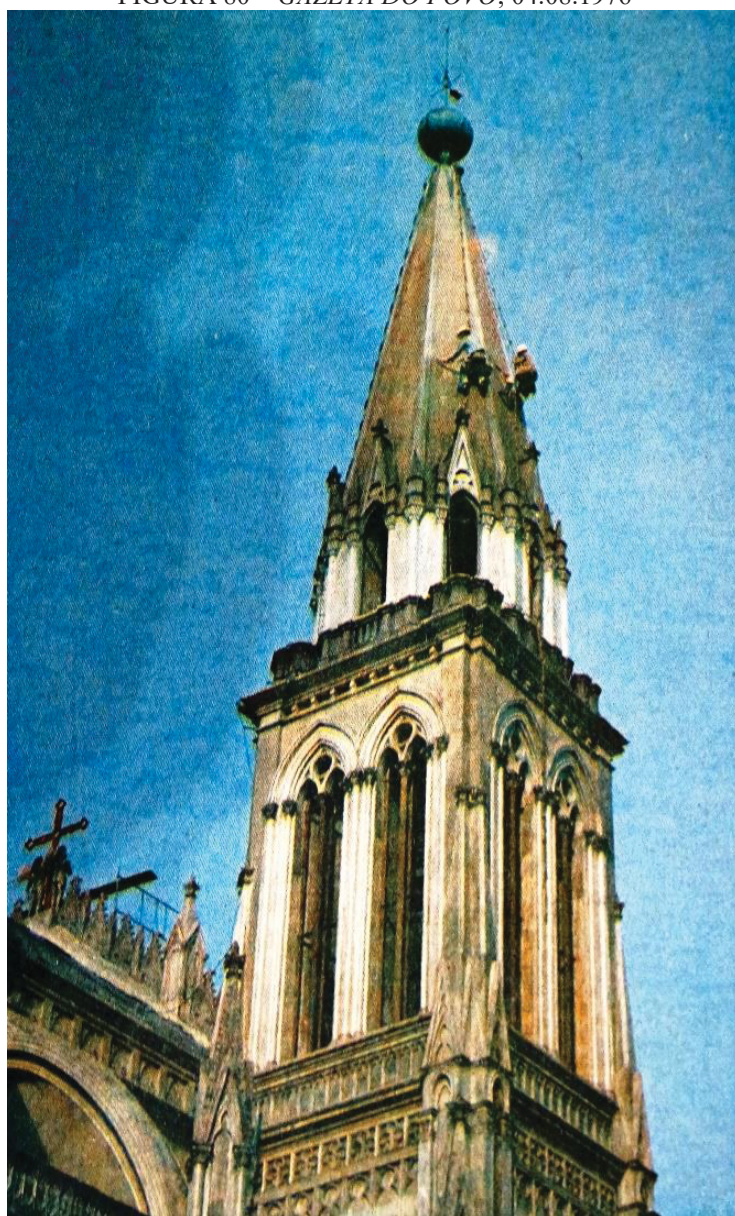
Entre as imagens posadas, podemos ter a mostra de um molde para a câmera (Figura 17) e o momento exato em que um pedreiro passa a espátula perfeitamente no formato de um elemento decorativo sobre a alvenaria da igreja (Figura 19); ou ainda uma trabalhadora da restauração – que tem mais aspecto de restauradora, de fato, do que de trabalhadores comuns da construção civil, destacando sua distinção enquanto artista – despejando massa plástica num molde no momento exato da captura fotográfica. O restaurador, novamente diferente de um pedreiro, por exemplo, com o espanador sobre as pinturas posado para a câmera (Figura 36), ou o bisturi estrategicamente posicionado sobre um daqueles anjinhos descobertos (Figura 40). O caso da Figura 51, embora traga a função útil de demonstrar um elemento – no caso, o para-raios do lanternim – comparado à escala humana, também apresenta esse aspecto posado. Assim como na Figura 71, uma restauradora (bem vestida e penteada, com brincos dourados) aplica ferro quente sobre as pinturas para sua consolidação, enquanto nas Figuras 79 e 92 revelam jovens (de aparência universitária, pelas vestes, cabelos e idade) no momento exato de retoque nos quadros da Via-Sacra, no caso da primeira, ou na pintura do novo mostruário do relógio, no caso da segunda; essas meninas, inclusive pode-se especular, pelo aspecto mais jovem e por não portarem o jaleco da empresa Albatroz, poderiam até ser estagiárias de arquitetura ou algum outro curso vinculado às artes visuais.

Todos esses exemplos diferem daquelas fotografias mais espontâneas, como no caso das Figuras 54 e 55, em que os trabalhadores estão sem camisa no forro da igreja, acredito que pelas altíssimas temperaturas que o espaço atinge (o telhado é feito em cobre, e em dias de sol é quase impossível permanecer lá em cima por muito tempo), ou no caso da Figura 77, que certamente objetivava capturar o florão danificado de um dos pináculos da igreja, já em processo de recuperação, mas que inevitavelmente capturou, também, as roupas estendidas para secar na sacada do vizinho da Catedral, o Edifício Nossa Senhora da Luz. É o caso, também, das fotografias desfocadas (Figuras 22, 25 e 76), que no uso de câmeras analógicas só iam aparecer depois da revelação do rolo fotográfico.

Mais um fator preponderante nesse processo de restauro foi a pintura externa: a última vez que a igreja foi pintada externamente foi no restauro 1975-1977, sendo a “cobertura das

torres (chamada de coruchéu) pintada em cor bronze (Figura 80), ao passo que a igreja ficaria ‘bege acinzentado’¹⁷⁹. Dessa vez, apesar de vários testes de cores (Figura 81), a igreja continuou no tom de “bege acinzentado”. Nas fotografias de Maiolino, é possível ver o estado das pinturas bronze no coruchéu das torres, bem como no restante da igreja. Elas também evidenciam, como parte da restauração da fachada, o reparo nas rosas-dos-ventos que ficam sobre as esferas de cobre no topo das torres, que, assim como a flecha do lanternim, servem de para-raios à igreja, e tal qual essa mesma flecha, estavam em aspecto de azinhavre (Figuras 82 a 90).

FIGURA 80 – *GAZETA DO POVO*, 04.08.1976



Trabalhadores pintam o coruchéu da torre direita na cor bronze, no restauro de 1975 a 1977.
FONTE: EM FASE final. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 4 ago. 1976.

¹⁷⁹ FORGATI, op. cit., p. 108.

FIGURA 81 – TESTE DE CORES PARA PINTURA EXTERNA



Testes de cores para pintura externa na fachada posterior da igreja. Note-se, ao fundo, aquele molde para recompor o elemento decorativo escalonado da igreja em processo de secagem.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 68**, Álbum 1, Curitiba, jul. 1993.

FIGURA 82 – ANDAIMES NAS TORRES (1)



Andaimes montados junto às torres. Note-se a cor abronzeada das torres, já bastante desgastada.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 3**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 83 – ANDAIMES NAS TORRES (2)



Trabalhadores removem, do alto das esferas de cobre que ficam no alto das torres, a rosa-dos-ventos.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 7**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 84 – ROSAS-DOS-VENTOS DANIFICADAS (1)



As rosas-dos-ventos das torres, com aspecto de azinhavre (esverdeado), danificadas e enferrujadas pela ação do tempo.
FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 19**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 85 – ROSAS-DOS-VENTOS DANIFICADAS (2)



Uma rosa-dos-ventos em escala humana.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 25**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 86 – ROSAS-DOS-VENTOS EM RESTAURAÇÃO (1)



Processo de restauração da rosa-dos-ventos, com retorno ao tom avermelhado do cobre.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 26**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

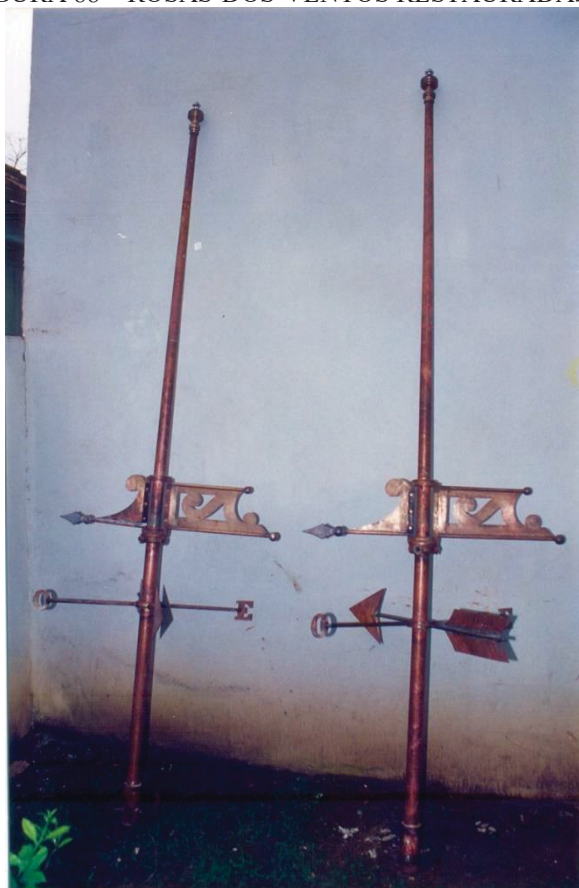
FIGURA 87 – ROSAS-DOS-VENTOS EM RESTAURAÇÃO (2)



Processo de restauração da rosa-dos-ventos.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 27**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

FIGURA 88 – ROSAS-DOS-VENTOS RESTAURADAS (1)



Rosas-dos-ventos restauradas.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 1**, Álbum 2, Curitiba, out. 1993.

FIGURA 89 – RECOLOCAÇÃO DE ROSA-DOS-VENTOS (1)



Recolocação da rosa-dos-ventos numa das torres.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 18**, Álbum 2, Curitiba, out. 1993.

FIGURA 90 – RECOLOCAÇÃO DE ROSA-DOS-VENTOS (2)



Rosa-dos-ventos recolocada.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 22**, Álbum 2, Curitiba, out. 1993.

Outro ponto focal desse restauro foi o reestabelecimento de um mostrador do relógio na torre esquerda. Quando a Catedral foi construída, pensou-se que na torre direita deveria haver um relógio – como de fato aconteceu –, enquanto à esquerda seria instalado um barômetro, equipamento para medir a pressão atmosférica, que pretendia transformar a torre num “pequeno laboratório meteorológico”, o que nunca aconteceu em virtude do grande custo desse equipamento¹⁸⁰. Em algum momento no início do século XX, foi instalado um mostrador de relógio na torre esquerda que não ficava ligado ao mecanismo da torre direita, e sim à Estação de Bondes da Praça Tiradentes, a qual foi desativada nos anos 1940; então desse momento até os anos 1990, o relógio da torre esquerda não funcionava. No restauro de 1993, o equipamento mecânico do relógio (instalado em 1889 por Frederico Kopp) foi desmontado e substituído por um automático, com controle remoto, importado de Portugal, que controla os dois mostradores conjuntamente. Aproveitou-se, então, para incluir um mostrador novo na torre esquerda, o que foi feito pela equipe de Maiolino (as supostas “estagiárias”).

FIGURA 91 – CATEDRAL DE CURITIBA EM 1890



A Catedral em 1890, três anos antes da sua inauguração. Na torre da direita (à esquerda do observador), está o mostrador do relógio; seu mecanismo, instalado em 1889 por Frederico Kopp, estava situado nessa mesma torre. Na torre esquerda (direita do observador), contudo, o vão onde pretendia-se instalar o barômetro está vazio.
 FONTE: DESTEFANI, **A cruz...**, op. cit., p. 48.

¹⁸⁰ BAHLS, **Catedral...**, op. cit., p. 46.

FIGURA 92 – PINTURA DE NOVO MOSTRADOR DO RELÓGIO



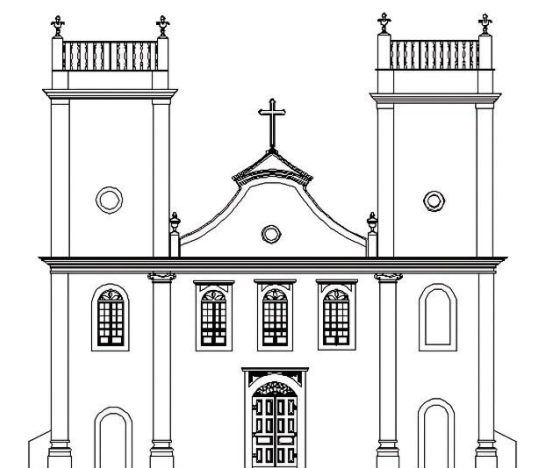
Trabalhadoras da restauração desenham e pintam o novo mostrador do relógio – agora automático – para a torre esquerda.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 24**, Álbum 2, Curitiba, out. 1993.

Por fim, as fotografias de Maiolino e os jornais da época também evidenciaram um “marco” dessa restauração, como chamou o Cônego Alpheu:

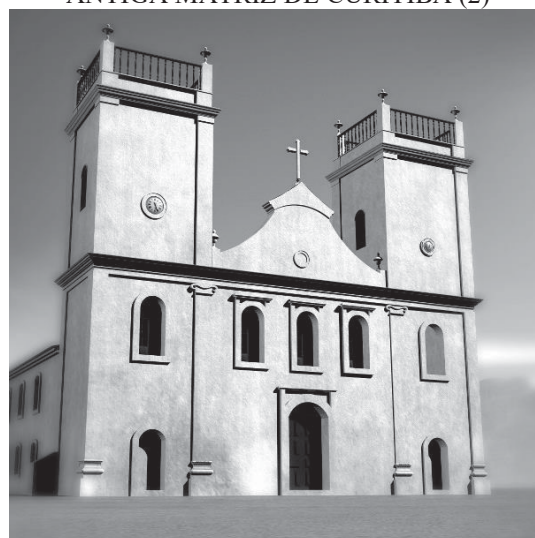
deve-se assinalar que neste mês [março de 1993] foi erguido à frente da igreja um imenso painel de 33 metros de altura e 25 de largura – que escondeu toda a fachada da igreja. **Tal painel era o marco inicial das comemorações dos 300 anos de Curitiba** e ele reproduzia a antiga matriz demolida em 1875.¹⁸¹

FIGURA 93 – RECONSTRUÇÃO VIRTUAL DA ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA (1)



FONTE: KOZAN, José Manoel; KOZAN, Iara Beduschi. **Desenho esquemático sugerindo fachada da antiga Matriz de Curitiba.** *Virtual Grounds Interactive*, Cincinatti/Estados Unidos, 2006.

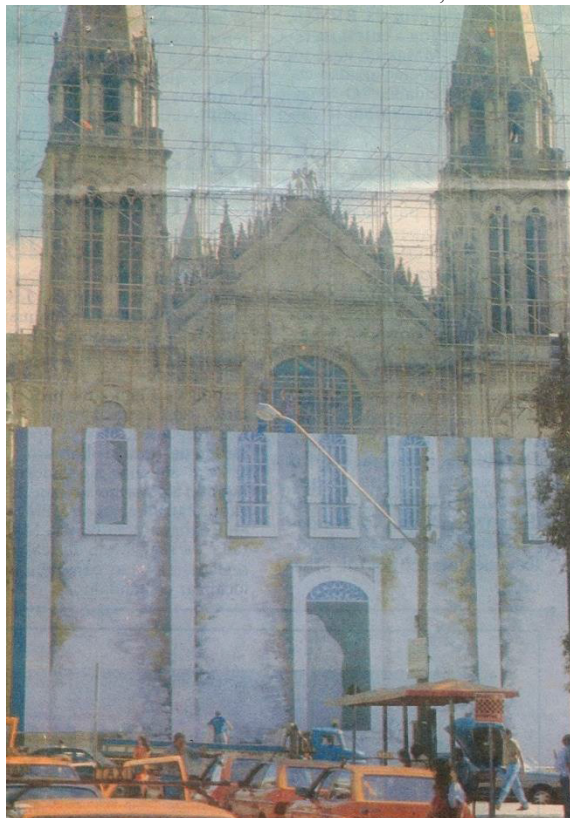
FIGURA 94 – RECONSTRUÇÃO VIRTUAL DA ANTIGA MATRIZ DE CURITIBA (2)



FONTE: KOZAN, José Manoel; KOZAN, Iara Beduschi. **Desenho renderizado sugerindo fachada da antiga Matriz de Curitiba.** *Virtual Grounds Interactive*, Cincinatti/Estados Unidos, 2006.

¹⁸¹ ARQUIVO DOM ALBERTO..., **Livro do Tombo nº 5**, op. cit., f. 127v-128, grifo meu.

FIGURA 95 – O ESTADO DO PARANÁ, 26.03.1993



Montagem do painel alusivo à antiga Matriz de Curitiba na fachada principal da Catedral.

FONTE: CATEDRAL terá painel com a primeira matriz. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 mar. 1993.

FIGURA 96 – GAZETA DO POVO, 29.03.1993



Painel alusivo à antiga Matriz de Curitiba na fachada principal da Catedral.

FONTE: A VELHA roupagem da Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mar. 1993.

Bastante simbólico pelo aspecto plástico que apresentou o painel (Figuras 95 a 99), apoiado sobre os andaimes fachadeiros, imitava o aspecto exterior da antiga igreja Matriz de Curitiba, que existiu ali entre 1720 a 1875, aproximadamente (Figuras 93 e 94). Segundo o relato do livro do Tombo acima, o painel seria o marco dos 300 anos de Curitiba.

Tais comemorações se tornaram um empenho pessoal de Greca, que se esforçou para torná-las “grandiosas” e numerosas¹⁸², e em diversos momentos a Catedral foi utilizada para tal; entre esses momentos, inclui-se essa montagem do painel alusivo à fachada da antiga igreja Matriz, reconstituindo algo que não existe mais. É o que poderíamos chamar de *kitsch*, uma coisa que falseia, embeleza, ou exagera; algo que se passa pelo que não é, ou algo que é mais do que é: “essencialmente democrático, o *kitsch* é a arte do aceitável, a arte que não choca, a arte da felicidade, o objeto desejado e que está ao alcance de todos”¹⁸³; é, enfim, algo nada problematizado, e que concorre àquela ideia, em parte já explorada, de reavivar uma memória

¹⁸² MACEDO, op. cit., p. 555-559.

¹⁸³ CARDOSO, Fernando. **Capela dos Fundadores de Sérgio Ferro (1996): arte e memória visual na primeira gestão de Rafael Greca (1993-1996)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021, p. 100.

predominante e gloriosa sobre o passado. Além disso, a própria administração da igreja e os trabalhadores do restauro não estavam muito de acordo com o painel, uma vez que os atrapalhava. É, uma vez mais, o caso da interferência da Prefeitura na vida privada da Catedral, como naquela situação das “luzes na sujeira”, exposta acima. Em carta endereçada à Secretaria Municipal de Urbanismo em 11 de junho de 1993, escreve o Cônego Alpheu:

Senhor Secretário. Tendo passado a Festa de Corpus Christi, vimos solicitar a V.S. o imediato e necessário desmonte do Painei da Velha Matriz que está à frente da nossa Catedral. Conforme parecer técnico dos responsáveis pela obra de Restauração da Catedral, a firma Albatroz Ltda., **com o referido Painei se torna impossível trabalhar na fachada do prédio e torres**. Pelo que estamos sabendo, este assunto já foi tratado verbalmente com pessoas dessa Secretaria, estando também o Senhor Prefeito Municipal de acordo com a retirada.¹⁸⁴

Ou seja, o painel não tinha função prática nenhuma, inclusive atrapalhava o andamento das obras. Sua presença, como um elemento *kitsch*, é nostálgica de um passado nunca vivido pelas pessoas daquela época; “sua presença abre a possibilidade de evocar momentos do passado – viagens, encontros, situações –, assim como possibilita a idealização”¹⁸⁵. Ele quer abolir o tempo, quer fazer voltar uma época idílica da pacata Curitiba do passado, como se supunha à época.

Em tempo, a retirada do painel também não foi “gratuita” e “silenciosa”: segundo reunião ordinária do comissão de obras de 2 de julho de 1993, o painel foi “desmontado aos poucos na medida em que a pintura possa vir aparecendo, ou seja ao desmontar a pintura já venha aparecendo”¹⁸⁶. É, mais uma vez, caso da espetacularização e teatralização da cultura, como que revivendo o momento de inauguração da Catedral cem anos antes, depois que a antiga Matriz não mais existia. Tudo isso mediado pela Prefeitura e pelo prefeito, não como entes abstratos, mas constantemente presentes e ativos, com objetivos claros de definir uma agenda cultural na cidade: “É óbvio que, [o artefato *kitsch*] com seu conteúdo sentimentalista e fácil de entender, pode ser utilizado como uma **ferramenta política e ideológica**”¹⁸⁷.

¹⁸⁴ SOUZA, Alpheu Luiz Martins de Azambuja e. **Carta ao Secretário Municipal de Urbanismo**. Curitiba, 11 jun. 1993, grifo meu. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁸⁵ CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 105.

¹⁸⁶ COMISSÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA. **Ata da 2ª reunião ordinária**. Curitiba, 2 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁸⁷ TROMBETTA, Gerson L. Sentimentalismo e kitsch: pontos cegos no modernismo artístico. **História Debates e Tendências**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2020, p. 165 apud CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 106.

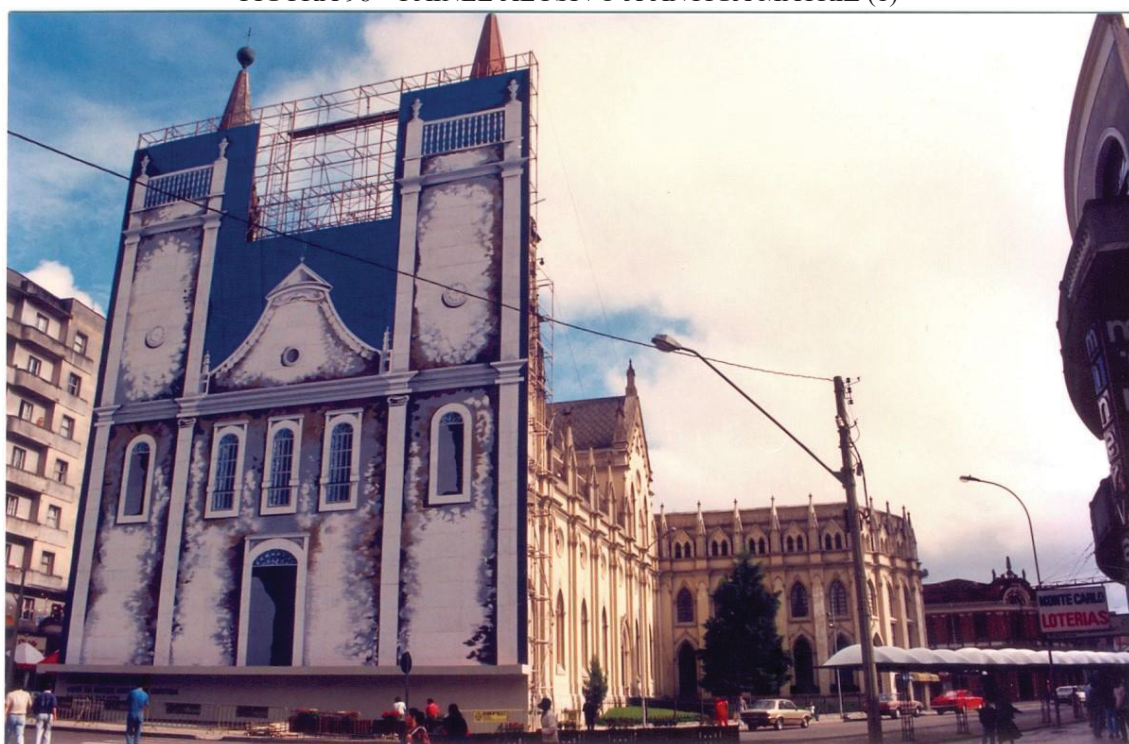
FIGURA 97 – MONTAGEM DE PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ



Montagem do painel alusivo à antiga igreja matriz de Curitiba.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 9**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

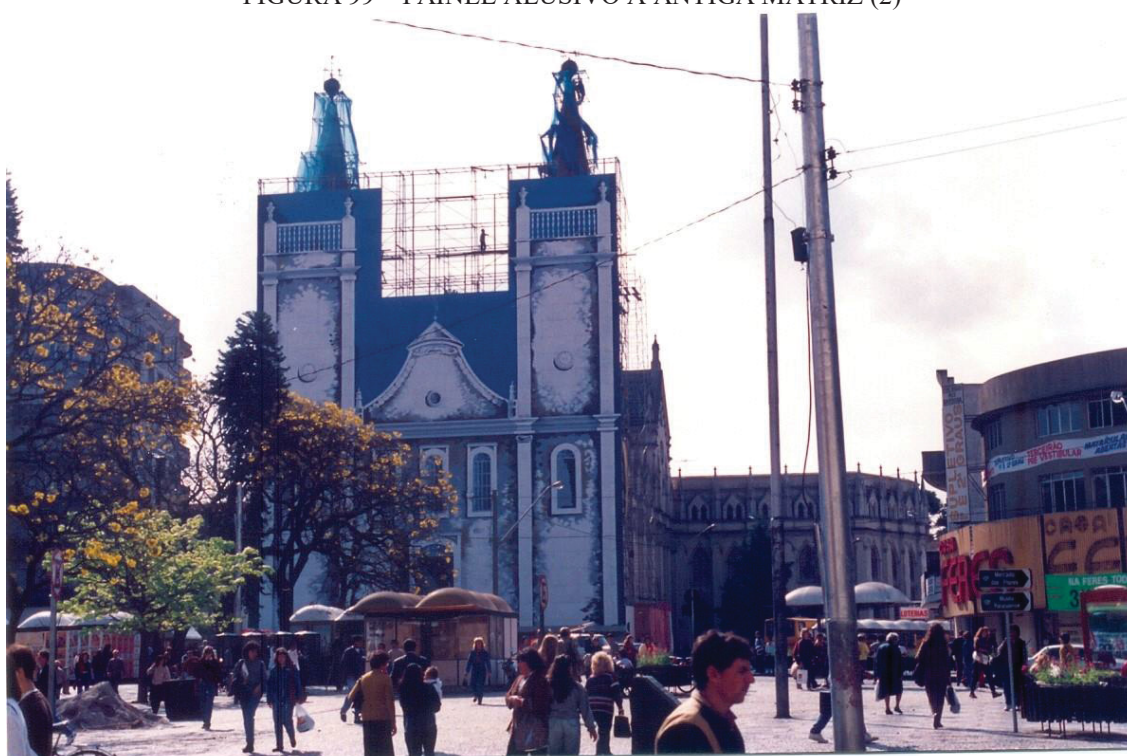
FIGURA 98 – PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ (1)



Painel montado em frente à Catedral.

FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia n° 1**, Álbum 3, Curitiba, s/d.

FIGURA 99 – PAINEL ALUSIVO À ANTIGA MATRIZ (2)



Vista distanciada da Catedral com o painel à frente.
 FONTE: MAIOLINO, op. cit., **Fotografia nº 12**, Álbum 2, Curitiba, set. 1993.

2.2 O RESTAURO CONTINUA NA BASÍLICA DE CURITIBA

Houve, claramente, um desejo de deixar a igreja bonita para o seu centenário. Isso fica evidente pelo contrato da Albatroz com a Mitra Arquidiocesana, exigindo o fim das obras para agosto, e também na carta do Cônego Alpheu solicitando doações. Além disso, surge numa das reuniões da comissão de obras do restauro.

Ao menos pelo que indicam as fontes, a participação da Catedral – institucionalmente falando – no seu próprio restauro foi bastante moderada. O dinamismo de atuação efetiva ficou a cargo da Albatroz propriamente e também da Prefeitura Municipal, via Secretaria de Urbanismo. Da parte da igreja, uma comissão de obras foi formada em junho de 1993, meses depois, portanto, das obras de restauração terem seu início efetivo em outubro de 1992 o que, certamente, envolveu discussões preliminares. Dessa comissão restam apenas sete atas acervadas no Arquivo da Catedral. A comissão era formada pelos seguintes membros:

CATEDRAL: Côn. Alpheu Luiz Martins de Azambuja e Souza.
 ARQUITETO DA MITRA: Dr. Edney Fraga.
 TESOUREIROS DA MITRA: Pe. Helcion Ribeiro e Srta. Esmeralda Yosie Matsuo.
 ALBATROZ ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURO LTDA.: Dr. Cláudio Forte Maiolino e Dr. Ciniro de Oliveira.
 PMC [Prefeitura Municipal de Curitiba] SEC. [Secretaria] URBANISMO: Dr. Luiz Salvador Petrucci Gnoato.

IPPUC: Dr. João Valente de Oliveira.
 COMISSÃO DA CATEDRAL: Dr. Oswaldo do Nascimento, Dr. Geroldo Augusto Hauer e Dr. José Leal do Amaral Júnior.¹⁸⁸

O Cônego Alpheu, como Pároco da Catedral, teria, de toda forma, cadeira cativa na comissão. Além disso, o arcebispo à época, Dom Pedro Fedalto, confirmou-o como coordenador em correspondência ao Secretário Municipal de Urbanismo, juntamente com a indicação das funções de “Arquiteto da Mitra”, “Tesoureiros da Mitra” e “Comissão da Catedral”, esses últimos configurados como “membros da comunidade”¹⁸⁹; desses três, vale ressaltar que Geroldo Hauer presidiu a comissão do restauro dos anos 1970 por um período, assim como o Cônego Alpheu¹⁹⁰. Esses, então, seriam os únicos membros efetivamente da parte da Catedral. Os demais seriam da empresa responsável pela obra – a Albatroz – e do poder público, representado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; essa participação é garantida na legislação que viabilizou o segundo restauro da igreja, como será discutido no próximo capítulo.

A Comissão de obras foi a primeira a denunciar o desejo do prefeito de que as obras ficassem prontas até o centenário:

O projeto de restauração estava previsto para 6 (seis) meses, **mas segundo os comentários e informações apresentadas pelo SR. PREFEITO, à mídia**, deverão estar prontas para as comemorações do centenário da Catedral e festa de N. S. da Luz, em 08.09.93, pelo menos a parte externa da Catedral.¹⁹¹

No mês seguinte, porém, a própria prefeitura já reconhecia a irrealidade desse prazo, prorrogando as obras até dezembro de 1993¹⁹². Veremos, na sequência, que elas avançaram pelo menos até 1994, além de haver recibos de pagamentos registrados em 1995.

Em julho de 1993, ainda, chegava do Vaticano a notícia que alegraria os católicos curitibanos – e também outras pessoas – e que abrilhantaria ainda mais aquelas comemorações do centenário da Catedral: a igreja recebeu o título de Basílica Menor. Esse título é conferido pelo papa a igrejas em todo o mundo que se destacam “pela sua importância histórica e beleza

¹⁸⁸ COMISSÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA. **Ata da 1ª reunião ordinária**. Curitiba, 18 jun. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁸⁹ FEDALTO, Pedro. **Carta ao Secretário Municipal de Urbanismo**. Curitiba, 25 maio 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁹⁰ FORGATI, op. cit., p. 104.

¹⁹¹ COMISSÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA. **Ata da 1ª reunião ordinária**. Curitiba, 18 jun. 1993, grifos meus. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

¹⁹² PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Termo aditivo ao de Convênio celebrando em 13/04/93 entre o MUNICÍPIO DE CURITIBA e MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA**. Curitiba, 26 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

artística e arquitetônica”¹⁹³. São centenas de basílicas em todo o mundo e algumas dezenas no Brasil; são chamadas de Basílica **Menor** todas as igrejas com esse título à exceção de quatro, onde o papa celebra com mais frequência e que são singulares pra história do cristianismo primitivo que se consolidou dentro do Império Romano, e são chamadas de Basílicas Maiores: São Pedro, no Vaticano, e São João de Latrão, São Paulo Extramuros e Santa Maria Maior, em Roma. O título acaba sendo uma honraria em si mesmo, pouco mudando no dia a dia da vida paroquial. Ela é engrandecida, contudo, na hierarquia da própria Igreja. Então, além de ser a Catedral, ou seja, a igreja do bispo e centro da vida litúrgica e simbólica da Arquidiocese, agora ela é uma igreja ligada diretamente ao papa.

A concessão do título, porém, não vem automaticamente da Santa Sé, mas é atendido ou não mediante solicitação do bispo do território onde se encontra a igreja que é candidata a Basílica Menor. Dom Pedro Fedalto, que era o arcebispo à época – aquele a quem Greca chama de “padrinho de casamento”¹⁹⁴ –, escreve o seguinte no seu livro de memórias:

No Paraná só havia a Basílica Menor da Catedral de Maringá. **Tive a ideia de pedir que a Catedral fosse elevada a Basílica Menor.** Consultei Dom Geraldo Majella Agnelo, Secretário da Congregação do Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos. Deu-me todas as orientações para o pedido. Procurei segui-las, enviando-lhe muitas fotografias e tudo o que acontecia na Liturgia da Catedral [...]. A Congregação quis mais informações. Tudo foi respondido. Foi concedido o título de Basílica Menor à Catedral de Curitiba a 06 de julho de 1993.¹⁹⁵

A instalação oficial da Basílica aconteceu a 8 de setembro de 1993, na comemoração própria do centenário, e foi presidida por Dom Geraldo Agnelo, cardeal brasileiro, mencionado no relato acima, como delegado papal e secretário do departamento da Cúria Romana responsável por tal concessão. Sobre a ocasião, escreve o Cônego Alpheu no Livro do Tombo, o que reforça a ideia de que houve intencionalidade em aumentar a “capacidade simbólica” da Catedral para as comemorações do seu centenário:

A concessão do título não só encheu de comoção e reverência ao papa João Paulo II por parte do arcebispo, bispos auxiliares, clero e forças vivas da igreja arquidiocesana, mas **causou um impacto muito forte junto à comunidade católica e civil, digo à sociedade em geral. Isto passou a ser motivo de justo orgulho e maior apreço, bem como frequência à Catedral Basílica.**¹⁹⁶

¹⁹³ CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA. **Institucional.** Disponível em: <www.catedralcuritiba.com/institucional>. Acesso em 18 jul. 2023.

¹⁹⁴ MACEDO, op. cit., p. 46.

¹⁹⁵ FEDALTO, **Reminiscências...**, op. cit., p. 199.

¹⁹⁶ ARQUIVO DOM ALBERTO..., **Livro do Tombo nº 5**, op. cit., f. 129, grifo meu.

Realmente, o fato foi amplamente divulgado nos jornais¹⁹⁷. A *Gazeta do Povo*, inclusive, reforçou a ideia hierarquizada de uma exclusividade do orbe católico que agora Curitiba detinha: “Ainda são poucas as igrejas do mundo que assumiram essa situação de Basílica, que significa um ritmo especial em todos os acontecimentos”¹⁹⁸. Nessa ocasião do centenário, ainda, foi inaugurado um monumento dedicado à padroeira de Curitiba nas imediações da Catedral, o qual será bem explorado no quarto capítulo desta dissertação.

Foi difícil precisar quantas são e quantas eram as Basílicas ao redor do mundo em 1993, ano de concessão do título à igreja Catedral de Curitiba. O endereço eletrônico *GCatholic.org* (dedicado a estatísticas gerais da Igreja Católica), por exemplo, afirma que existiam, até dezembro de 2020, 1.884 Basílicas ao redor do mundo (as 4 Basílicas chamadas de “Maiores”, mencionadas acima, e 1.880 Basílicas “Menores”). O Brasil aparece, segundo esse levantamento até 2020, com 82 Basílicas, ocupando a 6ª posição no ranking mundial (fica atrás da Itália, França, Polônia, Espanha e Estados Unidos). Segundo o mesmo endereço, a Catedral de Curitiba foi a 42ª Basílica brasileira¹⁹⁹. Na ocasião, o estado do Paraná já tinha uma Basílica Menor, que é a Catedral de Maringá, dita a igreja mais alta da América Latina. É curioso notar, contudo, que a Catedral Basílica de Maringá não é mencionada nas reportagens sobre a concessão do título à Catedral de Curitiba, reforçando a falsa ideia de uma “exclusividade”.

Passada a comemoração do centenário da Catedral – que não teve grandes acontecimentos por si só, ficando restrita a essa missa de instalação da Basílica Menor – retornamos ao restauro que, como dito, extrapolou o desejo de tê-lo pronto para as comemorações. Depois do evento, em setembro, a quantidade de trabalhadores foi drasticamente reduzida – de cerca de sessenta para perto de cinco – mas as obras seguiram, exigindo uma nova proposta e um novo cronograma, que veio só em maio de 1994.

Nessa nova proposta, a Albatroz incluiu algumas frentes de atuação que não foram contempladas até aquele momento, como o restauro da Capela do Santíssimo, recomposição de algumas pinturas, limpeza e restauração do relevo no tímpano da porta principal, criação de um

¹⁹⁷ CATEDRAL Metropolitana de Curitiba é elevada à categoria de Basílica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 jul. 1993. PAPA eleva Catedral a Basílica Menor. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 31 jul. 1993. SANSONE, Margarita. Catedral basílica, coluna comemorativa a Nossa Senhora e a presença de Curitiba na Bienal de Arquitetura, em SP. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 ago. 1993. CATEDRAL Metropolitana agora é Basílica Menor. *Atualidade*, Curitiba, 8 a 14 ago. 1993. BASÍLICA de Curitiba é centro das atenções na festa da Padroeira. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 8 set. 1993. MISSA oficializa Basílica de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 9 set. 1993.

¹⁹⁸ COMUNIDADE católica comemora a basílica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2 ago. 1993.

¹⁹⁹ GCATHOLIC.ORG. **Basilicas in the world**. Disponível em: <<http://www.gcatholic.org/churches/bas.htm>>. Acesso em 24 set. 2023.

jardim gradeado na fachada da travessa José Bonifácio, restauração de vitrais e a execução da cripta, dentre outros. É bem volumosa essa proposta, contemplando mais de dez páginas, com previsão de término para dali cinco meses, ou seja, em outubro de 1994²⁰⁰. Infelizmente, é a última fonte (cronologicamente) acervada tanto no Arquivo da Catedral quanto no da Albatroz, à exceção das fotografias já expostas, os poucos relatos no Livro do Tombo e alguns documentos de contabilidade, que comprovam pagamentos até o ano de 1995.

No final de 1993, aparentemente a comissão de obras – naquele molde apresentado – se desfez, talvez até antes disso, uma vez que a última reunião com ata acervada é do dia 3 de setembro²⁰¹. Da parte da Catedral, ainda, o Cônego Alpheu retira-se da comissão e assume seu lugar o vigário auxiliar, Padre Helcion Ribeiro, “por causa do ressentimento com pessoas que agora estariam outra vez envolvidas (questões do restauro de 1975)”²⁰². Não há nenhum outro dado mais assertivo quanto a esse “ressentimento”, podendo apenas se especular: no restauro dos anos 1970, uma das vozes mais fervorosas na mídia era do jovem Rafael Greca, indignado com a forma com que o Cônego Alpheu conduzia o restauro na Catedral²⁰³. Em uma ocasião, inclusive, o clérigo se utilizou do Livro do Tombo da Catedral – que, via de regra, deve consistir em relatos meramente informativos e impessoais – para ofender Greca, inflamado por alguma desavença recente, a qual nunca ficou clara na pesquisa²⁰⁴. A grande interferência de Greca nesse restauro dos anos 1990 pode ter reacendido esse “ressentimento”, sendo o Cônego Alpheu ainda pároco da Catedral.

Pincelei até o momento, e aprofundarei na sequência desta dissertação, como o segundo restauro da principal igreja católica de Curitiba, a Catedral, tornada Basílica Menor naquele ano de 1993, foi incorporado às comemorações de seu centenário e da comemoração dos 300 anos da cidade. Não é possível mais assumir que toda essa conjunção de pequenos e grandes marcos simbólicos seja apenas uma coincidência: o centenário da Catedral e o tricentenário de Curitiba, como datas delimitadas, concorrem de fato; mas inclui-se nisso o restauro (com aquele painel alusivo à antiga Matriz), a Basílica Menor e o monumento à padroeira. Enquanto objeto de uma restauração, a Catedral está posta num local de destaque,

²⁰⁰ ALBATROZ – ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURO LTDA. **Proposta orçamentária para execução das obras de restauração da Catedral Basílica Menor de Curitiba**. Curitiba, 31 maio 1994, PRO 009/94. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

²⁰¹ COMISSÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA. **Ata da 7ª reunião ordinária**. Curitiba, 3 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

²⁰² ARQUIVO DOM ALBERTO..., **Livro do Tombo nº 5**, op. cit., 130.

²⁰³ FORGATI, op. cit., p. 83-88.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 103.

afinal, ela foi restaurada, enquanto um sem número de outros edifícios não o foram; o que a torna especial? “Os objetos de Restauração têm uma **capacidade simbólica destacada** [...]. Podem se escolher muitos objetos diferentes como símbolos de determinados valores ou ideias, mas seria errôneo pensar que todos os objetos têm esse valor em igual grau”²⁰⁵. Uma Catedral está sendo posta, aqui, como maior que qualquer outra igreja ou capela, numa perspectiva da hierarquia católica de templos; mas também está sendo posta como maior que edifícios civis, edifícios institucionais, pequenas casas privadas, templos de outras religiões, etc. O que a torna especial?

²⁰⁵ MUÑOZ VIÑAS, op. cit., p. 57, itálico do autor, negrito meu.

3 A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA

As políticas públicas patrimoniais visam salvaguardar o patrimônio cultural – seja ele material ou imaterial – tanto na esfera propriamente pública como na privada. Assim como o Estado regulamenta grande quantidade de atividades e ações das esferas privadas da sociedade (alimentação, medicamentos, combustíveis, transportes, comunicações, serviços, entre outros), também se pressupõe que deva regulamentar as ações relativas ao patrimônio cultural que, mesmo privado, seja de interesse público. Esse é o papel – ou ao menos deveria ser – das políticas públicas culturais que versam diretamente sobre o patrimônio.

E por patrimônio cultural estou, aqui, entendendo o bem cultural herdado que ganha uma etiqueta do Estado para ser encarado como tal, estando na “base da epistemologia patrimonial” “um *misto entre legado e relação de pertencimento*”²⁰⁶, isto é, a herança do bem e o sentimento de que aquilo pertence a uma comunidade, “voltados ao exercício da vida pública cotidiana”²⁰⁷. Considerando a área do patrimônio cultural amparada em três pilares – a cultura jurídica, os órgãos de preservação e o conjunto de saberes organizados –, e considerando, ainda, que o recorte para este trabalho tem o foco de estudar a cultura jurídica do patrimônio edificado²⁰⁸ em Curitiba, para além das definições já dadas, há de serem consideradas, também, as aproximações entre patrimônio e direito, sobretudo ao pensar que “o direito trata os bens culturais como bens jurídicos sujeitos à tutela, disciplinando, por meio de leis e processos jurídicos, como esta deve ocorrer”, e que sua proteção deve “transcender a interesses individuais e privados”²⁰⁹.

Por políticas públicas estou assumindo o conceito, ou melhor, o metaconceito de Alvaro Chrispino, que propõe o seguinte:

Como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais. Como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades. **Logo, poderemos deduzir que política pública – um metaconceito – seria a ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade.** A este metaconceito simplificante iremos

²⁰⁶ SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, jan./abr. 2015, p. 260-261, grifo do autor.

²⁰⁷ Ibidem, p. 261.

²⁰⁸ Patrimônio edificado, ou patrimônio arquitetônico, aquele que “compreende as edificações isoladas, os conjuntos arquitetônicos e os sítios urbanos aos quais são atribuídos valores culturais”. ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. Patrimônio arquitetônico. In: CARVALHO; MENEGUELLO, op. cit. p. 39.

²⁰⁹ RADUN, Denis. Patrimônio e direito. In: CARVALHO; MENEGUELLO, op. cit., p. 59.

agregar variáveis, instituir valores, perceber arranjos de forças, identificar processos e metas, propor avaliações.²¹⁰

Nesse espírito, este capítulo intenta analisar algumas iniciativas adotadas para a conservação e o restauro de patrimônios edificados, públicos ou privados, em Curitiba, Paraná, até meados da década de 1990, culminando no ano de 1993. Essa data marcou, como vimos, os 300 anos da fundação de Curitiba enquanto Câmara Municipal e o centenário do atual templo da igreja Catedral e seu segundo restauro, derivando da criação de um novo dispositivo legal que permitiria a conservação e o restauro de edificações – mediante repasses de verbas – cuja história, de alguma forma, fosse considerada de importância para o município. A esse dispositivo chamou-se Unidade de Interesse Especial de Preservação (UIEP) e, como foi dito na Introdução desta dissertação, os três primeiros edifícios “agraciados” com essa categorização, capitaneada pelo Executivo municipal, foram a própria Catedral Basílica, na Praça Tiradentes, a sede histórica da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade, e o Palácio Garibaldi, sede da Sociedade homônima que associa imigrantes italianos e descendentes, na Praça Garibaldi.

3.1 PLANEJAMENTO URBANO, POLÍTICAS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM CURITIBA²¹¹

Curitiba tornou-se famosa nacionalmente – e, em certa medida, internacionalmente – pelo sucesso de seu planejamento urbano projetado a partir dos anos 1960, tornando-se o “laboratório de experiências urbanísticas” nos anos 1970 e “Capital ecológica” nos anos 1990²¹². O “mito da cidade modelo” está inerentemente ligado à figura do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, prefeito em três gestões (1971-1974, 1979-1982 e 1989-1992) e governador do

²¹⁰ CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2016, p. 19, itálico do autor, negrito meu.

²¹¹ Conste que, no âmbito nacional, a proteção do patrimônio está a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937 como Serviço homônimo (SPHAN), seguindo uma tendência mundial em atenção a essa questão. Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu primeiro diretor, foi o responsável por delimitar a legislação de atuação do SPHAN, instituindo o tombamento, em que coube “ao Estado o papel de seleção e enquadramento de bens na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, bem como de sua proteção e fiscalização”. CHUVA, Márcia. SPHAN/IPHAN. In: CARVALHO; MENEGUELLO, op. cit., p. 91. No Paraná, a primeira legislação sobre o tema é de 1935, com a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense. Mudando de nome ao longo dos anos, tinha o objetivo de “promover a defesa e a restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais, além da conservação das paisagens e formações naturais características do Estado”. NAVOLAR, Jeferson Dantas. **A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011, p. 56.

²¹² OLIVEIRA, op. cit., p. 15.

Paraná por dois mandatos consecutivos (1995-2002)²¹³. Ainda que resulte de uma série de sucessos em matéria de planejamento urbano, a imagem da “cidade-modelo” é uma visão que homogeneíza o conjunto dos fatos e desloca o olhar da realidade. Como observa Dennison de Oliveira,

não se pode deixar de notar que as representações oficiais da cidade são extraordinariamente parciais, enfocando em demasia alguns aspectos, desconsiderando outros e praticamente ignorando as manifestações que contradigam a positividade do cenário. Nem poderia ser de outra forma. Afinal, **as representações que se pretendem hegemônicas interpretam a realidade à sua maneira**. É precisamente sua parcialidade, seu caráter incompleto e suas ênfases obsessivas que lhes conferem um mínimo de credibilidade e coerência.²¹⁴

Para além dessas questões atinentes ao planejamento urbano da cidade de Curitiba, as preocupações com a preservação dos patrimônios edificados foram outras. A primeira menção ao assunto, tomada de forma mais assertiva, data de julho de 1948. Pela Lei nº 81, a Câmara Municipal decretou que:

Art. 1º - O edifício da Prefeitura, à Praça Generoso Marques, “PAÇO DA LIBERDADE” – fica fazendo parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba.

Art. 2º - Para os efeitos do artigo anterior, incumbirá ao Poder Executivo promover as medidas necessárias ao provimento da conservação e garantia de perpetuação do edifício em causa.²¹⁵

O edifício em questão, construído para ser a sede do Executivo municipal no início do século XX, abrigou a função até 1969, até que foi inaugurado o Palácio 29 de Março, no Centro Cívico, concebido como nova prefeitura em meio ao complexo de edifícios governamentais projetado anos antes. Alguns anos mais tarde, o Paço da Liberdade passou a sediar o Museu Paranaense, que por sua vez se mudou para a atual localização (Palácio São Francisco, na Praça João Cândido) em 2002. O Paço da Liberdade ficou um tempo em relativo estado de abandono, até que ocorreu a sua reinauguração em 2009 após um processo de restauro, a despeito, então,

²¹³ Jaime Lerner faleceu em Curitiba em 27 de maio de 2021, aos 83 anos, e em julho do mesmo ano a Prefeitura já anunciou que pretendia construir um memorial em sua homenagem. CURITIBA terá parque em homenagem a Jaime Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º jul. 2021. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/curitiba-tera-parque-em-homenagem-a-jaime-lerner/>. Acesso em 18 jul. 2023. O memorial em si foi a nomeação do complexo que engloba a Ópera de Arame e a Pedreira Paulo Leminski como “Parque das Pedreiras Jaime Lerner”; na entrada, uma “escultura em bronze, com aproximadamente 1,15metroX90centímetros, apresenta Jaime Lerner em meio corpo, como se estivesse em uma mesa de trabalho, cercado por alguns dos ícones urbanos que criou para Curitiba: Ópera de Arame, Jardim Botânico, Teatro do Paiol e Bondinho da Rua das Flores, e araucárias.” PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Parque das Pedreiras e Memorial Jaime Lerner/Ópera de Arame**. Curitiba, fev. 2023. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-das-pedreiras-e-memorial-jaime-lerner-opera-de-arama/309>. Acesso em 18 jul. 2023.

²¹⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 16, grifo meu.

²¹⁵ CURITIBA. **Lei nº 81**, de 10 de julho de 1948.

do que previa a legislação de “promover as medidas necessárias ao provimento da conservação e garantia da perpetuação do edifício em causa”, como demonstrado acima. Para além de sua função cívica de sede do Executivo municipal, vale ainda mencionar que o prédio, quase um “monumento” eclético à *Belle Époque* curitibana, sepultou o antigo mercado municipal, e está numa região que já abrigou a cadeia municipal e o pelourinho. Sua construção, em 1916, marcou uma mudança no cenário do centro de Curitiba, situando a então bela prefeitura próxima à Catedral e no final da bem iluminada Rua Barão do Rio Branco, com seu casario de época ligando o edifício à estação ferroviária, terminando, assim, por apagar a presença dos encarcerados, do populacho do mercado e de parte da história da escravidão em Curitiba.

Após o episódio isolado do Paço da Liberdade em 1948, o Código de Posturas instituído pela Lei nº 699 de 1953 criou um Departamento de Patrimônio, com o objetivo premente de pôr em “prática todas as providências ao seu dispor no sentido de preservar e defender as construções de caráter típico, histórico, artístico ou tradicional”, inclusive podendo desapropriar imóveis “quando forem de propriedade particular, no caso de se tornar necessário para evitar sua destruição, demolição ou transformação”²¹⁶. Prevê-se, nesse instrumento, até a possibilidade de desapropriação dos imóveis tidos como de interesse patrimonial e que não estivessem em adequadas situações de conservação, ferindo o consagrado direito liberal à propriedade, contenda que é motivo de crítica até os dias de hoje.

As duas experiências acima expostas trouxeram pouca vivacidade para a questão da preservação de patrimônios edificados em Curitiba. As questões relacionadas ao planejamento urbano e, quase que de forma consequente, a preocupação mais efetiva com a conservação e restauro de referenciais arquitetônicos de importância patrimonial, ganham fôlego sobretudo a partir da década de 1960, com a criação do IPPUC e a regulamentação e aplicação do Plano Diretor de Curitiba. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), erigido em 1965²¹⁷, é um dos elementos centrais do sucesso no planejamento urbano acima mencionado, criado com o objetivo de promover estudos e pesquisas visando o mesmo planejamento, coordenando e definindo as ações a serem adotadas. Funcionando como autarquia do município, integrava apenas membros da própria administração municipal. Ao longo dos anos os conselhos – deliberativo e consultivo – foram a passos lentos abertos para a participação de outros setores da sociedade civil organizada: em 1970 foi incluída uma cadeira para membro do Departamento de Patrimônio, e em 2000 aberta a participação das universidades e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua

²¹⁶ CURITIBA. Lei nº 699, de 16 de julho de 1953.

²¹⁷ CURITIBA. Lei nº 2.660, de 1º de dezembro de 1965.

legislação de regulamentação²¹⁸, contudo, não faz menção às noções de patrimônio, conservação, restauro, preservação e afins de forma específica.

3.1.1 O Plano Diretor de 1966

O Plano Diretor de Curitiba, promulgado pela Lei nº 2.828 de 1966²¹⁹, cumpre uma tendência nacional de preocupação nas administrações públicas com o crescimento das cidades e a necessidade de definir trajetórias atentas ao planejamento urbano, permitindo um crescimento paulatino e uma organização do mesmo crescimento²²⁰. Enquanto dispositivo legal, o Plano Diretor versa sobre o uso e ocupação do solo urbano, entre outras coisas garantindo uma ocupação inteligente do espaço, tentando combinar habitação com comércio e serviços em todas as zonas da cidade, numa tentativa de desafogar o centro, ao mesmo tempo em que evita deixa-lo vazio e desabitado nas noites e finais de semana. Numa Curitiba que via sua população crescer a passos largos²²¹, era necessário garantir um “espalhamento” da população que, ao mesmo tempo, não as isolasse do centro e não as deixasse órfãs de atividades comerciais e serviços nos bairros, bem como controlasse o crescimento vertical e horizontal das edificações. Nesse mesmo espírito, houve à época uma grande atenção aos parques²²², aumentando seu número e descentralizando-os, a fim de “criar condições estimulantes para a vida comum dos cidadãos”²²³.

Outra característica muito bem marcada do Plano Diretor foi, para garantir essa ocupação eficiente do solo urbano, a lei de zoneamentos, que categorizou diversas áreas da cidade, cada uma com características viárias e autorizações distintas para as edificações (área de terreno, área construída, testada, volumetria, pavimentos, subsolo, tipo de uso, etc.). O Plano de 1966 dividiu o solo urbano nas seguintes zonas: Zona Residencial, Zona Comercial, Zona Industrial e os Setores Especiais, nominados e avaliados caso a caso pelo IPPUC²²⁴; essa divisão, contudo, foi alterada diversas vezes nos anos seguintes. O que interessa de forma mais próxima a esta pesquisa é o Setor Especial Histórico, que engloba a esmagadora maioria dos

²¹⁸ CURITIBA. **Decreto nº 1.910**, de 7 de dezembro de 1965.

²¹⁹ Conste que o Plano Diretor em atual vigência em Curitiba é de 2015 (vide Lei nº 14.771/2015).

²²⁰ NAVOLAR, op. cit., p. 37.

²²¹ Entre 1950 e 1965 a população de Curitiba passou de 180 mil para 500 mil habitantes, “índice à época superado apenas por Brasília e Goiânia”. NAVOLAR, op. cit., p. 73.

²²² Embora à época não se tenha feito menção específica a esse termo, é possível observar preocupações e ações relativas à preservação do patrimônio natural e ambiental.

²²³ NAVOLAR, op. cit., p. 73.

²²⁴ CURITIBA. **Lei nº 2.828**, de 31 de julho de 1966.

edifícios que serão atendidos nas primeiras políticas públicas de conservação e restauro do patrimônio edificado²²⁵.

Para além do planejamento urbano estrito, mas ainda assim inerente a ele, o Plano Diretor de Curitiba integrou a preservação do patrimônio histórico edificado nas diretrizes, o que pode ser encarado como uma excelente iniciativa, a de “tratar a preservação do patrimônio edificado (público ou privado) a partir do planejamento urbano”²²⁶, ou seja, integrando-o à cidade e à paisagem, trazendo o olhar do urbanista para essa preservação, e não tratando o edifício como fato isolado num cenário urbano que vive transformações das mais diversas e em crescente velocidade. Sobre esses aspectos, diz o Plano Diretor:

SEÇÃO V: PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS SETORES HISTÓRICO-TRADICIONAIS – Art. 52: Fica estabelecida no Município de Curitiba, a Política de Preservação e Revitalização de Setores Históricos-Tradicionais, com a finalidade de resguardar os valores históricos e urbanos de determinadas áreas. Art. 53: São objetivos da Política de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos-Tradicionais: 1) fixar uma escala urbana de determinada época; 2) garantir, na medida do possível a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas; 3) recuperar edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados; 4) orientar e incentivar nesses setores, usos e atividades compatíveis com suas características; 5) incrementar o turismo. Art. 54: São instrumentos para a implantação dessa Política: **1) Convênios com o Patrimônio Histórico do Estado e da União, ... V E T A D O ... , visando o tombamento das edificações e logradouros pertencentes a esses setores.** 2) Estímulos tributários para usos e atividades adequadas; 3) Penalidades pelo não cumprimento das medidas que regulamentarem a preservação desses setores.²²⁷

Sintetizando, então, essas diretrizes tentaram definir o que seria ou não patrimônio, e dentre o que fosse definido como tal, buscar sua recuperação. Além disso, havia uma preocupação com a função social do edifício, prevendo dar uso e tornar útil a edificação, não tornar a conservação e/ou o restauro uma medida encerrada em si mesma²²⁸. Havia, ainda, um interesse no fomento ao turismo. Também é curioso notar o veto ao tombamento em associação às esferas estadual e federal: a participação do IPHAN – ou melhor, sua não participação – nessas medidas iniciais em Curitiba é bastante curiosa, uma vez que o órgão concentrava as medidas de tombamento e promovia a ação em larga escala no país. Esse interesse, contudo,

²²⁵ CURITIBA. **Decreto nº 1.160**, de 5 de agosto de 1971.

²²⁶ NAVOLAR, op. cit., p. 74.

²²⁷ CURITIBA. **Lei nº 2.828**, de 31 de julho de 1966, grifo meu.

²²⁸ Ou seja, uma neoliberalização das políticas patrimoniais, em que a cultura é reduzida em mercadoria. Nesse caso, a doutrina neoliberal impulsiona uma lógica mercantilista no trato dos bens culturais, em que “assenta suas bases ideológicas no individualismo, na competição do uso do solo e na utilização da cultura como recurso para o desenvolvimento, reforçando os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais estruturais e alienação dos sujeitos.” SILVA, Georgia Patrícia da. O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 25 a 28 ago. 2009, São Luís. **Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. São Luís, 2009, n.p.

era bem restrito aos referenciais arquitetônicos do período colonial, que eram tidos como exemplares natos de uma tradição genuinamente brasileira, construídos, sobretudo, nos estilos colonial e barroco²²⁹. Uma das hipóteses levantada pelo professor Francisco Santiago Júnior no exame de qualificação desta dissertação acerca da falta de interesse do IPHAN com a Catedral de Curitiba diria respeito ao seu estilo predominante, o neogótico, o qual não corresponderia a uma visão, àquela época, de identidade nacional. De todo modo, o único edifício tombado pelo IPHAN na cidade de Curitiba até hoje é o já mencionado Paço da Liberdade, em 1984²³⁰. Quanto ao Departamento de Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, constam nos seus registros uma série de edifícios tombados em Curitiba, mas a Catedral Basílica não é um deles²³¹.

Quanto a uma política própria de tombamento, Curitiba só veio a ter em 2016²³², juntamente com os critérios associados de inventário, registro e vigilância, e que ainda hoje não está totalmente regulamentada, tendo tido alterações robustas em 2020²³³. Por fim, o dispositivo também prevê “estímulos tributários”, que num primeiro momento resultou em redução ou isenção de impostos municipais para edifícios bem conservados, e que, num segundo momento, desencadeou as políticas de incentivo ao solo criado/potencial construtivo e até mesmo das leis de incentivo fiscal, como será mencionado adiante.

Engloba esses aspectos um desejo visível dos gestores em reordenar a ocupação urbana e promover a “reapropriação” da cidade pelos seus “cidadãos”. A última palavra aqui aparece entre aspas pelo motivo dessa noção ser bastante reducionista e segregada do ponto de vista dos gestores da época, que pareciam querer um tipo específico de “consumidor” das suas ações urbanísticas através do consumo cultural: “O que é de fundamental importância aqui é que no bojo dessa reorganização da cidade pela via do urbanismo, estava contida uma profunda intervenção por parte do poder público municipal com vistas a *criar e fomentar* uma intensa ‘vida cultural’ para seus cidadãos”²³⁴.

No ensejo das propostas de uma reforma urbanística para Curitiba, surgidas no início da década de 1960 e ganhando cada vez mais fôlego ao longo do tempo, a gestão Ivo Arzua (1962-1966) era ambiciosa em dar uma nova cara à cidade: “O que ali se via era um

²²⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 35.

²³⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista dos bens tombados e processos em andamento** (atualizado em 29/12/2022) (arquivo digital).

²³¹ LYRA, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA FILHO, José. **Espirais do tempo**: bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

²³² CURITIBA. **Lei nº 14.794**, de 29 de março de 2016.

²³³ CURITIBA. **Lei nº 15.665**, de 3 de julho de 2020.

²³⁴ SILVEIRA, op. cit., p. 48, grifo da autora.

impressionante esforço em consumir processos de desapropriação de edifícios, para que se procedesse às demolições e alargamentos de vias, com o objetivo de ‘desafogar’ o tráfego de veículos no centro da cidade”²³⁵. O problema é que nesse processo de demolições para trazer o progresso urbanístico tão almejado, um sem número de edifícios que poderiam ser considerados “históricos” e importantes para uma certa ideia de paisagem urbana – muitos deles, diga-se, encarados como cortiços de uma população empobrecida – foram demolidos ou desfigurados. Nos moldes do que o Barão Haussmann fez na Paris do século XIX ou Pereira Passos fez no Rio de Janeiro no começo do século XX, esses cortiços e essa pobreza – que revela que diversos perfis socioeconômicos conviviam na “cidade-sorriso”, alguns com menos “sorrisos” do que outros – representavam a segregação socioeconômica da cidade, que nunca foi uniforme, como diversos políticos aqui pregaram – e ainda pregam:

Postas no contexto de degradação da área central da cidade, em franco processo de aumento da população habitante de cortiços, formada por inquilinos vivendo em situação de miséria extrema e desprovida das condições mínimas de saneamento e salubridade, como denunciado nas poucas matérias jornalísticas e ensaios que furavam o cerco da anuência e mesmo reconhecido por representantes do poder público municipal, as medidas denotam certa “visão de classe” do mundo. Afinal de contas, quem são os “cidadãos” para os quais os planejadores urbanos do IPPUC pretendem “devolver seus tradicionais pontos de encontro”? Por certo não são aquele que já ocupam o centro da cidade, já que o texto indica explicitamente um ato de restituição.²³⁶

O termo “cidade-sorriso” é uma das alcunhas de Curitiba. Vanessa Viacava identifica o emprego do termo já em 1931, na revista *Ilustração Paranaense*, veículo dos simpatizantes do Paranismo. O movimento é resultado do enriquecimento econômico do Paraná, sobretudo por conta do ciclo de erva-mate na virada do século XIX para o século XX, e do desejo dos paranaenses – e, sobretudo, dos curitibanos – em engendrar ares de modernidade para a capital. Artistas, intelectuais e outros agentes sociais intentavam produzir sujeitos “estética e politicamente saudáveis. Em outras palavras, a fabricação do ‘sorriso da cidade’.”:

Hoje Curitiba é cidade modernizada, transfigurada, ostentando bulício, exibindo atrativos esportes, teatros concorridos, reclames luminosos, autos chiques e disparadas, fraturando pernas e costelas; artimanhas políticas, paixões partidárias, suma, é **cidade sorriso**, princesa do sul, noiva eterna da graça e da beleza.²³⁷

²³⁵ Ibidem, p. 61.

²³⁶ Ibidem, p. 78, grifo da autora.

²³⁷ ILUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, março de 1931 apud VIACAVA, Vanessa Maria Rodrigues, n.p. “Em busca da Curitiba perdida”: a construção do *habitus* curitibano. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10 a 13 nov. 2009, Recife. **Civilização e Contemporaneidade**. Recife, 2009, n.p., grifo da autora.

O termo, embora não tenha “pegado” muito na época, foi recuperado nos anos 1960 e 1970, naquele contexto de elaboração e aplicação do Plano Diretor e de modernização da malha urbana e dos aparatos públicos. No final dos anos 1980 e 1990 – que compreende a terceira gestão Lerner e a primeira gestão Greca –, “Cidade-sorriso” foi extensamente utilizada na propaganda estatal da cidade – bem como “capital ecológica” –, em meio ao contexto das grandes obras feitas pelo Executivo municipal, como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Rua 24 Horas e todo o conjunto de eventos e construções relativos aos 300 anos da cidade (os quais serão bem explorados no quarto capítulo desta dissertação):

Essas obras, em certa medida, concluíram um eficiente projeto urbanista iniciado nas décadas de 1960 e 1970, proporcionando à *cidade sorriso* um acabamento estético sofisticado. Em uma cidade acostumada a reformas urbanísticas desde os anos 1950, nos interrogamos sobre os mecanismos de construção dessa identidade curitibana.²³⁸

Sob a justificativa de que o automóvel degradou o centro, de que ninguém mais andava a pé, a não ser os delinquentes, era preciso criar um atrativo para as demais pessoas saírem de casa. Se por um lado elas só ficavam em casa vendo televisão, do outro não saíam por medo da alegada insegurança das ruas. “Era preciso criar um atrativo [...]. E o atrativo se ancorava numa imagem da Curitiba do passado, pacata e ordeira”²³⁹. Nesse espírito, uma das grandes medidas adotadas no período – além das amplas medidas de aberturas e alargamento de ruas – foi a pedestrianização de parte do centro, simbolizada sobretudo pelo calçadão do trecho da rua XV de novembro, atualmente compreendido entre o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná e a Praça Osório. Inaugurado em maio de 1972, o fechamento de parte dessa rua ao tráfego de veículos encontrou grande resistência dos comerciantes da região, preocupados que os clientes não teriam onde deixar seus carros durante as compras. Por conta dessa resistência, a prefeitura realizou uma “‘operação de guerra’ executada pelo Departamento de Obras, ao longo de um final de semana”²⁴⁰, para evitar qualquer manifestação ou protesto. É uma visão que mostra uma atitude desproporcional da administração pública, ao considerar que, em contraponto aos seus técnicos visionários, precisa enfrentar a resistência de uma população comum que “não entende” as modernizações²⁴¹. Aos poucos a Prefeitura também vai tomando ações em vista de reverter a negatividade daquele processo, incluindo mobiliário público para

²³⁸ VIACAVAL, Vanessa Maria Rodrigues. “Em busca da Curitiba perdida”: os mecanismos da construção de uma identidade curitibana”. *História Agora*, v. 7, 2009, p. 2.

²³⁹ SILVEIRA, op. cit., p. 122-123.

²⁴⁰ Ibidem, p. 124.

²⁴¹ Ibidem, p. 123.

descanso, floreiras, iluminação e a pintura infantil, em que metros de papel eram estendidos na rua para que as crianças pintassem ali no chão mesmo: “Estava inaugurada, assim, a temporada de ‘animação cultural’ da cidade, com direito à presença do prefeito e participação de sua própria filha na atividade coletiva”²⁴².

A despeito de qualquer descontentamento naquele período, o calçadão da rua XV se consolidou ao longo do tempo como parte embrionária daquelas mudanças previstas no Plano Diretor que Lerner conseguiu aplicar em larga escala logo na sua primeira gestão como prefeito, no início dos anos 1970.

3.1.2 Proteção do patrimônio edificado

Como todo o Plano Diretor, a implementação de suas diretrizes ficou a cargo do IPPUC, que levou algum tempo para conseguir implementar medidas eficientes na preservação de patrimônios edificados. Num primeiro momento, houve a tácita aceitação do “fachadismo”²⁴³, isto é, a conservação apenas das fachadas, possibilitando modificações descaracterizantes nos interiores dos edifícios: “Art. 5º: As unidades de acompanhamento poderão ser reformadas no seu interior, porém deverão manter a fisionomia exterior, comportando restauração e preservação **a juízo do IPPUC**”²⁴⁴. Isso contribuiu para a forja – não só em Curitiba – dos centros históricos, deixando-os organizados, padronizados e bem cuidados, construindo um “passado desejado, que frequentemente foi (é) higienizado”²⁴⁵.

O trecho destacado no decreto acima enfatiza o grande poder dado aos técnicos do IPPUC de fazer o juízo estético-arquitetônico dos bens a serem preservados. Isso se dá seguindo uma tendência nacional – e até mesmo internacional – de enxergar o patrimônio como, antes de tudo, uma construção arquitetônica. Por isso, acabam que os primeiros envolvidos nesse processo de patrimonialização das sociedades sejam os arquitetos e, como muitos dos técnicos do IPPUC saíram do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, justifica esse primado do patrimônio edificado²⁴⁶.

Não há uma regulamentação até hoje que seja mais ou menos padrão, pois sabemos que em matéria de restauração não há uma regra fixa, mas diretrizes mais ao menos básicas e, sobretudo, diálogo com a comunidade externa, principalmente aquela que usufrui daquele

²⁴² Ibidem, p. 127.

²⁴³ Empresto o termo de NAVOLAR, op. cit., p. 74.

²⁴⁴ CURITIBA. **Decreto nº 1.160**, de 5 de agosto de 1971, grifo meu.

²⁴⁵ SANTIAGO JÚNIOR, op. cit., p. 271.

²⁴⁶ SILVEIRA, op. cit., p. 47-48.

patrimônio edificado. Os processos acabam sendo analisados caso a caso, a critério daqueles que o julgam:

Essa falta de transparência (juízo estético), aceita apenas por falta de aprofundamento da questão, mantém-se nos demais decretos e leis relativos à questão do patrimônio edificado. Tal situação acaba por gerar insegurança, tanto por parte dos proprietários quanto dos possíveis investidores. Também estabelece amplos poderes ao órgão público, acima daqueles usualmente aceitos. Essa condição permanece até hoje, dando origem a polêmicas relativas à preservação do patrimônio edificado em Curitiba.²⁴⁷

Essa insegurança, me arrisco a dizer, pode ser geradora de um sentimento de desconfiança por parte dos proprietários em relação ao poder público. Alegadamente protegidos sob a “sacralidade” da propriedade privada, e desconhecendo os procedimentos – que mal existiam – sobre a conservação de algum imóvel sob sua posse que fosse de interesse patrimonial, temem arcar com a intervenção e a manutenção de altos valores para uma mão de obra intelectual e técnica bastante especializada. Não é exclusividade de Curitiba casos de imóveis declarados de interesse patrimonial que se perdem por demolições ou incêndios criminosos. E me refiro especificamente a proprietários “comuns”, ou seja, aqueles donos de pequenas casas ou estabelecimentos comerciais; os extraordinários, por assim dizer, igrejas e centros culturais por exemplo, mas sobretudo as primeiras, costumam ter uma organização e assessoria jurídica mais assertiva, além de ter o respaldo e o auxílio do poder público pela sua envergadura social e articulação política.

Foi consequência dessa inexperiência e falta de delimitar procedimentos claros o chamado “Processo das Casas Históricas” em 1979²⁴⁸, em que a Prefeitura propôs o tombamento simultâneo de 586 imóveis, criando as Unidades de Interesse de Preservação (UIP): “Como justificativa, o Decreto declarava que a maior parte daqueles imóveis estava ‘ociosa’ e que a legislação em vigor não previa um ‘aproveitamento adequado’ dos mesmos”²⁴⁹. Foi uma medida abrangente, massiva sobre qualquer edifício de características arquitetônicas tratadas como históricas ou tradicionais (dentre aquelas não demolidas na execução do Plano Diretor), sem justificativas técnicas que apreciassem o valor estético cujo juízo estava garantido ao IPPUC pelo Decreto nº 1.160/1971 – considerando, ainda, que o valor histórico ainda nem era mencionado nessas tomadas de decisões. Após uma série de contestações e disputas em nome do direito de propriedade dos donos dos imóveis, em 1983 o Judiciário paranaense

²⁴⁷ NAVOLAR, op. cit., p. 75.

²⁴⁸ CURITIBA. **Decreto nº 1.547**, de 14 de dezembro de 1979.

²⁴⁹ NAVOLAR, op. cit., p. 79.

revogou a decisão²⁵⁰, e no ano seguinte a própria Prefeitura o fez²⁵¹. Foi um fato notável pela forma como foi empreendido, sem respaldo jurídico e sem planejamento de ação: “É de surpreender que um decreto com tamanha fragilidade jurídica e técnica seja contemporâneo a tantas atitudes inovadoras propostas pelo Executivo Municipal naquela época”²⁵².

Outro fato notável, ocorrido quase uma década antes do “Processo das Casas Históricas”, foi a recuperação de um antigo paiol de pólvora que servia como depósito de armas e munições no bairro do Prado Velho. Em 1971, o recém empossado Jaime Lerner anunciava

o surgimento do primeiro auditório municipal destinado ao teatro e “com uma preocupação exclusivamente cultural, sem finalidades comerciais” e dava como certa a criação da Fundação Cultural de Curitiba, órgão ao qual caberia a implantação e promoção de “atividades de recreação no centro e bairros da cidade, principalmente praças e centros comunitários”.²⁵³

Batizado como Teatro do Paiol, o espaço, bem como a delimitação final do Setor Especial Histórico²⁵⁴, sinalizam o início da política patrimonialista da gestão, com a recuperação e readequação de diversos edifícios considerados históricos para exercer funções administrativas, culturais e recreativas. Contudo, a pergunta que se faz até os dias de hoje é: “Qual é o entendimento desses gestores sobre os rumos que se depreendem da prática de ‘reciclagem de edificações’, ou, em outras palavras, qual a acepção de ‘cultura’ está a ser empregada?”²⁵⁵.

É patente nesse processo a criação da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), em 1973, responsável pela formulação, manejo e aplicação das políticas públicas culturais em Curitiba (que, inclusive, tem o Teatro do Paiol na sua logomarca até hoje, sintetizando esse momento fundacional). Segundo seu documento legislativo inaugural, a FCC encarrega-se de

a) formular a política cultural do Município; b) articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como Universidades e instituições culturais; de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa; c) **promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná**; d) conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo [...]²⁵⁶,

²⁵⁰ QUARTA Vara da Fazenda do Paraná, Autos nº 2.174/1983, fl. 3 apud NAVOLAR, op. cit., p. 80.

²⁵¹ CURITIBA. **Decreto nº 196**, de 25 de junho de 1984.

²⁵² NAVOLAR, op. cit., p. 80.

²⁵³ SILVEIRA, op. cit., p. 88-89.

²⁵⁴ CURITIBA. **Decreto nº 1.160**, de 5 de agosto de 1971.

²⁵⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 89.

²⁵⁶ CURITIBA. **Lei nº 4.545**, de 5 de janeiro de 1973, grifo meu.

além de uma série de outros dispositivos, como promover mostras e eventos culturais, articular-se com o setor educacional em diversas instâncias e promover a integração social da população por meio da cultura. Sendo outra ação de Jaime Lerner, a criação da Fundação Cultural de Curitiba pode ser entendida como desdobramento de fatos originados anteriormente, no Plano Diretor, passando pela criação do IPPUC e, por fim, colocando em prática,

efetivamente, um plano massivo de ação cultural para a cidade [...]. Um grande número de equipamentos culturais para promover ações nas áreas de teatro, música e artes visuais, além de bibliotecas, parques e as famosas áreas pedestrianizadas são implantados com vistas a criar e manter uma verdadeira estrutura de “lazer cultural” para a cidade. Nesse processo, constitui-se certa ideia de “tradição” e o consequente reforço e cristalização de uma “identidade curitibana”, da qual sua população poderia, enfim, se orgulhar”.²⁵⁷

Também pode ser incluída entre as ações preconizadoras da FCC a criação do Parque São Lourenço, no bairro homônimo: embora não constasse originalmente no Plano Diretor, o espaço recebeu atenção da primeira gestão Lerner devido ao rompimento de uma barragem no Tanque São Lourenço, em 1970, que matou uma criança e arruinou a Fábrica de Cola Boutin. A Prefeitura, então, adquiriu o terreno, construiu um lago e, “Da estrutura original da fábrica, restaram cinco pavilhões, cujo uso foi logo incorporado ao programa de ‘animação da cidade’”. Na antiga fábrica passou a funcionar o Centro de Criatividade de Curitiba, uma “casa de cultura que desse guarida a experiências multidisciplinares com as artes”²⁵⁸.

É dessa época que datam grandes referências a essa “identidade curitibana” proposta por Silveira: a feira de artesanato, inicialmente na Praça Zacarias e atualmente na região do Largo da Ordem, orbitando ao seu redor diversos comércios e serviços ligados à cultura, como livrarias, cafés, lojas de antiguidades, galerias de arte, etc.; e a disponibilização de lazer nos sábados de manhã no calçadão da rua XV de novembro, oferecendo atividades culturais diversas para as crianças enquanto os pais frequentam o comércio. Na época foi até criado um “estacionamento” para as crianças, levando-se para o mesmo calçadão um antigo vagão reformado do sistema de bondes elétricos, com atividades voltadas aos pequenos (hoje, Bondinho da Leitura).

No campo do patrimônio, a FCC recuperou num primeiro momento o Museu Guido Viaro e o Instituto Goethe (atualmente Solar do Rosário, adquirido pela Prefeitura em 2021 para abrigar a presidência da FCC), e ainda uma casa tida como último resquício da época colonial no Largo da Ordem (além da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas),

²⁵⁷ SILVEIRA, op. cit., p. 142.

²⁵⁸ Ibidem, p. 215-216.

que restaurou e nominou como “Casa Romário Martins”, em homenagem ao intelectual que “inventou” a história do Paraná, escolhendo-a como sede de sua Casa da Memória²⁵⁹.

Podemos presumir que a instituição da FCC foi um importante combustível para a delimitação de políticas públicas mais direcionadas e efetivas para a conservação e restauro dos patrimônios edificados em Curitiba. A primeira iniciativa adotada diz respeito à instituição das Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) e da Transferência de Potencial Construtivo (TPC) em 1982, seguida da lavra da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, em 1991, e da instituição das Unidades de Interesse Especial de Preservação (UIEPs), em 1993.

3.2 DISPOSITIVOS LEGAIS

3.2.1 A criação das Unidades de Interesse de Preservação e a Transferência de Potencial Construtivo

A Transferência de Potencial Construtivo é uma variação curitibana da Transferência do Direito de Construir (TDC), um instrumento jurídico que torna-se parte do planejamento urbano a partir das discussões envolvendo o Solo Criado que surgiram, inicialmente, em experiências na Itália e na França na década de 1970, separando, juridicamente, o direito de propriedade do direito de construir:

O proprietário de um lote tinha o direito de construir até o limite do coeficiente de aproveitamento estabelecido pela Municipalidade para aquela área, ao passo que, ultrapassando esse limite, o proprietário ficava subordinado ao pagamento de um valor correspondente à parcela excedente edificada, a qual passou a ser denominada de Solo Criado.²⁶⁰

Concomitantemente, uma experiência muito similar observada em Chicago, nos Estados Unidos pretendia “viabilizar a proteção de edificações históricas, erigidas em áreas de grande valor imobiliário”²⁶¹. A medida se revelou, então, na separação entre direito de propriedade (representada pelo lote e seu proprietário tendo o direito de utilizá-lo) e direito de construir (regido pelas legislações municipais, que fixava um certo limite na área construída, o tal coeficiente de aproveitamento) um eficiente mecanismo para dirimir a problemática “entre os interesses privados e imobiliários, dos proprietários de bens culturais, e o interesse coletivo, de salvaguardar o patrimônio cultural e natural”²⁶². Curitiba foi a pioneira entre as cidades

²⁵⁹ NAVOLAR, op. cit., p. 77-79

²⁶⁰ BITENCOURT, op. cit., p. 17.

²⁶¹ Ibidem, p. 17.

²⁶² Ibidem, p. 20.

brasileiras a adotar esse dispositivo, figurando-a como expoente num cenário de valorização das suas famosas políticas de planejamento urbano, “sempre inserido como ação prioritária”²⁶³. A aplicação da TPC em Curitiba foi viabilizada e gerida através da instituição das Unidades de Interesse de Preservação, popularmente chamadas de UIPs.

A instituição das UIPs se deu via Lei nº 1.547/1979, e visava estabelecer em Curitiba um arrolamento de imóveis identificados como de importância para a história da cidade e presença na paisagem cultural; é a mesma lei do “Processo das Casas Históricas”. Derivando dos questionamentos jurídicos desse processo e da falta de uma política mais afirmativa no assunto, Jaime Lerner, em sua segunda gestão como prefeito, promulgou a Lei nº 6.337/1982, em que estabeleceu a Transferência de Potencial Construtivo para as UIPs, objetivando “A preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico”.

Na prática, isso significava que o poder público, para os imóveis indicados como Unidade de Interesse de Preservação, autorizava a construção acima dos limites previstos pelas leis de zoneamento no mesmo terreno, tendo, como contrapartida, a obrigação de manter o imóvel preservado conforme as orientações da Prefeitura Municipal. Havendo impossibilidade de se construir no mesmo terreno, o potencial construtivo poderia ser transferido para outro lote por mediação da Prefeitura²⁶⁴. Sob penas nos termos da lei, o receptor do incentivo construtivo deveria se comprometer a:

I - Manter a estrutura original da edificação, seu porte e escala; II - Executar os trabalhos de recuperação e adaptação recomendados pela Comissão de Avaliação, inclusive os referentes à publicidade externa; e III - Não alterar nenhum elemento da edificação sem prévia anuência da Comissão de Avaliação.²⁶⁵

Sistematizando:

- 1) De um imóvel cadastrado como de interesse de preservação, isto é, uma UIP, um cálculo específico feito pelo IPPUC (que leva em conta a localização do terreno dentro do Plano Diretor e da Lei de Zoneamentos, a área do mesmo terreno e a área construída) estabeleceria qual seria o coeficiente de aproveitamento dessa unidade;
- 2) A partir desse coeficiente, o proprietário da UIP teria duas possibilidades:
 - a) utilizar o potencial construtivo na construção de um novo edifício no terreno remanescente da sua UIP, desde que essa nova construção não oferecesse riscos ao prédio original;

²⁶³ Ibidem, p. 19.

²⁶⁴ CURITIBA. **Lei nº 6.337**, de 28 de setembro de 1982.

²⁶⁵ CURITIBA. **Decreto nº 410**, de 26 de outubro de 1982.

- b) transferir o potencial construtivo para outro proprietário, em outro terreno, que estivesse interessado em construir acima dos limites permitidos naquela área;
- 3) Recebidos os valores da TPC, o proprietário deveria realizar as obras de restauração na sua UIP, mediante aprovação e fiscalização dos órgãos municipais: “O proprietário para utilizar o instrumento da TPC, tinha como condição o compromisso da manter a estrutura original da edificação, porte e escala, bem como realizar as necessárias obras de restauro e conservação em sua UIP”²⁶⁶.

Embora disponível desde 1982, a TPC nas UIPs foi pouco aplicada até 1988, sobretudo em virtude do desconhecimento do mecanismo por parte dos proprietários²⁶⁷. Dois exemplos notórios de sua aplicação, em que houve construção no mesmo terreno, são dois hotéis da rede *Ibis*: um na rua Comendador Araújo, no Batel (Figura 100), e o outro na rua Mateus Leme (Figura 101), no Centro Cívico. Em ambos os casos, o edifício original (categorizado como UIP) foi mantido e restaurado, como prevê a legislação, hoje funcionando como recepção, bar ou restaurante dos hotéis; na área remanescente que havia nos terrenos, foram construídos, então, os prédios de apartamentos.

FIGURA 100 – HOTEL *IBIS CURITIBA BATEL*



Hotel *Ibis Curitiba Batel*, na rua Comendador Araújo, com a construção original diretamente ligada à calçada e o edifício de apartamentos construído atrás dessa.

FONTE: BOOKING.COM. **Ibis Curitiba Batel**. Disponível em: <www.booking.com/hotel/br/ibis-curitiba-batel.pt-br.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

²⁶⁶ BITENCOURT, op. cit., p. 79.

²⁶⁷ Ibidem, p. 80.

FIGURA 101 – HOTEL *IBIS CURITIBA CENTRO CÍVICO*

Hotel *Ibis Curitiba Centro Cívico*, na rua Mateus Leme, com a mesma concepção que o exemplar anterior.
 FONTE: O autor (2023).

O Decreto nº 410/1982 regulamentou a criação da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural (CAPC), que faria a avaliação dos casos e acompanharia os processos de conservação e restauro das UIPs que recebessem verbas do seu potencial construtivo. Essa comissão, repetindo uma tendência de exemplos já citados, era restrita aos membros da administração pública: dois representantes do IPPUC, um da Câmara Municipal, um do Departamento de Urbanismo, outro da Casa da Memória e, por fim, um advogado consultor²⁶⁸. De muitas formas, o estabelecimento das UIPs e o funcionamento da CAPC ficarão subordinados ao arbítrio do IPPUC, repetindo equívocos passados, tornando as discussões e definições quase secretas, sem uma formulação clara das políticas, gerando, uma vez mais, insegurança para os proprietários, fazendo com que o assunto se arrastasse por quase uma década com revogações e novas legislações.

Em 1991, finalmente, o Decreto nº 408 deu um amparo legal mais efetivo e assertivo para a transferência do potencial construtivo às UIPs. Foi alterada – levemente – a constituição da CAPC (para dois membros do IPPUC, dois da Secretaria Municipal de Urbanismo, dois da FCC e um da Procuradoria Geral do Município), definiu-se para quais zonas estabelecidas no Plano Diretor e legislações subjacentes o potencial construtivo da UIP poderia ser transferido, em caso de não ser possível o uso no mesmo lote e, em seu Art. 10º, coloca a avaliação

²⁶⁸ CURITIBA. Decreto nº 410, de 26 de outubro de 1982.

diretamente subordinada à apreciação do Prefeito²⁶⁹. Sem dúvida, uma medida bastante centralizadora. Apesar dessas questões, contudo, a medida se demonstrou aplicável, tornada mais conhecida aos proprietários desses imóveis culturais, tendo, a título de exemplo, beneficiado trinta e três imóveis entre 1991 e 2001²⁷⁰.

3.2.2 Lei Municipal de Incentivo à Cultura

Uma origem para as políticas culturais de Estado pode ser remontada, no Brasil, à década de 1930, na Era Vargas, em que uma série de instrumentos foram criados, entre eles o já mencionado SPHAN, em 1937, mas ainda: a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro e o Conselho Nacional de Cultura²⁷¹. “Da efetivação dos modelos estatais de gestão cultural até os anos 1970, à posterior migração para realidades híbridas de parcerias público-privadas”²⁷², os anos 1980 viram, em diversos países do mundo, a implementações dos modelos de repasses de verbas via renúncias fiscais atingirem o segmento cultural²⁷³.

No Brasil, ainda nos anos 1970, José Sarney, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar, uma tentativa desse modelo de renúncia fiscal para a área artística e cultural foi tentada, a qual, de fato, só chegou a ser implementada em 1986, quando Sarney foi Presidente da República. A chamada “Lei Sarney” (Lei Federal nº 7.505, de 2 de julho de 1986) “Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico”.

Alguns anos mais tarde, embora o primeiro presidente eleito na era da redemocratização brasileira, Fernando Collor de Mello, tenha extinguido o Ministério da Cultura e o transformado em Secretária homônima diretamente vinculada ao Gabinete da Presidência, além de ter estrangulado e quase extinguido o IPHAN, tem origem a mais importante lei de renúncia fiscal para a área da cultura no Brasil, a Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”:

²⁶⁹ CURITIBA. **Decreto nº 408**, de 22 de julho de 1991.

²⁷⁰ NAVOLAR, op. cit., p. 176-177.

²⁷¹ MORAES, Ulisses Quadros de. **Políticas públicas para o audiovisual**: as isenções fiscais e os limites entre o Estado e iniciativa privada (1986-2010). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013, p. 136-137.

²⁷² Ibidem, p. 17.

²⁷³ Ibidem, p. 141.

A **Lei Rouanet**, como ficou conhecida, se tornaria um importante mecanismo de fomento à produção cultural, com impactos e desdobramentos até os dias de hoje. Através de Decretos, Leis Complementares e Medidas Provisórias, o Poder Executivo Federal regulamentaria procedimentos de utilização e gestão dos recursos públicos, bem como das formas de distribuição de parte dos produtos resultantes.²⁷⁴

A título de exemplo, de acordo com estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, entre sua implementação em 1991 e o ano de 2018, R\$ 49,78 bilhões foram injetados na economia brasileira, sendo uma ação com altíssimo impacto cultural e financeiro que mobiliza uma vasta cadeia de produção; em 53.368 projetos, constatou-se que a cada R\$ 1,00 investido o retorno econômico foi de R\$ 1,59. Além de Artes Cênicas e Música, a área de Patrimônio cultural é uma das mais contempladas pela renúncia fiscal da Lei Rouanet²⁷⁵. Em Curitiba, “seguindo a tendência nacional de municipalização das renúncias fiscais”²⁷⁶, outra medida de amparo à conservação e restauro do patrimônio edificado diz respeito à Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Ainda que tenham logrado um êxito considerável, as leis de incentivo no campo cultural apontam, uma vez mais, para a neoliberalização desses processos, uma vez que o Estado tem seu papel como fomentador da cultura significativamente reduzido, na medida em que serão as empresas ou pessoas físicas que decidem pela destinação de seus impostos a determinados projetos.

Proposta pelo vereador Ângelo Vanhoni, do Partido dos Trabalhadores, a Lei Complementar nº 3/1991 (que à época ficou conhecida como “Lei Vanhoni”) foi unanimemente aprovada pela Câmara Municipal em novembro de 1991 nas duas votações legislativas. O vereador alegava, na proposição da lei, que boa parte das produções culturais que eram amplamente consumidas em Curitiba vinham de fora (principalmente do eixo Rio-São Paulo), e que as produções locais, que eram diversas e expressivas, ficavam concentradas dentro das próprias categorias, sem furar suas “bolhas”²⁷⁷.

A partir dessa legislação, pessoas físicas e jurídicas poderiam destinar uma parcela de seus impostos ISS – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – e IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano – para projetos culturais em diversas áreas, como: música e dança; teatro e circo; cinema, fotografia e vídeo; literatura; artes plásticas, artes gráficas e filatelia; folclore e artesanato; acervo e patrimônio histórico e cultural de museus e centros culturais; escolas de

²⁷⁴ Ibidem, p. 154, grifo meu.

²⁷⁵ PENSAR CULTURA. **Projetos da Rouanet injetaram R\$ 49,78 bilhões na economia em 27 anos**. 14 dez. 2018. Disponível em: <pensarcultura.com.br/projetos-da-rouanet-injetaram-r-4978-bilhoes-na-economia-em-27-anos/>. Acesso em 18 jul. 2023.

²⁷⁶ NAVOLAR, op. cit., p. 87.

²⁷⁷ SILVA, Antonio Carlos Domingues da; BENÍCIO, Abraão. **História da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Curitiba** (1993-2002). Curitiba: edição do autor, 2005, p. 14.

samba e blocos carnavalescos; pesquisa e documentação; preservação de bens culturais e artísticos; e design. Sob a organização, outorga e supervisão da Fundação Cultural, os empreendedores – assim chamados os proponentes à Lei de Incentivo – comprometiam-se na realização de ações de democratização do acesso decorrente dos produtos de seus projetos e de ações de contrapartidas sociais²⁷⁸.

O início, contudo, foi tumultuado. Aprovada no final de 1991, a lei só conseguiu regulamentação adequada e uma comissão formada em meados de 1992, com a primeira execução de projetos em 1993. Além disso, por dessa vez a proposta ter partido direto do poder Legislativo, e não do Executivo, pode ter encontrado a resistência desse último: “Algumas pessoas que participaram da implantação do processo ressaltam que, no início, havia uma certa falta de vontade por parte da Fundação Cultural em fazer valer a Lei, aliada a um despreparo por tratar-se algo novo”²⁷⁹. Além disso, pode-se incluir o desconhecimento geral dos procedimentos, tanto da burocracia estatal quanto dos agentes culturais e, principalmente nesse caso, dos incentivadores, desconfiados de “que poderiam destinar parte do seu recolhimento fiscal para a produção cultural”²⁸⁰. De todo modo, ao longo dos anos a Lei representou “uma verdadeira revolução na produção cultural da capital paranaense”²⁸¹, o que aumentou e potencializou a “dinâmica cultural da cidade”²⁸². Não é possível crer que antes disso os artistas não se mobilizassem e não “fizessem acontecer”, e também que não houvesse discussão cultural antes; a questão, agora, é que isso entrava nas instâncias do poder constituído. A realidade é que, de 1993 a 2002, cerca de 2.500 projetos foram protocolados, desses sendo 1.127 aprovados, o que representou mais de 50 milhões de reais em incentivos fiscais exclusivos para a cultura²⁸³.

A Lei de Incentivo à Cultura também autorizava a submissão de projetos de restauro, ainda que esses tenham acontecido em menor escala. Isso se deveu a uma série de fatores, entre os quais se pode citar o baixo valor para obras desse porte e o necessário, porém dificultoso e burocrático, processo de submissão de projetos; quando essas submissões aconteciam, quase sempre foram feitas seguindo etapas, e não uma única intervenção. Entre 1993 e 2002, por exemplo, foram identificados apenas 24 projetos voltados ao patrimônio edificado²⁸⁴, de um universo de 1.127 (Tabela 1).

²⁷⁸ CURITIBA. **Lei Complementar n° 3**, de 13 de novembro de 1991.

²⁷⁹ SILVA; BENÍCIO, op. cit., p. 16.

²⁸⁰ Ibidem, p. 16.

²⁸¹ Ibidem, p. 10.

²⁸² Ibidem, p. 28.

²⁸³ Ibidem, p. 29.

²⁸⁴ A partir da obra consultada (SILVA & BENÍCIO), nem sempre fica claro que o projeto está voltado ao patrimônio se não há menção específica no título do projeto, uma vez que a publicação só fornece essa informação, bem como o nome do proponente.

TABELA 1 – PROJETOS VOLTADOS AO PATRIMÔNIO EDIFICADO APROVADOS NA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA ENTRE 1993 E 2002

Nº	Projeto	Proponente
1993		
1	Teatro Lala Schneider 1 – Obras físicas no prédio	João Luiz Fiani
2	Teatro Lala Schneider 2 – Equipamentos cênicos	João Luiz Fiani
3	Teatro Lala Schneider 3 – Manutenção	João Luiz Fiani
1994		
4	Restauração complementar Palácio Garibaldi	Sociedade Garibaldi
5	Restauração complementar nº 1 do Palácio Garibaldi	Sociedade Garibaldi
6	Restauração da Igreja de Santo Antônio do Orleans	Padre Simão Walenga
7	Restauração da Igreja Bom Jesus – Fase 1*	Paróquia do Senhor Bom Jesus
1996		
8	Restauração do Palácio Garibaldi – Final	Sociedade Garibaldi
9	Restauração da Igreja Bom Jesus – Final	Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Perdões
10	Restauração Igreja Santo Antônio de Orleans – Final	Paróquia Santo Antônio de Orleans
11	Restauração Igreja Nossa Senhora de Lourdes do Campo Comprido	Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes do Campo Comprido
1998		
12	Igreja da Ordem Etapa I – Instalações	Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas
13	Igreja da Ordem Etapa II – Cobertura	Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas
14	Igreja Bom Jesus do Portão – Etapa 1	Paróquia do Senhor Bom Jesus do Portão
15	Igreja Bom Jesus do Portão – Etapa 2	Paróquia do Senhor Bom Jesus do Portão
1999		
16	Revitalização da plataforma de embarque – Estação Ferroviária Curitiba-Paranaguá	Therezinha Marins de Souza
17	Documentação arquitetural fotogramétrica – Museu Paranaense **	Simone Soares Santana
2000		
18.	Igreja da Ordem – Etapa 2 – Instalações	Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas
19.	Restauo da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba – Fase 1	Santa Casa de Misericórdia de Curitiba
20.	Restauo da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba – Fase 2	Santa Casa de Misericórdia de Curitiba
21.	Igreja da Ordem – Etapa 3	Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas
2001		
22.	Igreja da Ordem – Etapa 3	Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas
2002		
23.	Restauo do acervo da Congregação Claretiana e da Paróquia do Imaculado Coração de Maria	Rúbia do Nascimento
24.	Espaço Dois – Casa de Artes	Luiz Roberto de Leão Lopes

* Embora não esteja especificado, acredito que refira-se à igreja Bom Jesus da Praça Rui Barbosa, oficialmente Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Perdões, como consta no item 9 quanto ao proponente e fase dita “final”.

** Pelo título do projeto não ficou claro se a documentação fotogramétrica seria feita junto a um restauro ou não. Sua inclusão aqui se deve que na obra consultada é citado, após a identificação do projeto, a rubrica “CD e RESTAURO” (p. 125).

FONTE: O autor (2023), a partir de SILVA; BENÍCIO, op. cit., p. 32-169.

Não é possível deixar de notar que mais da metade dos projetos – 13, em negrito na tabela – são de restauros de igrejas. Pode-se elucubrar o atendimento das igrejas nesse dispositivo legal, além do respaldo que a instituição católica tradicionalmente recebe do poder público, o organizado funcionamento da Mitra da Arquidiocese de Curitiba, que é a pessoa jurídica proprietária das igrejas católicas em Curitiba, que permite prestar assessoria jurídica e arquitetônica para projetos de construção, reforma e restauração de templos.

Atualmente, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura é coordenada pela Fundação Cultural de Curitiba via Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC). Funciona em duas modalidades: Fundo Municipal de Cultura e Mecenato Subsidiado. O Fundo Municipal de Cultura consiste em edital aberto pela própria Fundação Cultural de Curitiba, que estabelece quais áreas serão atendidas de forma mais restritiva²⁸⁵; após a ampla concorrência dos proponentes, a FCC destina diretamente as verbas existentes no Fundo Municipal para a execução de tais projetos, os quais devem atender as fases constantes em edital, a saber, principalmente, a execução do projeto propriamente dito e ações de contrapartida social. No segundo modo, o Mecenato Subsidiado, a mesma FCC publica edital com as áreas que serão contempladas, mas nesse caso ficando as temáticas livres para proposição dos interessados²⁸⁶. Após o julgamento de subcomissões especializadas em cada grande área, os projetos podem ser contemplados ou não. O sendo, a FCC autoriza a captação de recursos – obtidos via recolhimento de impostos ISS e IPTU – junto a pessoas jurídicas e físicas, o qual é responsabilidade de cada proponente; o modo exige, além da execução do projeto, ações de democratização de acesso e contrapartida social. Funciona nas modalidades iniciante e não iniciante, sendo a primeira para aqueles proponentes que nunca tenham submetido e participado de projeto cultural do Mecenato Subsidiado; nessa modalidade, por exemplo, não são autorizados projetos de restauro por, primeiro, o valor ser menor, e, segundo, exigir experiência e conhecimento da parte dos envolvidos. O Programa de Apoio e Incentivo à Cultura é regido, atualmente, pela Lei Complementar nº 57/2005 e pelo Decreto nº 1.549/2006.

²⁸⁵ Entre julho e agosto de 2022, por exemplo, a FCC abriu inscrição para dez editais do Fundo Municipal de Cultura, num valor total de R\$ 3.170.000,00, para execução nos anos de 2023 e 2024. São eles: 1) Ações culturais afirmativas; 2) Carnaval de Curitiba 2023; 3) Solar 2023 – Dança; 4) Conservação e restauro; 5) Cultura multiétnica e riqueza cultural; 6) Ocupação de espaços expositivos da FCC; 7) Patrimônio imaterial; 8) Publicação de quadrinhos; 9) Circuito de arte e cultura nas 10 regionais; e 10) Fomento e difusão em artes cênicas. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Prefeitura lança novos editais culturais no valor de R\$ 3,1 milhões**. Curitiba, 22 jul. 2022. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-novos-editais-culturais-no-valor-de-r-31-milhoes/64717>. Acesso em 18 jul. 2023.

²⁸⁶ Os editais 250/2022 (modalidade iniciante) e 251/2022 (modalidade não iniciante), por exemplo, estabeleceram as seguintes áreas para atendimento: música; artes cênicas; audiovisual; literatura; artes visuais; patrimônio histórico, artístico e cultural; e folclore, artesanato, cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais.

3.2.3 As Unidades de Interesse Especial de Preservação

Jaime Lerner, o prefeito arquiteto e urbanista da “cidade-modelo”, encerrou seu terceiro mandato à frente da Prefeitura de Curitiba em 1992, elegendo seu herdeiro político, Rafael Greca de Macedo. Personagem bastante presente nos meios políticos e sociais de Curitiba pelo menos desde os anos 1970, Greca recebe a Prefeitura no ano que marcou os 300 anos da fundação da cidade enquanto Câmara Municipal, 1993; presidiu, inclusive, a comissão que organizou as comemorações tricentenárias ainda na gestão de Lerner, como veremos no capítulo seguinte. Como prefeito, se esforçou para tornar grandiosas as numerosas comemorações. Com locuções sempre em primeira pessoa – “sonhei”, “mandei”, “pensei”, “construí” – Greca também se imiscuiu do papel de historiador e protetor do patrimônio da cidade; conste, contudo, que essa “história” e esse “patrimônio”, quase sempre, dizem respeito aos imigrantes europeus e seus descendentes, e quase nunca aos negros, escravizados, libertos e/ou livres, ou aos indígenas²⁸⁷.

Uma das medidas de Greca para os 300 anos foi a instituição das Unidades de Interesse Especial de Preservação, as UIEPs, estabelecidas no Decreto nº 380/1993. O decreto considera a celebração tricentenária e ainda “que dentro deste contexto é desejável que a população irmanada com a Prefeitura Municipal de Curitiba, participe de maneira ativa e direta na preservação e restauração de **imóveis da mais elevada importância cultural, histórica e arquitetônica.**”²⁸⁸. Tal qual nas UIPs, as UIEPs poderão receber valores de transferência de potencial construtivo que possibilitem sua conservação e restauro; e, diferentemente daquelas, não poderão ter construções adicionadas a seus lotes, devendo os recursos serem obrigatoriamente tomados em medidas de conservação:

As UIEPs, por se tratarem de imóveis de uso público, tinham o seu potencial construtivo tratado de forma diferenciada das UIPs. Enquanto nestas, o proprietário privado poderia utilizar o potencial construtivo em outras áreas ou até comercializá-lo, naquelas, **o potencial construtivo era convertido em cotas, cujos recursos auferidos com a comercialização das mesmas eram destinados, exclusivamente, à restauração das referidas unidades.**²⁸⁹

O decreto remete ainda às regulamentações dada pela Lei nº 6.337/1982, colocando a definição das UIEPs a cargo da CAPC, bem como a autorização e fiscalização dos projetos de restauro. As primeiras unidades elencadas nessa nova categoria, estabelecidas no Decreto nº

²⁸⁷ MACEDO, op. cit., p. 555-562.

²⁸⁸ CURITIBA. **Decreto nº 380**, de 15 de março de 1993, grifo meu.

²⁸⁹ BITENCOURT, op. cit., p. 84, grifo meu.

381/1993, foram três: a Catedral Metropolitana de Curitiba (que muda de nome para “Catedral Basílica” em julho do mesmo ano), a sede da Sociedade Garibaldi e o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná; cada UIEP teria a quantidade de cotas referente a seu potencial construtivo calculada e divulgada em decretos específicos, bem como a determinação para quais zonas e setores poderia o potencial ser transferido²⁹⁰.

Como foi dito na introdução deste trabalho, a Catedral foi a primeira das três edificações a receber incentivos fiscais para sua restauração mediante o Decreto nº 425, de 13 de abril de 1993, em que “Dispõe sobre a forma de concessão de incentivos da Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP Catedral Metropolitana de Curitiba, estabelecidos nos Decretos nºs 380 e 381/93.” O Decreto estabeleceu para a Catedral um potencial construtivo de 6.850m², correspondendo a 6.850 cotas de 1m² cada, que deveriam ser comercializadas no valor de 10 Unidades Padrão de Financiamento, à época correspondente a R\$ 200,00. Assim, com a transferência do seu potencial construtivo, a Catedral conseguiria o repasse de até R\$ 1.370.000,00; o Potencial Construtivo da Catedral foi adquirido por um edifício que hoje funciona como escritório de advogados, aos fundos do Palácio da Justiça e da Assembleia Legislativa do Paraná, portanto pertencente à ZCC.4, isto é, Zona Centro Cívico, figurando, inclusive, como entorno de bem tombado, já que todo o complexo de edifícios públicos da região é tombado pelo Departamento de Patrimônio do Estado do Paraná²⁹¹. Desde 1993 até 2019, foram criadas 23 Unidades de Interesse Especial de Preservação em Curitiba (Tabela 2), que é o nosso dispositivo jurídico que mais se assemelha ao tombamento, realizado no âmbito nacional e estadual.

Diferentemente das UIPs, onde os proprietários comercializam as cotas de seus respectivos potenciais construtivos, mediante anuência da Prefeitura Municipal, no caso das UIEPs era a própria Prefeitura que realizava o processo:

O valor oriundo das cotas era recolhido em conta bancária específica, em nome da Prefeitura Municipal de Curitiba, ao fito de possibilitar as obras de reforma e restauro estabelecidas em projetos arquitetônicos e complementares, orçamento e cronogramas específicos, orientados e controlados através dos órgãos responsáveis daquela Prefeitura. Ao município era assegurada a participação na celebração dos contratos de restauração, na qualidade de “*interveniente-anuente*”, visando a possibilidade de acompanhar a fiscalizar as obras de restauro, bem como a efetiva aplicação dos recursos provenientes de cotas de potencial construtivo, estabelecido em regulamentação específica.²⁹²

²⁹⁰ Ibidem, p. 104.

²⁹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Consulta informativa do lote** – IF 32.028.005. Disponível em: <www5.curitiba.pr.gov.br/gtm/gam/Default.aspx>. Expedido online em 2 jul. 2023.

²⁹² BITENCOURT, op. cit., p. 104, grifo da autora.

TABELA 2 – UNIDADES DE INTERESSE ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO (UIEPs) EM CURITIBA

Nº	Ano	Unidade	Legislação	CPC (em m ²)
1	1993	Catedral Basílica de Curitiba	Decreto 381/1993	6.850
2	1993	Palácio Garibaldi	Decreto 381/1993	3.100
3	1993	Prédio histórico da UFPR	Decreto 381/1993	5.200
4	1996	Reservatório do alto São Francisco	Decreto 234/1996	2.450
5	1997	Edifício do Ministério Público do Estado do Paraná	Decreto 997/1997	10.200
6	1999	Sede da União Paranaense dos Estudantes	Decreto 881/1999	3.526
7	2001	Sede da Sociedade Operária Beneficente “Treze de maio”	Decreto 662/2001	1.893
8	2001	Sede da Fundação Cultural de Curitiba, antigo “Palacete Wolff”	Decreto 814/2001	3.325
9	2002	Sede do Museu Paranaense, antigo Paço Municipal	Decreto 83/2002	12.500
10	2002	Sede do Museu Alfredo Andersen	Decreto 660/2002	n/d
11	2003	Capela Santa Maria	Decreto 1.034/2003	6.557
12	2007	Casa do Estudante Universitário	Decreto 588/2007	22.665
13	2007	Museu Metropolitano de Arte de Curitiba	Decreto 1.443/2007	15.611
14	2009	Palácio do Rio Branco	Decreto 734/2009	n/d
15	2011	Palácio 29 de Março	Decreto 206/2011	n/d
16	2011	Igreja do Senhor Bom Jesus do Portão	Decreto 1.686/2011	4.034
17	2012	Edifício do antigo Quartel da 5ª Região Militar, “Quartel da Riachuelo”	Decreto 1.275/2012	12.379
18	2012	Igreja Nossa Senhora da Glória	Decreto 2.020/2012	1.220
19	2016	Complexo Cultural Solar do Barão	Decreto 30/2016	n/d
20	2016	Belvedere	Decreto 1.169/2016	500
21	2019	Casa da Leitura Franco Giglio	Decreto 356/2019	1.687
22	2019	Casa do Núcleo Habitacional Santa Efigênia	Decreto 357/2019	n/d
23	2019	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	Decreto 658/2019	10.682

Legenda: CPC – Cotas de potencial construtivo

n/d – não definido ou não encontrado na legislação

FONTE: O autor (2023).

Perceba-se que o valor de Cotas de Potencial Construtivo (CPC) que figura na tabela refere-se ao que foi definido no decreto de instituição da UIEP ou decorrentes do processo, o que pode variar. A partir dessa metragem calculada pela Secretaria Municipal de Urbanismo, define-se um valor para cada cota. Originalmente, na instituição das primeiras UIEPs, correspondia a cerca de R\$ 200,00, e esse valor é alterado pela Secretaria Municipal de Finanças com base no IPCA, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, variável conforme a inflação e calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, o valor da Cota de Potencial Construtivo em Curitiba é de R\$ 902,20 (Decreto 493/2021). A título de exemplo, podemos calcular os valores do terceiro restauro da Catedral, realizado entre 2010 e 2013:

Em 1993, momento da instituição da Catedral como UIEP, suas Cotas de Potencial Construtivo eram de 6.850m² a R\$ 200,00 cada (Decreto 425/1993). Em 2010, para seu terceiro

restauro (2010-2013), ocorrido na gestão Luciano Ducci, o Decreto 1.533/2010 ampliou seu potencial para 11.430m² e ao valor de R\$ 350,00. Além disso, em 2012, quando esse terceiro restauro ainda estava em andamento, seu potencial construtivo transferível seria acrescido em mais 2.000 cotas de 1m² pelo Decreto 291/2012, de março daquele ano (à época com o valor de cada cota fixado em R\$ 500,00), o qual foi alterado em dezembro do mesmo ano pelo Decreto 2.029/2012, acrescentando-lhe 3.066 cotas de 1m² cada; ou seja, mais que dobrou o Potencial Construtivo Transferível da Catedral de 1993 para 2012 (de 6.850m² para 14.496m², um aumento de quase 120%).

TABELA 3 – SIMULAÇÃO DE ARRECADAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO DA UIEP CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA

Legislação	Quantidade de cotas	Valor da cota	Total*
Decreto 1.533/2010	11.430	R\$ 350,00	R\$ 4.000.500,00
Decretos 291/2012 e 2.029/2012	3.066	R\$ 500,00	R\$ 1.533.000,00
Total possível de arrecadação do restauro 2010-2013			R\$ 5.533.500,00
Simulação de TPC em 2023	14.496	R\$ 902,20	R\$ 13.078.291,20

* O valor é apenas uma simulação em virtude de 1) a UIEP pode não conseguir comercializar todo o seu potencial construtivo ou 2) ainda que comercialize tudo, não utilize todo o montante e o valor excedente seja transferido para outra UIEP.

FONTE: O autor (2023).

Considerando que o artigo 7º do Decreto nº 380/1993 dispõe que o Potencial Construtivo poderá ser reestabelecido após dez anos da sua transferência (o que aconteceu em 1993 e 2010/2012), se hoje fosse transferido novamente o Potencial Construtivo da Catedral na última metragem fixada (14.496m²), com a cota a R\$ 902,20, a igreja poderia arrecadar até R\$ 13.078.291,20, quase dez vezes o que foi arrecadado trinta anos atrás, em 1993, em valores absolutos (isto é, sem considerar a inflação e demais flutuações de valores).

Vale mencionar, ainda, que tanto no caso das UIPs quanto nas UIEPs, a compra de cotas de potencial construtivo poderia ser utilizada, além da construção acima de limites fixados, para que proprietários privados pudessem regularizar seus imóveis que estivessem “em desacordo com as normas municipais, bem como para mudanças de uso em algumas zonas ou setores”²⁹³.

O dispositivo da TPC, então, se demonstrou bastante aplicável e eficaz na recuperação de imóveis tidos como de interesse cultural para a cidade, pioneira dentro do cenário brasileiro²⁹⁴; num primeiro momento de forma tímida, até pela grande complexidade e

²⁹³ BITENCOURT, op. cit., p. 105.

²⁹⁴ Bitencourt afirma que, num período de mais de vinte anos (décadas de 1980 a 2000), cerca de cinquenta imóveis foram restaurados via TPC. Op. cit., p. 165.

burocracia, e ainda pelo desconhecimento do processo, o mesmo foi sendo aprimorado ao longo do tempo, estendendo a aplicação para bens, ainda que privados, fossem de uso público, como é o caso da igreja Catedral, ora estudada.

Há de se considerar, contudo, qual a acepção de “interesse cultural” está sendo empregada, e de que forma a criação de todo um grupo de políticas públicas beneficiou esses imóveis. O segundo restauro da Catedral, realizado no seu centenário e que foi concomitante ao tricentenário de Curitiba, reforça a pertinência da discussão que será enriquecida no quarto e último capítulo, que tem como foco os 300 anos da capital e a consolidação da Catedral como um patrimônio municipal.

4 CURITIBA 300 ANOS E A CONSOLIDAÇÃO DA CATEDRAL COMO UM PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Como já está bem claro, em 1993 Curitiba completou seus 300 anos de fundação enquanto Câmara Municipal. É certo que o poder público se utiliza das comemorações como um todo, principalmente das datas “redondas”, amplamente simbolizadas, para promover a instância que administra e, por consequência, a si mesmo. O tricentenário de Curitiba, contudo, se reveste de um caráter que julgo especial. Aqui, atribuo o ano de 1993 e as comemorações como uma espécie de “coroação” das políticas urbanísticas (nos quais incluo as culturais e, por consequência, as voltadas à preservação do patrimônio edificado) dentro de uma certa tradição poucas vezes quebrada no quadro político dos últimos anos, a que se pode chamar de “lernismo”, isto é, a criação de uma espécie de escola política que tem como base o cerne das ideias adotadas por Jaime Lerner.

De sua indicação como prefeito municipal em 1971, momento em que se filia à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação à ditadura civil-militar brasileira, até o final do seu segundo mandato, também como prefeito “biônico” em 1983, Jaime Lerner conseguiu imprimir na cidade sua visão da mesma por um período de ao menos doze anos, se considerarmos que o prefeito Saul Raiz (1975-1978) deu continuidade às mesmas propostas e encarnou os objetivos de Lerner²⁹⁵:

Mais precisamente, esse período de doze anos comporta o decurso de três gestões municipais sob a tutela do mesmo grupo político filiado ao partido que dá sustentação à ditadura militar brasileira, a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, urdido na formação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, e responsável pela implantação do Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal de Curitiba em 1966, e posto em execução a partir de 1971.²⁹⁶

Essa hegemonia é quebrada quando Maurício Fruet, do Movimento Democrático Nacional (MDB), partido da oposição “autorizada” da ditadura, foi nomeado prefeito de Curitiba em 1982, ficando até 1986, quando é substituído por Roberto Requião, de 1986 a 1989. Em 1985, inclusive, Requião derrota Jaime Lerner naquelas que foram as primeiras eleições municipais da capital após o regime militar; enquanto Lerner era considerado um “tecnocrata”, sem sensibilidade social para os problemas não físicos da cidade, Requião era um “representante do povo, cuja carreira política sempre havia sido feita com base na escolha popular”²⁹⁷. Além disso, nessa derrota de Lerner para Requião, enquanto aquele representava

²⁹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 81.

²⁹⁶ SILVEIRA, op. cit., p. 36, grifo meu.

²⁹⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 57.

um resquício da ditadura, por ter sido indicado nos dois primeiros mandatos “biônicos”, esse representava mais os ares de redemocratização que o país vivia.

O período de governo do MDB (Fruet e Requião) ficou marcado por uma mudança na atuação política: como o Plano Diretor e consequências diretas dele já havia sido implementado, pouco restou a fazer quanto à estrutura física da cidade, podendo a gestão se preocupar com algumas demandas sociais, como políticas setoriais para atender periferias, creches, mercados populares, recuperação de menores abandonados, entre outros²⁹⁸. A mudança aqui, acontece quando o PMDB deseja “se diferenciar das administrações da ARENA/PDS, tidas como insensíveis às demandas populares e distantes das reais necessidades da população. Assim, durante o período 1982-1988 a temática da eficiência técnica do planejamento urbano local, outrora tão celebrada, ficou em relativo abandono²⁹⁹”.

Por conta disso, nas eleições de 1988, Lerner, agora filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), vence o sufrágio universal em primeiro turno, com uma campanha famosa feita em apenas doze dias; então o “lernismo” volta ao poder, chegando, inclusive, ao terceiro milênio, novamente sob a bandeira da tecnocracia, que alegadamente não mexe com o jogo de forças como supostamente a alternância de poder entre ARENA e MDB suscitava durante a ditadura:

Retomou-se então a valorização da experiência política e do sucesso no campo administrativo, em detrimento da “representatividade” e mesmo da radicalidade do discurso dos políticos emergentes. A isso deve-se acrescentar também um dado estrutural que remonta, pelo menos, à década de 30 e que vem dando mostras de invejável capacidade de sobrevivência: a mística da tecnocracia como instrumento de realização de uma administração “científica” e pretensamente “apolítica”.³⁰⁰

Essa terceira gestão Lerner (1989-1992) vai manter a tendência das modernizações e das inaugurações de aparelhos inovadores na cidade. Os mais notáveis foram, sem dúvida, o Jardim Botânico (1991), a Rua 24 Horas (1991) e a Ópera de Arame (1992), os três construídos de forma muito semelhante, com estruturas de aço tubular pintados de branco e cobertos com vidro ou policarbonato, dando um ar contemporâneo (ainda que, esteticamente, pareça ter sido inspirado na arquitetura inglesa do século XIX, a exemplo do Palácio de Cristal de ferro e vidro, construído para a I Exposição Universal, ocorrida em Londres, em 1851³⁰¹) mas, sobretudo, que são mais rapidamente construídos do que as estruturas de alvenaria, portanto podem ser

²⁹⁸ Ibidem, p. 56.

²⁹⁹ Ibidem, p. 57.

³⁰⁰ Ibidem, p. 58.

³⁰¹ BIBLIOTECA NACIONAL. **A Exposição Universal de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal**. 1º maio 2020. Disponível em: <antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/exposicao-universal-londres-1851-palacio-cristal>. Acesso em 18 jul. 2023.

consumidos pela população mais rapidamente, que já fica ansiosa novamente pela próxima inovação. Outro marco dessa terceira gestão Lerner é a preparação e o início das festividades para os 300 anos de Curitiba.

4.1 “ZUM, ZUM, ZUM, PRA 300 FALTA UM”

Com esse slogan sonoro, a Prefeitura Municipal de Curitiba anunciava o início das comemorações dos 300 anos da cidade para a festa de réveillon de 1991 para 1992³⁰². As preparações, contudo, começaram ao menos um ano antes.

Em novembro de 1990, Rafael Greca, à época deputado estadual, era anunciado como presidente da comissão dos 300 anos de Curitiba³⁰³, que estava prevista para acontecer em 1991, 1992 e 1993, mas que como veremos adiante se estenderá até 1996, no final da gestão Greca. Uma matéria anunciava os objetivos da Prefeitura com as comemorações:

A Prefeitura quer, com isso, que a festa do aniversário de Curitiba seja um meio de contribuir para transformar o processo educacional em **processo cultural de identificação com a cidade** [...]. A idéia do prefeito Jaime Lerner é fazer com que a comemoração dos 300 anos de Curitiba seja marcada por uma **“aliança do passado com o futuro”**.³⁰⁴

Os trechos em destaque sugerem as visões de mundo adotadas pela gestão do Executivo municipal: com qual cidade as pessoas vão se identificar? Muito provavelmente com aquela Curitiba “modelo” dos anos 1970. E para qual passado vamos olhar, enquanto caminhamos para o futuro? Com aquele que, certamente, fez da cidade “diferente” do resto do país, construído pelos imigrantes, principalmente os de origem europeia. Isso ficará mais claro na sequência.

Sediados numa casa na esquina do Largo da Ordem com a Travessa Nestor de Castro, a “Casa dos 300 anos”, às vezes também chamada de “Salão de Atos dos 300 anos” – como ficou conhecida a sede da comissão organizadora dos eventos – preparava uma série de comemorações que envolveu, dentre várias outras coisas:

- 1) Painéis pintados por artistas diversos em locais variados, retratando acontecimentos históricos ou elementos símbolo da cidade. Entre os quais destaco especialmente um painel pintado por Poty Lazzarotto na esquina das ruas XV de

³⁰² CASCATA de fogos para saudar entrada de 92. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 209, 22 dez. 1991, p. 5.

³⁰³ EM CAMPANHA. **Correio de Notícias**, Curitiba, anos VII, n. 144, 4 nov. 1990, p. 6.

³⁰⁴ ALUNOS aprenderão história nos 300 anos de Curitiba. **Correio de Notícias**, Curitiba, anos VII, n. 184, 22 dez. 1990, p. 3, grifos meus.

Novembro e Marechal Floriano Peixoto, feito em 1993 em homenagem ao centenário da Catedral (Figura 102);

- 2) A realização de um concurso para escolha da logomarca e do cartaz do evento, do qual o ganhador foi acusado de plágio posteriormente;
- 3) A “Serenata para Curitiba”, eventos diversos que aconteceriam todo dia 29 de cada mês;
- 4) Um “Mapa Sentimental de Curitiba”, desenhado por Poty Lazzarotto;
- 5) A “Linha Vermelha”, um trajeto entre imóveis e praças do centro da cidade ligados à história de Curitiba;
- 6) A “Volta ao Mundo em Curitiba”, embrião da Linha Turismo, em que um ônibus de dois andares passaria por pontos turísticos específicos, ligados à história dos países de origem daqueles imigrantes que teriam “formado” Curitiba;
- 7) “Cestas Básicas da História do Paraná”, material organizado e produzido pela Fundação Cultural para distribuir nas escolas;
- 8) O “Perfume Curitiba”, desenvolvido pelo Grupo O Boticário;
- 9) A série de publicações feitas em embalagens de produtos comerciais para divulgar o evento (“História de Curitiba em Quadrinhos”, no açúcar Diana; “Passeios Curitibanos”, no café Diana; “Os Curitibanos”, no leite Batavo; “Ciclos Econômicos do Paraná”, no chá mate Leão”);
- 10) Os “Faróis do Tricentenário”, chaminés de antigas olarias que ficariam iluminadas durante a noite;
- 11) O “Relógio do Tempo”, que ficaria acoplado a uma das torres da Catedral e faria a contagem regressiva para os 300 anos;
- 12) O baile de carnaval com o mesmo tema do réveillon – “Zum, zum, zum, pra 300 falta um”, que aconteceu no ginásio do Círculo Militar, o qual chamavam de “Palácio de Cristal”;
- 13) O “Rally 300 anos de Curitiba”;
- 14) O acendimento do fogo simbólico no Parque Histórico da Vilinha, que foi levado igual a uma tocha olímpica até a Catedral e, depois, ao Parque Barigui;
- 15) Portais da imigração europeia: polonês, ucraniano, alemão e italiano;
- 16) Um concurso cultural da Fundação Cultural intitulado “300 anos em 30 minutos”, para a produção de um vídeo que falasse sobre Curitiba;
- 17) Um concerto comemorativo aos 300 anos, que aconteceu na Pedreira Paulo Leminski com a presença do tenor espanhol José Carreras, concerto esse que

sofreu forte oposição de alguns vereadores – como Jorge Samek e Ângelo Vanhoni – em virtude dos altos custos para sua realização³⁰⁵;

18) Um concurso de pesquisas históricas sobre Curitiba, o qual venceu Ângela Brandão, à época aluna do curso de História da Universidade Federal do Paraná, que teve sua pesquisa intitulada *A Fábrica de Ilusão* publicado pela Fundação Cultural de Curitiba³⁰⁶;

19) Festival para escolha da canção comemorativa aos 300 anos³⁰⁷.

Não consegui precisar quais desses projetos de fato aconteceram, mas também não é o objetivo específico desta pesquisa. O fato, aqui, é que eram projetos bem variados e ambiciosos com o objetivo evidente de causar um impacto dentro e fora da cidade.

³⁰⁵ 300 ANOS em 30 minutos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 44, 8 jul. 1992, p. 16. ABERTURA do carnaval no Círculo Militar. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 252, 21 dez. 1992, p. 9. ABRÃO, Roseli. A história de Curitiba em sacos de leite. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 112, 30 ago. 1991, p. 2. CURITIBA chega aos 299 anos com uma “festa de arromba”. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 282, 29 mar. 1992, p. 9. IANKILEVICH, Débora. O Bento que não é Bento. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 44, 3 jul. 1991, p. 4. IANKILEVICH, Débora. Sem Carreras. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 158, 27 nov. 1992, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. JOGO rápido. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 196, 6 dez. 1991, p. 4. LERNER mostra novos projetos turísticos para líderes do setor. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 275, 21 abr. 1991, p. 5. LERNER percorre hoje 60 pontos da Linha Vermelha. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 285, 4 maio 1991, p. 5. MAZZA, Luiz Geraldo. Surpresa. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 36, 23 jun. 1991, p. 5. PAINÉIS pintados. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 215, 6 fev. 1991, p. 3. 300 ANOS da cidade têm logotipo. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 245, 15 mar. 1991, p. 5. PARANAENSE e Brasileiro de Rallye no próximo dia 24. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 270, 15 mar. 1992, p. 2. PREFEITURA: até 93, Curitiba vai ter festa pelos seus 300 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 253, 24 mar. 1991, p. 5. RELÓGIO do tempo: os 300 anos de Curitiba marcados pela comunidade germânica. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 163, 29 out. 1991, p. 1. SCHULMAN, Cila. 100 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 160, 25 out. 1991, p. 5. SCHULMAN, Cila. De alto nível. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 135, 29 out. 1992, p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. SCHULMAN, Cila. Tricentenário. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 10, 26 maio 1991, p. 2.

³⁰⁶ Cf. BRANDÃO, Ângela. *A Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

³⁰⁷ Informação dada por Ulisses Quadros de Moraes, avaliador na banca de defesa desta dissertação, que participou ao lado do compositor Luiz Antonio Fidalgo com “Passantes”, posteriormente gravada pelo Grupo FATO.

FIGURA 102 – PAINEL “CENTENÁRIO DA CATEDRAL”, POTY LAZZAROTTO, 1993



Painel “Centenário da Catedral”, de Poty Lazzarotto, pintado em 1993 na esquina das ruas XV de Novembro e Marechal Floriano. A cena retrata um trabalhador sentado e tomando vinho nos andaimes de uma das torres no que poderia ser uma referência ao período de construção da igreja (1876-1893). O curioso nesse painel é a inserção de um elemento anacrônico, o dirigível *Hindenburg*, que passou por Curitiba em 1936. Na lateral lê-se o seguinte: “Por ocasião dos 300 anos da nossa cidade, cumprem-se os primeiros 100 anos da Catedral de Nossa Sra. da Luz dos Pinhais de Curitiba. **Comemorar é Conhecer**”. A última frase, em negrito, é recorrente nos pronunciamentos de Rafael Greca.

FONTE: TAKEUCHI, Washington. **Poty, a Catedral e o Hindenburg**. Curitiba, 30 out. 2014. Acervo: Blog *Circulando por Curitiba*. Disponível em: <www.circulandoporcuritiba.com.br/2014/10/poty-catedral-e-o-hindenburg.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

Outro ponto importantíssimo aqui é que as comemorações deram uma enorme visibilidade para Rafael Greca, que já era conhecido nos meios sociais e políticos de Curitiba, pertencendo a famílias de tradição longeva na cidade, tanto que era deputado estadual. Lerner, que não poderia concorrer à reeleição uma vez que essa possibilidade ainda não existia, teria a função de indicar seu sucessor político. A princípio, dentro do PDT, a rejeição a Greca era feroz, sendo a principal voz a do vice de Lerner, Algaci Túlio³⁰⁸. Mesmo assim, Lerner deve ter dobrado o partido de alguma forma, pois em junho de 1992 é anunciado que Greca concorrerá como seu indicado:

“Daqui pra frente, quem é Jaime Lerner vota no Rafael Greca”. Foi assim que o prefeito Jaime Lerner assumiu publicamente o seu candidato à Prefeitura nestas eleições. Ele anunciou a sua decisão na presença dos outros dois pré-candidatos do partido: Cássio Taniguchi e Carlos Eduardo Ceneviva. Sob os aplausos das bases pedetistas, que gritavam o tempo todo “governador, governador”, o prefeito garantiu

³⁰⁸ ABRÃO, Roseli. Candidatura de Greca pode implodir o PDT. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 1, 16 maio 1991, p. 2.

que o deputado Rafael Greca “será o prefeito dos 300 anos de Curitiba” [...]. Esforçando-se para manter a convicção na candidatura do deputado, o prefeito lembrou que Rafael “tem um grande currículo que se fez com uma extensa participação na história da cidade”. Ressaltando sempre a sua responsabilidade na escolha do candidato, Lerner lembrou da importância de Curitiba no restabelecimento da “esperança no País” [...]. **De qualquer forma, ele [Lerner] entra na campanha carregando a certeza de que os resultados de suas três administrações terão continuidade caso Greca chegue na reta final**”.³⁰⁹

Todo o trecho é bastante interessante: desde a primeira frase da reportagem até – e sobretudo – a última, fica bem marcada essa ideia de continuidade de um projeto político alicerçado no “lernismo”. Além disso, tem a menção a Cássio Taniguchi, que segundo alguns seria a primeira escolha de Lerner; Taniguchi viria a ser eleito apenas na sucessão de Greca, em 1996. Por fim, Lerner teria ressaltado que Greca “tem um grande currículo que se fez com uma extensa participação na história da cidade”, e que “será o prefeito dos 300 anos de Curitiba”; isso é muito interessante de ser analisado à luz do que diz o próprio Rafael Greca de si mesmo, o que será feito com atenção no tópico seguinte.

Embora por vezes isso fique difuso e difícil de confirmar, sugiro que havia uma ação deliberada de Greca em, ao presidir a comissão dos 300 anos, entrar em evidência maior no cenário municipal. Na matéria sobre os percalços da sua candidatura dentro do PDT, diz:

Segundo Greca [sic], o que vem fazendo é um trabalho visando as festividades dos 300 anos de Curitiba, que serão comemorados antecipadamente a partir do ano que vem [1992] (Curitiba fará 300 anos em 1993). – **Tudo o que faço pela cidade pode reverter em benefício de uma candidatura**. Mas não estou preocupado com isso. Em relação a Curitiba o que me move é a boa vontade e não a ambição, enfatiza o deputado Rafael Greca que, no entanto, não esconde o seu sonho de ser prefeito de Curitiba.³¹⁰

Além disso, a crítica ao seu uso político como “trampolim eleitoral” da comissão dos 300 anos foi expressiva. Débora Iankilevich, colunista do *Correio de Notícias*, por exemplo, chama Greca de “rei da quermesse”, dizendo que, para se promover entre a elite política, “patrocina regabofes festivos para os amigos de Lerner, em sua chácara”³¹¹; ou ainda, quando diz que ele pode repetir a “megalomania de lançar projetos” que já estavam em planejamento durante o terceiro mandato Lerner, como o Conservatório de Música Popular e o Memorial dos

³⁰⁹ VIEGAS, Luciane. Jaime Lerner define apoio à candidatura de Rafael Greca. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano IX, n. 54, 10 jun. 1992, p. 9, grifos meus.

³¹⁰ ABRÃO, Roseli. Candidatura de Greca pode implodir o PDT. *Correio de Notícias*, Coluna “Política e Políticos”, Curitiba, ano VIII, n. 1, 16 maio 1991, p. 2, grifo meu.

³¹¹ IANKILEVICH, Débora. Durma-se com um barulho desses. *Correio de Notícias*, Curitiba, ano VIII, n. 6, 22 maio 1991, p. 4.

300 anos (que vem a ser o Memorial de Curitiba, inaugurado em 1996, no final da sua gestão)³¹².

Em um momento anterior, ainda, a mesma colunista reportou:

Vanhoni [o mesmo vereador da Lei de Incentivo à Cultura de Curitiba] **denunciou a utilização política da FCC [Fundação Cultural de Curitiba] pelo deputado Rafael Greca, em nome da comissão dos 300 anos que preside, para se lançar à sucessão de Lerner.** Até a palhaçada da linha vermelha foi comentada, quando o jornalista Aramis Millarch, convidado especial da sessão, repetiu o que já havia dito em sua competentíssima coluna: o próprio Lerner reconheceu que o autor da ideia foi o ex-secretário da Fazenda Orcy Stuhn, **informação omitida por Greca – que não perde uma chance de se promover...**

E continua, ao falar das propostas de investigação feitas por outro vereador, Jorge Bernardi, entre as quais:

o uso político da FCC em favor de Greca, a recepção faraônica a convidados, em contraponto ao abandono da política cultural na periferia [...] A presença de Lucía Camargo [Presidente da FCC] na Câmara, foi, enfim, muito relevadora: mostrou que **falta uma política cultural à administração verdejante**, que as demissões foram injustificadas e que os vereadores, apesar de tudo, estão atentos aos desmandos que ocorrem na FCC.³¹³

A reportagem é inflamada, isso fica evidente, mas revela um grande descontentamento com a direção cultural da cidade, como revelam os trechos destacados, além da instrumentalização política da Fundação Cultural de Curitiba. Para além disso, também, é importante destacar o papel da Câmara de Vereadores como fiscal das ações do Executivo, sobretudo numa recente perspectiva de redemocratização e revalorização do poder Legislativo para frear as ações autocráticas dos chefes do Executivo, papéis que foram esvaziados das câmaras municipais durante o regime militar e que estavam se reestabelecendo³¹⁴.

A questão é que Greca acabou eleito em primeiro turno com 53% dos votos, após campanha recheada de disputas clássicas com os adversários, entre os quais Maurício Fruet, ex-prefeito e candidato apoiado pelo governador do Paraná à época, o também ex-prefeito Roberto Requião. Um grande mérito dessa eleição, com certeza, pertence a Jaime Lerner, que na época detinha 90% de aprovação entre a população da cidade, a maior entre as capitais brasileiras³¹⁵. Greca, então, montou seu escritório de transição naquela mesma “Casa dos 300 anos”, “da qual foi fundador e diretor e onde está sendo preparada a grande festa para comemorar os três séculos

³¹² Idem. Herança. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 164, 4 dez. 1992, p. 29.

³¹³ IANKILEVICH, Débora. O autoritarismo desnudado. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 294, 15 maio 1991, p. 4, grifos meus.

³¹⁴ SAMEK, Jorge. **A Curitiba do terceiro milênio**. Curitiba: Editora Palavra, 1996, p. 55.

³¹⁵ GRECA e Fruet votam certos da vitória. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 116, 4 out. 1992, p. 7.

de fundação da cidade”³¹⁶, a qual ganharia um impulso muito maior com sua posse. A ideia de continuidade política, mais uma vez, permanece às claras, sem a menor preocupação em incutir algum disfarce, já que foi com esse discurso que foi eleito: Lerner seria, nas palavras de Greca, “seu coordenador político”, que o ajudaria com “os projetos que serão implementados imediatamente a sua posse”³¹⁷.

Encerro com uma frase do próprio Greca no dia da eleição, uma vez que ela resume sua visão quando enxerga Curitiba: ao ser questionado sobre as dificuldades que a falta de apoio do Governador poderia ter causado na sua eleição, responde: “O Requião é importante para nós, é nosso carma negativo. Ele nos provoca e nos induz a fazer cada vez melhor nosso trabalho. **Acho importante o combate permanente entre as trevas e a luz**”³¹⁸.

4.2 O PREFEITO DOS 300 ANOS

Luz dos Pinhais vai revogando a escuridão e o silêncio da noite dos tempos em que jaziam imersas as terras que servem de berço ao rio Iguaçu. Invocamos a mesma *Luz dos Pinhais* para resgatar das névoas do esquecimento **a memória coletiva** de um povo singular: os curitibanos.³¹⁹

Com a deixa do final do último tópico, quero agora me referir ao livro de Rafael Greca que fala da “luz”: *Curitiba, Luz dos Pinhais*. De grande envergadura editorial, com 592 páginas, nas medidas 23,5x32cm, em capa dura, colorido de ponta a ponta, recheado de imagens (pelo menos uma em quase todas as páginas), várias delas em página inteira, com um projeto gráfico de qualidade e realizado via Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura/Governo Federal³²⁰.

O livro consiste numa proposta bastante abrangente (e ousada) de abarcar toda a história de Curitiba, com uma abordagem superficial de história, não problematizadora, indo desde os primórdios da ocupação indígena até o século XXI, sob a justificativa de que

Na bibliografia paranaense, nenhum título até hoje procurou abranger todo o processo de ocupação territorial, formação cultural e importância histórica e econômica de Curitiba, que, muito antes de ser considerada cidade modelo do Brasil, foi arraial de mineração de ouro – o primeiro do Brasil –, pouso de tropas, entreposto de regimentos

³¹⁶ GRECA quer ir aos bairros agradecer a “vitória no 1º”. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 117, 6 OUT. 1992, p. 7.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ GRECA e Fruet votam certos da vitória. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 116, 4 out. 1992, p. 7, grifo meu.

³¹⁹ MACEDO, op. cit., p. 19, itálicos do autor, negrito meu.

³²⁰ O livro conta com patrocínio das empresas Roca, Sanepar/Governo do Estado do Paraná, Positivo e Condor, e incentivo das empresas Itaipu Binacional, Casillo Advogados e AmbioTech Consultoria. Esses dados referem-se à edição que utilizo, a segunda, revisada e ampliada, publicada em 2018 pelo Solar do Rosário: arte e cultura, responsável também pela primeira edição, de 2016.

lusitanos no combate aos espanhóis e cunha de avanço português sobre a Linha de Tordesilhas.³²¹

Revela, assim, uma visão exageradamente positiva da cidade e de sua história, reforçando inclusive o papel de “modelo do Brasil”. Para reforçar, cito uma frase da apresentação do livro: “**Uma cidade com a tradição de Curitiba não merece ser definida ou resumida pela desventura**”³²². Essa frase resume todo um modo de agir publicamente que, sendo excessivamente positivo, não considera ou não dá importância para a “desventura”, para a dificuldade, para os problemas, enfim, para as diferenciações históricas, sociais, econômicas e culturais que permeiam todas as sociedades.

Além disso, as características da escrita do livro imprimem nele um forte caráter personalista, pelo uso dos verbos na primeira pessoa do singular, e como de alguma forma quase todos os relatos estão permeados por relações familiares e de amizades, que envolvem *insights* sobre a vida da cidade.

Há, inclusive, uma crença profundamente enraizada do próprio Greca de que foi “predestinado” a ser prefeito de Curitiba. Isso aparece em diversos pontos, mas aqui vou ressaltar apenas dois. O primeiro fala de que, quando criança, escreveu uma carta para o “prefeito dos 300 anos”, que acabou sendo ele próprio:

O fato é que antes de se inaugurar, em 28 de novembro de 1966, a bela *Praça 29 de Março*, pelo então prefeito Ivo Arzua, a Prefeitura Municipal de Curitiba promoveu uma Maratona Escolar, pedindo aos alunos das escolas primárias curitibanas uma *Carta ao futuro Prefeito dos 300 anos de Curitiba*, a ser colocada numa urna inviolável, para ser aberta em 29 de março de 1993, ou seja, 27 anos mais tarde. Aluno da Escolinha “Tia Paula”, venci a referida Maratona. **Quis o destino que escrevesse para mim mesmo.**³²³

Em outro momento, descreve “MINHA ALEGRIA EM SER PREFEITO – Ninguém há de ter provado maior ventura do que a minha quando fui empossado, pelo voto popular, Prefeito da minha cidade – Prefeito da gestão dos 300 Anos de Curitiba”³²⁴.

A segunda é importante porque antagônica e aparece um pouco antes do relato acima: ao mesmo tempo que critica um acadêmico que o associa às elites coloniais desde séculos atrás, diz “não ligar para genealogias”:

O professor Ricardo Costa Oliveira, empenhado em ensinar *Teoria das Elites e Teoria da Democracia*, **ousou** lançar tese de doutorado chamada *O Silêncio dos Vencedores*, em que defende que *a política vem se tornando um negócio de família no Paraná*.

³²¹ MACEDO, op. cit., p. 19-20.

³²² Ibidem, p. 20, grifo meu.

³²³ Ibidem, p. 49, itálicos do autor, negrito meu.

³²⁴ Ibidem, p. 489.

Como se fora só aqui, e não no Oriente e no Ocidente, em toda a longa história do mundo. Na época, era deputado federal, tinha sido Ministro de Estado e Prefeito de Curitiba. Achei **pitoresca** a ideia desse pesquisador, que me ligava a supostos avoengos descendentes, incluindo, entre eles, até o escriba da *Ata de Fundação de Curitiba* [João Rodrigues Seixas], passando pelo primeiro Prefeito de Curitiba, Borges de Macedo, até chegar ao meu bisavô, Comendador José Ribeiro de Macedo, o duas vezes prefeito Joaquim Pereira de Macedo, o três vezes prefeito João de Macedo Souza, e o prefeito Raul de Azevedo Macedo. **Terei eu nascido com essa predestinação?** É uma bela estrela a missão de servir o nosso berço.³²⁵

Ato contínuo, diz: “Não ligo para genealogias”. Um pouco antes, contudo, o próprio Greca escreve que descende do “escriba” da fundação de Curitiba: “Esses Rodrigues Seixas são a raiz de meus ancestrais da família Macedo, que o presidente de Portugal Mário Soares, em visita oficial a Curitiba em 1994, qualificou como “*os de Macedo, gente fidalga e marialva!*”³²⁶.

É curioso notar a amálgama dessas ideias de predestinação e tradição, que remonta a pouco menos de quatrocentos anos, o que reforçaria sua habilidade ou capacidade – ou, até, um certo direito – em ser prefeito de Curitiba. Também revela um certo descaso com a pesquisa acadêmica, cujos moldes não segue de produção de conhecimento: refere-se à tese do professor Ricardo Costa Oliveira como um ato de ousadia ao ligá-lo às elites curitibanas³²⁷.

Consiste esse livro, então, numa profícua fonte para entender o modo de ver e fazer de Greca a cidade de Curitiba. Aqui, por final, vou me ater a breves comentários sobre o que realizou nos 300 anos de Curitiba, celebração muito bem destacada no seu livro. Durante todo o mandato, de 1993 a 1996, aconteceram diversas comemorações e inaugurações para marcar o tricentenário da cidade. A mais emblemática acabou sendo o Memorial de Curitiba, no Largo da Ordem, que foi construído como marco arquitetônico do evento.

O Memorial começou a ser pensado na terceira gestão de Jaime Lerner. Foi um projeto conjunto do Fernando Popp, da Valéria Bechara e meu – **é expressão da minha alma de piá curitibano**. Começa com uma cápsula do tempo, colocada à porta, sob um monólito gravado com a pinha de Lange de Morretes. Será aberta nos 400 anos de Curitiba³²⁸.

Além de ditar o projeto segundo sua “alma de piá curitibano”, dita também como deverão começar as comemorações dos 400 anos de Curitiba. É, nas palavras de Cardoso, um desejo de se “auto historicizar”³²⁹. Fernando Cardoso, meu colega da pós-graduação, escreveu

³²⁵ Ibidem, p. 48, itálicos do autor, negritos meus.

³²⁶ Ibidem, p. 48, itálicos do autor.

³²⁷ A tese em questão: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2000. *O silêncio dos vencedores* é o livro decorrente da tese de doutorado: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Vento, 2001.

³²⁸ MACEDO, op. cit., p. 557, grifo meu.

³²⁹ CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 75.

interessantíssima e brilhante dissertação de mestrado em 2021 falando de uma das obras mais emblemáticas que compõe a chamada “Coleção dos 300 anos”, que compreende:

O legado artístico da gestão não parou por aí. A enriquecê-lo, **mandei** confeccionar painéis históricos, comprar telas raras e contemporâneas, fundir estátuas em bronze, resgatar iconografia, bibliotecas e coleções de arte, acervo reunido no que **chamei** “Coleção 300 Anos de Curitiba”.³³⁰

O painel histórico mais emblemático, analisado por Cardoso, é o “Capela dos Fundadores”, do artista Sérgio Ferro, inaugurado no final do mandato de Greca, e feito sob encomenda direta dele, com seus desejos bem especificados em carta ao artista³³¹. Tal painel fica, dentro do Memorial de Curitiba, numa sala chamada de “Capela dos Fundadores”, que foi pensada para celebrar essa “memória coletiva” da “tradição de Curitiba” que não merece ser definida pela “desventura”; portanto, é gloriosa. Ladeiam o painel dois altares que pertenciam a antiga Matriz de Curitiba, cujo mérito da recuperação também é de Rafael Greca:

TESOUROS DA MEMÓRIA – Recuperados, restaurados e colocados na Capela dos Fundadores, no Memorial de Curitiba, em 1996, gestão do prefeito Rafael Greca, os altares originais da primeira Matriz exemplificam o zelo com a história da cidade. Vindos de Portugal em 1780, estiveram durante muitos anos na antiga Catedral, por problemas estruturais demolida em 1876. Até o início dos anos 40, ocuparam garagem na residência do engenheiro Francisco Chaves, responsável pelo projeto da nova Igreja do Rosário. Após sua morte os preciosos altares foram parar num terreno baldio. Em 1950, o historiador Júlio Estrella Moreira descobriu-os no Matadouro Municipal e abrigou-os no Museu Paranaense. Anos mais tarde, um dos altares foi levado para Paranaguá. Ali, sofreu a ação do tempo e de vândalos, numa igreja dessacralizada. O outro altar, restaurado com cuidados museológicos, pela Festa da Ordem, por sugestão de sua comissão dirigente foi introduzido no Museu de Arte Sacra, que fundamos em 1980. O MASAC começava a formação de seu acervo religioso com peças recolhidas pela Cúria Metropolitana de Curitiba. Em 1980, o diretor da Casa da Memória, **o engenheiro Rafael Greca de Macedo fez erguer** o precioso altar da matriz de 1780 no cenário monumental da missa rezada pelo Papa D. Paulo II, em Curitiba diante do Palácio Iguaçú. Em 1993, nos 300 Anos de Curitiba, **o prefeito Greca resgatou o altar** que estava em Paranaguá e o incorporou à exposição *Curitiba Tempo & Caminhos*, na Casa Vermelha. **Finalmente, em 1996, os dois retábulos históricos, restaurados e reunidos novamente, depois de tumultuada e difícil trajetória, foram com propriedade colocados, para sempre, na Capela dos Fundadores, do Memorial de Curitiba, projetado, especialmente, para abrigar a nossa história.**³³²

Uma vez mais, a narrativa elaborada por sua própria esposa (que presidiu a FCC durante a primeira gestão de Cássio Taniguchi, sucessor de Greca, entre 1997 e 2000) sobrevaloriza o papel de Greca em meio à memória da cidade. A construção do Memorial de

³³⁰ MACEDO, op. cit., p. 556, grifo meu.

³³¹ Essa carta consta como anexo na dissertação de CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 119-120 e também foi publicada num livro da esposa de Greca sobre a Fundação Cultural de Curitiba: SANSONE, Margarita Pericás. **Fundação Cultural de Curitiba no limiar do novo milênio**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000, p. 149.

³³² SANSONE, op. cit., p. 93, grifos meus.

Curitiba, juntamente com a instalação do painel de Sérgio Ferro e a reunião dos altares da antiga Matriz, era destinado a “reconstruir no imaginário coletivo a primitiva igreja matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais”³³³, e pode ser o coroamento dessa “Coleção dos 300 Anos”, feita no apagar das luzes da sua primeira gestão como prefeito, situação em que “ocorreu quase que uma espécie de corrida contra o tempo para produzir o maior número de obras possível dentro dessa gestão de quatro anos”³³⁴.

Dentro dessa coleção, ainda, darei ênfase ao monumento que, no meu entender, foi pensado para combinar perfeitamente o centenário da igreja Catedral e seu restauro com o tricentenário da cidade: a Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz (1993).

4.2.1 Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz

Um pouco antes da sua posse como prefeito, ainda em dezembro de 1992, Greca foi ao Vaticano e foi recebido pelo papa João Paulo II. A ocasião foi reportada nos jornais:

O papa João Paulo II enviou bênção especial para o povo de Curitiba e anunciou que, em homenagem aos seus 300 anos, **doará uma imagem da Virgem Maria para a cidade. A imagem sairá do Vaticano no próximo ano, passará por Lisboa e ficará para sempre em Curitiba.** [...] “Parabéns, o senhor foi eleito, engenheiro”, disse o papa logo após que Rafael entrou no Salão Pauli IV, no Palácio Apostólico. Rafael foi o organizador da visita do papa à Curitiba há 11 anos e já foi recebido pelo Sumo Pontífice no Vaticano em outras oportunidades, sempre acompanhado de sua mulher Margarita.³³⁵

Pelo trecho destacado na reportagem acima, fica entendido que o papa doará uma imagem de Maria, mãe de Jesus, para Curitiba; não diz a qual título a imagem se referia (se Nossa Senhora Aparecida ou Nossa Senhora da Luz, por exemplo), de que tamanho era e onde ficaria. Não sei se por causa dessa notícia ou alguma outra informação vazada – ou falsamente divulgada – criou-se na cidade uma expectativa de que essa imagem, doada pelo papa João Paulo II, seria então colocada como um monumento aos 300 anos da cidade e centenário da Catedral:

A programação dos 300 anos de Curitiba em pouco tempo incluirá um dos mais expressivos eventos religiosos locais de 1993: a colocação de uma imagem de Nossa Senhora da Luz, a padroeira da cidade, numa torre da altura de um prédio de cinco andares, que ficará situada em frente à Catedral Metropolitana. **Ela foi doada em**

³³³ MACEDO, Rafael Valdomiro Greca de. **Carta do Prefeito Rafael Greca de Macedo a Sérgio Ferro.** Curitiba, 20 de junho de 1996. In: SANSONE, op. cit., p. 149.

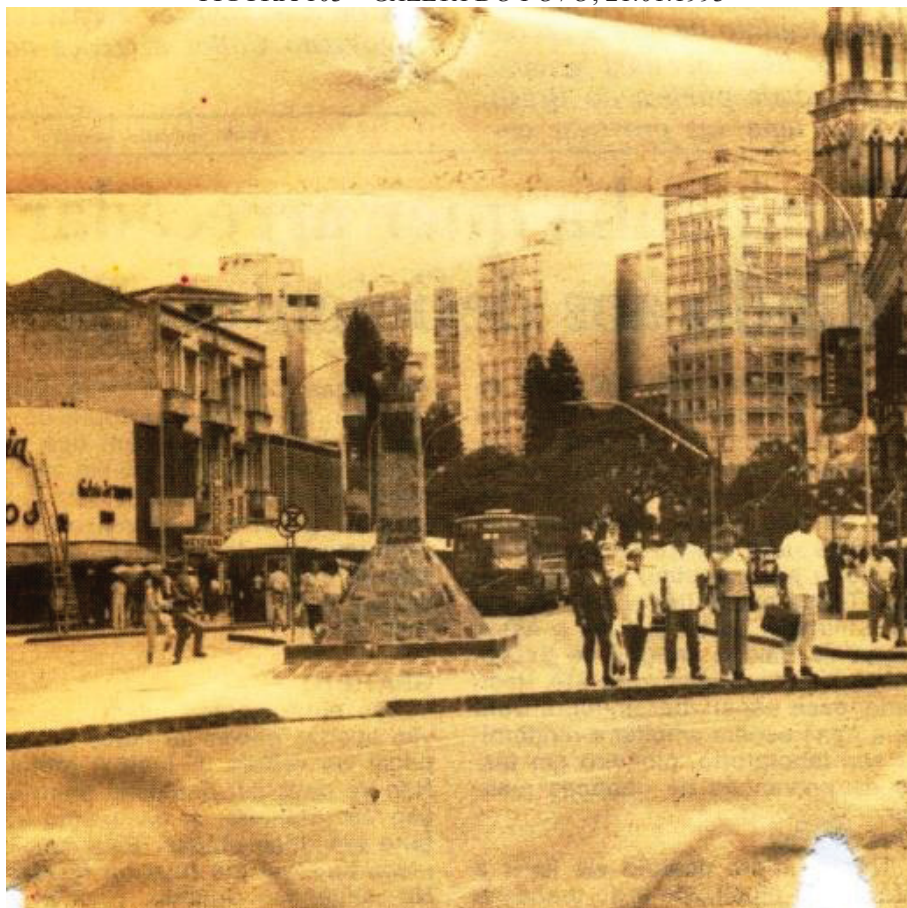
³³⁴ CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 24.

³³⁵ PAPA transmite a Greca bênção pelos 300 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 164, 4 dez. 1992, p. 4, grifo meu.

dezembro passado pelo papa João Paulo II ao prefeito Rafael Greca de Macedo, então recém-eleito, quando em visita ao Vaticano.³³⁶

A torre não tem a altura de um prédio de cinco andares, a imagem não fica em frente à Catedral e tampouco foi doada pelo papa ao prefeito; mas isso será melhor explorado adiante. O local de instalação da nova imagem foi corrigido dois dias depois, na matéria “Busto do Barão dá lugar à Padroeira”³³⁷: o “Barão” é Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, que nomina a rua que passa do lado esquerdo da Catedral. Seu busto ficava numa pequena calçada, na confluência dessa rua com a São Francisco e a Nestor de Castro (Figura 103), onde hoje está instalada essa quarta imagem da padroeira a qual a matéria se refere; o mesmo artigo, porém, reforça a mensagem de que tal efígie teria sido doada pelo papa João Paulo II³³⁸, o que não aconteceu.

FIGURA 103 – *GAZETA DO POVO*, 21.01.1993



No centro da imagem, o busto do Barão do Serro Azul que em setembro de 1993 deu lugar ao monumento em honra da padroeira de Curitiba por ocasião dos 300 anos da cidade e centenário da Catedral Basílica.
 FONTE: BUSTO do Barão dá lugar à padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 1993.

³³⁶ PADROEIRA de Curitiba ganha imagem especial nos “300 anos”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jan. 1993, grifo meu.

³³⁷ BUSTO do Barão dá lugar à padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 1993.

³³⁸ PADROEIRA vai ter monumento erguido junto à Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 1993.

Quando da inauguração do monumento, que aconteceu em 8 de setembro de 1993, o Cônego Alpheu, no Livro do Tombo da Catedral, corrigia a informação:

Terminado o Solene Pontifical [do centenário da Catedral e instalação da Basílica Menor] o prefeito municipal Dr. Rafael Greca de Macedo convidou bispos, clero e povo em geral para a inauguração de uma imagem de N. Sra. da Luz, localizada na Rua Barão do Serro Azul, esquina com a Rua S. Francisco. **Em dezembro do ano passado, correrá notícia na imprensa da capital que esta imagem seria uma doação do papa João Paulo II à cidade. Para bem da verdade fique registrado o que segue.** A imagem em tamanho natural ou melhor com 2,50 metros de altura, pesando 600 quilos e posta numa coluna com 10 metros de altura, foi esculpida em bronze pela artística plástica local Maria Ines de Bella. **Foi pago à escultora a quantia de US\$ 20.000 (vinte mil dólares) em duas oportunidades (US\$ 10.000 cada vez) e este dinheiro saiu da conta de Incentivo ao Solo Criado do próprio programa de Restauração da Catedral.**³³⁹

O relato, então, confirma que a imagem não foi doada pelo papa e que, ainda por cima, foi custeada com os recursos destinados à restauração da Catedral naquele período, o que via de regra não seria autorizado, tendo em vista o disposto no Decreto nº 380/1993, de que os recursos provenientes da Transferência de Potencial Construtivo deveriam ser destinados apenas à restauração das UIEPs.

De todo modo, o termo aditivo do contrato de convênio entre a Mitra da Arquidiocese de Curitiba e a Prefeitura, quando prorrogou o prazo de execução das obras, também incluiu como atribuições da Mitra:

J – Confeccionar imagem, em bronze, de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com aproximadamente 2,00 m (dois metros) de altura, a ser fixada em pedestal próprio na Rua Barão do Cerro Azul, cuja localização será indicada pelo MUNICÍPIO, em comemoração dos 100 (cem) anos da Catedral Metropolitana e aos 300 (trezentos) anos de Curitiba.³⁴⁰

De fato, então, a imagem foi confeccionada pela escultora Maria Inés Di Bella, argentina radicada no Brasil e residente em Curitiba, mas nada indica que o processo tenha sido de fato tocado pela Mitra Arquidiocesana ou pela Catedral, mas sim pelo prefeito Rafael Greca, aos custos do restauro da igreja. Em reportagem de final de agosto, a poucos dias da inauguração, diz-se que a imagem, com 2m de altura e pesando 650 quilos, seria posta numa coluna de granito de oito metros de altura. E, além disso, traz o seguinte:

³³⁹ ARQUIVO DOM ALBERTO..., Livro do Tombo nº 5, op. cit., f. 129-129v.

³⁴⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Termo aditivo ao de Convênio celebrando em 13/04/93 entre o MUNICÍPIO DE CURITIBA e MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA.** Curitiba, 26 jul. 1993. Acervo Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural / Secretaria Municipal de Urbanismo / Prefeitura Municipal de Curitiba.

A escultora Maria Inés Di Bella foi escolhida para fazer a escultura entre outros artistas plásticos que apresentaram uma espécie de modelo do rosto da imagem **para ser aprovado pessoalmente pelo prefeito Rafael Greca**. Di Bella tomou por base a imagem centenária de Nossa Senhora da Luz, esculpida em madeira policromada e pertencente à Catedral Metropolitana. Contudo, a artista criou sua imagem fazendo modificações, como por exemplo, a roupagem da santa. Na estátua de madeira, o manto aparece caído, mas na escultura em bronze ele foi representado esvoaçante, dando a sensação de movimento.³⁴¹

Em outra reportagem, Di Bella é entrevistada e “explica que quando o prefeito solicitou a criação dessa estátua ofereceu liberdade total para criar. [...] ‘Larguei todos os projetos para me dedicar exclusivamente à criação da nova estátua, com o assessoramento de técnicos da prefeitura e do próprio prefeito’, conta”³⁴². A inauguração da imagem, então, aconteceu na festa da padroeira daquele ano, repleto de autoridades civis e religiosas e aproveitando o público que acompanhava a missa (Figuras 104 a 108).

FIGURA 104 – GAZETA DO POVO, 07.09.1993 (1)



A imagem de bronze da padroeira antes de ser colocada no pedestal. Apesar da perspectiva na fotografia, que privilegia a imagem da estátua em primeiro plano e a “agiganta” em relação às pessoas que estão em segundo plano, é possível ter uma ideia do seu tamanho comparada às pessoas na foto, podendo ter de fato entre 2m e 2,50, com disseram as fontes escritas.

FONTE: SANTA é atração. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1993.

³⁴¹ QUASE pronta a imagem de N. Sra. da Luz dos Pinhais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 ago. 1993, grifo meu.

³⁴² A ESTÁTUA da Padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 set. 1993.

FIGURA 105 – GAZETA DO POVO, 07.09.1993 (2)



A colocação da santa no pedestal feito ontem e, no detalhe, o trabalho de fixação da imagem no alto.

Fixação da imagem na coluna de granito Rosa-Curitiba.

FONTE: CURITIBA celebra com muita festa o centenário de fundação da Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1993.

FIGURA 106 – GAZETA DO POVO, 09.09.1993



D. Geraldo Magela, D. Pedro Fedalto e Rafael Greca descerram placa inaugurando monumento a N. S. da Luz.

Inauguração da placa alusiva ao centenário da Catedral e tricentenário de Curitiba, aos pés da coluna.

FONTE: MONUMENTO à Padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 set. 1993.

FIGURA 107 – *CORREIO DE NOTÍCIAS*, 09.09.1993

Greca discursa na inauguração da Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, acompanhado dos bispos e arcebispos que celebraram a missa na Catedral.

FONTE: BASÍLICA de Curitiba. **Correio de Notícias**, Curitiba, 9 set. 1993.

FIGURA 108 – *GAZETA DO POVO*, 08.09.1993

Visão geral da Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, monumento alusivo aos 100 anos da Catedral e aos 300 anos de Curitiba. Aos fundos, aparece a Catedral Basílica.

FONTE: NOVA imagem da padroeira e Catedral agora é Basílica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 set. 1993.

Em seu livro, Rafael Greca diz o seguinte sobre essa coluna, assumindo que a ideia partiu dele:

Em 1993, para celebrar os 100 anos da construção e sagração da Catedral, na ocasião dos 300 anos da nossa Cidade, um Breve Apostólico do Papa João Paulo II criou a Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. **Foi quando imaginei erguer a coluna votiva da Virgem nossa excelsa padroeira, na perspectiva da avenida Barão do Serro Azul.** A ideia foi imediatamente aprovada pelo arcebispo Dom Pedro Fedalto. Numa coluna de granito rosa, uma das últimas peças de cantaria talhadas na pedreira da Borda do Campo, ao sopé do Anhangava, a escultora Maria Inês Di Bella colocou imagem em bronze dourado da Virgem Maria com o Menino Jesus num dos braços, a abençoar a cidade. Após 300 anos de lutas, os curitibanos parecíamos ter tão pouco a pedir e tanto a agradecer.³⁴³

Continua relatando que naquele mesmo ano, ele e Margarita Sansone, sua esposa, decidiram também doar à imagem da padroeira que está na Catedral um manto, coroa e cetro novos, além de mandar restaurar dois candelabros. Encerrando a página, contudo, ao mencionar esses objetos logo na sequência da coluna votiva, fica a indicação ambígua de que talvez tenha custeado, também, a tal coluna: “Essas manifestações de devoção à Padroeira de Curitiba foram custeadas por minha mulher e por mim, de forma particular, sem ônus para o Município. Assim, acreditamos, honramos a igreja do nosso batismo, manancial da nossa identidade curitibana”³⁴⁴.

Greca é católico e nunca escondeu essa faceta da sua personalidade. Sua primeira gestão como prefeito começou com uma missa na Catedral, seguida de várias idas suas à igreja, além de sua participação direta e interferência – já demonstrada amplamente aqui – no segundo restauro da Catedral Basílica de Curitiba. O problema impera quando esses aspectos da vida privada influem na esfera pública, com aquilo que é de todos. O problema impera quando há uma instrumentalização das políticas públicas em prol dos interesses privados.

4.3 CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA: UM PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

Há um consenso, bastante consolidado já, da Catedral Basílica como um patrimônio único da cidade de Curitiba, e de fato julgo sua capacidade em evocar certos aspectos da municipalidade como singular, característica que, já chegando ao fim dessa dissertação, acredito que tenha ficado clara. Enquanto instituição, a Paróquia Nossa Senhora da Luz dos Pinhais existe desde 1668, portanto é anterior ainda à criação da Câmara Municipal. Institucionalmente, então, a paróquia testemunhou a fundação de Curitiba, serviu por anos como sede da Câmara Municipal, abrigou diversos eventos que, via de regra, fugiriam à

³⁴³ MACEDO, op. cit., p. 359.

³⁴⁴ Ibidem, p. 359.

estreiteza do âmbito religioso, como eventos cívicos e militares. Em alguns momentos, inclusive, até eventos religiosos ganhavam uma conotação cívica, como o casamento do governador Bento Munhoz da Rocha Netto e de Flora Camargo, em 17 de abril de 1929 (Figura 109); sendo Bento um político de carreira e vindo de família proeminente socialmente, a celebração ganha um destaque ampliado para além de uma mera celebração religiosa. Poderíamos incluir, aqui, ainda, o Congresso Eucarístico Provincial do Paraná de 1953, um evento essencialmente religioso que visava uma comemoração cívica, isto é, o centenário da emancipação política do Paraná, e, até mesmo o centenário da Catedral aqui analisado, que ganha uma conotação cívica quando tem interferência além da medida legalmente estabelecida do poder público e do chefe do Executivo, que a usa como um dos palcos dos 300 anos da cidade.

FIGURA 109 – CASAMENTO DE BENTO M. DA ROCHA NETTO E FLORA CAMARGO, 1929



Uma imagem bastante interessante que, além de revelar aspectos curiosos sobre o interior da Catedral (como as pinturas dos anos 1910, a parede de fundo da capela-mor aberta, uma porta, hoje inexistente, na Capela do Santíssimo e a presença de púlpitos brancos anteriores aos atuais, de madeira), também informa sobre um casamento da alta sociedade curitibana da época. É curioso notar a desorganização que há dentro da igreja, diferentemente do que se imaginaria de uma cerimônia religiosa e bem-comportada.

FONTE: AUTOR desconhecido. **Casamento de Bento Munhoz da Rocha Netto e Flora Camargo**, Curitiba, 17 abr. 1929, estúdio Photo Heisler. Acervo Museu Paranaense / SEEC – Governo do Paraná.

É preciso aqui, então, retomar alguns questionamentos quanto à atuação do poder público frente à municipalidade em dotar a Catedral de “prestígio histórico e simbólico”³⁴⁵ únicos, sobretudo a partir do caminho de considerar “a instabilidade do referente”³⁴⁶, ou seja, de questionar a suposta estabilidade da Catedral enquanto um patrimônio quase que incontestável da cidade.

Ao longo de sua história, a Catedral católica figura, de todo modo, como um centro de referência para a vida religiosa do território eclesiástico, a Diocese (1892) depois Arquidiocese (1926) de Curitiba. Esse papel é reiterado continuamente pela centralidade da vida religiosa quando, por exemplo, o Arcebispo Metropolitano, chefe da igreja local, preside as principais celebrações na Catedral: Natal, Ano-Novo, Quarta-feira de Cinzas (abertura da Quaresma e da Campanha da Fraternidade no Brasil), Semana Santa e Páscoa, Corpus Christi, solenidade da Padroeira, além das ordenações de bispos, padres e diáconos e demais celebrações consideradas importantes para a vida espiritual da Arquidiocese.

Os documentos eclesiásticos são categóricos: a Catedral é dotada de um prestígio religioso único. O Código de Direito Canônico, por exemplo, que é o principal corpo de preceitos legislativos da Igreja Católica, situa a Catedral como o centro de várias necessidades religiosas da igreja local³⁴⁷. O Cerimonial dos Bispos, por sua vez, que é praticamente um manual das celebrações presididas pelos prelados, é mais assertivo:

42. A igreja Catedral é aquela em que está a cátedra do Bispo, sinal do magistério e do poder do pastor da Igreja particular, bem como sinal de unidade dos crentes naquela fé que o Bispo anuncia como pastor do rebanho.

43. A igreja Catedral [...] deve configurar-se como imagem figurativa da Igreja visível de Cristo, que no orbe da terra ora, canta e adora; deve, conseqüentemente, ser retida como a imagem do seu Corpo místico [...].

44. Neste sentido, **a igreja Catedral deve ser considerada como o centro da vida litúrgica da diocese.**

45. **Inculque-se no espírito dos fiéis**, da maneira mais oportuna, **o amor e a veneração para com a igreja Catedral [...]**.³⁴⁸

Assim há, ao menos na teoria, essa distinção bastante significativa da igreja Catedral para com as demais paróquias dos territórios eclesiásticos. No caso de Curitiba, ainda, essa capacidade simbólica foi maximizada com a conferência do título de Basílica Menor em 1993, o que simbolicamente une a igreja diretamente ao papa.

³⁴⁵ CANCLINI, op. cit., p. 71.

³⁴⁶ RUFER, op. cit., p. 116, tradução minha.

³⁴⁷ SANTA SÉ. **Código de Direito Canônico**. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2008, passim.

³⁴⁸ Idem, **Cerimonial...**, op. cit., p. 29, grifos meus.

Ao falar em capacidade simbólica, retomo àquela *Teoria contemporânea da restauração*, de Salvador Muñoz Viñas. Há de se considerar nessa nova teoria, sobremaneira, que se faz a restauração de **objetos simbólicos**. Mais do que obras de arte, mais do que objetos bem situados temporal e historicamente, os alvos da restauração são objetos dotados de sensibilidades simbólicas múltiplas para diferentes visões de mundo; por isso a restauração é um ato, também, político:

Os objetos do passado (...) podem acumular níveis de significado diferentes (...). Quando o tempo passa, [os objetos patrimoniais] se vão associando de forma quase imperceptível a elementos de significados novos com os quais já não se pode dizer que exista uma relação de caráter intrínseco. A nova constelação de significados com os quais o objeto mantém uma relação tem, então, **o caráter de simbólica**. (...) O símbolo que agora nos interessa é uma **entidade sensível, um objeto do passado que se toma como representação de outro objeto, de algumas ideias ou de alguns fatos, com base nalgum tipo de analogia que se pode chegar a perceber; ou porque se estabelece uma nova relação de caráter convencional ou arbitrário.**³⁴⁹

Ora, essa “entidade sensível” para nós, aqui, é a própria Catedral Basílica. Aplica-se como “representação de outro objeto”, a primeira capela onde a vila foi fundada; aplica-se na “representação de um fato”, como o momento fundante da história da cidade. A Catedral não é a igreja da fundação de Curitiba, mas ela herda essa narrativa por conta de constructos sócio históricos que foram sendo sedimentados sobre ela ao longo dos anos, atingindo, na minha opinião, o ápice da sedimentação nos 300 anos de Curitiba. Exemplifico melhor: Muñoz Viñas propõe quatro pontos para caracterizar o simbolismo dos objetos de restauração: 1) intensidade simbólica; 2) mecanismos de simbolização; 3) conceitos simbolizados; e 4) alteração da função original para a função-signo:

- 1) Quanto à **intensidade simbólica**: os objetos da restauração são, como já dito aqui, objetos em evidência, em destaque, com uma capacidade simbólica aumentada – “Podem-se escolher muitos objetos diferentes como símbolos determinados valores ou ideias, mas seria errôneo pensar que todos os objetos têm esse valor em igual grau”³⁵⁰.
- 2) Quanto aos **mecanismos de simbolização**: constitui uma sinédoque da coisa, ao tomar-se uma parte como representante do todo – “um objeto que representou um papel determinado em um acontecimento concreto passa a representar todo o

³⁴⁹ BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona/Espanha: Ariel, 1997 apud MUÑOZ VIÑAS, op. cit., p. 47-48, grifos meus.

³⁵⁰ MUÑOZ VIÑAS, op. cit., p. 57.

acontecimento – e esse acontecimento passa a representar toda a história do coletivo”³⁵¹.

- 3) Quanto aos **conceitos simbolizados**: como os valores manifestam-se no símbolo, podendo ser de várias naturezas – altoculturais, para objetos da chamada “alta cultura, [...] objetos artísticos e referentes históricos”; de identificação grupal, para conceitos considerados essenciais na conformação de uma identidade coletiva; ideológicos, em que princípios morais e políticos mostram-se nos objetos de restauração; sentimentais, quando há um valor essencialmente pessoal e privado no objeto³⁵².
- 4) Quanto à **alteração da função original para a função-signo**: muito mais do que considerar no bem sua função original, passa-se a valorizar sobremaneira sua capacidade de evocar “valores imateriais (emocionais, ideológicos, artísticos etc.)”³⁵³.

Dentro de tudo aquilo que se pode elencar em Curitiba como sinais visíveis da história de 300 anos da cidade naquele 1993, creio que nada se compara à intensidade simbólica da Catedral. A Câmara Municipal de Curitiba demorou a ter uma sede própria, e por muitos anos funcionou não apenas naquela primeira capelinha, como também na antiga Matriz de Curitiba; como essas duas igrejas não existem mais, é a Catedral, a herdeira delas, que serve de palco para a instalação da sessão comemorativa do Legislativo na abertura dos 300 anos, em 29 de março de 1992. A abstração de um templo que não existe mais encarnado em outro templo, somado à presença do sacerdote e da devoção católica – Nossa Senhora da Luz – tentam recriar aquele momento, ainda que teatralizado. Ela, também, figura como valor altocultural, por ser considerada por alguns como um exemplo diferenciado e superior de arquitetura europeia trazida pelos imigrantes, sobretudo os alemães; ou como valor de identificação grupal, ao pensarmos nos católicos praticantes e, indo além, nas famílias ditas “tradicionais” que veem ali seu passado quase “aristocrático”, de casamentos, batizados, missas, enfim, sociabilidades várias; ideológicos também, uma vez que restaurar a Catedral é uma escolha política; poderia até ser considerada com valor sentimental, se ao categorizarmos a ação de Greca como personalista, ele ali emprega algo muito pessoal quando diz: “Assim, acreditamos [Rafael e Margarita], honramos a igreja do nosso batismo, manancial da nossa identidade curitibana”³⁵⁴.

³⁵¹ Ibidem, p. 58.

³⁵² Ibidem, p. 59-60.

³⁵³ Ibidem, p. 61.

³⁵⁴ MACEDO, op. cit., p. 359.

Por fim, a alteração da função original para a função-signo permanece ainda, na minha opinião, sob análise: a igreja jamais deixou de ser uma igreja, por mais que seu uso tenha se diversificado recentemente. Contudo, mesmo quando evoca os chamados valores imateriais, eles ainda passam pelo filtro e aval da religiosidade católica. Ela é símbolo da fundação de Curitiba, sim, mas não numa perspectiva laicizada, muito pelo contrário.

Falando de experiências bastante pessoais, nos meus quase oito anos de trabalho como funcionário do arquivo da igreja, mas também de alguém que a frequentava desde a infância e que, de certo modo ainda frequento, não mais como fiel, mas como mediador das visitas guiadas: toda a orientação dos documentos eclesiais constitui, na minha opinião, uma abstração, uma teoria, cuja frieza não alcança o calor das pessoas. A Catedral é, sim, considerada o centro da vida litúrgica da Arquidiocese e, de um modo ou de outro, ainda sedia as principais celebrações. Isso, porém, tem mudado muito no apelo simbólico ao longo dos anos. Essa importância e distância reside, muitas vezes, na passividade das letras. Como responsável pelo Arquivo, por exemplo, juntamente com a coordenação administrativa fazíamos um esforço para obter fundos da Cúria a fim de realizar manutenções constantes no complexo artístico-arquitetônico, de modo que, com esse processo constante, se evitassem as grandes, complicadas e dispendiosas restaurações; nisso raríssimas vezes fomos atendidos. Em 2018 e 2019, na comissão organizadora do Jubileu de 350 anos da Paróquia da Catedral Basílica, houve um esforço desproporcional da parte da igreja em fazer as pessoas frequentarem o templo mais antigo – ao menos institucionalmente –, chamado de “igreja-mãe”, o qual ficou muito aquém das expectativas. Tenho percebido, então, que essa relação dos próprios fiéis católicos com a igreja Catedral tem se modificado muito sutilmente ao longo dos anos, figurando mais como um conceito etéreo do que como uma realidade concreta.

Isso não é propriamente lamentável, fazendo parte de uma dinâmica muito peculiar de como a Igreja tem se comportado recentemente, valorizando as comunidades locais. Para além do âmbito religioso, a figuração da Catedral como um patrimônio incontestável da cidade também não está engessado; é dinâmico, envolvendo vários tipos de relações que também mudam constantemente. Sintetizo, à luz das palavras de Maria Cecília Fonseca:

O que quero dizer é que, por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da **mutabilidade** de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico, etc.; segundo, no da **multiplicidade** de significações e de valores

atribuídos, em um mesmo momento e em um mesmo contexto, a um mesmo bem por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados.³⁵⁵

A Catedral passou e ainda passa por essas dinâmicas de mutabilidade e de multiplicidade. É mutável porque mudou ao longo do tempo e ainda muda: passa da capelinha dum primeiro reduto do homem branco em Curitiba, onde foi plantada a base do sistema institucional, para uma igreja de uma cidade colonial que tem pretensões econômicas, para a nova igreja matriz de uma cidade que se desenvolve cada vez mais, para a Catedral de Curitiba, a “cidade-modelo” completando três séculos de história oficial. É múltipla porque as pessoas se relacionam com ela de formas diferentes, como não poderia deixar de ser. A assimilação que os próprios católicos fazem é diferente entre si, como já dito. Mas também a igreja tem, ao longo da sua história mais recente, sido “consumida” de outra forma, para apresentações e concertos musicais, palco das ações do Natal de Curitiba ou, diametralmente oposta a uma visão mais celebrativa, quando a Marcha das Vadias para em frente à igreja e grita “tirem seus rosários dos nossos ovários”, fazendo a igreja, templo, encarnar a visão da Igreja, instituição, tão reticente e imutável nas considerações sobre o aborto legal. Cito, ainda, minha própria experiência com as visitas guiadas desde 2016, em que há, sim, um fluxo grande de pessoas católicas, sejam voluntários em igrejas ou não, mas também um crescente aumento no número de pessoas interessadas na história e na expressão artística da igreja, pura e simplesmente, e a fé de cada um nem transparece durante a mediação, uma vez que o objeto dessa não é religioso. Essa distinção que faço – de não ser uma visita religiosa, mas sim focada em história e arte –, inclusive, é um ponto de conflito que tenho experimentado, por não realizar uma mediação exclusivamente sob a ótica católica, dogmaticamente falando.

Para finalizar, retorno à ideia de “**conceitos simbolizados**”, exposto por Muñoz Viñas, que considero essencial para a interpretação do processo de construção da Catedral Basílica como um patrimônio da cidade de Curitiba. Suas categorias de valores – altoculturais, de identificação grupal, ideológicos e sentimentais – concorrem para figurar a Catedral como expressão de uma cultura imigrante da Europa que é, em toda a cidade, sobrevalorizada em detrimento das demais.

Encontrando suas origens no movimento paranista, que visava criar uma identidade comum para o Paraná, a sobrevalorização da cultura europeia, mediada pelos imigrantes e seus descendentes:

³⁵⁵ FONSECA, op. cit., p. 43.

Desde o final do século XIX, a presença dos europeus na conformação social do Paraná vem sendo também associada à conformação de uma identidade regional. Primeiramente, desde os anos 1890, uma geração de literatos dedicados sobretudo à produção filiada ao simbolismo esboçou contornos identitários que, nos anos 1920, no contexto de produção denominada “paranismo”, alcançou maturidade e definiu com nitidez a imagem de um Paraná europeizado. Um dos autores mais significativos nesse contexto foi **Romário Martins**. Desde 1899, quando publicou sua *História do Paraná*; depois, em 1937, quando editou outra versão dessa obra; até 1941, com a publicação de *Quantos somos, quem somos, a produção desse autor constituiu e consolidou uma narrativa histórica na qual a presença dos imigrantes europeus se destacava como elemento distintivo da identidade paranaense*.³⁵⁶

Essa identificação com os europeus não foi meramente distintiva do ponto de vista da formação étnica do estado do Paraná, mas sobretudo distintivo qualitativamente, apregoando a essa distinção ares de uma certa superioridade civilizatória, que envolve desde a moral até as formas de saber e fazer, frente aos povos que já habitavam a região (indígenas, negros e luso-brasileiros).

A discussão ganha nova coloração quando Wilson Martins publica *Um Brasil diferente*, em 1955, o qual tenta, aos moldes de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, argumentar que “a formação social da região não havia sido resultado da convivência entre índios, portugueses e negros, como ocorrera no ambiente social estudado por Gilberto Freyre”, mas sim por conta de fenômenos de aculturação envolvendo “estrangeiros de diversas origens europeias”³⁵⁷. Wilson Martins foi citado, também, por Greca em seu livro *Curitiba, Luz dos Pinhais*:

No limiar do século XIX, Curitiba dormiu sertaneja e acordou europeia. Após o ciclo do ouro e das tropas de gado, o cultivo da erva-mate e a convergência de correntes imigratórias fazem da cidade o símbolo do que Wilson Martins chamaria de *o Brasil diferente*. Curitiba, ao receber alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos brancos, árabes súditos otomanos, israelitas, japoneses e gente de todo o Brasil, torna-se uma *rua que passa por muitos países*.³⁵⁸

Essa última frase, repetida por Rafael Greca pelo menos desde os anos 1990, é enviesada: os países que “formam” Curitiba são quase todos europeus no seu entender, acrescido de povos árabes (sobretudo sírios e libaneses), judeus e japoneses. Essas influências, segundo ele, desenvolveram Curitiba, “mudando chucros hábitos tropeiros, muito arraigados na região”³⁵⁹, e mudando a feição da cidade:

³⁵⁶ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 20, jan./jun. 2016, p. 224, grifos meus.

³⁵⁷ Ibidem, p. 224.

³⁵⁸ MACEDO, op. cit., p. 20, itálicos do autor, negrito meu.

³⁵⁹ Ibidem, p. 123.

Os horizontes azuis da Serra do Mar foram recortados por cúpulas habsburgas em folha de flandres, zimbórios, lanternins, torres em agulha, que passaram a guardar os sinos de bronze de igrejas onde não se rezava em português. Sobrados ecléticos, frontões neobarrocos, janelas coríntias ou em ogiva passaram a enfeitar as ruas de Curitiba. Houve até quem dissesse que o Hospital de Caridade, da Santa Casa de Misericórdia, mais parecia um hotel inglês.³⁶⁰

Dos 96 capítulos que formam o livro, nota-se a grande evidência dos itens destinados aos imigrantes europeus e de outros países: são 43 os capítulos destinados aos germânicos, italianos, espanhóis, franceses, árabes, judeus, ucranianos e poloneses. Em contrapartida, o livro não menciona em nenhum capítulo, com exclusividade, as populações negras, sejam elas escravizadas, livres ou libertas, ou as populações indígenas para além das menções – diga-se de passagem, romantizadas – do período pré dominação portuguesa e da fundação de Curitiba. As menções estão sempre escamoteadas, escondidas entre a atuação heroica dos imigrantes, com um forte apelo meritocrata e saudosista:

São expressões do **refinamento cosmopolita de uma Curitiba que não existe mais**, porque de economia globalizada. No entanto, o maior mérito da imigração não reside no colorido pitoresco de uma Europa transplantada, tampouco nos reflexos no trópico de seus esplendores culturais. **Reside na luta**. Na inesgotável força do trabalho, na superação da miséria humana pelo esforço individual e coletivo.³⁶¹

Não reconhece, por consequência, a enorme agência e resistência de escravizados em Curitiba, o que reforça uma ideia da escravidão irrelevante na região. Por extensão, também, apaga a trajetória das populações negras e seus locais de memória na cidade.

Não obstante a vasta e consistente produção historiográfica [...], nos textos de ampla divulgação e no senso comum ainda prevalece a ideia de que a escravidão é irrelevante na história da cidade – e do Estado – e que a imigração europeia é o aspecto definidor da especificidade local. **Constituinte da identidade, a memória da imigração é reiterada em textos oficiais, em eventos festivos, em memoriais e monumentos da cidade.**³⁶²

Dos memoriais, parques, portais e afins que Curitiba tem e que celebram povos estrangeiros – e a cidade acumula uma série deles – uma boa parte é dedicada aos povos europeus. A Tabela 4 exemplifica:

³⁶⁰ Ibidem, p. 124.

³⁶¹ Ibidem, p. 127, grifos meus.

³⁶² MENDONÇA, Joseli. Op. cit., p. 230.

TABELA 4 – MEMORIAIS DE IMIGRAÇÃO EM CURITIBA (1980-2019)

Referencial	Ano de criação	Etnia	Localização	Renda média do/da chefe de família nos bairros (em R\$) *	Posição da renda no ranking de bairros *
Bosque do Papa	1980	Poloneses	Centro Cívico	4.968	11°
Portal de Santa Felicidade	1990	Italianos	Santa Felicidade	2.269	36°
Portal Polonês	1991	Poloneses	Centro Cívico	4.968	11°
Memorial Japonês	1993	Japoneses	Praça do Japão / Água Verde	5.752	6°
Bosque de Portugal	1994	Portugueses	Jardim Social	7.951	2°
Memorial Ucraniano	1995	Ucranianos	Parque Tingui / São João	2.013	43°
Bosque Alemão	1996	Alemães	Jardim Schaffer / Vista Alegre	3.590	26°
Memorial Árabe	1996	Árabes	Praça Khalil Gibran / Centro Cívico	4.968	11°
Memorial da Imigração Italiana	1996	Italianos	Bosque S. Cristóvão/ Santa Felicidade	2.269	36°
Memorial Africano	2010	“Africanos”	Praça Zumbi dos Palmares / Pinheirinho	1.221	63*
Memorial Inglês	2019	Inglese	Bosque Gomm/ Batel	8.839	1°

Legenda: *informações de renda média dos/das chefes de famílias e respectiva posição do ranking dos bairros de Curitiba

FONTE: O autor (2023), com informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba e Instituto Municipal de Turismo. Os dados de renda foram obtidos a partir do Censo IBGE 2010, extraídos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Dos onze memoriais destacados, apenas três não foram concebidos e inaugurados no contexto dos 300 anos de Curitiba, que envolve o terceiro mandato Lerner (1989-1992) e o primeiro mandato Greca (1993-1996).

Note-se que há um memorial para várias etnias europeias – os italianos e os poloneses com dois espaços – e que o Memorial Africano é tratado numa perspectiva bastante racista de agrupar o continente como todo um grupo étnico. Além disso, enquanto os demais ficam em áreas mais nobres e privilegiadas da cidade, estando vários deles na rota da Linha Turismo, a Praça Zumbi dos Palmares, onde está o Memorial Africano, fica no bairro Pinheirinho, região sul de Curitiba, distante do centro e que, segundo os dados informados na Tabela, ocupa a 63° posição no ranking de renda média dos/das chefes de família, numa constelação de 72 bairros.

“Quantos países moram nas ruas de Curitiba?”³⁶³, pergunta Greca em um dos capítulos de seu livro, onde faz uma ode e elenca os diversos países – **portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, italianos, poloneses**, japoneses, turcos, árabes, sírios, libaneses, chineses, israelenses, **ucranianos, ingleses, húngaros, suecos, romenos, suíços, holandeses, suábios, tchecos, menonitas, eslovacos**, australianos, **gregos**, latino-americanos, e “vozes da África”. Aqui, também, os povos africanos aparecem conjugados numa única entidade e, além de tudo, como “vozes”, não como corpos.

Não é possível deixar de notar o quanto essa perspectiva está orientada em demasia para um único lado, do “imaginário de um Paraná sem negros”³⁶⁴, e o quanto essa visão é exemplificada na proteção do patrimônio edificado. A Catedral Basílica, aqui estudada, tida como uma orgulhosa construção de alemães, o que não é verdade, pois dela participaram diversos luso-brasileiros e negros, escravizados, libertos e livres, está muito próxima do que se poderia entender como tombamento em Curitiba, uma Unidade de Interesse Especial de Preservação, e recebe uma atenção desproporcional em relação a outros patrimônios edificados da cidade. Para traçar um paralelo coerente, poderíamos pensar em outra igreja, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, que representa um local de tradição e resistência das populações negras mas não recebe o mesmo tipo de tratamento.

Isso não é exclusividade de Rafael Greca, tampouco surgiu com ele; mas sua trajetória social e política, sua exibição pública, sua credibilidade enquanto três vezes prefeito, o único eleito por sufrágio universal as três vezes, dão respaldo e reforçam essa visão. Tal qual Lerner, replica um procedimento já consolidado:

Obviamente, o prefeito [Jaime Lerner] e sua equipe não criaram as tradições e a história de imigração que caracterizam a cidade, mas encarnaram tremendo esforço em positivar costumes e tradições que se encontravam dispersos pela cidade, encerrados em seus enclaves de origem. Notadamente, uma celebração dos valores dos imigrantes alemães, poloneses e italianos, sobretudo, que ascenderam às classes médias e ganharam espaço, naquele momento, entre as elites dirigentes.³⁶⁵

É natural que a seleção e a preservação dos patrimônios envolvem, antes de tudo, um arbítrio e uma vontade política, uma vez que é através dos dispositivos estatais que se faz essa proteção. Quanto aos patrimônios edificados, obras arquitetônicas, essa atenção se materializa sobremaneira na restauração desses bens, que passam a conformar, então, uma atitude política entre o preservar e não preservar, o restaurar e o não restaurar. Se o objetivo de uma elite

³⁶³ MACEDO, op. cit., p. 361-362, grifos meus.

³⁶⁴ MENDONÇA, Joseli. Op. cit., p. 225.

³⁶⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 369-370.

dirigente, a qual corresponde em boa medida aos descendentes daqueles imigrantes europeus, pretende valorizar o passado, parece automático que se voltem ao seu próprio passado, dos seus antepassados. É arbitrário. O problema, reitero, é a arbitrariedade sem contestação, o uso que se faz do aparato público para a promoção de um restauro num edifício privado, católico, que encerra em si uma visão idealizada e ufanista do passado da cidade.

Retomando Françoise Choay, o patrimônio não pode merecer de nós “simples aprovação”, mas um “questionamento”, uma vez que é um “elemento relevador” “de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra”³⁶⁶. A permanência de ações desse tipo – e a discussão ganha mais relevância ainda quando se pensa que está em discussão atualmente, em Curitiba, uma política de tombamento no sentido estrito – pode revelar um apreço da municipalidade em continuar reiterando essas visões oblíquas e abrangentes demais do passado, incluindo toda a cidade e seus habitantes numa cidade essencialmente positiva, sem desventura ou vicissitudes:

Com isso, pode se chegar a refazer o passado através de uma imagem idealizada, suprimindo suas contradições, acentuando um caráter icônico que nunca existiu, passando por cima da complexidade dos fatos, conduzindo a um achatamento e idealização da história em procedimentos que não são jamais inócuos e cujas consequências podem ser gravíssimas.³⁶⁷

³⁶⁶ CHOAY, **A alegoria...**, op. cit., p. 12.

³⁶⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. Intervenções arquitetônicas: impactos urbanos. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (Orgs.). **Patrimônio cultural: memórias e intervenções humanas**. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p. 223.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, busquei empreender uma jornada que me desse respaldo suficiente para entender a construção da Catedral Basílica de Curitiba como um patrimônio que estou chamando de “incontestável” da cidade. Incontestável porque seus valores simbólicos estão tão sedimentados na vida da urbanidade que nem se questiona, nem se contesta sua validade enquanto tal: “Aparentemente, essas políticas [de preservação do patrimônio] alcançaram um alto grau de eficácia simbólica: é muito raro ocorrerem contestações ao valor dos monumentos que são objeto de proteção”³⁶⁸. Meu objetivo nunca foi defender que ela não seja entendida como de relevância singular pra a cidade de Curitiba ou que não fosse protegida, mas sim compreender esse processo ao longo da sua história, e esta dissertação é resultado desse esforço. Intentei, aqui, em escala reduzida e focada num único bem, seguir os passos de Maria Cecília Fonseca, que analisou brilhantemente o processo de constituição de patrimônios em âmbito nacional:

Entretanto, considero que uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades direcionadas à proteção de bens. **É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção;** identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento na sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação.³⁶⁹

A colocação da Catedral como herdeira de um valor cívico de municipalidade, por encontrar-se como sede daquela instituição que no século XVII abrigou a fundação de Curitiba enquanto Câmara Municipal, revela que está dotada de uma eficácia simbólica que, na visão da própria instância de decisão, o Estado, não precisa nem ser justificada.

Os Decretos n^{os} 380 e 381 de 1993, que instituiu as Unidades de Interesse Especial de Preservação e indicou as três primeiras, respectivamente, são claros ao colocar o papel da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural (CAPC) como indispensável à avaliação dos imóveis que serão categorizados como tais, condicionando a indicação, cuja prerrogativa é do Executivo, aos pareceres da mesma comissão. Há um fator curioso nesses dois decretos mencionados que combina, também, com a resolução da CAPC que indicou os três primeiros imóveis: todos os três documentos foram assinados no mesmo dia, em 15 de março de 1993. É

³⁶⁸ FONSECA, op. cit., p. 17.

³⁶⁹ Ibidem, p. 34, grifo meu.

relativamente difícil de acreditar que no mesmo dia a Comissão tenha se reunido, definido que iria indicar a Catedral Basílica, o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná e a sede da Sociedade Garibaldi como as primeiras UIEPs, apresentado a resolução ao prefeito Rafael Greca e que este tenha exarado os decretos na sequência, tudo num único dia.

Quanto a essa resolução, ela é sintomática em não dar nenhuma pista, nenhum indício mais concreto do motivo de estar indicando esses três imóveis. É como se eles dispensassem qualquer justificativa:

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – CAPC, no uso de suas atribuições legais; considerando a legislação em vigor; **considerando as unidades abaixo relacionadas como já integrantes do patrimônio de interesse de preservação da cidade de Curitiba; e considerando o elevado interesse de destacar como especial por seu reconhecido valor cultural, histórico e arquitetônico para a comunidade,** RESOLVE indicar como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP, as seguintes construções: 1 – CATEDRAL METROPOLITANA DE CURITIBA [...]; 2 – SOCIEDADE GARIBALDI (sede) [...]; 3 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (Edifício Central) [...].³⁷⁰

Não há, reitero, nenhuma justificativa verdadeiramente assertiva. Considera que os três edifícios já são parte do patrimônio da cidade e que neles há um “elevado interesse de destacar como especial por seu reconhecido valor cultural, histórico e arquitetônico para a comunidade”. Mas por quê? Que comunidade é essa que usufrui dessas edificações?

A Catedral foi amplamente discutida aqui, e ainda que sua função original compreenda um edifício religioso de uma denominação específica, seu uso é vasto, tendo se diversificado cada vez mais e, cruamente, é uma igreja implantada no centro da cidade que está, todos os dias do ano, aberta a qualquer visitante. O edifício central da Universidade Federal, popularmente o “prédio histórico”, se reveste de uma importância também bastante singular: é sede de uma universidade federal pública, portanto seu prédio é público (pertence à União) e está sempre aberto à comunidade acadêmica e não acadêmica; além disso, é um dos símbolos mais famosos da cidade de Curitiba, pela sua imponente característica de lembrar um templo grego, remetendo ao que poderia ser o “templo do saber” da universidade tida como a mais antiga do Brasil; para além disso, ainda, reforço sua capacidade, talvez única na cidade, à exceção, talvez, da Boca Maldita, em encarnar ideais republicanos de mobilização, protesto e contestação, em qualquer espectro político. Agora, de que modo podemos equiparar esses usos e características com a sede da Sociedade Garibaldi (Figuras 109 e 110)?

³⁷⁰ COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Resolução nº 02**, Curitiba, 15 mar. 1993. Acervo Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural / Secretaria Municipal de Urbanismo / Prefeitura Municipal de Curitiba.

FIGURA 110 – PALÁCIO GARIBALDI (1)



Visão geral do Palácio Garibaldi.

FONTE: TAKEUCHI, Washington. **A Sociedade Garibaldi em 3 momentos.** Curitiba, 27 mar. 2020. Acervo: Blog *Circulando por Curitiba*. Disponível em: <www.circulandoporcuritiba.com.br/2020/03/a-sociedade-garibaldi-em-3-momentos.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

FIGURA 111 – PALÁCIO GARIBALDI (2)



Palácio Garibaldi visto desde a Praça homônima.

FONTE: GOOGLE Street View. **Praça Garibaldi.** Disponível em: <goo.gl/maps/s9xgHFP6uBkUR8Dy9>. Acesso em 18 jul. 2023.

Fundada em 1883, a Sociedade Garibaldi, nas palavras da própria instituição, “nasceu da idéia de reunir os imigrantes italianos em Curitiba, sob o mesmo ideal que levou Giuseppe Garibaldi a lutar pela unificação da Itália e pela Revolução Farroupilha no Brasil”³⁷¹. Sua sede, chamada de Palácio Garibaldi, foi construída entre 1887 e 1904, com projeto do arquiteto Ernesto Guaita, em estilo neoclássico. Ocupa, dentro do Setor Histórico, um local invejável: fica quase no alto da colina do São Francisco, obstruindo a continuidade do traçado da Rua Dr. Claudino dos Santos, o qual obriga essa a se bifurcar entre a Rua Kellers e a Avenida Jaime Reis; pode ser visto desde o começo da rua. Do prédio em si, inclusive, se tem uma visão privilegiada do que é popularmente o Largo da Ordem, que compreende a Praça Garibaldi e o Largo Coronel Enéas (Largo da Ordem propriamente dito). Nas palavras do próprio endereço institucional da Sociedade, é “Um local tradicional e luxuoso, localizado no Largo da Ordem, centro histórico de Curitiba, o Palácio Garibaldi é também utilizado para a realização de eventos que buscam requinte e qualidade, somados à sua tradicional arquitetura neoclássica e ricos detalhes internos”³⁷².

É, então, um espaço para eventos de “requinte e qualidade”, o qual não fica aberto para visitação do público em geral. Eu mesmo só consegui entrar no Palácio uma única vez e com a credencial do trabalho na Catedral. A edificação, inclusive, foi grande alvo de descontentamento social quando, em 2017, a deputada Maria Victoria Borghetti Barros (PP-PR) ali se casou. A deputada é filha de Ricardo Barros, então Ministro da Saúde do governo Michel Temer, e de Cida Borghetti, então vice-Governadora do Paraná (atualmente, inclusive, Presidente da Sociedade Garibaldi). Motivados por descontentamentos com a reforma trabalhista e previdenciária, em aplicação naquele momento, mas também pelo vazamento da lista de presentes dos noivos, que envolviam itens de valores exorbitantes, e ainda pela montagem de uma estrutura irregular num edifício tombado pelo Patrimônio estadual e de Interesse Especial do município, os manifestantes protestaram em frente à Igreja do Rosário, onde acontecia a cerimônia religiosa, que fica quase ao lado do Palácio, onde seria a recepção, atirando ovos e gritando palavras de ordem contra o casal e os convidados³⁷³. Assim, de algum modo, o Palácio também se tornou um símbolo de opressão de famílias políticas do Paraná.

³⁷¹ PALÁCIO GARIBALDI. **O Palácio**. Disponível em: <www.palaciogaribaldi.com.br/opalacio>. Acesso em 18 jul. 2023.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ PR: PROTESTOS marcam casamento da deputada Maria Victoria, filha de Ricardo Barros. **Brasil de Fato**, Curitiba, 14 jul. 2017. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2017/07/14/pr-protestos-marcam-casamento-da-deputada-maria-victoria-filha-de-ricardo-barros/>. Acesso em 18 jul. 2023. WERNECK, Carolina. Palácio Garibaldi é multado por alterações para casamento da deputada Maria Victoria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2017. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/governo-diz-que-estrutura-para-o-casamento-de-maria-victoria-e-ilegal-e-anuncia-multa/>. Acesso em 18 jul. 2023.

O fato aqui é que um edifício dessa natureza, que encarna a imigração italiana como mote e sedia eventos da alta sociedade é visto, pelo Executivo municipal, como de peso equivalente ao prédio de uma universidade pública, por exemplo. Isso deturpa a visão do patrimônio como algo pertencente à coletividade: “No caso dos bens patrimoniais **selecionados por uma instituição estatal**, considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma **identidade coletiva**, cuja definição tem em vista as unidades políticas (a nação, o estado, o município)”³⁷⁴. A qual identidade coletiva refere-se esse patrimônio? Àquela altocultural, proposta por Muñoz Viñas quanto aos valores simbolizados que se manifestam no objeto³⁷⁵, centrada nos imigrantes europeus.

Observamos, assim, a dificuldade que há na aplicação de políticas públicas voltadas ao patrimônio edificado, uma vez que isso envolve uma seleção clara, que por consequência não considera outros bens, e que seleciona a memória a ser preservada:

Sendo a preservação de monumentos uma **atividade necessariamente seletiva**, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, no sentido de não impedir a destruição), ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, conseqüentemente, a preservação.³⁷⁶

Nesse processo de produção de patrimônios e, por consequência, preservação de memórias, reiterando mais uma vez que não se buscou “mero saber”³⁷⁷ acerca do objeto aqui proposto, mas sim um entendimento de como essa memória cultural foi “institucionalizada, celebrada, cultivada, formalizada”³⁷⁸, o horizonte razoável foi entender como aconteceu essa construção por certo grupo, e que passa a constituir o mesmo grupo³⁷⁹, no espírito de que tal constituição de memória social foi tornada durável e estável³⁸⁰. A constituição de um lugar de memória precisa ser entendida da perspectiva de que inexistente uma memória espontânea, que essa não é uma operação natural³⁸¹, estando sempre aberta a mudanças, metamorfoses³⁸² que são demandadas pelo presente. A memória se torna um palco na luta por representações que divergem entre si, que “podem revelar tensões sociopolíticas do presente: rearranjos

³⁷⁴ FONSECA, op. cit., p. 41.

³⁷⁵ MUÑOZ VIÑAS, op. cit., p. 59-60.

³⁷⁶ FONSECA, op. cit., p. 53, grifo meu.

³⁷⁷ ASSMANN, op. cit., p. 336.

³⁷⁸ SANTOS, op. cit., p. 64.

³⁷⁹ Ibidem, p. 57.

³⁸⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 4.

³⁸¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, 10, dez. 1993, p. 13.

³⁸² Ibidem, p. 23.

hegemônicos do Estado que usa o passado e define ‘novas’ memórias, mas tentando, ao mesmo tempo, impor as fronteiras do que entra e do que permanece fora do ‘novo’³⁸³.

Encontra-se, então, no centro dessa discussão, o poder público, que reivindica a si mesmo um “dever de memória”, buscando promover ações legais e institucionais com apelo memorialista³⁸⁴, e no caso aqui estudado, instrumentaliza a seu favor o patrimônio, ou melhor, a conservação e restauro do patrimônio edificado, que no presente substituiu um ímpeto de urbanização em políticas públicas “em busca de raízes e de identidade, preocupado com memória e genealogias”³⁸⁵. Torna-se, então, um problema político:

analisar qual é o uso público do passado envolve destacar sua inscrição no momento contemporâneo. O caráter “público” é definido não porque o museu ou o memorial “esteja” no espaço público, mas pelo uso que ele faz. Provavelmente não há nada mais invisível que um monumento. Pelo contrário, um memorial ou estátua antiga pode ser ressignificada em um momento específico pelo Estado, ou pode ser usada como contra memória por grupos que tentam reconfigurar uma narrativa ou cenário do passado.³⁸⁶

Como forma de compreender essa “patrimonialização do passado”³⁸⁷ é necessário, primeiro, questionar o que é dado a conhecer como tal. Como já mencionado, utilizar de pressupostos enraizados no papel exercido por um templo católico e esse, por sua vez, ligado a uma ideia de civismo municipal, não é o suficiente para categorizar a Catedral Basílica como um patrimônio válido atualmente. No caso, são fundidas as concepções de “monumento” e “monumento histórico”, pois enquanto o primeiro “tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo” e o segundo “relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração”³⁸⁸, observa-se ambos discursos na constituição de uma memória sobre a Catedral Basílica. Mesmo que o sejam, faz-se necessário um diálogo que estabeleça uma relação com a história e com a arte, que considere a “construção intelectual” e a “sensibilidade estética” desse patrimônio³⁸⁹, não se resumindo, contudo, a apenas uma dessas questões (história e arte):

³⁸³ RUFER, op. cit., p. 109-110, tradução minha.

³⁸⁴ HARTOG, François. **Crer em história**. Tradução Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 26.

³⁸⁵ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução Andréa de Souza Menezes et. al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 151.

³⁸⁶ RUFER, op. cit., p. 117, tradução minha.

³⁸⁷ GUIMARÃES, op. cit., p. 97.

³⁸⁸ CHOAY, **A alegoria**, op. cit., p. 26.

³⁸⁹ Idem. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 14.

Em vez de se demorar distinguindo entre os bens só valiosos pelo seu significado histórico e os que são apreciados por seu valor estético, é preferível examinar os usos do patrimônio, os pontos de encontro e conflito entre épocas e produções culturais animadas por objetos diferentes. Parece mais produtivo relacionar as inúmeras respostas que surgem dos usos – econômicos, políticos, religiosos, midiáticos, turísticos e estéticos – do que se vem chamando de patrimônio ou arte.³⁹⁰

Por fim, se podemos considerar todo patrimônio uma forma de história pública porque nele se acumulam tanto a “construção memorialística geradora de sentido patrimonial”, como “os discursos da coisa que é de todos, para a fruição de todos e para o bem de todos”³⁹¹, ou ao menos se propõe dessa forma, precisamos refletir sobre o papel que isso desempenha na sociedade atual de forma, inclusive, muito prática, afastando-se duma concepção que prime pelo “orgulho identitário” e pela “segurança da continuidade”³⁹². Que essa discussão seja baseada numa proposta cognitiva (pensando a história e a arte, e suas relações entre si e dialogadas com outros campos do saber), ética (como se definem os patrimônios e a que eles servem) e sociopolítica (o que se pretende e quais passados são iluminados ao privilegiar alguns patrimônios em detrimento de outros) da interculturalidade³⁹³. Não se pretende, mais uma vez, lutar por uma não conservação de edifícios como a Catedral Basílica, ou demandar que não mais se configure como um patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e cultural de Curitiba, mas sim que a proposta de patrimonializar esse passado específico seja baseada numa dinâmica que o presente demanda e que não seja hierárquica ou ajuíze valores mais ou menos identitários sobre o passado. Pensando a história pública como uma possibilidade de divulgar a produção acadêmica da História a públicos mais ampliados que nossos pares, esse campo pode nos ajudar a ter uma “gestão responsável da memória coletiva e do patrimônio cultural e imaterial”³⁹⁴, entendendo que “o senso do público a respeito de seus próprios passados pode ser consumido ativamente e debatido criticamente.”³⁹⁵

Os agentes aqui, ou melhor, o agente central, foi o prefeito Rafael Greca, que se não é possível ainda “bater o martelo” de que sua ação é estritamente personalista, isto é, que revela “o desejo do Prefeito de construir e reforçar uma determinada histórica local”³⁹⁶, concorre para contribuir, tal qual fez Fernando Cardoso, para esclarecer essa instrumentalização das políticas culturais em Curitiba. Essa visão se concretiza, especialmente, na Fundação Cultural de

³⁹⁰ CANCLINI, op. cit., p. 96.

³⁹¹ MENESES, op. cit., p. 69.

³⁹² Ibidem, p. 71.

³⁹³ CANCLINI, op. cit., p. 96.

³⁹⁴ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: _____ (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 15.

³⁹⁵ LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA; ROVAI, op. cit., p. 45.

³⁹⁶ CARDOSO, *Capela...*, op. cit., p. 12.

Curitiba e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para depois ser potencializada na Prefeitura. Diz Rafael Greca em dois momentos: “A Fundação Cultural de Curitiba é e sempre será, assim como o Ippuc, **a extensão da minha própria casa**”³⁹⁷; nessa mesma Fundação, “Antes de entrar na política tive o orgulho em vivenciar e compreender o sotaque da alma curitibana [...]. **Nela acalentei o sonho de prefeito que viria a ser**”³⁹⁸.

Uma vez mais, reforço que os aspectos da vida pública são gestados e pensados a partir da vida privada, muitas vezes com *insights* e epifanias tidas como inspirações. Exemplifico com a descrição extensa de Greca quanto ao surgimento do Potencial Construtivo em Curitiba:

Em 1983, já no IPPUC, onde entrei após concurso público, aprovado em primeiro lugar, **inscrevi** o Solar dos Leão no rol das Unidades de Interesse de Preservação de Curitiba. Fui severamente repreendido pela **prima de meu pai**, Mariazinha Leão de Macedo: *Com efeito, Rafael Valdomiro, todos os comerciantes árabes e judeus da cidade, derrubaram nossas casas antigas, levantando vantajosos prédios modernos. Ganharam dinheiro, aumentaram sua poupança. E nós, que conservamos com zelo este patrimônio histórico, somos agora penalizados pelo seu tombamento e congelamento econômico.* Vi que tinha razão. Naquele momento, **a advertência lúcida me inspirou o instituto urbanístico que chamei de “Solo Criado”, depois batizado de Potencial Construtivo.** Pedi ao meu colega arquiteto Sérgio de Abreu Pires que desenhasse um croqui, em que, pontilhado sobre a casa histórica, aparecia o volume que ali poderia ser construído. E no desenho, por seta, que sugerisse sua transferência para outro terreno. Nosso Prefeito de então, Jaime Lerner, materializaria a ideia em legislação, que teve grande apoio, no IPPUC, das engenheiras Fanchette Garfunkel Rischbieter e Dúlcia Auriquio. Desde então, elas se tornariam uma espécie de minhas mentoras nos mistérios do urbanismo curitibano. O Potencial Construtivo passou a valer para preservação tanto de casas históricas como de áreas de mata nativa. **Prefeito de Curitiba entre 1993-1996, reforcei a ideia. Assim, restaurei a Catedral Basílica, o prédio Monumental da Universidade do Paraná, a Santa Casa de Misericórdia e o Palácio Garibaldi. Mais tarde, deputado federal entre 1999 e 2002, inscrevi a ferramenta no Estatuto das Cidades.**³⁹⁹

Nesse espírito, então, os aspectos da vida pública, que tem efeito na cidade, que é pública, e viabilizado conforme os recursos do município, que também são públicos, são concretizados a partir da necessidade ou da inspiração privada. Há de se mencionar, ainda que de passagem, que a lei do Potencial Construtivo de Curitiba é de 1982 (Lei nº 6.337) e inspirada em modelos empregados em várias partes do mundo.

Urge, então, projetar para a cidade a aplicação de políticas públicas que não sejam tidas como personalistas. Será que estamos vivendo, na Curitiba de 2023, uma reedição daquela primeira gestão Greca nos anos 1990? Se naquela época tínhamos a loja “Leve Curitiba” para vender lembranças da cidade, agora temos a loja “Curitiba, sua linda”. Se naquela época, depois

³⁹⁷ MACEDO, Rafael Greca de. Prefácio. In: MENDONÇA, Maí Nascimento. Fundação Cultural de Curitiba. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 114, dez. 1996, p. VII, grifo meu.

³⁹⁸ MACEDO, Rafael Greca de. Nasce este livro em boa hora. In: SANSONE, op. cit., p. 10, grifo meu.

³⁹⁹ MACEDO, op. cit., p. 84-85.

da inauguração da Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz, a Prefeitura Municipal, via Fundação Cultural, incluiu na programação da festa da Padroeira a coroação daquela imagem que se volta para o centro do poder municipal e estadual, na atual gestão voltou a fazê-lo. Se, naquela época se construíram diversos memoriais em homenagem à imigração europeia, em 2019 voltou-se a fazê-lo com a construção do Memorial Inglês, no Bosque Gomm, dentro do bairro mais nobre da capital (Batel), com direito a bandeira do Reino Unido, cabine telefônica vinda diretamente de Londres e homenagens a The Beatles, Willian Shakespeare e Beatrix Potter⁴⁰⁰. Até a logomarca das comemorações dos 330 anos de Curitiba, em 2023, se assemelha àquela dos 300 anos, em 1993 (Figuras 112 e 113). O mesmo está acontecendo com personagens criados naquela época, como o “Curitibinha” e a “Família Folha”, recuperados pela atual gestão.

FIGURA 112 – LOGOMARCA DOS 300 ANOS DE CURITIBA (1993)



FONTE: SANSONE, op. cit., p. 149.

FIGURA 113 – LOGOMARCA DOS 330 ANOS DE CURITIBA (2023)



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba 330 anos**. Disponível em: <330anos.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em 18 jul. 2023.

A despeito, porém, dessa ação personalista, há de se reconhecer os trabalhos que visam dar mais legitimidade aos processos. A crítica e a contestação não foram mais silenciadas desde a redemocratização, embora não se possa esperar que poder constituído e vozes da sociedade tenham o mesmo peso. É preciso trabalhar para que essa balança se equilibre o melhor possível. Já naquela época Greca encontrava ferrenhos críticos, como procurei demonstrar aqui, fosse nos jornais ou no poder Legislativo. Desse último, um exemplo foi o vereador Jorge Samek, do Partido dos Trabalhadores, da bancada de oposição, que fez parte da legislatura dos 300 anos. Em 1996, publicou livro chamado *A Curitiba do terceiro milênio*, em que critica a posição de Greca como “dono da cidade”, acusando-o de ter uma “visão patrimonialista” sobre a cidade⁴⁰¹. Parte natural do jogo de oposição política – que é inclusive salutar à democracia – a crítica é bem-vinda para tentar construir novos parâmetros.

⁴⁰⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Obras do Memorial Inglês começam na próxima semana**. Curitiba, 23 out. 2019. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/noticias/obras-do-memorial-ingles-comecam-na-proxima-semana/53334>. Acesso em 18 jul. 2023.

⁴⁰¹ SAMEK, op. cit., p. 26, 28.

Até um personagem que tradicionalmente era aliado a essa visão gloriosa do passado de Curitiba, o jornalista Cid Destefani, falecido em 2015 e famoso por possuir uma invejável coleção de fotografias antigas da cidade, fez duras críticas a Rafael Greca, seus lançamentos desenfreados e sua autopromoção exacerbada, evidenciada pelas várias placas com seu nome espelhadas pela cidade. A reportagem *Sobre um “puxão de orelhas”*, de Destefani, menciona que o professor Luiz Carlos Tourinho, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, dá um

“puxão de orelhas” no seu ex-aluno, o prefeito Rafael Waldomiro Grecca [sic] de Macedo. Lembrando ao **alcaide** que ele é o gestor da cidade e não seu proprietário. Tourinho é contrário à mudança do busto do Barão do Serro Azul [que deu lugar à Coluna Votiva de Nossa Senhora da Luz], feito assim na “barrigada”, sem a devida consulta à coletividade [...]. Entretanto, o nosso **burgomestre** tem resolvido, e feito, uma série de modificações em outros monumentos. Mudou o relógio da Praça Ozório e colocou uma placa com o seu nome. Mudou o chafariz da Zacarias e lá está mais uma placa com seu nome. **Aliás, placas com seu nome estão em todos os lugares onde ele mexeu.** Agora mesmo acaba de inaugurar um monumento à Nossa Senhora da Luz. Apesar de sermos de fê católica discordamos com o feito. A obra saiu dos impostos dos munícipes, que têm os credos mais variados, ou seja: luteranos, espíritas, umbandistas, enfim, uma gama variadíssima de crenças.⁴⁰²

A reportagem até brinca com denominações antigas dos prefeitos – alcaide e burgomestre – para enfatizar o tom sarcástico e as mudanças feitas a próprio gosto. Reforça, também, um descontentamento quanto à falta de consulta à coletividade. Há de se mencionar, ainda, que em 1993 Destefani lançou um livro aproveitando as comemorações do centenário da Catedral. *A cruz do alemão*⁴⁰³ se debruça sobre a construção da Catedral, tendo como foco a trajetória do mestre de obras alemão Henrique Henning, que ali trabalhou de 1886 a 1890. O livro, com caráter de extensa reportagem jornalística, reforça a visão de conhecimento e moralidade elevados dos imigrantes europeus, colocando-os numa posição superior à dos brasileiros já residentes em Curitiba na época e envolvidos com a construção do atual templo:

Aproveitamos agora, quando a Catedral de Curitiba completa um século de existência, para contar a história da vida deste imigrante alemão a quem cabe o grande mérito de haver possibilitado a sua sólida construção. **A sua tenacidade, os seus conhecimentos erigiram não só o nosso templo maior, mas sim um verdadeiro monumento à cultura e aos próprios imigrantes que para cá vieram ajudar a formar física e moralmente este outro monumento que é a nossa cidade de Curitiba.**⁴⁰⁴

Com vasta utilização de relatos em primeira pessoa – os quais não ficam claros de onde foram retirados ou, ainda, se são apenas reconstituições ficcionais para enfatizar os

⁴⁰² DESTEFANI, Cid. Sobre um “puxão de orelhas”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 set. 1993, grifos meus.

⁴⁰³ DESTEFANI, *A cruz...*, op. cit.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 1, grifo meu.

objetivos da publicação –, *A cruz do alemão* narra a trajetória de Henning desde a Alemanha, passando por Santa Catarina e chegando a Curitiba (onde inclusive lecionou na escola de artes de Mariano de Lima), até seu assassinato em 1894 a mando do Coronel Hermógenes de Araújo no município de Cerro Azul, à época Colônia Assungui. Segundo esse livro, tal assassinato se deu por conta de conflitos envolvendo Henning e o padre Alberto José Gonçalves, pároco da Catedral de 1888 a 1900, e Vicente Machado da Silva Lima, governador do Paraná de 1893 a 1894. Focado no aspecto trágico da vida de Henning, a narrativa sobrevaloriza o seu papel na construção da igreja, bem como da equipe dirigida por ele, quase toda formada por imigrantes alemães, ao passo em que desconsidera e diminui a participação de outros imigrantes (como o italiano Giovanni Lazzarinni), de luso-brasileiros e de escravizados. A palavra “escravo”, inclusive, não aparece em nenhum momento do texto; quando Destefani julgou necessário fazer qualquer menção à escravidão, o fez uma única vez e utilizou a expressão eufemística “pretos não libertos”⁴⁰⁵.

Finalizo endossando os propósitos de resistência, combate e estratégia propostas por Françoise Choay em *O patrimônio em questão: antologia para um combate*, “a serem empregados não somente a fim de renovar as diferenças obliteradas e desvalorizadas, mas sobretudo a fim de prosseguir no presente a invenção das particularidades espirituais e materiais que fundam a riqueza da humanidade”⁴⁰⁶. A proposta é alicerçada em três pilares: 1) educação e formação; 2) utilização ética das heranças edificadas; e 3) participação coletiva.

Em primeiro lugar, banir um certo “amadorismo” que possa imperar nos casos de patrimonialização, fazendo com que os “historiadores da arte profissionais oferecessem um ensino que permitisse a aquisição de um saber histórico”⁴⁰⁷. Discordo, porém, que esse seja um papel apenas dos historiadores da arte, e tampouco apenas da história e da arte, mas de toda uma grande interdisciplinaridade de conhecimentos especializados que, combinados, debatidos e publicizados, possam construir uma epistemologia diferente da que existe. A partir disso, então, se passaria à formulação de mecanismos educacionais que incluíssem, desde a formação básica, a educação patrimonial como dispositivo de exercício da cidadania através da “problematização do cotidiano e não pela reprodução de informações e pela memorialização”⁴⁰⁸, pura e simplesmente. A proposta é válida na medida em que permitiria

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 38.

⁴⁰⁶ CHOAY, *O patrimônio...*, op. cit., p. 39.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 39.

⁴⁰⁸ MENESES, op. cit., p. 74.

criar senso crítico e de contestação. Se num primeiro momento isso pode ficar represado no conhecimento produzido academicamente, em algum momento precisaria furar essa bolha:

A História produzida academicamente é instada a ser posta na arena dessa discussão e confronto, em embate vivo, as narrativas tradicionais e as visões do senso comum. Esse rico embate é salutar e rejuvenescedor, e altera positivamente uma relação e um diálogo que, inicialmente (e comumente), são difíceis.⁴⁰⁹

Em segundo lugar, na perspectiva ética de retirar as visões mercantilizadas – ou ao menos reduzi-las – que imperam sobre o patrimônio contemporâneo, tratado como produto. “Em outras palavras, nós devemos arrancar sítios e edifícios antigos do seu gueto museológico e financeiro”⁴¹⁰. Isso, segundo Choay, pode se dar em três frentes:

dotar esses lugares de novos usos adaptados à demanda societal contemporânea; renunciar ao dogma de sua intangibilidade e ao formalismo histórico da restauração; saber proceder às transformações necessárias, associando o respeito do passado à aplicação de técnicas contemporâneas de ponta.⁴¹¹

Aqui, acredito ser bastante pertinente a teoria de restauro de Muñoz Viñas, que considera todos esses fatores aglutinados na ótica de enxergar os processos de conservação e restauro como instrumentos culturais e políticos, ao considerar que uma restauração não se faz em nome da verdade, ou da ciência, ou da cultura ou da arte; “A restauração se faz para os usuários dos objetos: aqueles para quem esses objetos cumprem uma função essencialmente simbólica ou documental, mas talvez também de outros tipos”⁴¹². Retira-se assim, talvez para sempre, a noção de intangibilidade dos patrimônios e aplica-se neles, talvez em maior medida do que já acontece, aquele predomínio da função-signo em detrimento da função original, de modo que seu uso seja mais democratizado. Assim, pode-se com isso adotar uma nova definição de restauração, em que a eficácia simbólica é também um meio, e não apenas um fim: “A *restauração* é o conjunto de atividades materiais ou de processos técnicos destinados a **melhorar a eficiência simbólica e historiográfica dos objetos de restauração**, atuando sobre os materiais que os compõem”⁴¹³.

Em terceiro e por fim, o ponto que acredito mais relevante e tangível de modo prático, que é a ampliação da participação coletiva. Esse fator, porém, depende de alguma forma dos dois anteriores, de modo que não se permaneça no senso comum e nos

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 74.

⁴¹⁰ CHOAY, **O patrimônio...**, op. cit., p. 40.

⁴¹¹ Ibidem, p. 40.

⁴¹² MUNÓZ VIÑAS, op. cit., p. 187.

⁴¹³ Ibidem, p. 87, itálico do autor, grifo meu.

comunitarismos tradicionais. Trata-se, ao contrário, de chamar-se à formação de comunidades cujos membros seriam solidarizados não pelas origens étnicas ou geográficas, próximas ou distantes, mas por sua comunhão e presente inserção nos espaços concretos, naturais e sociais.⁴¹⁴

Dessa forma, acredito se evitaria que numa cidade como Curitiba se mantivesse retroalimentada e constantemente reiterada aquela visão de privilégio aos povos europeus. Se essa é a visão, é preciso reorientá-la para uma ótica mais inclusiva que precisa ser, obviamente, menos excludente e, não sendo necessariamente negativa, não seja excessivamente positiva, descolada da realidade. A população, “produtora e beneficiária” do patrimônio,

apresenta mais do que ninguém legitimidade para determinar a importância de um bem cultural, que não precisa ser apenas artística, arquitetônica ou histórica, mas pode também ser estética ou simplesmente afetiva. A identificação ou simpatia da comunidade por determinado bem pode representar uma prova de valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mas muitas vezes vazios de sensibilidade.⁴¹⁵

Essa legitimidade, porém, não pode ser irrestrita. Do contrário, poderia continuar reiterando visões de mundo classistas, racistas e excludentes de uma forma geral. Se atribuir um bem como patrimônio por consequência lhe atribui um valor diferenciado, que se destaca, ele necessita de um olhar constantemente crítico⁴¹⁶:

As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo [o patrimônio], amparadas pelo prestígio histórico e simbólico de certos bens, **quase sempre incorrem em uma simulação: fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas.**⁴¹⁷

Desse modo, creio, poderíamos superar a inflação desenfreada de bens patrimoniais nas cidades, de modo que esses não sejam tomados – e tombados – como um todo, como um bloco, como uma massa. Mas que sejam, em escala de importância utopicamente semelhante, tratados como objetos do passado que foram dotados de significação singular por um grupo de pessoas que, quanto mais reduzido for, talvez mais legítimo também seja. A universalização ou

⁴¹⁴ CHOAY, O **patrimônio...**, op. cit., p. 41.

⁴¹⁵ RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 96.

⁴¹⁶ SANTOS, Aline Abreu Migon dos; GONÇALVES, Margarete Regina Freitas; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Políticas públicas de preservação: instituições, personalidade e salvaguarda do patrimônio documental da arquitetura no Brasil. In: MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas/RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 15.

⁴¹⁷ CANCLINI, op. cit., p. 71, grifô meu.

abrangência de temporalidades e espaços largos demais não tem trazido grandes contribuições às identificações das populações com os patrimônios; é preciso, de forma clara e ativa, empreender um “abandono de pretensões universalizantes que buscam enquadrar todo e qualquer evento histórico numa ordem pré-determinada tomada como ‘natural’”⁴¹⁸.

A despeito de qualquer sucesso – e Curitiba acumula uma série deles –, isso não nos impede de tecer uma avaliação, ainda que breve, das políticas públicas destinadas aos patrimônios em Curitiba. Fica claro o quanto essas políticas encontram embates com outros aspectos da gestão e administração da cidade, entre as quais quero destacar:

- 1) A questão imobiliária, um dos principais pontos de divergência na política de preservação do patrimônio edificado, em que fica visível uma pressão pela ocupação do solo urbano ligada a um interesse inevitável do capitalismo⁴¹⁹, em que os imóveis devem ser úteis ao comércio de bens e de serviços e ainda não gerarem grandes despesas de manutenção para seus proprietários, o que, inerentemente, a conservação e o restauro vão demandar por exigirem mão de obra técnica e altamente especializada;
- 2) A avaliação técnica dos imóveis a serem preservados, por muitas vezes ser meramente estética, sem considerar valores históricos e/ou culturais, considerando, ainda o papel dos gestores municipais fechados em comissões exclusivas, sem participação da comunidade, que, mesmo que em parte e de forma direcionada, é a maior interessada na conservação do patrimônio edificado, ficando a discussão restrita àqueles dotados de “notório saber”⁴²⁰;
- 3) O falso conflito entre planejamento urbano e conservação do patrimônio, ao situar imóveis de forma isolada das paisagens e do contexto urbano, numa “visão barroca de construção da paisagem urbana, onde a ‘obra de arte’, destacada a partir da ideia de ‘valor excepcional’, é emoldurada como objeto monumental a ser valorizado”⁴²¹, ao invés de articulá-las⁴²². As políticas públicas podem ser entendidas como estratégias de integração e implementação das normas urbanísticas que permitem o desenvolvimento sustentável das cidades, considerando as questões espaciais e

⁴¹⁸ AVILA, op. cit., p. 46.

⁴¹⁹ VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006, p. 240.

⁴²⁰ FIGUEIREDO, op. cit., p. 93.

⁴²¹ Ibidem, p. 93.

⁴²² RODRIGUES, Marly. Políticas públicas e patrimônio cultural. In: CARVALHO; MENEGUELLO, op. cit., p. 89.

ambientais propriamente ditas, bem como a preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial;

- 4) E ainda, falando especificamente de Curitiba, embora não deva ser exclusividade dessa, o papel das afetividades nostálgicas, que resgata, através de figuras como Lerner e Greca, uma Curitiba gloriosa, “modelo”, com políticas de enaltecimento, celebração e predominância de uma história e memória oficiais do município, tomadas de forma quase autocrática, seja diretamente, governando e até mesmo legislando por meio de decretos, ou indiretamente, nomeando os membros das instâncias de tomada de decisões – IPPUC, CAPC e FCC, por exemplo – os quais ao Executivo se reportam. Os mesmos órgãos são aqueles que definem o que será estético/belo – algo que não está dado na legislação ou nos estatutos, mas é entendido conjuntamente a partir das convenções estabelecidas – de acordo com o seu presente, uma vez que o patrimônio edificado não possui um “valor intrínseco homogêneo”, mas sim um valor que lhe é atribuído⁴²³.

A seleção, então, do que será ou não preservado, fica a critério do poder público, que tenta recuperar um passado idealizado, condicionado ao papel e à vontade de figuras políticas proeminentes e condicionado, também, às demandas econômicas do capitalismo. Essa articulação, todavia, nunca será simples, como reforça Francisco Santiago Jr: “Esta [a vida pública] é conflitante, ambígua e frequentemente gera mitologias do passado para poder articular relações sociais no presente”⁴²⁴. Deve-se cambiar essa visão e adequá-la a uma ótica mais democrática:

Se a crescente preocupação com a proteção do patrimônio cultural reflete o grande desejo de valorizar as memórias compartilhadas de certos grupos, essa ação não deve ser entendida como uma nostálgica volta ao passado ou uma recusa em se viver nosso tempo. Daí o conceito de patrimônio cultural estar cada vez mais ligado às necessidades atuais de melhoria da vida nas cidades, dando forma a ações de peso político decisivo.⁴²⁵

Apesar de todos os percalços apontados neste trabalho, há, contudo, de ser considerado o avanço que a preocupação patrimonial em Curitiba teve nas últimas décadas. A criação de legislações específicas voltadas ao patrimônio cultural é um grande aspecto para considerar a oficialização de medidas no campo da tomada de decisões. A criação da CAPC, ainda que seus membros sejam nomeados pelo Executivo municipal, configura parte importante desse

⁴²³ SANTIAGO JÚNIOR, op. cit., p. 260.

⁴²⁴ Ibidem, p. 261.

⁴²⁵ SANTOS; GONÇALVES, BOJANOSKI, op. cit., p. 15.

processo, ao permitir que situações sejam debatidas por profissionais de diversas áreas, com diferentes visões de mundo, com afetividades distintas e com opiniões diversas. A crítica histórica não nos impede de reconhecer o valor do trabalho que vem sendo feito desde meados do século XX; apesar dos percalços, das arbitrariedades e da política personalista, é possível enxergar os caminhos difíceis pelos quais se formou uma cultura patrimonial em Curitiba.

Na Curitiba de 2023, espera-se que a política de tombamento em fase de franca implantação atenda as demandas das coletividades múltiplas, e não da coletividade singular, fria e abstrata, da cidade tratada como coisa única. Que a participação da Comissão Municipal de Patrimônio seja efetivamente valorizada e útil, não como mera formalidade para cumprir ordenamentos jurídicos. Desse modo, espero, que como sociedade possamos trabalhar por procedimentos futuros que “gostaríamos de herdar ao invés daquele que fomos forçados a aguentar”⁴²⁶.

⁴²⁶ AVILA, op. cit., p. 42.

LISTA DE FONTES

Figuras

AUTOR desconhecido. **Capela-mor antes 1930-1940** (parede central da abside aberta e sem pinturas Garbaccio). Curitiba, s/d. Acervo: Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba.

AUTOR desconhecido. **Casamento de Bento Munhoz da Rocha Netto e Flora Camargo**, Curitiba, 17 abr. 1929, estúdio Photo Heisler.. Acervo Museu Paranaense / SEEC – Governo do Paraná.

GOOGLE Street View. **Praça Garibaldi**. Disponível em: <goo.gl/maps/s9xgHFP6uBkUR8Dy9>. Acesso em 18 jul. 2023.

HENKEL, Armin. **Igreja Catedral Metropolitana**, com capela e altar-mor vistos do coro na Igreja Catedral Metropolitana. Curitiba, s/d. Acervo: Centro de Documentação da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba.

KOZAN, José Manoel; KOZAN, Iara Beduschi. **Desenho esquemático sugerindo fachada da antiga Matriz de Curitiba**. *Virtual Grounds Interactive*, Cincinatti/Estados Unidos, 2006.

_____. **Desenho renderizado sugerindo fachada da antiga Matriz de Curitiba**. *Virtual Grounds Interactive*, Cincinatti/Estados Unidos, 2006.

MAIOLINO, Cláudio. **Álbum 1**, Curitiba, maio/ago. 1993. Coleção: Restauo Catedral Curitiba 1993-1994. 120 fotografias. Acervo: Albatroz – Arquitetura, construção e restauro.

_____. **Álbum 2**, Curitiba, ago. 1993/jan. 1994. Coleção: Restauo Catedral Curitiba 1993-1994. 120 fotografias. Acervo: Albatroz – Arquitetura, construção e restauro.

_____. **Álbum 3**, Curitiba, jan./set. 1994. Coleção: Restauo Catedral Curitiba 1993-1994. 98 fotografias. Acervo: Albatroz – Arquitetura, construção e restauro.

VOLK, Adolpho/. **Foto da chegada dos Voluntários da Pátria vindos do Paraguai**. Curitiba, 1870. Coleção: Família Groff. Acervo: Centro de Documentação da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba.

TAKEUCHI, Washington. **A Sociedade Garibaldi em 3 momentos**. Curitiba, 27 mar. 2020. Acervo: Blog *Circulando por Curitiba*. Disponível em: <www.circulandoporcuritiba.com.br/2020/03/a-sociedade-garibaldi-em-3-momentos.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

_____. **Poty, a Catedral e o Hindenburg**. Curitiba, 30 out. 2014. Acervo: Blog *Circulando por Curitiba*. Disponível em: <www.circulandoporcuritiba.com.br/2014/10/poty-catedral-e-o-hindenburg.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

Documentos de arquivos

ALBATROZ – ARQUITETURA, ENGENHARIA E RESTAURO LTDA. **Memorial descritivo de intervenções**. Curitiba, sem data. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

_____. **Proposta orçamentária para execução das obras de restauração da Catedral Basílica Menor de Curitiba**. Curitiba, 31 maio 1994, PRO 009/94. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

ARQUIVO DOM ALBERTO JOSÉ GONÇALVES DA CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA. **Livro do Tombo nº 5**. Curitiba, 1947-2010.

CAROLLO, Bráulio. **Ofício nº 251/93 – SMU**, à Mitra da Arquidiocese de Curitiba. Curitiba, 5 maio 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

_____. **Ofício nº 362/93 – SMU**, ao Procurador Geral do Município. Curitiba, 14 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

COMISSÃO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA. **Atas da 1ª a 7ª reuniões**. Curitiba, jun./set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Resolução nº 02**, Curitiba, 15 mar. 1993. Acervo Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural / Secretaria Municipal de Urbanismo / Prefeitura Municipal de Curitiba.

EDILIZIA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. **Recuperação da Catedral Metropolitana de Curitiba – Cronograma**. Curitiba, sem data. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

FEDALTO, Pedro. **Carta ao Secretário Municipal de Urbanismo**. Curitiba, 25 maio 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista dos bens tombados e processos em andamento** (atualizado em 29/12/2022). Disponível em: <portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 18 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Consulta informativa do lote – IF 32.028.005**. Disponível em: <www5.curitiba.pr.gov.br/gtm/gam/Default.aspx>. Expedido online em 2 jul. 2023.

_____. **Termo aditivo ao de Convênio celebrado em 13/04/93 entre o MUNICÍPIO DE CURITIBA e MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA**. Curitiba, 26 jul. 1993. Acervo Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural / Secretaria Municipal de Urbanismo / Prefeitura Municipal de Curitiba.

_____. **Termo de convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CURITIBA e MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA.** Curitiba, 13 abr. 1993. Acervo Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural / Secretaria Municipal de Urbanismo / Prefeitura Municipal de Curitiba.

SOUZA, Alpheu Luiz Martins de Azambuja e. **Carta ao Secretário Municipal de Urbanismo.** Curitiba, 11 jun. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

_____. **Restauração da Catedral de Curitiba.** Curitiba, sem data. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

SOUZA, James J. Marins de; FERRINI, André Luiz. **Carta à Cúria Metropolitana de Curitiba.** São Paulo, 28 jun. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção D, Caixa 1.

Reportagens jornalísticas

300 ANOS da cidade têm logotipo. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 245, 15 mar. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

300 ANOS em 30 minutos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 44, 8 jul. 1992, p. 16. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

A CASA de todos. Ajude-a. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 fev. 1973. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 1, Pasta 3.

A ESTÁTUA da Padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

A PADROEIRA, do gesso ao bronze. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

A VELHA roupagem da Catedral. **Gazeta do Povo**, 29 mar. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

ABERTURA do carnaval no Círculo Militar. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 252, 21 fez. 1992, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

ABRÃO, Roseli. 300 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 209, 14 mar. 1992, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. A história de Curitiba em sacos de leite. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 112, 30 ago. 1991, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Candidatura de Greca pode implodir o PDT. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 1, 16 maio 1991, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Candidatura vai ser homologada dia 21. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 54, 10 jun. 1992, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Curitiba 300. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 100, 15 ago. 1991, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Presente. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 180, 23 dez. 1992, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

ALUNOS aprenderão história nos 300 anos de Curitiba. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 184, 22 dez. 1990, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

ATENDIMENTO básico é meta de Greca. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 68, 5 ago. 1992, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

BASÍLICA de Curitiba é centro das atenções na festa da Padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

BASÍLICA de Curitiba. **Correio de Notícias**, Curitiba, 9 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

BASÍLICA, o novo título da Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

BELO sinal. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 1º set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

BUSTO do Barão dá lugar à padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CAMPANHA pretende recuperar Catedral em seu centenário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

CAMPANHA vai unir curitibanos para recuperar Catedral. **Gazeta do Povo**, 5 ago. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

CASCATA de fogos para saudar entrada de 92. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 209, 22 dez. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

CATEDRAL abandonada. **Curitiba Hoje**, Curitiba, 31 jul. 1991. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 3.

CATEDRAL de Curitiba comemorará 100 anos. **Curitiba Hoje**, Curitiba, 27 ago. 1991. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 3.

CATEDRAL é decorada para festa. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 280, 27 mar. 1992, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

CATEDRAL ganha cara nova. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 13 mar. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CATEDRAL já tem quase toda verba de restauração. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 jun. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CATEDRAL lotada para a missa pelo aniversário de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 mar. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

CATEDRAL Metropolitana agora é Basílica Menor. **Atualidade**, Curitiba, 8 a 14 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CATEDRAL Metropolitana de Curitiba é elevada à categoria de Basílica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CATEDRAL prepara a festa do centenário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 set. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

CATEDRAL terá painel com a primeira matriz. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 mar. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CENTENÁRIO da Igreja Catedral. **Atualidade**, Curitiba, 29 ago./4 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

COMUNICADO: a nova Matriz. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, ano XXIII, n. 1746, 7 out. 1876, p. 2-3. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

COMUNIDADE católica comemora a basílica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CONSERVAÇÃO de prédios ajuda preservar memória de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 maio 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

CURITIBA celebra com muita festa o centenário de fundação da Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CURITIBA chega aos 299 anos com uma “festa de arromba”. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 282, 29 mar. 1992, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

CURITIBA ganha imagem de N. S. da Luz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

CURITIBA terá parque em homenagem a Jaime Lerner. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º jul. 2021. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/curitiba-tera-parque-em-homenagem-a-jaime-lerner/>. Acesso em 18 jul. 2023.

CURITIBA, 300 anos de história e fé. **Atualidade**, Curitiba, 28 mar./3 abr. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

DESTEFANI, Cid. Sobre um “puxão de orelhas”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

DIOCESE festeja padroeira e centenário da Catedral. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 94, 6 set. 1992, p. 15. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

EFEITO Lerner: Greca tenta repetir marcha dos 12 dias. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 109, 18 set. 1992, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

EM CAMPANHA. **Correio de Notícias**, Curitiba, anos VII, n. 144, 4 nov. 1990, p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

EM FASE final. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 ago. 1976. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 1, Pasta 6.

EMPRESAS bancam obras na Catedral de Curitiba. **Folha de Londrina**, Londrina, 2 ago. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

ESCALANDO a Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 mar. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

FACHADA da Catedral pronta para festa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

GEMAEL, Rosirene. O Mijódromo 24 horas. **Correio de Notícias**, Curitiba, 15 set. 1991. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 3.

GRECA e Fruet votam certos da vitória. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 116, 4 out. 1992, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

GRECA quer ir aos bairros agradecer a “vitória no 1º”. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 117, 6 OUT. 1992, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

GRECCA candidato. Debandada no PDT. **Correio de Notícias**, Curitiba, anos VIII, n. 1, 16 maio 1991, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

HOMENAGEM à padroeira de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

IANKILEVICH, Débora. Durma-se com um barulho desses. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 6, 22 maio 1991, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Herança. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 164, 4 dez. 1992, p. 29. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Laçarotes natalinos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 134, 28 out. 1992, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. O autoritarismo desnudado. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 294, 15 maio 1991, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. O Bento que não é Bento. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 44, 3 jul. 1991, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Sem Carreras. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 158, 27 nov. 1992, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Símbolo fálico. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 135, 29 out. 1992, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

INSTALAÇÃO dos 300 anos de Curitiba. **Correio de Notícias**, ano VIII, n. 274, 20 mar. 1992, p. 13. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

JOGO rápido. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 120, 9 out. 1992, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

JOGO rápido. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 196, 6 dez. 1991, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

LERNER mostra novos projetos turísticos para líderes do setor. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 275, 21 abr. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

LERNER percorre hoje 60 pontos da Linha Vermelha. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 285, 4 maio 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

LOCAL perigoso. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 de abril de 1975. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 1, Pasta 5.

LUZES NA SUJEIRA, foi como o Cônego Alpheu definiu a ornamentação da prefeitura. **Paraná em Páginas**, Curitiba, set. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

MAZZA, Luiz Geraldo. Por que não eu? **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 79, 20 jul. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Surpresa. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 36, 23 jun. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

MISSA oficializa Basílica de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

MONTEIRO, Nilson. Restauração marca o centenário da Catedral Metropolitana de Curitiba. **Gazeta Mercantil**, Rio de Janeiro, 21 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

MONUMENTO à padroeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

MUNHOZ, Aurélio. Catedral de Curitiba, uma história de fé. E intrigas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 dez. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

NOVA imagem da padroeira e Catedral agora é Basílica. **Gazeta do Povo**, 8 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

NOVENA abre os festejos do 1º Centenário da Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

O TEMPLO que enalteceu a religiosidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 1993, p. 18. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

OBRAS de restauração da Catedral vão até 94. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 dez. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

OS PRESENTES de Poty. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 87, 29 ago. 1992, p. 17. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

PADROEIRA de Curitiba ganha imagem especial nos “300 anos”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jan. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

PADROEIRA vai ter monumento erguido junto à Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

PAINÉIS pintados. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 215, 6 fev. 1991, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

PAPA eleva Catedral a Basílica Menor. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 jul. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

PAPA transmite a Greca bênção pelos 300 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 164, 4 dez. 1992, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

PARANAENSE e Brasileiro de Rallye no próximo dia 24. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 270, 15 mar. 1992, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

PEDINTE perturba acesso à Catedral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 nov. 1976. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 1, Pasta 6.

PR: PROTESTOS marcam casamento da deputada Maria Victoria, filha de Ricardo Barros. **Brasil de Fato**, Curitiba, 14 jul. 2017. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2017/07/14/pr-protestos-marcam-casamento-da-deputada-maria-victoria-filha-de-ricardo-barros/. Acesso em 18 jul. 2023.

PRÉDIOS históricos: proposta recuperação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 maio 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

PREFEITURA faz ôba-ôba na Catedral de Curitiba ignorando que o centenário templo precisa de grandes reparos. **Paraná em Páginas**, Curitiba, set. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

PREFEITURA: até 93, Curitiba vai ter festa pelos seus 300 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VII, n. 253, 24 mar. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

QUASE centenária, catedral de Curitiba necessita de reforma. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

QUASE pronta a imagem de N. Sra. da Luz dos Pinhais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

RAFAEL Greca discursa na inauguração do Museu-Escola. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 39, 2 jul. 1992, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

REFORMA. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 out. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

RELÓGIO do tempo: os 300 anos de Curitiba marcados pela comunidade germânica. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 163, 29 out. 1991, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

RESTAURAÇÃO da Catedral atrasa 4 meses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

RESTAURAÇÃO da Catedral de Curitiba. **Atualidade**, Curitiba, 11 a 14 abr. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

RESTAURAÇÃO da Catedral fica pronta até o mês de novembro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

SANSONE, Margarita. Catedral basílica, coluna comemorativa a Nossa Senhora e a presença de Curitiba na Bienal de Arquitetura, em SP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 ago. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

SANTA é atração. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 set. 1993. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 5.

SCHULMAN, Cila. 100 anos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 160, 25 out. 1991, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Crença. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 127, 20 out. 1992, p. 11. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. De alto nível. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 135, 29 out. 1992, p. 12. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

_____. Tricentenário. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 10, 26 maio 1991, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

SEGURANÇA para a Catedral: ela é de todos os homens de boa vontade... **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jan. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

SOB EFEITO do tempo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

SUZUKI, Lúcia. Curitiba, 300 anos em quadrinhos. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 405, 10 maio 1992, p. 41. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

UM BANHO na Catedral. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano VIII, n. 280, 27 mar. 1992, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

UM DOMINGO de presentes para a quase tricentenária cidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 mar. 1992. Arquivo Dom Alberto José Gonçalves da Catedral Basílica de Curitiba, Arquivo Morto, Seção F, Caixa 3, Pasta 4.

VÉRAS, Karin. Servidores exigem acordo com a Prefeitura. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 170, 11 dez. 1992, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

VIEGAS, Luciane. Jaime Lerner define apoio à candidatura de Rafael Greca. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 54, 10 jun. 1992, p. 9. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

WERNECK, Carolina. Palácio Garibaldi é multado por alterações para casamento da deputada Maria Victoria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2017. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/haus/arquitetura/governo-diz-que-estrutura-para-o-casamento-de-maria-victoria-e-ilegal-e-anuncia-multa/>. Acesso em 18 jul. 2023.

ZILLI, Izza. A Catedral revivida. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IX, n. 100, 15 set. 1992, p. 24. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.

Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 7.505**, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

_____. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

CURITIBA. **Lei nº 81**, de 10 de julho de 1948. Considera o Paço da Liberdade parte integrante do Patrimônio Histórico de Curitiba.

_____. **Lei nº 699**, de 16 de julho de 1953. Dispõe sobre o código de posturas e obras do município de Curitiba.

_____. **Lei nº 2.660**, de 1º de dezembro de 1965. Cria o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

_____. **Lei nº 2.828**, de 31 de julho de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas diretrizes básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município, revogando as Leis nos 1875/60, 1951/60, 1908/60, 2100/61, 2123/62, 2154/62.

_____. **Lei nº 4.545**, de 5 de janeiro de 1973. Cria a Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

_____. **Lei nº 6.337**, de 28 de setembro de 1982. Institui incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico.

_____. **Lei nº 14.771**, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município.

_____. **Lei nº 14.794**, de 29 de março de 2016. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Curitiba, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba – CMPC, institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUNPAC e dá outras providências.

_____. **Lei nº 15.665**, de 3 de julho de 2020. Altera dispositivos da Lei nº 14794, de 29 de março de 2016, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Curitiba, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba - CMPC, institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural - FUNPAC e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 3**, de 13 de novembro de 1991. Dispõe sobre o Incentivo Fiscal para a cultura no município de Curitiba.

_____. **Lei Complementar nº 15**, de 15 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o Incentivo Fiscal para a cultura, cria o Fundo Municipal de Cultura – FMC no município de Curitiba, revogando as Leis Complementares nos 3/91, 8/93, 9/93 e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 57**, de 8 de dezembro de 2005. Cria o Programa de Apoio e Incentivo à Cultura – PAIC, cria o Fundo Municipal de Cultura – FMC, concede Incentivo Fiscal ao Mecenato subsidiado, revoga a Lei Complementar nº 15, de 15 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 1.910**, de 7 de dezembro de 1965. Aprova o regulamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

_____. **Decreto nº 1.160**, de 5 de agosto de 1971. Dispõe sobre a criação do Setor Histórico de Curitiba.

_____. **Decreto nº 1.547**, de 14 de dezembro de 1979. Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação.

_____. **Decreto nº 410**, de 26 de outubro de 1982. Regulamenta a Lei nº 6337/1982.

_____. **Decreto nº 196**, de 25 de junho de 1984. Deixa sem efeitos os decretos nos 1547/1979, 414/1982 e 161/1981.

_____. **Decreto nº 408**, de 22 de julho de 1991. Regulamenta a Lei nº 6337/1982 e revoga o Decreto nº 443/1986.

_____. **Decreto nº 380**, de 15 de março de 1993. Dispõe sobre as Unidades de Interesse Especial de Preservação – UIEP e estabelece critérios para a concessão de incentivos, visando sua restauração e manutenção, nos termos da Lei nº 6337/82.

_____. **Decreto nº 381**, de 15 de março de 1993. Define como Unidade de Interesse especial de Preservação – UIEP a Catedral Metropolitana de Curitiba, a sede da Sociedade Garibaldi e o edifício central da Universidade Federal do Paraná na Praça Santos Andrade e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 425**, de 13 de abril de 1993. Dispõe sobre a forma de concessão de incentivos da Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP Catedral Metropolitana de Curitiba, estabelecidos nos Decretos nºs 380 e 381/93.

_____. **Decreto nº 234**, de 8 de abril de 1996. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP o Reservatório do Alto São Francisco e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 997**, de 1º de outubro de 1997. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP o edifício do Ministério Público do Estado do Paraná e dispõe sobre a forma de concessão de incentivos da UIEP.

_____. **Decreto nº 881**, de 14 de dezembro de 1999. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a sede da União Paranaense dos Estudantes.

_____. **Decreto nº 662**, de 10 de março de 2001. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a sede da Sociedade Operária Beneficente “Treze de Maio”.

_____. **Decreto nº 814**, de 26 de julho de 2001. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a sede da Fundação Cultural de Curitiba, antigo “Palacete Wolff”.

_____. **Decreto nº 83**, de 4 de março de 2002. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a sede do Museu Paranaense, antigo Paço Municipal.

_____. **Decreto nº 660**, de 10 de setembro de 2002. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a sede do Museu Alfredo Andersen.

_____. **Decreto nº 1.034**, de 5 de novembro de 2003. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Capela Santa Maria.

_____. **Decreto nº 1.549**, de 21 de dezembro de 2006. Aprova o regulamento do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura – PAIC, criado pela Lei Complementar nº 57, de 8 de dezembro de 2005.

_____. **Decreto nº 588**, de 4 de junho de 2007. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Casa do Estudante Universitário – CEU e dispõe sobre a forma de transferência do Potencial Construtivo.

_____. **Decreto nº 1.443**, de 17 de dezembro de 2007. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Museu Metropolitano de Arte de Curitiba – MUMA e dispõe sobre a forma de transferência do Potencial Construtivo.

_____. **Decreto nº 734**, de 21 de maio de 2009. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Palácio do Rio Branco.

_____. **Decreto nº 1.533**, de 5 de novembro de 2010. Dispõe sobre a concessão de incentivos à Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz dos Pinhais na forma de Transferência de Potencial Construtivo.

_____. **Decreto nº 206**, de 13 de janeiro de 2011. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Palácio 29 de Março.

_____. **Decreto nº 1.686**, de 31 de outubro de 2011. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação Igreja do Senhor Bom Jesus do Portão.

_____. **Decreto nº 291**, de 27 de março de 2012. Dispõe sobre o acréscimo da quantidade de cotas estabelecida no Decreto Municipal nº 1.533/2010.

_____. **Decreto nº 1.275**, de 30 de agosto de 2012. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação o "Edifício do Antigo Quartel da 5ª Região Militar" - Quartel da Riachuelo, estabelece a concessão de incentivo construtivo e a forma de Transferência de Potencial Construtivo.

_____. **Decreto nº 2.020**, de 20 de dezembro de 2012. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação a Igreja Nossa Senhora da Glória, estabelece a concessão de incentivo construtivo e a forma de Transferência de Potencial Construtivo.

_____. **Decreto nº 2.029**, de 27 de dezembro de 2012. Altera redação do caput do artigo 1.º, do Decreto Municipal nº 291 de 27 de março de 2012.

_____. **Decreto nº 30**, de 12 de janeiro de 2016. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP o Complexo Cultural Solar do Barão.

_____. **Decreto nº 1.169**, de 25 de novembro de 2016. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação denominada “Belvedere”.

_____. **Decreto nº 356**, de 28 de março de 2019. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação denominada “Casa da Leitura Franco Giglio”.

_____. **Decreto nº 357**, de 28 de março de 2019. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a edificação denominada “Casa do Núcleo Habitacional Santa Efigênia”.

_____. **Decreto nº 658**, de 30 de maio de 2019. Define como Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP a “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas”.

_____. **Decreto nº 493**, de 5 de março de 2021. Altera o Decreto Municipal nº 1.737, de 21 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei Municipal nº 15.661, de 6 de junho de 2020, quanto às atribuições do Grupo de Acompanhamento e a aprovação do primeiro Boletim de Cotas com sua valoração e dá outras providências.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, maio 1964.

Disponível em:

<portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

Acesso em 18 jul. 2023.

ITÁLIA, Ministério da Instrução Pública. **Carta do Restauro**. Circular nº 117, 6 abr. 1972.

Disponível em:

<portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>.

Acesso em 18 jul. 2023.

Endereços eletrônicos

BIBLIOTECA NACIONAL. **A Exposição Universal de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal**. 1º maio 2020. Disponível em:

<antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/exposicao-universal-londres-1851-palacio-cristal>. Acesso em 18 jul. 2023.

BOOKING.COM. **Ibis Curitiba Batel**. Disponível em: <www.booking.com/hotel/br/ibis-curitiba-batel.pt-br.html>. Acesso em 18 jul. 2023.

CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA. **Institucional**. Disponível em:

<www.catedralcuritiba.com/institucional>. Acesso em 18 jul. 2023.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. **Restauração**. Disponível em:

<michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/restaura%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 18 jul. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Centro Cultural da Vila Rica**. Disponível em:

<www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/espacos-culturais/centro-cultural-da-vilinha/>.

Acesso em 18 jul. 2023.

GCATHOLIC.ORG. **Basilicas in the world**. Disponível em:

<<http://www.gcatholic.org/churches/bas.htm>>. Acesso em 24 set. 2023.

GRIECO, Bettina Zellner. **Fotografia**. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, Brasília, 2015. Disponível em:

<portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/50/fotografia>. Acesso em 18 jul. 2023.

PALÁCIO GARIBALDI. **O Palácio**. Disponível em:

<www.palaciogaribaldi.com.br/opalacio>. Acesso em 18 jul. 2023.

PENSAR CULTURA. **Projetos da Rouanet injetaram R\$ 49,78 bilhões na economia em 27 anos**. 14 dez. 2018. Disponível em:

<pensarcultura.com.br/projetos-da-rouanet-injetaram-r-4978-bilhoes-na-economia-em-27-anos/>. Acesso em 18 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba 330 anos**. Disponível em:

<330anos.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em 18 jul. 2023.

_____. **Obras do Memorial Inglês começam na próxima semana.** Curitiba, 23 out. 2019. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/noticias/obras-do-memorial-ingles-comecam-na-proxima-semana/53334>. Acesso em 18 jul. 2023.

_____. **Parque das Pedreiras e Memorial Jaime Lerner/Ópera de Arame.** Curitiba, fev. 2023. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-das-pedreiras-e-memorial-jaime-lerner-opera-de-arama/309>. Acesso em 18 jul. 2023.

_____. **Prefeitura lança novos editais culturais no valor de R\$ 3,1 milhões.** Curitiba, 22 jul. 2022. Disponível em: <www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-novos-editais-culturais-no-valor-de-r-31-milhoes/64717>. Acesso em 18 jul. 2023.

RICARDO, Paulo. **O “católico de IBGE”.** Blog *Christo Nihil Praeponere*. 25 set. 2021. Disponível em: <padrepauloricardo.org/episodios/o-catolico-de-ibge>. Acesso em 18 jul. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ARGAN, Giulio Carlo. **A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso**. Tradução Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução Paulo Soethe. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **Catedral Basílica de Curitiba: uma história de progresso e devoção**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020 (no prelo).
- _____. **O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- BARROS, Alzira Costa Rodrigues; BARROS, Júlio César; MARDEN, Sanzio. **Restauração do patrimônio histórico: uma proposta para a formação de agentes difusores**. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BITENCOURT, Ana Paula Mota de. **A Transferência do Direito de Construir para a conservação do patrimônio cultural: a experiência da cidade de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- BOITO, Camillo. **Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. Tradução Paulo Mugayar Köhl, Beatriz Mugayar Köhl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008.
- BORGES, João Bosco Oliveira. **Quando Curitiba perdeu a cabeça: uma etnografia da controvérsia em torno da “Guerra do Pente”**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 85-92.

BRANDÃO, Ângela. **A Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2019.

CAMPELLO, Cecília Barthel; LINS, Mariana; PESTANA, Fábio. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: 1º CONGRESO IBEROAMERICANO Y VIII JORNADA TECNICAS DE RESTAURACION Y CONSERVACION DO PATRIMONIO, 10 a 11 set. 2009, La Plata. **Anais**. Buenos Aires/Argentina: LEMIT, não paginado, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CANTUARIA, Eloane de Jesus Ramos. **Fotografia, Arquitetura e Restauo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CARDOSO, Fernando. Arte, política cultural e identidade: a arte institucional em Curitiba durante o primeiro mandato Greca, 1993-1996. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR, 22 a 25 out. 2018, Paranaguá. **Anais do IV Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar**. Paranaguá/PR: UNESPAR, p. 101-116, 2018.

_____. **Capela dos Fundadores de Sérgio Ferro (1996): arte e memória visual na primeira gestão de Rafael Greca (1993-1996)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. Tradução: Julio Fischer. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2017.

_____. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2016.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA; Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2012.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 2012, p. 371.

COSTA, Odah Regina Guimarães. As fontes primárias existentes no arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 6, p. 49-99, 1968.

CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (Orgs.). **Patrimônio cultural: memórias e intervenções humanas**. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017.

DESTEFANI, Cid Deren. **A cruz do alemão**. Curitiba: edição do autor, 1993.

DOTRO, Ricardo Pascual; HELDER, Gerardo García. **Dicionário de liturgia**. Tradução Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FEDALTO, Pedro. **História da Igreja no Paraná**. Curitiba: edição do autor, 2014.

_____. **Reminiscências: 90 anos de idade, 50 anos de Bispo**. Curitiba: edição do autor, 2017.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 8, p. 91-110, abr./jun. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FORGATI, Gabriel. **“Estão demolindo os altares!”** O primeiro restauro da Catedral Basílica de Curitiba (1973-1977) e o projeto de um guia de visitação. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História – Memória e Imagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Curitiba anos 90: cultura e política na produção da imagem da cidade. In: XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23 a 27 nov. 1994, Caxambú. **GT 7 - Estudos Urbanos**. Caxambú/MG, p. 2-16, 1994.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Igreja Católica Romana em Curitiba (PR): estruturas da territorialidade sob o pluralismo religioso. **RAEGA**, Curitiba, n. 7, p. 95-110, dez. 2003.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 91-111, 2012.

HARTOG, François. **Crer em história**. Tradução Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Tradução Andréa Souza de Menezes et. al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, jan./jun. 2009.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; BRITO E CUNHA, Oscar Henrique Liberal de (Coordenação). **A fotografia na preservação do patrimônio cultural:** uma abordagem preliminar. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

LIMA, Solange F. de; CARVALHO, Vânia C. de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 29-60.

LYRA, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA FILHO, José. **Espirais do tempo:** bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MACEDO, Rafael Greca de. **Curitiba Luz dos Pinhais**. Curitiba: Solar do Rosário, 2018.

MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. Fontes para o patrimônio cultural. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 281-308.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes:** ensaios sobre história e fotografia. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2008.

MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; BEVILAQUA, Fátima; BAPTISTA, Antonio Carlos Nunes. **Conservação:** conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 20, p. 218-240, jan./jun. 2016.

MENDONÇA, Maí Nascimento. Fundação Cultural de Curitiba. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 114, dez. 1996.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** What public history do we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 69-75.

MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Políticas públicas do patrimônio cultural:** ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas/RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MORAES, Ulisses Quadros de. **Políticas públicas para o audiovisual:** as isenções fiscais e os limites entre o Estado e iniciativa privada (1986-2010). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MUNÕZ VIÑAS, Salvador. **Teoria contemporânea da restauração**. Tradução Flávio Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

NAVOLAR, Jeferson Dantas. **A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2000.

_____. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Vento, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **300 anos, Câmara Municipal de Curitiba (1693-1993)**. Curitiba: edição dos autores, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ROMÃO SILVA, Andrea Costa. Processo metodológico para leitura cromática de elementos arquitetônicos tradicionais. **Conservar Patrimônio**, Lisboa/Portugal, n. 23, p. 141-154, 2016.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. Tradução Constancia Egrejas. São Paulo: Senac, 2009.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. **Anuario de investigación**, UAM-X, México, p. 107-140, 2010.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008.

SAMEK, Jorge. **A Curitiba do terceiro milênio**. Curitiba: Editora Palavra, 1996.

SANSONE, Margarita Pericás. **Fundação Cultural de Curitiba no limiar do novo milênio**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000.

SANTA SÉ. **Cerimonial dos bispos**: cerimonial da Igreja. Tradução Secretariado Nacional de Liturgia de Portugal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Código de Direito Canônico**. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 51-68, jun./ago. 2013.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SILVA, Antonio Carlos Domingues da; BENÍCIO, Abraão. **História da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Curitiba** (1993-2002). Curitiba: edição do autor, 2005.

SILVA, Georgia Patrícia da. O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 25 a 28 ago. 2009, São Luís. **Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. São Luís, n.p., 2009.

SILVEIRA, Cristiane. **Cultura Política versus Política Cultural**: os limites da Política Pública de animação da Cidade em confronto com o campo das artes visuais na Curitiba Lernista (1971-1983). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, Mériti de. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 16 a 18 set. 2004, Coimbra. **A questão social no novo milênio**. Coimbra/Portugal, p. 1-14, 2004.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VELLEDA CALDAS, Karen. A Restauração em foco: entre mitos e realidades. **Vitruvius**, Resenhas Online, ano 12, n. 138.01, jun. 2013. Disponível em: <vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.138/4765>. Acesso em 18 jul. 2023.

VIACAVA, Vanessa Maria Rodrigues, n.p. “Em busca da Curitiba perdida”: a construção do habitus curitibano. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10 a 13 nov. 2009, Recife. **Civilização e Contemporaneidade**. Recife, n.p., 2009.

_____. “Em busca da Curitiba perdida”: os mecanismos da construção de uma identidade curitibana”. **História Agora**, v. 7, p. 1-17, 2009.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2019.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1993.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1977.